UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Marina Lopes de Souza

Jornalismo negro e aquilombamento na web: práticas de escrevivência no portal Alma Preta Jornalismo sob a perspectiva analítica de fronteiras emergentes

Juiz de Fora

2025

Marina Lopes de Souza

Jornalismo negro e aquilombamento na web: práticas de escrevivência no portal Alma Preta Jornalismo sob a perspectiva analítica de fronteiras emergentes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de mestra. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Sueli Pinto Johnson

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes de Souza, Marina.
Jornalismo negro e aquilombamento na web: práticas de escrevivência no portal Alma Preta Jornalismo sob a perspectiva analítica de fronteiras emergentes / Marina Lopes de Souza. -- 2025.
233 f. : il.

Orientador: Telma Sueli Pinto Johnson
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.

1. Jornalismo negro; . 2. Objeto de fronteira; . 3. Aquilombamento; . 4. Escrevivência; . 5. Alma Preta Jornalismo. I. Pinto Johnson, Telma Sueli , orient. II. Título.

Marina Lopes de Souza

Jornalismo negro e aquilombamento na web: práticas de escrevivência no portal Alma Preta Jornalismo sob a perspectiva analítica de fronteiras

emergentes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Telma Sueli Pinto Johnson - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. João Paulo Carrera Malerba
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.ª Dr.ª Marise Baesso Tristão
Centro Universitário Academia

Juiz de Fora, 11/02/2025.

Documento assinado eletronicamente por **Telma Sueli Pinto Johnson**, **Professor(a)**, em 20/02/2025, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marise Baesso Tristão**, **Usuário Externo**, em 20/02/2025, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Carrera Malerba**, **Professor(a)**, em 20/02/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2241629** e o código CRC **DB7ADDEF**.

Às gerações de mulheres negras que pavimentaram, estão pavimentando e irão pavimentar muitos caminhos, dedico as minhas escrevivências. Que suas forças estejam em mim para todo o sempre.

Agradecimentos

Neste momento da trajetória acadêmica, repasso quantas pessoas foram e são importantes para que eu chegasse até aqui.

Assim, agradeço primeiramente aos meus pais Eloiza Elena e José Romero, por me apoiarem nos mais diferentes sentidos. Sem o amor deles nada seria possível!

Aproveito também para agradecer a torcida e a amizade de sempre dos meus irmãos Thiago e Fernanda. Aos familiares e amigos incontáveis que emanam energias positivas para mim e vibram com as minhas vitórias.

Agradeço saudosamente às minhas avós Jacyra e Nair, que já não estão conosco fisicamente, mas suas presenças espirituais me enchem de força para seguir em frente.

Uma imensa gratidão aos professores do PPGCOM/UFJF pelos ensinamentos e parcerias durante minha trajetória na instituição. Em especial à minha orientadora Telma Johnson pela dedicação, aprendizados e trocas até aqui.

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001", através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado, em razão da Portaria nº 206 da CAPES, publicada em 04 de Setembro de 2018, e das regras indicadas nos Termos de Compromisso para concessão de Bolsas.

Encerro os agradecimentos, emanando uma profunda gratidão à minha ancestralidade e espiritualidade que me alimentam de fé todos os dias.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.”

Conceição Evaristo

RESUMO

A objetividade jornalística surge no século XX a partir das duas grandes guerras mundiais e da comercialização da notícia. Tal objetividade, vinculada aos ideais de imparcialidade e neutralidade, acaba por não se aprofundar em problemas sociais sistêmicos que deveriam ser iluminados e enfrentados pelo debate público. Assim, pensando que o jornalista é sempre atravessado por suas crenças, visões de mundo, raça, gênero e classe social, muitos grupos historicamente marginalizados não se viam nas representações noticiosas ou, quando se viam, percebiam estereótipos negativos reforçados pela mídia hegemônica. Nessa perspectiva, a proposta deste estudo é explorar e analisar conteúdos inclusivos e inovadores sob a perspectiva do potencial teórico-conceitual de fronteiras entre práticas jornalísticas tradicionais e práticas alternativas emergentes no jornalismo digital. Partimos da premissa que embora o jornalismo seja tanto uma prática institucionalizada quanto uma forma de conhecimento do mundo, os elementos que o constituem não são naturais e nem imutáveis, são construções sociais que se desenvolvem e se modificam no tempo a partir de mudanças culturais, políticas e tecnológicas em contextos históricos e situacionais específicos. Nessa linha, tomamos como objeto de investigação a agência nativamente digital Alma Preta Jornalismo (APJ), surgida em 2015, que se autoposiciona como veículo contra-hegemônico, cuja agenda é voltada para coberturas sobre identidade, cotidiano e causas ligadas à população negra no Brasil, mais especificamente tendo como recorte os textos publicados na editoria *O Quilombo*, no período de 1º de maio de 2023 a 30 junho de 2024. Em uma primeira contagem de dados, através do software *Instant Data Scraper,* foram encontrados 81 textos publicados nesta editoria durante o período citado. Em pesquisa pré-empírica exploratória, identificamos que *O Quilombo* apresenta textos de jornalistas/comunicadores, que não se enquadram na demarcação tradicional de gêneros jornalísticos informativos e opinativos, pelas características de retratarem experiências coletivas e vivências subjetivas, o que nos leva à hipótese de trabalho de práticas de "escrevivência" no jornalismo – neologismo criado na literatura pela escritora brasileira Conceição Evaristo. Por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), combinando pesquisa documental e análise pragmática da narrativa (Motta, 2013), examinamos o Alma Preta Jornalismo como "trabalho de fronteira" (Carlson, 2019) e a editoria *O Quilombo* como "objeto de fronteira" no contexto do jornalismo profissional alternativo digital brasileiro. Constatamos que este jornalismo traz elementos decoloniais, contribuindo assim em confrontar a imparcialidade jornalística e a objetividade tradicional. Ao ultrapassar tais limites, o APJ se comporta como trabalho de fronteira, sendo a editoria um Objeto de

fronteira. Ademais, todos os textos assinados por mulheres trazem demarcadores de escrevivência ao carregarem em si um olhar feminino individual, afrocentrado, mas também coletivo.

Palavras-chave: Jornalismo negro; Objeto de fronteira; Aquilombamento; Escrevivência; Alma Preta Jornalismo.

ABSTRACT

Journalistic objectivity emerged in the 20th century after the two great world wars and the commercialization of news. This objectivity, linked to the ideals of impartiality and neutrality, ends up not delving into systemic social problems that should be illuminated and addressed by public debate. Thus, considering that journalists are always affected by their beliefs, worldviews, race, gender and social class, many historically marginalized groups did not see themselves in news representations or, when they did, they perceived negative stereotypes reinforced by the hegemonic media. From this perspective, the purpose of this study is to explore and analyze inclusive and innovative content from the perspective of the theoretical-conceptual potential of boundaries between traditional journalistic practices and emerging alternative practices in digital journalism. We start from the premise that, although journalism is both an institutionalized practice and a form of knowledge of the world, the elements that specify it are neither natural nor immutable; they are social constructions that develop and change over time based on cultural, political and technological changes in specific historical and situational contexts. In this line, we took as our research object the natively digital agency Alma Preta Jornalismo (APJ), founded in 2015, which positions itself as a counter-hegemonic outlet, whose agenda is focused on coverage of identity, daily life and causes linked to the black population in Brazil, more specifically taking as a cut the texts published in the O Quilombo editorial section, from May 2023 to June 2024. In an initial data count, through the Instant Data Scraper software, 81 texts published in this editorial section were found during the aforementioned period. In exploratory pre-empirical research, we identified that O Quilombo presents texts by journalists/communicators, which do not fit into the traditional demarcation of informative and opinionated journalistic genres, due to the characteristics of portraying collective experiences and subjective experiences, which leads us to the working hypotheses of "escrevivência" practices in journalism – a neologism created in literature by the Brazilian writer Conceição Evaristo. Through Content Analysis (Bardin, 2011), combining documentary research and pragmatic narrative analysis (Motta, 2013), we examine Alma Preta Jornalismo as "border work" (Carlson, 2019) and the editorial section O Quilombo as a "border object" in the context of Brazilian alternative digital professional journalism. We found that this journalism brings decolonial elements, thus contributing to confronting journalistic impartiality and traditional objectivity. By going beyond these limits, APJ behaves as boundary work and O Quilombo section being a boundary object. Furthermore, all texts written by women have

writing markers by carrying within them an individual Afrocentric and collective feminine perspective.

Keywords: Black journalism; Border object; Aquilombamento; Escrevivência; Alma Preta Journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Imprensa negra nos séculos XIX e XX no Brasil.....29

Quadro 2 – Signatários do Manifesto "Ninguém mais vai calar o grito pela liberdade.....31

Figura 1 – Aba "Quem Somos" do website Alma Preta Jornalismo.....71

Figura 2 – Página inicial da Editoria *O Quilombo*.....72

Figura 3 – Manual de Redação :O jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta.....73

Figura 4 – Facebook APJ..... 74

Figura 5 – Instagram APJ.....74

Figura 6 – Canal do Youtube APJ.....75

Figura 7 – X do APJ 75

Figura 8 – TikTok APJ.....76

Figura 9 – Podcasts APJ.....76

Quadro 3 – Artigos escritos por mulheres.....77

Quadro 4 – Artigos escritos por homens.....91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil geral dos jornalistas de redação no Brasil.....26

Tabela 2 – Eixos temáticos – Artigos mulheres.....80

Tabela 3 – Eixos temáticos – Artigos homens.....81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **17**

2 OS ESTUDOS DA RACIALIZAÇÃO NO BRASIL E O JORNALISMO ANTIRRACISTA EM CONTEXTO.....23

2.1 JORNALISMO NEGRO NO BRASIL.....27

2.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA.....32

2.3 ESCREVIVÊNCIA E AQUILOMBAMENTO.....35

2.4 O FAZER NOTÍCIA: REPRESENTAÇÃO DO NEGRO.....41

3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO JORNALISMO ALTERNATIVO DIGITAL.....**44**

3.1 OBJETOS DE FRONTEIRAS, OBJETOS DO JORNALISMO.....46

3.2 JORNALISMO ALTERNATIVO NEGRO E PENSAMENTO DECOLONIAL.....50

3.3 OBJETIVIDADE *VERSUS* SUBJETIVIDADE?.....54

3.4 CIBERQUILOMBISMO E IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA.....60

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS E ANÁLISES DE *O QUILOMBO* NO ECOSSISTEMA DIGITAL DO JORNALISMO ALTERNATIVO.....66

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA E *CORPUS* DE ANÁLISE.....66

4.2 A AGÊNCIA ALMA PRETA JORNALISMO: PRINCÍPIOS, VALORES E PADRÕES EDITORIAIS.....70

4.3 OS PRIMEIROS ACHADOS.....76

4.3.1 Análise de Conteúdo.....83

4.3.2 Achados sobre *escrevivência* nos artigos de mulheres.....84

4.3.3 Comparativo entre as formas de abordagens masculinas e femininas.....90

4.3.4 Discussão dos achados.....97

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....99

REFERÊNCIAS.....103

ANEXOS.....115

ANEXO A - CORPUS TEXTUAL DE ARTIGOS ESCRITOS POR MULHERES - (COLETA 1º DE MAIO DE 2023 A 30 DE JUNHO DE 2024) 116

ANEXO B - CORPUS TEXTUAL DE ARTIGOS ESCRITOS POR HOMENS - (COLETA 1º DE MAIO DE 2023 A 30 DE JUNHO DE 2024) 183

1 INTRODUÇÃO

Há muitas coisas que unem as singularidades de um povo negro. Por herança afrodiaspórica, trazemos em nosso íntimo a necessidade de aquilombarmos: para lembrar de onde viemos, celebrar nossas fés, nossa culinária, nossa dança, nossa oralidade e nossa escrita. Escrita esta marcada por vivências que só nós – a partir do enfretamento do racismo diário no Brasil – sabemos quais são. Escrever é uma forma de se fazer presente no mundo sem os grilhões que prenderam e ainda prendem tantas gerações. Por isso, a palavra que norteia este estudo é: Escrevivência.

Quando Conceição Evaristo diz que "a nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos", está se referindo, para além de expressões pessoais, a um protesto que reúne a força, os medos e os anseios de toda uma coletividade que vai se desaguar em texto. É para incomodar mesmo o *status quo* que mata um jovem negro no Brasil a cada 23 minutos. Mas como diz Jurema Werneck, "os nossos passos vêm de longe" e escreviver também é uma forma de ser *Griot*[1]. Escreviver vem muito antes da própria titulação de conceito. Vem muito antes de Carolina Maria de Jesus narrar a dor da sua fome em Quarto de Despejo. Sempre colocando uma essência aquilombada em palavras que eram e continuam sendo ditas pelos nossos mais velhos.

Como jornalista sempre acreditei ser quase impossível informar sem acessar pelo menos um pouco daquilo que vivenciamos, o nosso olhar singular (e ao mesmo tempo coletivo) para o mundo. Por isso, este trabalho acadêmico pede licença ao conceito literário de Evaristo, para colocá-lo à disposição de textos jornalísticos. Ao analisar o portal Alma Preta Jornalismo, autointitulado como antirracista/negro, e que empresta a editoria "O Quilombo" para que comunicadores negros possam escrever textos opinativos informativos, podemos perceber ideias conectadas com esse "eu coletivo".

O objetivo geral deste estudo é compreender se, e até que ponto, o trabalho de fronteira como representação e identidade se manifesta na produção jornalística do portal Alma Preta Jornalismo (APJ), mais particularmente na editoria *O Quilombo*, na perspectiva do potencial teórico-conceitual de fronteiras entre práticas jornalísticas tradicionais e práticas alternativas emergentes no jornalismo digital. Para além dessas questões, é de interesse deste trabalho

[1] "Griot é a denominação aos contadores de histórias da África. São considerados sábios muito importantes e respeitados na comunidade onde vivem. Através de suas narrativas, eles passam de geração a geração as tradições de seus povos. O termo pertence ao vocabulário franco-africano, criado na época colonial para designar narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmitia a história de personagens e famílias importantes para as quais estavam a serviço" (Braz, 2012, s.p).

identificar e categorizar, no período de 1º de maio de 2023 a 30 de junho de 2024, formas e conteúdos jornalísticos com marcas de escrevivência e suas subjetividades quanto à população negra na editoria *O Quilombo*, bem como examinar a presença ou não de elementos raciais e identitários (*aquilombamento*) presentes em cada conteúdo selecionado. Baseado nesta problemática, chegamos à questão principal sobre quais aspectos do Alma Preta Jornalismo configuram (ou não) o veículo como trabalho de fronteira e a editoria *O Quilombo* como objeto de fronteira em expansão. A partir disso, desdobramos em mais três perguntas: a) Quais evidências de inovação e controvérsia, à luz dos estudos tradicionais dos gêneros jornalísticos, podem ser extraídas dos textos jornalísticos da editoria *O Quilombo*?); b) Quais características em forma e conteúdo sugerem traços de escrevivência jornalística na editoria *O Quilombo* nos textos escritos por mulheres? e c) Como elementos raciais e identitários se apresentam no discurso textual de *O Quilombo*?

Portanto, partimos para a ideia de "quilombo", a partir Beatriz Nascimento (1989), que explica este movimento como sociopolítico, que envolve formas de identidade e resistências para manutenção da memória negra afro-diaspórica. Quando destituído de territorialidade, essa resistência e manutenção de memória dá origem ao "aquilombamento". Souto (2020, p. 141) trabalha sobre este conceito, a partir do entendimento que o quilombo se perpetua ao longo de toda a histórica afro-diaspórica – tomando novas formas a partir dos contextos. Nesta perspectiva, desaguamos na resistência negra a partir da escrita: a *escrevivência*. Essa prática literária, que aqui será analisada em um contexto jornalístico, é um olhar feminino afrocentrado, que coloca em texto a valorização de experiências individuais e, ao mesmo tempo, honrando uma coletividade. Aprofundaremos mais sobre o conceito no subítem 2.3.

Para desenvolvimento deste estudo, também será preciso adentrar as formas de representação dos negros nos discursos jornalísticos da mídia hegemônica tradicional. De acordo com Lippmann (1992), os jornais têm a capacidade de modificar as nossas representações mentais, que não necessariamente condizem com a realidade vivida socialmente, ou seja, muitas vezes a mídia retrata assuntos sociopolíticos de forma preconceituosa, pouco aprofundada, podendo dessa forma influenciar o mundo real.

Seguindo com o raciocínio sobre a imagem do negro, há mais de duas décadas, Vaz e Mendonça (2002) já alertavam para a ausência de representação negra nos jornais impressos, principalmente nos cadernos de economia, onde se destacavam pessoas privilegiadas

financeiramente na sociedade. Da mesma forma, a representação negra era escassa nas editorias de informática, sociais, de política e de automóveis.

Para Rocha (2011), o discurso ou apenas reproduz a sociedade, ou pode transformá-la. "[...] a prática política ideológica transforma as relações sociais de poder e as entidades coletivas quando existe relação de poder" (Rocha, 2011, p. 66). Nesse sentido, Pereira e Gomes (2018) analisam o papel na mídia no contexto de exclusão étnica nos discursos, contrapondo que esses mesmos veículos são objetos de consumo dos excluídos. Os autores consideram que a forma como a população negra é retratada na imprensa não pode ser pensada de forma estética, sendo necessário entender politicamente porque os sujeitos situados de fora do padrão de uma identidade se tornam suspeitos. "A suspeita se constitui como uma categoria social ambivalente, ora voltada para os interesses dos grupos dominantes, ora aberta como um critério de crítica à exclusão" (Pereira; Gomes, 2018, p. 40).

Nesse contexto, Peixoto (2020) discorre sobre a palavra hegemonia, originária do grego *hêgemôn*, que significa líder, e Silva (2015) aponta que a hegemonia é resultante de uma conformação social que reúne interesses de classe para dar direção ao conjunto da sociedade. A partir do momento que a hegemonia se torna marcante e opressora, nasce a ideia e prática da supremacia, do conceito e de relações sociais de superioridade presentes em diversos aspectos, sociais, culturais, econômicos, como destaca Moraes (2016), em uma análise da obra de Gramsci, autor marxista do início do século XX, responsável pela conceituação de hegemonia.

Gramsci (1999) antecipou a urgente necessidade da elaboração de uma prática que confrontasse a hegemonia: um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. O autor entende que o exercício normal da hegemonia se caracteriza pela combinação de força e do consenso (pensamento comum), que vai se equilibrar de diversas formas. Esse processo vai se dar de um jeito que a força apareça apoiada no consenso da maioria e assim acaba por serem expressos pelos órgãos da opinião pública como, por exemplo, os jornais.

No pensamento gramsciano, todo grupo social nasce em um terreno onde desempenha alguma função nas relações econômicas, criando para si camadas de intelectuais que vão transformá-los em uma massa homogênea e é esta que vai fazer com que o indivíduo entenda a sua função não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.

Tal conformação social vai se refletir no fazer jornalístico e, em se tratando da imprensa, pode-se perceber que os grupos sociais se utilizam do poder da comunicação midiática a favor dos seus interesses. Na contramão da hegemonia, estaria então, o conceito de contra-hegemonia. A ideia de contra-hegemonia foi concebida por Raymond Williams na obra Base e Superestrutura (1973) e depois ampliada em Marxismo e Literatura (1979), inspirada em Gramsci. Nesses textos, o autor britânico retoma inquietações que lhes acompanhavam desde a segunda metade da década de 1950, época em que já mostrava sua adesão crítica ao marxismo (Dore; Souza, 2018).

Compreendemos que o jornalismo contra-hegemônico do portal Alma Preta Jornalismo (APJ), ao atuar em sua coluna *O Quilombo* com práticas e textos subjetivos e afrocentrados, que não têm status como formas legítimas de jornalismo na literatura dos gêneros jornalísticos informativo e opinativo, merece ser estudado como uma nova forma de" trabalho de fronteira" (*boundary work*) que busca reconfigurar o que a autonomia jornalística envolve e argumenta sobre porque novos arranjos são benéficos e responsivos para as audiências noticiosas. Carlson (2019) afirma que a ideia central por trás do trabalho de fronteira é que muito do que pensamos como sólido ou estabelecido emerge por meio de um esforço continuado para alcançar solidez e definir diferenças. No caso do jornalismo, Carlson afirma:

> Embora os textos do jornalismo (por exemplo, um jornal, um noticiário ou uma página de notícias online), as organizações, o pessoal e as práticas possam parecer sólidos e estabelecidos, estes não são elementos naturais ou imutáveis. São construções sociais que se desenvolveram ao longo do tempo e continuam a evoluir à medida que o impacto da tecnologia digital, juntamente com as mudanças culturais e políticas, traz à tona questões sobre o que é o jornalismo e o que deveria ser. O trabalho sobre fronteiras fornece tanto um conceito que nos sintoniza com a condicionalidade do jornalismo como prática social, como uma estrutura para investigar como os atores competem ou se alinham na busca pelo estabelecimento de limites. Para o jornalismo, o trabalho de fronteiras é um processo constante, com consequências visíveis, no qual atores, práticas, textos e estruturas institucionais ganham (ou perdem) estatuto de formas legítimas. (Carlson, 2019, p. 1, tradução nossa)[2]

Ao partirmos do pressuposto que o jornalismo é uma forma de conhecimento do mundo (Meditsch, 2012), adotamos a perspectiva de "trabalho de fronteira" como ferramenta conceitual e analítica promissora para a definição de nossos objetivos e de nosso objeto de

[2] Although journalism's texts (e.g., a newspaper, News broadcast, or online news page), organizations, personnel, and practicesmay seemsolid and established, these are not natural or immutable elements. They are social constructions that have developed over time and continue to evolve as the impact of digital technology alongside cultural and political shifts bring to the fore questions ofwhat journalism is and what it should be. Boundary work provides both a concept that attunes us to the conditionality of journalism as a social practice, and a framework for investigating how actors compete or align in the pursuit of establishing boundaries. For journalism, boundarywork is a constant process, with visible consequences, in which actors, practices, texts, and institutional structures gain (or lose) status as legitimate forms.

pesquisa. Essa perspectiva, trazida para o campo dos estudos jornalísticos em interfaces digitais, nos permite reconsiderar concepções e práticas tradicionais, bem como reconhecer mudanças e práticas emergentes em construções narrativas jornalísticas. Como observa Carlson (2019):

> À medida que o jornalismo experimenta áreas de crescimento e retração, inovação e controvérsia, o trabalho sobre limites continuará a fornecer uma forma de aprofundar os processos que moldam a mudança. A rejeição de qualquer evolução natural ou qualidades essenciais do jornalismo serve para destacar as ações de diversas alianças de atores. Se as notícias são uma forma de conhecimento, então a forma como as notícias são legitimadas (ou são vistas como desprovidas de legitimação) continuará a ocupar a atenção dos estudiosos. Sem dúvida surgirão novos problemas. Qualquer olhar para trás no tempo ou através de diferentes contextos jornalísticos revela uma grande diversidade de formas jornalísticas, todas competindo para representar o real. (Carlson, 2019, p. 5, tradução nossa)[3]

O trabalho está organizado em quatro capítulos, além deste capítulo introdutório. No Capítulo 2, intitulado "Os estudos da racialização no Brasil e o jornalismo antirracista em contexto", trabalhamos com autores que vão dialogar sobre a racialização no Brasil, abordando, de forma estruturada, o racismo sofrido pela população negra, mas também as construções mentais e privilégios adquiridos pelas pessoas brancas. Neste capítulo, também discutimos a tentativa de decolonização do fazer jornalístico negro/antirracista.

Nesta revisão de literatura trazemos o racismo na sociedade brasileira, através de autores como Borges (2019), Almeida (2019), Ribeiro (2019) e Carneiro (2023). A partir dos conceitos de Identidade e Diferença, revisitamos obras de Hall (2000) e Sodré (2023) para explorarmos as conceituações de poder a partir de identificações e diferenciações interpessoais, que vão desaguar em práticas racistas no nosso país. Serão trazidas conceituações de *Escrevivência*, que atravessavam as obras de Evaristo, e os conceitos de Aquilombamento e Quilombismo, a partir de Franco (2023) e Nascimento (2002).

O Capítulo 3, "Possibilidades e desafios do jornalismo alternativo digital", discute os enfrentamentos do jornalismo contra-hegemônico e as oportunidades de operar no ambiente digital. Com a intenção de apresentarmos relevância e ineditismo à pesquisa, utilizaremos os conceitos de trabalho de fronteiras e objeto de fronteira propostos por Carlson e Lewis (2015), Carlson (2019) e Star (2010) para a área da Comunicação e, particularmente, para os estudos no campo do Jornalismo. Em seguida, é abordada a construção do pensamento decolonial

[3] As journalism experiences areas of growth andretraction, innovation and controversy, boundary work will continue to provide a wayof drilling down into the processes that shape change. The rejection of any natural evolution or essential qualities of journalism serves to highlight the actions of variousallegiances of actors. If news is a formof knowledge, then how news comes to be legitimated (or is seen as lacking legitimation) will continue to occupy the attentionof scholars. New issues will undoubtedly arise. Any glance backward in time or across different journalistic contexts reveals a great diversity of journalistic forms, all vying torepresent the real.

dentro da prática jornalística, e suas correlações com o jornalismo alternativo negro. Nesse contexto, também dedicamos um subitem para tensionar as ideias de objetividade e subjetividade. E, como último tópico, será discutido o conceito de ciberquilombismo e imparcialidade jornalística.

No Capítulo 4, trazemos os percursos metodológicos adotados para o estudo sobre o portal Alma Preta Jornalismo (APJ) e sua coluna O Quilombo, no período de 1º de maio de 2023 a 30 de junho de 2024. Nesse percurso, adotamos procedimentos de análise de conteúdo híbrida (Bardin, 2011), combinando pesquisa documental para a coleta de textos publicados no portal Alma Preta Jornalismo, com a adaptação da análise pragmática da narrativa (Motta, 2013) para examinarmos o *corpus* analítico da editoria O Quilombo à luz de novas perguntas de pesquisa e apresentamos nossos achados e interpretações.

Por fim, no Capítulo 5, elaboramos nossas Considerações finais tratando das contribuições desta pesquisa para a área de estudo Comunidade e Sociedade, particularmente para o campo do Jornalismo, dos limites da pesquisa e das possibilidades abertas com novos questionamentos surgidos e desdobramentos importantes para o desenvolvimento de novos no campo comunicacional.

2 OS ESTUDOS DA RACIALIZAÇÃO NO BRASIL E O JORNALISMO ANTIRRACISTA EM CONTEXTO

Por entender que o veículo a ser analisado nesse estudo, se tem como principal foco o jornalismo antirracista, é preciso fazer um panorama histórico sobre o racismo nos Brasil. Borges (2019) afirma que o Brasil foi construído a partir da escravização de populações retiradas à força do continente africano e essa mão de obra se tornou o principal pilar da sociedade. Ainda segundo a autora, o corpo do preto escravizado passa a ser a primeira mercadoria do sistema colonial, tornando-se reflexo das dinâmicas sociais que ocorrem e resultam em uma hierarquização racial. Borges (2019, p. 53) é categórica: "Esse foi um processo que não se fixou apenas na esfera física da opressão, mas estruturou o funcionamento e organização social e política do país".

Almeida (2019) descreve o racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de corpos racialmente identificados. O autor esclarece que a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva de uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça.

Almeida (2019) afirma que o preconceito racial se manifesta enquanto juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racial e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias:

> O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre "pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição". Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (Almeida, 2019, p. 50)

Ribeiro (2019) e Almeida (2019) ressaltam que para se discutir racismo no Brasil é essencial trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, e as consequências acarretadas por isso. Almeida (2019) acrescenta uma nova perspectiva: segundo ele, é possível olhar o racismo por mais dois ângulos além do racismo estrutural: o individualista e o institucional.

O racismo individualista parte do ponto de que seria um fenômeno anormal atribuído a um grupo isolado e que seria combatível através de punição jurídica. Ao contrário disso, o

racismo institucional não se refere a comportamentos individuais, mas sim ao resultado do funcionamento das instituições que atribuem vantagens ou privilégios de acordo com a raça.

Ainda, de acordo com Almeida (2019, p. 67), o racismo constitui um imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional: "O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas". Nesse sentido, Sodré (2023) diz que o racismo brasileiro não está necessariamente na estrutura da sociedade, mas surge a partir de resquícios de uma sociedade autoritária que via o outro como patrimônio.

> O racismo brasileiro de hoje persiste no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista: uma verdadeira forma social autonomizada como herança autoritária de práticas patrimoniais das classes dirigentes, uma a mais no rol do clientelismo colonial e imperial, a que aderiu inercialmente a burguesia industrial nativa. (Sodré, 2023, p. 56)

Carneiro (2023) vai utilizar o conceito de "dispositivo", de Foucault, para explicar as relações raciais na sociedade brasileira. Ela explica esse dispositivo enquanto ferramenta para instaurar o poder mediante o racismo.

> O dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro. (Carneiro, 2023, p. 13)

A autora continua dizendo que o dispositivo de racialidade opera de forma conjunta com o biopoder e pode ser por ele instrumentalizado.

> Combinado ao racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior, afinal, como diz Foucault, "a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo". (Carneiro, 2023, p. 13)

Até aqui, foi feito um breve panorama histórico sobre as relações de domínios advindas do racismo presente na sociedade. No entanto, para maior entendimento de tais disputas de poder, é preciso racializar os privilégios do opressor: o branco. Bento (2022) traz a significação do conceito de "branquitude", refletida em todos os âmbitos sociais. Quando o conceito se reflete nas instituições (aqui podendo-se entender instituição em quaisquer âmbitos) denota uma homogeneidade quando se analisa o perfil das equipes que são majoritariamente masculinos e brancos. Esse *modus operandi*, de acordo com Bento (2022, p. 14), se perpetua através das gerações deixando esse domínio cada vez mais incorporadas às relações sociais.

“Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”.

Bento (2022) reforça que esse pacto da branquitude tem uma grande dose de componente narcísico, no sentido de sempre se autopreservarem e se protegerem. Portanto, tudo que é visto como “diferente” ameaça essa “normalidade”, essa “universalidade” de privilégios. O medo de perder tais privilégio é o que está na base da opressão, gerando formas de reações e representações do outro.

> A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança […], é um dos muitos imaginários de soberania característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (Mbembe, 2016, p. 128)

O documento Perfil Racial da Imprensa Brasileira (Poder360, 2021), produzido pelo Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas e I’MAX, evidencia em dados o que autora Bento (2022) diz sobre o pacto da branquitude. O estudo realizou 202 entrevistas com jornalistas negros sobre racismo e discriminação ao longo de suas trajetórias profissionais e mapeou as ações discriminatórias que acontecem nas redações brasileiras. No total, 57% dos entrevistados percebem formas de discriminação e 98% relatam ter mais dificuldade de crescer na carreira em comparação aos brancos.

De acordo com o estudo, “as ações racistas mais relatadas dizem respeito a aspectos relacionados a preconceito racial em geral, discriminação pela aparência, discriminação no tratamento profissional e assédio racial” (PODER360, 2021, p. 6). Os entrevistados também destacam que a própria cultura da empresa privilegia brancos e que estes estão sempre nas chefias. Quando se trata das mulheres negras, 85% delas sofrem o racismo e o machismo de forma conjunta. Elas dizem que são tratadas de forma misógina, racista e assim consideradas como incapazes ou inaptas aos seus serviços. A pesquisa também fez o recorte sobre a definição de pautas e fontes sobre as preferências das instituições em darem espaço a fontes brancas.

Bento (2022), em suas pesquisas, corrobora esta problemática:

> Fui consolidando uma perspectiva sobre o modo de operacionalização das discriminações dentro das organizações, em que questões éticas, morais e relacionadas com a democratização de espaços institucionais sempre são tratadas através de uma perspectiva “racional”, que busca justificar as desigualdades a partir da ideia de mérito. Ou seja, se constatamos representação excessiva de pessoas brancas nos lugares mais qualificados é porque elas mereceram isso, e a ausência de negras e negros e de outros segmentos deve-se ao fato de não estarem devidamente preparados. (Bento, 2022, p. 15)

Em âmbito nacional, o Perfil Racial da Imprensa Brasileira 2021 informa que nas redações a porcentagem de jornalistas negros é de apenas 20, 10% em comparação com os

77,60% de jornalistas que se autodeclaram brancos, seguidos da população amarela (2,10%) e indígena (0,20%), que soma menos de 3% do total. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, do Instituto Brasieiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra atingiu a marca de 56,20% da população brasileira total.

Tabela 1: Perfil geral dos jornalistas de redação no Brasil

	REGIÃO					
	CO	N	NE	S	SE	TOTAL
COR/RAÇA	%	%	%	%	%	%
BRANCA	74,47	71,43	59,52	93,05	77,35	**77,60**
NEGROS	**21,28**	**25,00**	**38,89**	**5,35**	**20,35**	**20,10**
PARDA	17,02	21,43	23,81	3,74	12,92	**13,20**
PRETA	4,26	3,57	15,08	1,60	7,43	**6,90**
AMARELA	4,26	3,57	1,59	1,60	1,95	**2,10**
INDÍGENA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	**0,20**
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	**100,00**

Base: 1.000 entrevistas

Fonte: Captura de tela do Perfil Racial da Imprensa Brasileira, 2021.

Pensando nos dados sobre raça e gênero trazidos pela pesquisa, é preciso adentrarmos um pouco na discussão interseccional entre mulheres negras e brancas. Davis (2016) elucida, em um contexto diaspórico estadunidense, mas que tem semelhanças com o cenário brasileiro, que as divisões de trabalhos entre mulheres negras e brancas são marcantes. O sistema escravista colocava o povo negro como mercadoria. As mulheres negras quando escravizadas eram exploradas, estupradas e submetidas a trabalhos compulsórios, enquanto as mulheres brancas eram tidas como protetoras, parceiras e donas de casa.

Com o início da luta pelos direitos feministas “as mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática especifica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero” (Carneiro, 2011, p. 121). Os movimentos feministas colocavam as pautas inerentes à mulher negra como um subitem e não reconheciam os privilégios advindos da branquitude. No mercado de trabalho as mulheres negras são preteridas em promoções e na ocupação de bons cargos com a justificativa de não terem "boa aparência". A preferência é dada às brancas. “O racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre as mulheres negras em particular” (Gonzalez, 2020, n.p.).

Um outro conceito bastante complementar ao trazido por Gonzalez sobre o sofrimento da mulher negra é o de Dororidade. Trazido por Piedade (2020), o termo desdobra a palavra

Sororidade, ao entender que a dor das mulheres brancas não se assemelha as das mulheres brancas e muitas vezes não é acolhida em meio a luta feminista. A dor da mulher negra é vivida e compartilhada apenas entre nós.

> A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor -mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor. Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror – irmãs. Dororidade, vem de Dor, palavra-sofrimento. Seja Físico. Moral. Emocional. (Piedade, 2020, p. 17)

Em um contexto de pacto entre a branquitude, seus privilégios são entendidos como sendo facilidades intocáveis e inerentes ao indivíduo, ou seja, está presente na vida de todos os brancos independente de classe ou posicionamentos antirracistas. Tanto de forma simbólica quanto de forma concreta, o branco se utiliza de forma contundente de seus privilégios, dominando racialmente, como afirma Bento (2022, p. 61): "É insurgente toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E, quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário". As falas de mulheres negras precisam ser ouvidas tendo em mente todas as interseccionalidades. Assim, este estudo se propõe a focar nos textos produzidos por mulheres, no APJ.

2.1 JORNALISMO NEGRO NO BRASIL

Pinheiro (2019, p. 56) afirma que "ao longo da história do Brasil a imprensa se constitui como espaço de enfrentamento ao desenvolvimento do racismo na nossa estrutura social". Ela se faz presente desde quando os negros ainda eram escravizados no Brasil, porém deixado de ser ensinado nas instituições do país devido a "(...) um processo que se dá na relação com a construção do mito da democracia racial e a ideia de um Brasil como o paraíso da miscigenação (...)" (Pinheiro, 2019 p. 56). Todo esse apagamento histórico e intelectual é oriundo de um epistemicídio explicado por Carneiro (2005, p. 97) como algo que "fere de morte a racionalidade dos (povos) subjugados ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc."

> [...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de

> conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento 'legítimo' ou legitimado". (Carneiro, 2005, p. 97)

Pinto (2006) conceitua o início da imprensa negra como aquela que atua contra a discriminação racial no Brasil, com o intuito de subverter o domínio branco e colonizatório, mas não necessariamente vinculados diretamente aos jornais abolicionistas do século XIX. Nessa linha, Pinheiro (2019) explica que o primeiro jornal da imprensa negra no Brasil teria surgido por volta de 14 de setembro de 1833, na Tipografia Fluminense de Francisco de Paula Brito, com o pasquim *Homem de Côr.* O periódico teria circulado no Rio de Janeiro somente por cinco edições. Em sua terceira edição passou a se chamar *O Mulato ou o Homem de Côr.* No entanto, o autor também diz que "desde antes do que é considerado o surgimento oficial da Imprensa no Brasil (1808), estima-se que os afro-brasileiros já se utilizavam deste tipo de ferramenta de comunicação como instrumento de luta" (Pinheiro, 2019, p. 58).

Pinto (2006) esclarece que em Salvador de 1798, pessoas negras colavam boletins manuscritos em locais estratégicos da cidade a fim de incentivar a Revolta dos Búzios. Ele vai chamar de "uma versão primária do contemporâneo jornal mural":

> Ao movimento é também dado os nomes de Revolta dos Alfaiates ou Revolta das Argolinhas. Os nomes derivam das maneiras que os insurgentes utilizavam para se identificar, e das características dos que participaram. Eles utilizavam búzios em pulseiras e argolas para se reconhecerem entre si, sendo a denominação Alfaiate devido à função que muitos dos participantes exerciam. (Pinheiro, 2019, p. 58)

Em *podcast* produzido pela Agência Brasil (2023) em comemoração aos 190 da imprensa negra no Brasil, são descritos os principais veículos do século XIX e XX. Pinto (2006) ressalta que o início da imprensa negra no país contou com diversos obstáculos como o próprio escravismo e derivações dessa violência. Ainda assim, a população negra conseguiu tornar pública as suas falas. "Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los" (Pinto, 2006, p. 27-28).

Nos períodos iniciais, a imprensa no Brasil era considerada panfletária, tentava buscar um objetivo e sumia quando o mesmo era alcançado. Esse caráter de reportar os fatos, como conhecemos hoje em dia, nem sempre acontecia. Muitas vezes a ideia era fazer apontamentos sociais em prol de uma causa maior. No caso da população negra, era reivindicar pelos seus direitos básicos.

> Movimentos sociais e pesquisadores têm denunciado incessantemente as abordagens policiais racistas e a criminalização sistemática de negros. Era assim em 1833 e continua assim em 2023: o grupo responde por 68% dos que estão hoje em presídios no país, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pauta é uma constante na imprensa negra. [...] Se avançarmos para os dias atuais, há uma clara continuidade na luta antirracista. A mensagem é representativa de uma missão que une comunicadores negros do passado e do presente: A de não se calar diante da intimidação, da violação de direitos e de ameaças à liberdade. (Agência Brasil, 2023, n.p.)

O primeiro jornal *O homem de cor* denunciava o racismo contra pessoas negras já libertas, além das suas enormes dificuldades em conseguir cargos públicos civis, políticos e militares. Demorou 43 anos para que um segundo exemplar da imprensa negra surgisse no Brasil: *O homem* nasce em 1876, na cidade do Recife. Conforme apresentamos no Quadro 1, durante o século XX, o número de veículos negros aumentou consideravelmente.

Quadro 1 – Imprensa negra nos séculos XIX e XX no Brasil

Nome	Ano	Local
O homem de côr (O Mulato)	1833	Rio de Janeiro
O homem	1876	Recife
O exemplo	1892	Porto Alegre
A pátria	1899	São Paulo
O Progresso	1899	São Paulo
A verdade	1904	Minas Gerais
A Alvorada	1907	Rio Grande do Sul
O Menelick	1915	São Paulo
O Xauter e a A Rua	1916	São Paulo
O bandeirante	1918	São Paulo
O alfaiate	1918	São Paulo
A liberdade	1919	São Paulo
A sentinela	1920	São Paulo
Kosmos	1922	São Paulo
Clarim d´ Alvorada	1924	São Paulo
Elite	1924	São Paulo
Progresso	1928	São Paulo
A voz da raça	1933	São Paulo
A tesoura	1924	Rio Grande do Sul
A revolta	1925	Rio Grande do Sul
O Tagarela	1929	Rio Grande do Sul
Raça	1935	Minas Gerais
Quilombo	1948	Rio de janeiro

Arte: Autoria própria com dados da Agência Brasil

Trazendo para os dias atuais, Pinheiro (Agência Brasil, 2023) vai elucidar o termo "imprensa negra", colocando em foco que ele surge a partir de um descontentamento com as

mídias hegemônicas (ou ditas comerciais), ao retratar assuntos inerentes a população negra. Ao longo dos anos e atualmente, a imprensa negra se ergue como um enfrentamento a essa falta de representatividade negra nas mídias tradicionais, ou uma representação errônea que reforça estereótipos racistas. A diferença entre as mídias ditas tradicionais e negras "não estaria na escolha dos temas e acontecimentos a serem cobertos pelos jornalistas, mas na perspectiva que se adota em relação a eles" (Agência Brasil, 2023, n.p.).

Pinheiro (Agência Brasil, 2023) também ressalta a importância de se reivindicar a equidade de profissionais negros no mercado de trabalho. De acordo com último levantamento feito em maio de 2023 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa), intitulado como "Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?", com base em dados de 2021 dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, essa equidade está bem distante de ocorrer. O resultado aponta que 84,4% dos jornalistas desses veículos são brancos, 6,1% são pardos, 3,4% pretos, 1,8% amarelos e 0,1% são indígenas.

Nos dias 10 e 13 de outubro de 2019, 32 veículos e coletivos de mídias negras de todo o país se uniram após o *Seminário Genocídios Contemporâneos, Reagir é Preciso* (em Belo Horizonte – MG), para assinar o manifesto "*Ninguém mais vai calar o grito por liberdade"***.** A ação foi organizada pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir). O documento declarava: "A mídia negra brasileira está unida em defesa da vida da população negra e pela reforma do sistema político no Brasil". Foram afirmados os seguintes princípios:

– Garantir o Direito à Comunicação da maior parte da população brasileira, composta em 54% de autodeclaradxs negrxs.

– Produzir narrativas alternativas, ou de enfrentamento direto, as lógicas racistas e sexistas da mídia hegemônica brasileira.

– Fazer frente às diversas formas de Genocídio da População Negra, com discursos em defesa das #VidasNegras – banalizadas e descartadas pelas estruturas do Estado e da sociedade, sob legitimidade da mídia hegemônica.

– Reverberar narrativas de felicidade e bem viver protagonizadas por pessoas negras, bem como, priorizar o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida em nossas políticas editoriais, e em nossas atuações políticas-profissionais;

– Refletir e questionar todas as lógicas opressoras de poder na sociedade que agregadas ao racismo potencializam nossas vulnerabilidades, tais como o sexismo, a cisheteronormatividade, desigualdade de classe e as geopolíticas de poder.

Em seguida (**Quadro 2**), mostramos a lista de assinantes do manifesto:

Quadro 2 – Signatários do Manifesto “Ninguém mais vai calar o grito pela liberdade”

Alma Preta Jornalismo	Canal Sapatão Amiga	Nação Z	Revista Quilombo
Associação de Produtores do Audiovisual Negro – APAN	CMA HIP-HOP, Comunicação, Militância e Atitude Hip-Hop	Notícia Preta – Portal	Site Mundo Negro
Bahia 1798 – Rede de Mídia Livre	Coletivo Papo Reto	Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros do Sindjors (Sindicato dos Jornalistas Pro-fissionais do RS)	Site Seja Extraordinária
Blog Gorda&Sapatão	Coletivo Terra Firme	Portal BlackFem	TV Raça
Blog Negro	Comissão de Jornalistas Pela Igualdade Racial / SJPMRJ – Cojira Rio	Programa Evolução Hip-Hop	Raízes TV
Blogueiras Negras	Cooperativa de Literatura Marginal	Programa Me Despache	Revista Quilombo
Canal Corpo Político	Conexão Malunga	Projeto Afro	
Canal Ela Preta Afronta	Instituto Búzios	QuilomboNews	
Canal Sapas Gordas	Instituto Mídia Étnica / Correio Nagô	Revista Afirmativa – Coletivo de Mídia Negra	

Fonte: Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir)

2.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA

Em um país como o Brasil, demarcado por inúmeros apagamentos de memórias durante os quase 500 anos de dominação dos povos negros e originários, recuperar suas histórias é necessário e urgente. A construção de memória da população negro-africana, tida aqui neste estudo como um recorte, sofreu graves distorções, negações e apagamentos do seu passado ancestral. Nascimento (1980) destaca que a história afro-brasileira não se inicia com a escravização dos povos negros vindos de África e que no Brasil a dominação branca europeia impedia que a população negra assumisse as suas perspectividades identidades.

O continente Africano foi ignorado em vários níveis sociais. Com o fim do comércio de mão de obra escravizada negra e a abertura para imigração europeia, Nascimento (1980, p. 247), afirma que se tornou mais forte a intenção de promover um esquecimento do continente africano de uma forma positiva e nativa. “Nunca em nosso sistema educativo se ensinou qualquer disciplina que revelasse algum apreço ou respeito às culturas, artes, línguas e religiões de origem africana”. Além disso, o autor também ressalta que os negros em diáspora sempre foram impedidos ou tiveram dificuldades econômicas para retornarem ao país de seus descendentes, mas apesar de tudo, não conseguiram apagar por completo as nossas lembranças originárias.

A tentativa de recuperação da identidade se deu (e ainda se dá) a partir de muitas lutas político-sociais e é desde o século XV que ferramentas muito importantes para a manutenção da consciência diaspórica se fazem presente como forma de resistência: os quilombos. “O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização [...]. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico” (Nascimento, 1982. p. 256).

De acordo com a historiadora Beatriz Nascimento, os quilombos se configuram como um “local onde à liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados” (Nascimento, 1979, p. 17). E complementa ao dizer que o quilombo exerce um papel fundamental na consciência histórica dos negros. Nessa constante busca por retomadas histórico-sociais, o negro no Brasil passa muitas vezes por conflitos internos ao se definir no espaço- tempo, principalmente se vislumbramos o constante bombardeamento de racismo que se sofre. É justamente esse processo pessoal e reflexivo

que Nascimento (2018) descreve ao compartilhar com um analista as angustias de ser negra e as discriminações que sofria:

> Pergunto-me até que ponto o "negro" a que me referia não era mais discriminado por eu mesma; se ele não era maior dentro de mim. Se a criatura rejeitada, agredida, infeliz, não estava sofrendo tudo isso de mim. Em suas palavras "até que ponto não havia internalizado a discriminação da qual me queixava"? Ressalte-se que ele não negava a discriminação vinda de fora, da sociedade, não atenuava o que eu sofria vinda dos brancos. "Mas argumentava ele, eu não estaria também agredindo muito, justamente o 'negro dentro de mim?"" Anuí. Era possível. Tinha-lhe dito antes, que me encontrava confusa, pois em dado momento muitas coisas em mim estavam misturadas, me encontrava com dificuldade de continuar o trabalho sobre o negro, o qual me propusera fazer. [...] Essa mulher, por vários motivos não se encontrava ajustada a tudo isso, a essa ascensão social e cultural; percebera que um dos motivos, o maior talvez, fosse o ter reconhecido que a maioria dos negros no Brasil continua passando as mesmas vicissitudes impostas pela pobreza, pelo obscurantismo, confinado socialmente. [...] Quando pretendo explicar o que se produziu em quatro séculos de repressão, de ausência de ser, vejo somente uma imensa amnésia coletiva que nos faz sofrer brutalmente. Esta amnésia coletiva começou a surgir a partir de um porão de um navio negreiro qualquer, e ao nível social, sabemos ou intuímos o que ela produziu. Mas, e interiormente? Como, por exemplo, ela se apresenta em nível individual numa cidade como o Rio de Janeiro, onde a desagregação secular, junta-se àquela provocada pelo fenômeno urbano na grande cidade? (Nascimento, 2018, p. 241)

Em complemento a esta nossa autopercepção identitária, Nascimento (2018, p. 242), fala de como essa “amnésia” histórica pode acabar por traduzir um certo comportamento dócil: “Dizem que o negro no Brasil ficou entre quilombola e os que se revoltaram pela tomada de poder, logo sobrou um tipo dócil... falácias!”. De acordo com a autora, esse comportamento afável, alegre, aparentemente despreocupado, se refletiu em um sofrimento visível, através de atitudes hostis, francamente antissociais, entretanto vulnerável a qualquer expressão afetiva vinda do exterior. Ou então, passou-se uma percepção de um certo despojamento, que as pessoas entendem como uma liberdade inata, e o branco se utiliza disso para delimitar o que ele diz ser "cultura do negro", isto é, estabelecendo um "behaviorismo" simplista e "folclórico". Nascimento explica que, na realidade, esses tipos de comportamentos têm por trás um inconsciente esmagado pelo sofrimento ancestral e atual: “A memória do negreiro, a solidão antiga, a ausência de identidade. Ah!... e tem a minha amnésia. Ela é a reunião de todas essas acima com mais uma: mergulhar na busca da explicação, do temível conhecimento do negro brasileiro” (Nascimento, 2018, p. 242).

A partir desses fundamentos, resgatamos as contribuições de Hall (2000) sobre o conceito de identidade na perspectiva interdisciplinar dos estudos culturais. Para Hall, a identidade, tal como a diferença, é uma relação social e isso implica em estar sujeito a disputas de poder. Por isso, esses conceitos não são simplesmente definidos, mas

impostos. O autor argumenta que não se trata apenas da disputa relacionada à identidade e à diferença entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder, enfatizando que na busca pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade.

> A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (Hall, 2000, p. 81)

Na esteira do pensamento de Hall (2000) sobre a relação entre identidade, diferença e poder, Foucault (1998) também vai discorrer sobre as questões identitárias do ser humano e sua relação com a História, no sentido de que as noções de pertencimento também surgem a partir das relações de poder criadas e que, muitas vezes, o que demostramos no cotidiano não é exatamente a nossa real face.

> [...] esta identidade, bastante fraca contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam; os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros [...]. (Foucault, 1998, p. 21)

Como este estudo tem enfoque nos enquadramentos de um veículo antirracista, é necessário também abordarmos a identidade da população negra. Em outra obra, Hall (2016) examina a racialização e a alteridade na cultura popular ocidental, destacando três momentos importantes, que deram origem a demarcadores raciais:

> O primeiro teve início com o contato, no século XVI, entre comerciantes europeus e os reinos da África Ocidental, fonte de escravos negros durante três séculos. Seus efeitos podem ser encontrados na escravidão e nas sociedades pós-escravistas do Novo Mundo [...]. O segundo momento ocorreu com a colonização da África e sua "partilha" entre as potências europeias que buscavam controlar território, mercados e matérias-primas coloniais no período do "novo imperialismo" [...]. O terceiro momento ocorreu com as migrações pós-Segunda Guerra Mundial do "Terceiro Mundo" para a Europa e América do Norte [...]. As ideias ocidentais sobre "raça" e as imagens da diferença racial foram moldadas profundamente por esses três encontros fatídicos. (Hall, 2016, p. 161)

Hall (2016, p. 337) afirma que a sociedade pós-moderna possui um certo “fetiche” pelas diferenças humanas como as raciais, culturais e, sobretudo, étnicas, o que significa “total oposição à cegueira e hostilidade” da alta cultura europeia pela diferença étnica. Nessa esfera, Sodré (2006) analisa que, com o pós-moderno globalizado e capitalizado, a política se torna mais estética, baseada em aparências, criando a ideia de diversas conexões entre os indivíduos. Essa lógica de globalização, entretanto, não abraça e nem se aprofunda nas diversidades culturais, não dando atenção para as singularidades.

2.3 ESCREVIVÊNCIA E AQUILOMBAMENTO

No subitem anterior, adentramos na ideia de identidade e resistências para manutenção da memória negra afro-diaspórica através do aquilombamento. Trazendo novamente a fala de Beatriz Nascimento, no documentário "Ôrí", de 1989, a palavra "quilombo" é uma ideia que remonta ao passado, mas continua no presente como união cultural, compreendendo o quilombo em seu sentido ideológico, de agregação e comunidade. Assim, o termo se refere a um espaço que se coloca como resistência pelo reconhecimento da humanidade e preservação dos símbolos culturais do povo negro e nos mais diversos espaços e sistemas sociais.

Souto (2020, p. 141) discorre sobre a ideia de aquilombamento, a partir das reflexões de Beatriz Nascimento, examinando que o quilombo se perpetua ao longo de toda histórica afro-diaspórica, e se reconfigura conforme as necessidades. No entanto, o aquilombamento estaria destituído de um caráter territorial.

> [...] pedimos licença para desdobrar a enunciação feita por Beatriz Nascimento e desembocar na ideia de "aquilombamento" enquanto dispositivo derivado da instituição quilombo, porém destituído do seu caráter territorial, no intuito de demonstrar a continuidade do ato de aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade. (Souto, 2020, p. 141)

Portanto, se o aquilombamento como dito acima, não está necessariamente delimitado pela territorialidade, traremos como exemplo de resistência negra o conceito que vai atravessar esse presente estudo: a *escrevivência*. A prática literária utilizada pela autora Conceição Evaristo (2022) diz respeito a colocar em sua escrita as suas experiências de vida enquanto mulher negra, a partir também de um olhar afrocentrado e que honra a coletividade.

> Ora, quando pensamos em escrevivência, muitas pessoas perguntam se ela seria uma escrita de si, uma escrita ego, uma ficção de si (ou) uma escrita narcísica. E o que a gente tem dito (é) para pensar a escrevivência aproveitando os nossos mitos. Uma escrita narcísica, ela tem como modelo, [...] para a análise pensar no mito de Narciso, né? O sujeito que se perde diante da própria beleza. A escrevivência ela se distancia, por exemplo, desse mito de Narciso. Preferimos pensar a escrevivência a partir de mitos afro-brasileiros ou africanos primeiro. O espelho de Narciso não reflete nosso rosto. A beleza negra nunca foi reconhecida. Ela é reconhecida a partir de um movimento nosso de autoestima. Então, [...] como ler a escrevivência a partir de mitos afro-brasileiros? Vamos pensar no espelho de Oxum e no espelho de Iemanjá. O espelho de Oxum é aquele espelho que revela a beleza negra, minha auto dignidade e me faz reconhecer como bela. E aí a gente parte para um outro espelho. Nós vamos para o espelho de Iemanjá, que é o espelho que acolhe a comunidade. Iemanjá é aquela que cria e aquela que cuida. Então, nesse sentido, a escrevivência a partir de mitos afro brasileiros, não pode der pensada como uma escrita narcísica,

> porque ela não é a história de um sujeito, ela reflete a história de uma coletividade. (Evaristo, 2022, YouTube[4])

Evaristo (2009) explica que o ponto de vista da escrita se dá a partir de uma subjetividade. Portanto, a autora diz que quando ela escreve é impossível se desvencilhar de suas vivências de um "corpo-mulher-negra". "As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam" (Evaristo, 2009, p.18). Ela continua dizendo que em relação às mulheres brancas, existe uma união que se dá pelo gênero. No entanto, o quesito raça, coloca as mulheres brancas em posição se superioridade, podendo nesse lugar social, desempenharem um papel de opressoras tanto quanto um homem branco.

> Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influiu e influi em minha subjetividade. (Evaristo, 2009, p.18).

Para Evaristo (2005), as mulheres negras são invisibilizadas, pela literatura e quando são retratadas surgem de maneiras ficcionalizadas a partir de estereótipos vários. Quando mulheres negras tomam posse da escrita, buscam se colocar de forma auto representativa. "Surge a fala e um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra" (Evaristo 2005, p. 205).

Aqui neste estudo, a partir das explanações de Conceição Evaristo, tomamos como ponto de partida de que escrevivência é feita exclusivamente por mulheres negras. No entanto, existe um tensionamento do conceito trazido por outros autores, que entende ser possível ter demarcadores de escrevivências nas práticas literárias feitas por homens. Os autores Tavares e Porfírio (2021), por exemplo, aplicam o conceito correlacionando às vivências de um homem LGBTQIA+, quando este autor além de pensar em si, também pensa na coletividade de um grupo, que também é marginalizado socialmente.

[4] Vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=J-wfZGMV79A. Acesso em janeiro 2024.

> Quando se pensa em si mesmo em condições adversas, ocorre a reinauguração do lugar da subalternização, que desloca o sujeito desse lugar. Um de seus preceitos é a consciência de que há um "eu coletivo", o qual implica que o autor sabe que não está dialogando sozinho, mas sim com aqueles que muitas vezes são invisibilizados (Ferreira, 2013). Ele sabe da responsabilidade que tem ao dar voz àqueles que não possuem condições de falar, pois ele se torna porta-voz. (Tavares e Porfírio, 2021, p. 34)

Os autores continuam o pensamento ao citar a neutralidade como uma tradição presente nas narrativas do Ocidente e, assim neste caso, eles entendem que poderia se olhar a *escrevivência* como:

> "(...) uma potência metodológica da escrita e a aproximar do fazer jornalístico, no qual o repórter se posiciona, abdicando do pressuposto de imparcialidade do jornalismo em relação a sua escrita e trazendo ao texto a realidade daqueles que são silenciados, entende-se que o jornalista responsabiliza-se moral e socialmente". (Tavares; Porfírio, 2021, p. 34)

Partindo dessa linha de raciocínio o "jornalista não está desassociado do mundo, por isso, ele pratica uma *escrevivência* quando assume sua condição de sujeito e a partir dela representa a vida por meio da escrita" (Tavares; Porfírio, 2021, p. 34). Os autores ressaltam que não se trata da *escrevivência* de um repórter que vai se colocar de forma autobiográfica, mas sim de uma forma narrativa que empresta sua vivência e resistência para a construção humanizada de um personagem que vai dialogar com as realidades.

O conceito de *escrevivência*, trazido por Evaristo, a partir de sua prática literária, concerne colocar em sua escrita as suas experiências de vida enquanto mulher negra e coletividade de um povo. Por isso, poderia ser feito um paralelo entre o veículo APJ, quando se percebe que este é produzido por jornalistas negros que, buscando aprofundamento das questões noticiadas, podem acabar por acessar suas próprias vivências ao definir os enquadramentos de um fato.

A *escrevivência* demanda uma escrita que não quer ser vista como imparcial, mas sim com posicionamentos políticos demarcados. Tavares e Porfírio (2021) citam que, a partir do momento em que Evaristo cria o termo, ela fala de si e para os seus. Como afirma Evaristo (2007, p. 21): "A *escrevivência* não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande, mas sim para incomodá-los em seus sonos injustos". Ao compreenderem que a *escrevivência* se dá a partir dos sujeitos e suas histórias de vida e que Evaristo propõe também pensar o corpo enquanto texto, como uma forma de se colocar no mundo, Tavares e Porfírio (2021, p. 33) argumentam que "mais que evocar um lugar de fala (que está para além da reivindicação individual de onde se vive), é evocada a fala como lugar".

Os autores também citam um trecho de uma live de Borges (2020)[5], onde ela afirma que o sujeito quando ocupa esse lugar de subalternizado já tem o seu lugar de fala marcado, que é justamente um lugar de menor relevância. Por isso, a *escrevivência* surge como uma maneira de subverter essa lógica, possibilitando a fala de um lugar além daquele já demarcado. Fazendo um paralelo com a escrita jornalística, Tavares e Porfírio (2021) tecem a instância pessoal e política em duas camadas, onde a *escrevivência* confrontaria uma tradição ocidental de uma suposta "neutralidade" jornalística em que não se fala de si nos textos elaborados.

Ademais, Conceição Evaristo (2005) descreve que essas mulheres negras perceberam que a leitura é uma forma de apreender o mundo, e o ato de escrever 'ultrapassa os limites de uma percepção da vida' (Evaristo, 2005, p. 4). Reforçamos aqui que, neste estudo, entendemos a escrevivência como sendo realizada exclusivamente por este grupo feminino. No entanto, deixamos o conceito disponível para futuros tensionamentos como os trazidos pelos autores Tavares e Porfírio (2021).

> Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere "as normas cultas" da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. (Evaristo, 2005, p.4).

É preciso pensar nas configurações de luta durante toda a história do negro no Brasil antes de adentrarmos na subjetividade do fazer jornalístico. Andrade e Veloso (2021) observam que ao longo da história do país, ao lutar contra a dominação das elites, indivíduos e grupos negros encontraram nas várias formas de comunicação ferramentas de enfrentamento ao racismo. Essas ações acabaram por refletir as produções midiáticas, tanto na absorção de conhecimento, quanto na pratica em si. Assim, elas afirmam que a popularização das mídias para as pessoas negras através da internet (tecnologias digitais móveis), levou a uma intensa produtividade e disseminação das matérias feitos por este grupo. Como explica Munanga (1996):

> Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade

[5] Tavares e Porfírio 2021 referência Rosane Borges (2020) a partir de fragmentos da participação da pesquisadora em uma *live* transmitida em redes sociais digitais no dia 4 de maio de 2020, intitulada "Escrevivência como sistema de escritura em Conceição Evaristo". O registro da divulgação está disponível (https://bit.ly/3cPeeA4), mas assim como os autores a gravação da transmissão não foi localizada por mim.

> (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. (Munanga, 1996, p. 63).

Andrade e Veloso (2021, p. 176) concebem que estes espaços de reunião dos brasileiros afrodescendentes como produtores midiáticos, partindo de um objetivo comum: "o de serem sujeitos protagonistas da própria história e produtores das próprias narrativas". Assim, a prática jornalística do povo negro no Brasil acaba por dar visibilidade às pautas voltadas para a questão racial. Essas narrativas, para as autoras, estão concentradas no que se denomina como mídias negras, "constituídas e operadas por grupos racializados que pensam, produzem e distribuem conteúdos em diversos formatos, interagindo com audiências interessadas nas temáticas abordadas" (Andrade; Veloso, 2021, p. 176).

Bentes (2015) vai dizer que esses coletivos organizados por jornalistas e/ou estudantes de jornalismo acabam se tornando espaços onde causas e lutas do povo negro mobilizam as agendas. Nesse diálogo, Andrade e Veloso (2021, p. 176) afirmam que esses coletivos "são mídias marcadas pela multiplicidade de vozes, porque o povo negro é heterogêneo, diverso". Elas observam que, com suas individualidades, servem para tornar visível toda uma subjetividade coletiva, gerando produtos jornalísticos que, além de informação, vão suprir a representatividade desses grupos nos meios digitais. Assim, como essas mídias apresentam narrativas que trazem subjetividades socioculturais e históricas dos sujeitos, podemos pensar esses fenômenos a partir de mecanismos que vão tocar no conceito de bios midiático de Sodré que se desdobra para o bios virtual, como comunidade afetiva digital convertida em prática social (Sodré, 2006).

Nesse contexto, o aquilombamento sai do físico e vai para o virtual se expandido como forma de continuar existindo e resistindo em um contexto no qual "é estruturante e que contribui para tentativas de apagamento histórico e sociocultural das pessoas negras escravizadas e de seus descendentes diretos e indiretos", como apontam Andrade e Veloso, 2021, p.178).

> Aquilombar-se é reconhecer-se. A partir do recorte de iniciativas das mídias negras, que invocam a multiplicidade das narrativas midiáticas no tratamento às questões étnico-raciais, é possível vislumbrar a ação de jornalistas e demais comunicadores que se organizam e se manifestam em rede na tentativa de romper com a subalternização de pessoas que cotidianamente sofrem com injustiças sociais e ações de extermínio físico, o que Mbembe (2018) define como necropolítica[6]. (Andrade; Veloso, 2021, p. 178-179)

[6] Necropolitica é um termo definido por Achille Mbembe em seu livro de mesmo nome disponível em https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf.

Andrade e Veloso (2021) explicam que quando essas pessoas negras se apropriam de espaços virtuais, tomam para si lugares contra-hegemônicos e podem ali contar suas histórias muitas vezes silenciadas pela mídia tradicional. Tendo como base a luta antirracista, a experiência da elaboração desses conteúdos midiáticos produze, de acordo com as autoras, vínculos de acolhimento, reconstrução histórica, memória, identidade, representatividade, práticas de consumo e sociabilidade podendo, dessa forma, ser nomeado como aquilombamento virtual midiático.

Nesse sentido, as mídias negras tentam romper com "os grilhões da imprensa hegemônica", que tem como base para os seus agendamentos um olhar colonialista e que contribuem para o reforço do racismo na sociedade. Andrade e Veloso (2021) discorrem mais sobre esse recorte narrativo:

> Esses exemplos demonstram que a violência é pano de fundo das ações do colonizador. Sejam físicas, simbólicas e/ou cognitivas, as marcas da opressão se fazem presentes sempre que há dominação de um povo sobre os outros. Sob os olhares coloniais, o negro, enquanto ser humano, tem especificidades. Por exemplo: se há literatura negra, há, por outro lado, literatura. O oposto de cinema negro costuma ser lido apenas como cinema. O feminismo negro é enxergado como um recorte do feminismo. Logo, a racialização é um recorte, enquanto o padrão branco é universal. Todavia, o branco também deve ser racializado, e essa compreensão é um aspecto importante para a construção de vias antirracistas para a sociedade. (Andrade; Veloso,2021, p.180)

Collins (2016) vai dizer que as relações de opressão, além do autodesprezo, interferem de forma direta no imaginário social da população negra. Assim, a mídia hegemônica acaba funcionando como ferramenta que reforça a imagem do negro enquanto subjugado, além de sexismo e o controle sobre seus corpos.

É preciso ressaltar que a escrevivência foi e é partir praticada por diversos autores para além de Conceição Evaristo. Um exemplo marcante dessa prática na literatura brasileira é a de Carolina Maria de Jesus em sua obra O quarto de despejo: diário de uma favelada. A obra é um relato diário da vida de uma moradora de favela, trazendo as mazelas vividas por ela e sua família. Quando ela descreve a fome e a luta diária por sobrevivência, nos mostra que as narrações de escrevivência falam "não só de si mesmas, mas representam a denúncia da realidade das condições de vida do povo negro e das mulheres negras no Brasil pós-abolição" (Paim, 2023, p. 26).

Paim (2023, p. 26) vai nos dizer que essas escritoras narram as práticas de "resistência, (re)existências, laços/redes de solidariedade, espaços de sociabilidades do povo negro nos becos das favelas". Por isso, de acordo com Paim (2023), é

importantíssimo compreender tais escrevivências, como parte de um registro histórico, social e cultural que visa modificar a visão sobre o povo negro. Além disso, são escritas que contribuem para a consciência de diáspora da população negra, afirmação de identidade, memória e denuncia social dos problemas que acometem essa população.

> As experiências dos ancestrais africanos escravizados afetam a vida dos personagens de ambas as narrativas no tempo presente, que reflete o processo diaspórico. As escritoras mesclam o passado histórico e o presente das personagens para demonstrar a reverberação da diáspora africana no percurso de vida dos negros. É válido apontar que tanto Carolina quanto Conceição abordam a temática da discriminação em função da classe social, visto que foi/é algo muito disseminado na sociedade brasileira, apesar de parte expressiva da população pertencer a classes desfavorecidas. O discurso em desfavor do pobre não pertence ao pobre, mas acaba sendo reproduzido também por ele. A cor da pele é fator determinante para inúmeras injustiças no Brasil, já que a maioria da população negra vive em situações desfavoráveis. Além disso, o Brasil é um dos países mais perigosos para ser mulher, devido à cultura patriarcal e sexista. Em suas narrativas, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo desenvolvem um debate sobre a exclusão racial, a exclusão de gênero e a exclusão de classe, simultaneamente. (Paim, 2023. p. 26)

Levando em conta o quesito “memória”, Paim (2023) destaca que são as recordações que fazem com que as "escrevivências" apresentadas por Carolina e Conceição sejam compreendidas econômica, social e culturalmente. Portanto, quando um texto jornalístico resgata memórias, vivências, tendo um discurso produzido por mulheres negras, pode-se inferir uma conexão com o conceito literário de escrevivência.

2.4 O FAZER NOTÍCIA: REPRESENTAÇÃO DO NEGRO

O estudo em questão pretende entender os textos opinativos a partir da de uma análise de conteúdo do veículo Alma Preta Jornalismo. Para isso, será preciso adentrar as formas de representação dos negros nos discursos jornalísticos. De acordo com Lippmann (1992), os jornais têm a capacidade de modificar as nossas representações mentais, que não condizem necessariamente com a realidade vivida socialmente, pois muitas vezes a mídia retrata assuntos sociopolíticos de forma preconceituosa, pouco aprofundada, podendo dessa forma influenciar o mundo real.

Seguindo com o raciocínio sobre a imagem do negro, Vaz e Mendonça (2002) alertam para a ausência de representação negra nos jornais impressos, principalmente nos cadernos de economia, onde se destacam pessoas privilegiadas financeiramente em nossa sociedade. Assim como nas editorias de informática, sociais, política e automóveis, a representação negra também é escassa.

Rocha (2011) entende que a mídia acaba produzindo assuntos referentes às instituições brancas – governo, polícia, parlamento, mas não assuntos sobre minorias étnicas. Tais grupos "minoritários" são pertencentes à classe trabalhadora, estão menos organizados em instituições de poder e têm pouca influência política. Ainda de acordo com o autor, as dimensões de raça e classe somadas produzem identidades sociais e, portanto, práticas sociais determinadas que refletem na escolha do ângulo da pauta e na publicação das reportagens, corroborando a teoria do Agendamento (*Agenda Setting*).

Wolf (1985), Traquina (2005) e Pena (2006) explicam que tal teoria considera que o receptor (público) de notícias têm uma tendência a considerar como mais importantes os assuntos veiculados na imprensa. Essa por sua vez, orientaria sobre o que a sociedade deveria falar ou não. Um exemplo claro desse agendamento por parte da mídia hegemônica, mencionado por Rocha (2011, p. 63) seria a publicação de algo sobre a minoria, mas destacando, em grande parte, aspectos negativos, como "distúrbios e crimes, o que levaria a coletividade a ter esse preconceito em relação a grupos minoritários, reforçando o histórico discurso da supremacia de uns sobre outros."

Rocha (2011, p. 66), ao observar que o discurso ou apenas reproduz a sociedade, ou pode transformá-la, reflete que "[...] a prática política ideológica transforma as relações sociais de poder e as entidades coletivas quando existe relação de poder". Pereira e Gomes (2018) analisam o papel da mídia no contexto de exclusão étnica nos discursos, mas ao mesmo tempo afirmam que esses mesmos veículos são objetos de consumo dos excluídos. A forma como a população negra é retratada na imprensa não pode ser pensada de forma estética. Para os autores, é necessário entender politicamente a fim de compreender porque os sujeitos situados de fora do padrão de uma identidade se tornam suspeitos: "Por isso, a suspeita se constitui como uma categoria social ambivalente, ora voltada para os interesses dos grupos dominantes, ora aberta como um critério de crítica à exclusão" (Pereira; Gomes, 2018, p. 40).

Silva (2015) aponta que a hegemonia é resultante de uma conformação social que reúne interesses de classe para dar direção ao conjunto da sociedade. Como destaca Moraes (2016), em uma análise da obra de Gramsci que conceituou o termo hegemonia (do grego *hêgemon*), a partir do momento que a hegemonia se torna marcante e opressora, nasce a ideia e prática da supremacia, do conceito e de relações sociais de superioridade presentes em diversos aspectos: sociais, culturais, econômicos.

Gramsci (1999) antecipou a urgente necessidade da elaboração de uma prática que confrontasse a hegemonia: um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência

de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. O autor entende que o exercício normal da hegemonia se caracteriza pela combinação de força e do consenso (pensamento comum), que vai se equilibrar de diversas formas. Esse processo vai se dar de um jeito que a força apareça apoiada no consenso da maioria e assim acaba por serem expressos pelos órgãos da opinião pública como, por exemplo, os jornais.

Ele também vai dizer que todo grupo social, nasce em um terreno onde desempenha alguma função nas relações econômicas, criando assim, para si, camadas de intelectuais que vão transformá-los em uma massa homogênea e é esta que vai fazer com que o indivíduo entenda a sua função não apenas no campo econômico, mas também no social e político. Tal conformação social tem reflexos no fazer jornalístico e pode-se perceber que os grupos sociais se utilizam do poder da comunicação midiática a favor dos seus interesses. Na contramão da hegemonia estaria então, o conceito de contra-hegemonia. A ideia de contra-hegemonia foi concebida por Raymond Williams em "Base e superestrutura" (1973) e depois ampliada em "Marxismo e literatura" (1979), inspirada, em Gramsci. Nesses textos, o autor britânico retoma inquietações que lhe acompanhavam desde meados da década de 1950, época em que já mostrava sua adesão crítica ao marxismo (Dore; Souza, 2018).

Ao partirmos do pressuposto que o jornalismo é uma forma de conhecimento do mundo (Meditsch, 2012), acreditamos que a perspectiva do trabalho de fronteira será útil como ferramenta conceitual e analítica do nosso objeto. Concordamos com a visão de Carlson (2019) ao observar que,

> À medida que o jornalismo experimenta áreas de crescimento e retração, inovação e controvérsia, o trabalho sobre limites continuará a fornecer uma forma de aprofundar os processos que moldam a mudança. A rejeição de qualquer evolução natural ou qualidades essenciais do jornalismo serve para destacar as ações de diversas alianças de atores. Se as notícias são uma forma de conhecimento, então a forma como as notícias são legitimadas (ou são vistas como desprovidas de legitimação) continuará a ocupar a atenção dos estudiosos. Sem dúvida surgirão novos problemas. Qualquer olhar para trás no tempo ou através de diferentes contextos jornalísticos revela uma grande diversidade de formas jornalísticas, todas competindo para representar o real. (Carlson, 2019, p. 5)

3 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO JORNALISMO ALTERNATIVO DIGITAL

O jornalismo contra-hegemônico do portal Alma Preta Jornalismo (APJ), ao atuar em sua coluna *O Quilombo* com práticas e textos subjetivos e afrocentrados – que não têm status como formas legítimas de jornalismo na literatura dos gêneros jornalísticos informativo e opinativo, merece ser estudado como possibilidade de configurar uma modalidade de trabalho de fronteira (*boundary work*) no campo. Essa perspectiva busca reconfigurar o que a autonomia jornalística envolve e argumenta sobre porque novos arranjos são benéficos e responsivos para as audiências noticiosas.

Carlson (2019) afirma que a ideia central por trás do trabalho de fronteira é que muito do que pensamos como sólido ou estabelecido emerge por meio de um esforço continuado para alcançar solidez e definir diferenças. No caso do jornalismo, Carlson (2019) argumenta que:

> Embora os textos do jornalismo (por exemplo, um jornal, um noticiário ou uma página de notícias online), as organizações, o pessoal e as práticas possam parecer sólidos e estabelecidos, estes não são elementos naturais ou imutáveis. São construções sociais que se desenvolveram ao longo do tempo e continuam a evoluir à medida que o impacto da tecnologia digital, juntamente com as mudanças culturais e políticas, traz à tona questões sobre o que é o jornalismo e o que deveria ser. O trabalho sobre fronteiras fornece tanto um conceito que nos sintoniza com a condicionalidade do jornalismo como prática social, como uma estrutura para investigar como os atores competem ou se alinham na busca pelo estabelecimento de limites. Para o jornalismo, o trabalho de fronteiras é um processo constante, com consequências visíveis, no qual atores, práticas, textos e estruturas institucionais ganham (ou perdem) estatuto de formas legítimas. (Carlson, 2019, p. 1, tradução nossa[7])

Ora, se o trabalho de fronteira consiste em tensionar arranjos sociais, e nestes o jornalismo se insere, "o conceito de limites faz pouco para descobrir o que exatamente acontece quando as pessoas traçam limites, em que os limites devem consistir, como eles se desenvolvem e por quê" (Riesch, 2010, p. 453). Portanto, a partir dos conceitos trazidos por Star e Griesemer (1989) sobre os objetos de fronteira (*boundary objects*) que possibilitam intercomunicações entre grupos, é possível encontrar uma questão principal de que apesar das diferenças entre eles, há zonas intermediárias de consenso.

---

[7] Although journalism's texts (e.g., a newspaper, News broadcast, or online news page), organizations, personnel, and practicesmay seem solid and established, these are not natural or immutable elements. They are social constructions that have developed over time and continue to evolve as the impact of digital technology alongside cultural and political shifts bring to the fore questions ofwhat journalism is and what it should be. Boundary work provides both a concept that attunes us to the conditionality of journalism as a social practice, and a framework for investigating how actors compete or align in the pursuit of establishing boundaries. For journalism, boundarywork is a constant process, with visible consequences, in which actors, practices, texts, and institutional structures gain (or lose) status as legitimate forms.

> Um grupo ou um membro do grupo pode traçar uma fronteira retórica que exclui as reivindicações de outros grupos de competência em sua área, exercendo ou tentando exercer algum tipo de controle sobre sua autoridade epistêmica. Na outra tradição, uma fronteira é vista como uma divisão dada entre grupos sociais que, enquanto trabalham juntos, veem o mundo e o objeto de sua colaboração de maneiras fundamentalmente diferentes. (Riesch, 2010, p. 456, tradução nossa[8])

Portanto, se estamos falando de grupos sociais, acabamos por refletir sobre as representações identitárias desses grupos. Riesch (2010) discuten a partir de conceitos trazidos da psicologia, que a representação social não é necessariamente a representação do indivíduo. Assim, um conceito conectado ao limite do que é representado socialmente é o de identidade. Tajfel (1989 apud Riesch, 2010, p. 459) definiu identidade social como "o conhecimento do indivíduo de que ele pertence a certos grupos sociais, juntamente com algum significado emocional e de valor para ele de filiação ao grupo". Ele categoriza psicologicamente os grupos identitários, dando enfoque ao sentimento de pertencimento das pessoas. Isso pode incluir categorias como raça e classe, mas nem sempre é assim mapeado pelo autor.

Ao tensionarmos, as abordagens conceituais da psicologia trazidas por Reisch (2010) e a conceituação de trabalho de fronteira trazido por Gieryn (1983), é possível perceber as formas de como os limites são traçados. A partir da concepção de Reisch (2010), os limites traçados por Gieryn envolvem representações sociais, assim ele reforça que,

> [...] o grupo que traça limites em torno de si mesmo ou de suas atividades necessariamente tem concepções compartilhadas de si mesmo e de suas normas e valores fundamentais que eles acham que definem o grupo e suas atividades. Essa representação compartilhada de si mesmo e de suas características definidoras é então usada discursivamente para demarcar os limites. (Reisch, 2010, p. 461, tradução nossa[9])

Assim, as representações sociais também são usadas para fazer conexões com novos conceitos a partir daquilo que já é conhecido para cada um. Nesse sentido, cada grupo vai entender conceitos sociais à sua maneira e vai se unir a partir dessas representações sociais, facilitando a comunicação. A partir do trabalho de fronteira, essas conceituações, limitadas pelas representações, são tensionadas. No subitem sequente,

---

[8] A group or a group member can draw a thetorical boundary that excludes other groups' claims to competence in their area, thus exerting or trying to exert some sort of control over their epistemic authority. In the other tradition a boundary is seen as a given division between social groups that, while working together, view the world and the object of their collaboration in fundamentally different ways.

[9] The group that draws boundaries around itself or its activities necessarily has shared conceptions of itself and its fundamental norms and values that they think define the group and its activities. This shared representation of itself and its defining characteristics is then used discursively to demarcate the boundaries.

iremos abordar de forma mais sistemática, os conceitos de trabalho e objeto de fronteira, sob o olhar de que o portal APJ é permeado por representações sociais e pode acabar por se colocar nas divisas do fazer jornalístico.

3.1 OBJETOS DE FRONTEIRAS, OBJETOS DO JORNALISMO

Quando nos debruçamos sobre objetos que se correlacionam naturalmente com diversas áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, filosofia e comunicação, tendemos a trazer no olhar uma fluidez para o que nos propusemos analisar. Pensando nessa interseccionalidade entre campos do conhecimento em que os objetos de fronteira então inseridos, o que poderia ser definido como um "trabalho de fronteira"? Carlson (2019, p. 1) explica que este conceito descreve "o processo pelo qual definições de fenômenos sociais passam a ser aceitas ou rejeitadas". Logo, a ideia principal do trabalho de fronteira é que todos os pensamentos que acreditamos serem sólidos ou estabelecidos são resultados de esforços para encontrar suas concretudes e, a partir disso, delimitar diferenças.

O trabalho de fronteira, então, gira em torno de organizar pessoas e entidades não humanas em sistemas padronizados. "Este é um processo complicado, que levanta questões sobre o papel e o funcionamento dos atores, incluindo os guardiões, e sobre quem, em última análise, define e aloca objetos de limites, como categorias ou padrões" (Leurs, 2023, p. 126). Portanto, a construção dos limites gera também relações de poder e disputas por credibilidade.

Trazendo a discussão para o campo jornalístico, e pensando que o fazer noticia diário pode ser considerado uma forma de conceber o mundo, Carlson (2019) destaca que é possível utilizar o trabalho de fronteiras de forma conceitual e analítica. Entendendo-se o jornalismo enquanto parte das construções sociais e que vão se modificar conforme mudanças tecnológicas, culturais e políticas, Carlson (2019) admite que o *trabalho de fronteira* se torna um conceito bastante útil para análise dessa condicionalidade própria do campo jornalístico.

> O valor do trabalho de fronteira para a compreensão do jornalismo deriva das ambiguidades deste último. Mudanças na tecnologia, na política ou nas normas culturais inauguram períodos de questionamento intenso sobre quais deveriam ser os limites apropriados do jornalismo. Como as tecnologias digitais expandem grandemente a variedade de vozes capazes de participar na esfera pública

> mediada, o trabalho de fronteiras torna-se mais evidente nas lutas discursivas que se seguem. (Carlson, 2019, p. 2, tradução nossa[10])

Assim, o trabalho de tronteira navega sob a expansão do jornalismo, à medida que novas práticas, fora dos limites socialmente pré-estabelecidos, vão surgindo. Um exemplo trazido por Carlson (2019), dessa transitoriedade são os blogs, que aparecem nos anos 2000 na maioria das vezes com o intuito de ir na contramão das coberturas jornalísticas tradicionais que tinham a objetividade como meta. Portanto, quando as mídias digitais ganham força, o trabalho de fronteira ganha espaço. "No passado, o acesso restrito a canais de comunicação de massa servia para reforçar os limites da mídia" (Carlson, 2019, p. 4). Como o aumento das possibilidades do fazer jornalístico trazidos pela tecnologia, o autor discorre sobre as "lutas discursivas, da construção de alianças e da mobilização de recursos", produzidas por essas novas formas e campo fértil do Trabalho de Fronteira.

Sistematizado por Gieryn (1983), o trabalho de fronteira foi dividido em três categorias: expulsão, expansão e proteção da autonomia. O conceito de expulsão é o mais aplicado academicamente, pois analisa a comunidade jornalística quando esta se esforça em retirar atores, práticas ou valores do dito "jornalismo legítimo". Em contrapartida, o autor detalha o trabalho de fronteira assumindo a forma de expansão quando "os atores participam do trabalho de fronteira não apenas se envolvendo em atividades expansivas, mas também argumentando por sua legitimidade como jornalismo" (Carlson, 2019, p. 3). É o caso dos jornalismos alternativos que se perpetuam através da internet.

Já a proteção de autonomia traz consigo o esforço de manter os limites pré-estabelecidos, entendendo que as profissões precisam atuar de forma independentes. Ou seja, sem interferências externas para "maximizar sua capacidade de criar conhecimento que beneficie a sociedade" (Carlson, 2019, p. 3). Um exemplo disso é uma tentativa de autonomia jornalística, que visa se isola de empresas, proprietários e organizações noticiosas.

> Gieryn reitera que o trabalho de fronteira pode assumir várias formas, dependendo do que exatamente é alcançado por ele. O objetivo do trabalho de fronteira pode ser o de expulsão, o de expansão ou o de proteção da autonomia (pp. 15–18). No entanto, de certa forma, ele apenas desloca a necessidade de uma explicação para outro nível: ainda não está muito claro por que as pessoas

[10] The value of boundary work for understanding journalism derives from the ambiguities of the latter. Changes in technology or politics or cultural norms usher in periods of intense questioning about what the appropriate boundaries of journalismshould be. As digital technologies greatly expand the variety of voices able to participate in the mediated public sphere, boundary work becomes more apparent in the discursive struggles that ensue.

> gostariam de fazer essas coisas. Por que os cientistas sentem a necessidade de proteger os objetivos de sua profissão, desde que sejam pessoalmente providos? Por que eles se sentiriam ameaçados? Por que traçar limites apenas em torno da ciência natural, e não de toda a ciência, ou mesmo de toda a academia? (Reisch, 2010, p. 457, tradução nossa[11])

Permeando tais limiares do conhecimento, o conceito de *objeto de fronteira* é desenvolvido por Star e Griesemer (1989), quando dizem que determinadas práticas podem ter uma flexibilidade interpretativa. Apesar de não ser algo incomum ter elementos de análise que circulam por grupos distintos, Star (2010, p. 601) vai nos dizer que os "objetos de fronteira não são úteis em qualquer nível de escala ou sem consideração completa de todo o modelo". Outros dois tópicos importantes trazido pelos autores são as classificações de *estrutura comum* e *capacidade de adaptação*. O primeiro conceito diz respeito aos objetos sempre terem pontos em comum que os conectem em determinados contextos. Já a segunda classificação coloca em evidência a identidade do objeto que se mantém a partir da adaptação dos meios em que estão inseridos.

> A aparente neutralidade, objetividade e certeza dos registros administrativos podem ser desafiadas quando consideradas em conjunto com uma compreensão interseccional das hierarquias de poder como mutuamente constituídas ao longo de eixos de diferença, como gênero, raça, sexualidade, idade, nacionalidade e estado de saúde. (Leurs, 2023, p. 137, tradução nossa[12])

Quando pensamos em trabalho e objeto de fronteiras oriundos de "datificação", ou seja, de processos que acontecem no social e são transformados em dados digitais, podemos entender a partir de Leurs (2023) que não existe neutralidade na verificação dos mesmos. Tais datificações, a partir de variadas interpretações e organizações, podem gerar relações de poder, excluindo ou incluindo determinados grupos.

Portanto, Star (2010) se volta para as três dimensões desses modelos: o primeiro seria o aspecto de flexibilidade interpretativa, onde um mesmo objeto pode gerar, ainda que com grandes semelhanças, diferentes significados a depender da leitura em que se faz. A segunda e terceira dimensão dizem respeito a estrutura material/organizacional de

---

[11] Gieryn reiterates that boundary work can take on several forms, depending on what exactly is achieved by it. The aim of boundary work can be that of expulsion, that of expansion or that of the protection of autonomy (pp.15–18). Yet in a way it merely shifts the need for an explanation towards another level: It is still not quite clear why people would want to do these things. Why do scientists feel the need to protect their profession's goals at all, as long as they're personally provided for? Why would they feel they are under threat? Why draw boundaries around just natural science, and not all of science, or even all of academia?

[12] he apparent neutrality, objectivity, and taken-for-grantedness of administrative records can be challenged when considered in tandem with an intersectional understanding of power hierarchies as mutually constituted along axes of difference such as gender, race, sexuality, age, nationality, and health status.

diferentes tipos de objetos de fronteira e a questão da escala/granularidade. Ou seja, “objetos de fronteira são um tipo de arranjo que permite que diferentes grupos trabalhem juntos sem consenso. No entanto, as formas que isso pode assumir não são arbitrárias”, (Star, 2010, p.602). Em suma, a autora vai explicar que um objeto é algo material composto por elementos que os estruturam.

> No termo "objeto de fronteira", eu uso o termo objeto tanto em seus sentidos de ciência da computação quanto pragmatista, bem como no sentido material. Um objeto é algo em direção ao qual as pessoas (ou, na ciência da computação, outros objetos e programas) agem. Sua materialidade deriva da ação, não de um senso de coisas pré-fabricadas ou "coisas". Então, uma teoria pode ser um objeto poderoso. Embora seja corporificado, expresso, impresso, dançado e nomeado, não é exatamente como um carro que fica sobre quatro rodas. Um carro pode ser um objeto de fronteira, mas apenas quando é usado entre grupos nas formas descritas acima. (Star, 2010, p. 603, tradução nossa[13])

A partir das explicações dadas pela própria autora, podemos perceber que definir o conceito de um objeto de fronteira é uma tarefa um tanto quanto etérea. Assim, Star (2010), vai nos pontuar o que pode ajudar a definir tal conceito a depender das situações em que são aplicadas. Ela vai dizer que é preciso levar em conta a *Escala* e o *Escopo*. *Escala* no sentido de que um objeto ganha importância quando inserido em determinados contextos organizacionais e não apenas tendo uma função interpretativa. Já o *Escopo*, é exemplificado pela autora como grandes símbolos sociais, como os Beatles, a Bíblia, a bandeira nacional e que dependem ainda assim de contextos para serem entendidos ou não como “Objeto de fronteira”.

Retomando o conceito de trazido por Star (2010) e correlacionando com o nosso objeto de análise deste estudo em questão, o site Alma Preta Jornalismo pode ser compreendido enquanto objeto de fronteira, pois se autointitulam como jornalismo antirracista (demarcador que se infere uma contra-hegemonia), oferece espaços às pautas raciais além de inferir-se também um debate a partir dos seus conteúdos produzidos. Colocando luz em lutas sociais muitas vezes esquecidas ou pouco faladas pelas mídias tradicionais, o APJ pode acabar se colocando no limiar do que é entendido ou não como jornalismo ao tentar contrapor os conceitos de objetividade e imparcialidade.

---

[13] In the term ‘‘boundary object,’’ I use the term object in both its computer science and pragmatist senses, as well as in the material sense. An object is something people (or, in computer science, other objects and programs) act toward and with. Its materiality derives from action, not from a sense of prefabricated stuff or ‘‘thing’’-ness. So, a theory may be a powerful object. Although it is embodied, voiced, printed, danced, and named, it is not exactly like a car that sits on four wheels. A car may be a boundary object but only when it is used between groups in the ways described above.

3.2 JORNALISMO ALTERNATIVO NEGRO E PENSAMENTO DECOLONIAL

A partir da busca por um jornalismo decolonial, surgem novas tentativas de se fazer notícias. São a partir de “escolhas diferentes sobre o que conta como notícia, e de qual perspectiva tais notícias devem ser enquadradas,”, que surge o denominado jornalismo alternativo (Harcup, p. 51, 2020). Portanto, o autor reforça que mesmo os jornalismos dito contra-hegemônicos não necessariamente deixam de lado a ética jornalística pré-estabelecida. Seja no Norte ou no Sul global, os pobres e marginalizados muitas vezes têm que recorrer a formas alternativas e comunitárias de mídia para se encontrarem adequadamente representados, ao que parece (Harcup, p. 57, 2020).

Atualmente, com maiores possibilidade de construção e disseminação de mídias a partir da internet, em diversos momentos se torna difícil a tarefa de distinguir entre o que é alternativo e tradicional. Assim, os autores Holt, Ustad Figenschou e Frischlich (2019) propõem definir como mídia alternativa todas as que se opõem à tradicional, principalmente em seus posicionamentos editoriais. Se tratando da produção de conteúdo, a mídia alternativa busca publicar assuntos sócio-políticos que comumente são marginalizados pela mídia hegemônica. “O fato de que a mídia alternativa pode oferecer diferentes tratamentos e ângulos, bem como tomar diferentes decisões de seleção, confirma que a cobertura de notícias envolve escolhas e não é uma ordem natural ou imutável das coisas” (Harcup, 2020, p. 65). Nesse contexto alternativo, os enquadramentos noticiosos se dão com o intuito de subverter a ordem prática em que as mídias tradicionais costumam retratar os eventos, podendo furar ou não o modelo de pirâmide invertida e adentrando nas subjetividades dos assuntos (Harcup, 2020).

Trazendo outra definição de jornalismo alternativo, Peruzzo (2009) afirma que a atividade se modifica com o passar do tempo, classificando essas mudanças em: 1) comunicação popular, alternativa e comunitária; 2) imprensa alternativa. Se tratando das iniciativas populares, a autora explica que estas estão geralmente vinculadas aos movimentos sociais, que planejam mudanças sociais e reivindicação de direitos. Quanto a imprensa alternativa, existe um diálogo entre o movimento social, popular e comunitário, mas também uma intenção de fazer um jornalismo de qualidade. “Desse modo, o que caracteriza esse tipo de jornal como alternativo é o fato de representar uma opção como fonte de informação, pela cobertura de temas ausentes da grande mídia e pela abordagem crítica dos conteúdos que oferece” (Peruzzo, 2009, p. 56).

Pelo caráter subjetivo dos assuntos trazidos pelas mídias alternativas, estas muitas vezes são entendidas como hiperpartidárias, ou seja, diretamente ligadas a questões políticas, movimentos sociais ou ideologias. Porém, tanto a mídia hiperpartidária quanto a alternativa são tidas como parte da "periferia jornalística" (Eldridge, 2018; Era, 2021, apud Peruzzo, 2009) e dependem das mídias sociais para disseminar os seus conteúdos (Peacock et al., 2021, apud Peruzzo, 2009).

Alguns autores entendem que a participação popular precisa ser levada em conta ao se definir o que é alternativo ou não. No caso de Peruzzo (2009), essa perspectiva não é colocada como critério de definição. Ela entende as relações sociais como pontos determinantes das características de comunicação popular, comunitária e alternativa no conjunto do processo, porém não necessariamente com uma participação efetiva dentro dos veículos. Em contrapartida, Neumann (1989, apud Silva 2019, p. 26) entende esta participação como ponto principal de entendimento do alternativo, principalmente quando a produção comunitária é "[...] feita pelo grupo e não para o grupo."

Quando tratamos das formas e relações de produções presentes nos veículos comerciais, em um primeiro momento, percebemos reproduções um tanto quanto mecânicas. Assim, quando essas produções são demarcadas pela horizontalidade ou flexibilidade dos tipos de fontes informativas e leitores, as formas de se fazer o jornalismo são mais amplamente discutidas. "[...] o conteúdo refletido das mediações, entre essas a do trabalho, pode ser resultado de inferências que dialogam culturalmente com as contradições existentes entre capital e trabalho" (Silva, 2019, p. 69). São as formas de produção que vão influenciar diretamente nos conteúdos jornalísticos, bem como as formas de participações sociais. Portanto, são as diversas formas de produções, sejam elas internas ou externas, que fazem com que a comunicação popular, comunitária e imprensa alternativa estejam juntas no mesmo campo do alternativo.

> A categoria modo de produção foi desenvolvida por Marx (1983) para qualificar a maneira de organização da sociedade na produção de suas necessidades materiais, relacionadas com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. [...] Para analisar o conceito alternativo é fundamental entendermos como os trabalhadores da comunicação estão produzindo, como utilizam a matéria que produzem e a maneira como as distribuem. (Silva, 2019, p. 69)

Nesse contexto, Silva (2019) explica que a comunicação alternativa pode ser entendida como uma democratização da informação que reflete a vida de forma mais

contundente. Ela infere que a comunicação alternativa reflete, a partir da sua prática, valores e disputas entre a direção moral, ética e cultural, tensionando o capitalismo que rege a sociedade. Ou seja, o lucro não é o principal foco do fazer alternativo e tenta romper com a lógica existente entre capital e trabalho.

Nesta breve parte da história do jornalismo alternativo no Brasil, tivemos como intuito discutir os pensamentos dominantes que formam a hegemonia no jornalismo, sem a pretensão de nos aprofundarmos ou exaurir o debate sobre todas as formas de resistência dessa comunidade tão plural, mas com o objetivo de mostrar que, como dizia Jurema Werneck, "os nossos passos vêm de longe" (Chabatura, 2022, p. 554). Insurgências da população negra contra as dominações colonizatórias se fizeram e fazem presentes através da oralidade, da escrita, religiões, manifestações culturais das mais variadas formas. Tendo os meios de comunicação mais uma das formas de aquilombar-se, é preciso entender os desenhos mentais presentes nas formas de dominação da nossa sociedade, a fim de decolonizar o fazer jornalístico diário (Ijuim, 2023).

Quijano (2005) explica que a união dos pensamentos europeu e estadunidense resultou em um capitalismo colonial moderno tendo a classificação de raças como formas de poder. Maldonado-Torres (2016) diz que essa lógica de dominação desumaniza, colocando o colonizador (pessoa branca) como um ser superior, bom e justo, enquanto o colonizado como o mau e violento.

> [...] temos a noção perturbadora do peso da colonialidade em nosso país. Mais de cinco séculos após o "achamento do Brasil", os reflexos da colonialidade do poder, do ser e do saber vigoram em nossa sociedade, "liberta" do colonizador (desclonizada), porém não decolonizada. (Ijuim, 2023, p. 81)

Autores latino-americanos, como Maldonado-Torres (2016), utilizam o termo "giro decolonial", quando afirmam que para alcançar a decolonização é preciso uma atitude do colonizado como pensador, criador e ativista. Bem como a união de grupos e comunidades de luta para tal finalidade, "portanto, este giro decolonial deve abarcar muitos segmentos da sociedade, inclusive o Jornalismo e os jornalistas" (Ijuim, 2023, p. 82).

O entendimento do pensamento do negro vem sendo trabalhado, mais recentemente, a partir do conceito decolonial de união entre Brasil e América Latina: a *amefricanidade*. Tal conceito coloca foco nas produções intelectuais privilegiando a pluralidade das experiências sob uma perspectiva racial. Assim, Gonzáles (2020) explica

que essa união se dá devido à enorme presença negra no continente, constituindo pontos políticos e culturais democráticos bem demarcados.

> Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (Gonzáles, 2020, p. 122)

A *amefricanidade* trazida por Lélia González confronta a colonialidade existente na América Latina, criticando visões europeias sobre a realidade social e bagagem intelectual produzida a partir desta sistemática. A partir das experiências históricas dos povos vindos de África em diáspora, *amefricanidadade* denota novas formas de "adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de viver, compartilhada pelos africanos no continente, que embora vivendo em sociedades diferentes, compartilham um mesmo sistema de dominação: o racismo" (Silva, 2024, p. 77).

Maldonado-Torres (2008) sinaliza que as formas de decolonialidade surgem não somente de produções acadêmicas/intelectuais, mas também artísticas e culturais. Quijano (2005, p. 118) complementa: "Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete". No meio acadêmico/intelectual, a colonialidade tira da população negra, bem como o racismo na sociedade, a liberdade de pensar em si mesmo sob uma ótica verdadeiramente afrocentrada, pois as linguagens produzidas e impostas acabam seguindo um modelo eurocêntrico.

> Uma ciência histórica que não serve à história do povo de que trata está negando-se a si mesma, Trata-se de uma presunção cientificista e não de uma ciência histórica verdadeira. Como poderiam as ciências humanas, históricas — etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, etc. — nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos só econômicos diferentes, prestar útil e eficaz colaboração ao "conhecimento do negro — sua realidade existencial, seus. problemas e aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? A raça negra conhece na própria came a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa «ciência». Aliás, a ideia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada. O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente — de forma sistemática e consistente — sua experiência de quase 500 anos de opressão. (Nascimento, 2020, p. 261-262)

Pensando nas narrativas presentes no jornalismo hegemônico e a ideia de objetividade e imparcialidade alinhadas com os conceitos positivistas e europeus, Genro Filho (2012) esclarece que o jornalismo medeia significados e aspectos culturais a partir das subjetividades presentes nos conteúdos. Ele destaca dois pontos de significação: 1) as

relações objetivas do evento e; 2) as relações e significações que são constituídas na sua produção e comunicação (Genro Filho, 2012, p. 61). Ijuim (2023) resgata essas significações e comenta:

> Uma objetividade "seletiva" que não percebe as subjetividades de populações que têm história, cultura, direitos. Direito à dignidade humana. Neste caso, são comunidades *condenadas da terra* duas vezes: seus antepassados já foram aviltados ao serem escravizados e trazidos ao país como "produtos comercializáveis"; refugiados e reorganizados em quilombos, agora são realocados compulsoriamente ao bel prazer dos interesses políticos e econômicos. (Ijuim, 2023, p. 88)

Disseminado nas redações jornalísticas e no meio acadêmico, os critérios tradicionais de noticiabilidade jornalística trazem valores ético-epistemológicos que ajudam a reforçar a colonialidade do pensamento jornalístico hegemônico (Silva, 2015). Continuando os apontamentos de decolonização do pensamento jornalístico, Ijuim (2023) destaca a mudança e ou questionamento de quatro tópicos: *objetividade; pensar e agir*; *empatia* e *ativismo*. A *objetividade* não pode ser excludente em seus discursos. É preciso um olhar interseccional, ao que Moraes (2024) nomeia de jornalismo de subjetividades. O tópico *pensar e agir*, retoma ao pensamento de Paulo Freire (1983), para desenvolver a consciência do lugar de si no mundo. *Empatia* para se colocar no lugar do Outro a partir das diferenças e *ativismo* a partir de um jornalismo que se posiciona em pautas sociais. Um jornalismo feito a partir do pensamento colonial dominante, colocam este Outro como um inimigo a ser combatido e esse inimigo, reforçado midiaticamente, compõem o que Coimbra (2001) denomina de "classes perigosas", são eles: pessoas negras, moradoras das favelas e periferias brasileiras.

A partir de todas as discussões trazidas neste subitem como a construção diaspórica do pensamento jornalístico, caracterização das mídias alternativas e formas de produções das mesmas, entraremos a seguir nos debates sobre os conceitos de objetividade e subjetividade bastantes discutidos em mídias autointituladas como alternativas, tendo dentro desse guarda-chuva a imprensa negra.

3.3 OBJETIVIDADE *VERSUS* SUBJETIVIDADE?

Quando pensamos no conceito de objetividade dentro do campo jornalístico, é preciso levar em conta de que muitos autores consideram o fato como o "[...] equivalente à objetividade nela mesma, separada e independente dos sujeitos, e a notícia seria o

resultado da ação de sujeitos interessados, os jornalistas, sobre essa realidade inacessível: o fato puro" (Henriques, 2018, p. 257).

Henriques (2018) discorre que é como se a cada produção de informação houvesse primeiro um fato, que é independente de qualquer fator externo, e somente depois, no processo de elaboração da notícia surgisse o interesse jornalístico, ou seja, uma interpretação própria dos acontecimentos, que vão se transformar em produtos veiculados em jornal, internet, rádio ou televisão.

Tuchman (1999) descreve que o jornalista precisa ser capaz de acessar o conceito de objetividade para conseguir trabalhar fatos da realidade social. A autora também diz que a objetividade serve para evitar ao máximo as críticas e os conflitos entre leitor e a empresa a qual pertencem.

> Os jornalistas lutam contra estas pressões ao realçar objetividades, argumentando que os perigos podem ser minimizados se eles seguirem as estratégias de trabalho que eles identificam com as notícias objetivas. Eles defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os 'factos' de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados. (Tuchman, 1999, p. 78)

Henriques (2018) cita um dos clássicos da literatura jornalística brasileira, a obra "A objetividade jornalística" de Luiz Amaral, de 1996, para ilustrar que o campo jornalístico reconhece a objetividade muitas vezes como um valor fundamental da atividade, assim não seria possível negar toda a carga de subjetividade que cada jornalista carrega em si. "Todos, inclusive os jornalistas, temos [...] crenças, valores, preconceitos, históricos familiares, formação escolar, enfim, nossos afetos e desafetos, de modo que a objetividade como ideal acaba sempre sendo confrontada com o seu contrário, isto é, com a subjetividade (Henriques, 2018, p. 259).

Medina (1988) trabalha com o conceito de angulação, ao examinar elementos que compõem a mensagem jornalística, considerando que qualquer pauta, seja intencional, procurada ou ocasional, tem relações com três níveis gerais de comunicação – o nível-massa, o grupal e o pessoal, que são atravessados em menor ou maior grau pelo fator subjetivo. Para Medina (1988), nas mensagens jornalísticas informativas (notícia) e interpretativas (reportagem), predominam o nível-massa, que envolve desde a formulação dos textos aos apelos visuais e linguísticos para que a mensagem alcance um "gosto médio" na indústria da informação (Medina, 1988). Quanto à angulação opinativa, para a autora, há o predomínio dos níveis grupal e pessoal:

> Essa angulação de nível grupal se manifesta muito clara, é evidente, em todas as mensagens opinativas das páginas editoriais [...]. Mas a par da opinião expressa, uma análise mais detida vai encontrar indícios de angulação da empresa em toda a codificação de jornalismo informativo. [A] angulação da empresa entra até pelos poros do repórter como necessidade de ascensão. Naturalmente isso vai influenciar o processo de captação de dados numa reportagem. [...] O nível pessoal de angulação [...] quando aflora, tem muita valorização. É o caso dos astros das salas de redação. [...] as redações se encarregam de mitificar certos repórteres ou redadotes e transformá-los em êmulos de todo o ambiente, verdadeiros modelos de "grande jornalista". Faz parte de um esquema de ascensão e auto-afirmação no mercado. (Medina, 1988, p. 74-76).

Johnson e Avelar (2023, p. 4), ao tratarem de práticas jornalísticas, afirmam que certos antagonismos têm sido há muito discutidos no campo da Comunicação, citando "objetividade *versus* objetividade, imparcialidade *versus* parcialidade, como noções distintas e sinalizadoras do que é bom jornalismo". Elas observam que a prática do "jornalismo objetivo", que vem desde a última década do século XIX, é comumente associada à lógica do positivismo filosófico, que desassocia crenças e opiniões humanas da realidade verdadeira, objetiva, verificável, racional, ressaltando a oposição entre fato e juízo de valor como evidências mercadológicas e políticas envolvidas no processo.

A linha de pensamento de Johnson e Avelar (2023) se articula com a noção de campo jornalístico de Barros Filho (2008), na esteira da concepção de "campo" de Pierre Bourdieu, "como espaço estruturado de posições no qual os agentes lutam simbolicamente pela imposição de um produto midiático mais legítimo" (Barros Filho, 2008, p. 15). Nessa perspectiva, Alsina (2009, p. 238) argumenta que o conceito de objetividade "continua sendo um dos elementos-chave para compreender a ideologia que o modelo liberal da imprensa tem". Ele chama a atenção para o fato que o conceito é mutável em termos temporais e espaciais. "A objetividade é um conceito social e diferente segundo as culturas pesquisadas" (Alsina, 2009, p. 241).

Nessa concepção, ao abordar a centralidade da mídia na contemporaneidade, Baccega (2008, p. 7) afirma, com propriedade: "A realidade que conhecemos resulta da edição do mundo". Assim, neste presente trabalho, para além de revisitarmos conceitos tradicionais antagônicos de objetividade *versus s*ubjetividade jornalística, nos propomos a refletir e investigar, em ambientes digitais, novas configurações de fronteiras, áreas de interseção, de inovação, e emergências no jornalismo alternativo negro e antirracista. Partimos de pressupostos que os estudos de enquadramentos jornalísticos têm como objetivo compreender como os processos acontecem e quais elementos ganham maior,

menor ou nenhuma visibilidade na produção uma noticiosa. Carvalho (2009) argumenta que as escolhas estão relacionadas às políticas editoriais. “Os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa” (Carvalho, 2009, p. 3).

Biroli e Miguel (2012) afirmam que por mais que haja diferenças no fazer jornalístico pelo mundo, a objetividade se tornou o mais importante valor a ser alcançado. As críticas à objetividade fazem muitas vezes com que o jornalismo não consiga sustentar mais que o material apresentado ao público seja de fato realidade completa, mas garante que, ao menos, seja o mais próximo disso.

> De resto, o reconhecimento de que outros recortes da realidade são possíveis é inócuo, já que, dado seu poder de agenda, bem como a dependência cognitiva do público, o jornalismo tem curso social como espelho do mundo real e os próprios profissionais tendem a encarar suas escolhas como “óbvias”. Outros recortes são possíveis, mas aquele que o jornalismo apresenta é o que se impõe como importante, tanto por seu impacto junto ao público quanto porque os jornalistas não vacilam na crença de que são dotados da capacidade de selecionar os fatos verdadeiramente dignos de relato. (Biroli; Miguel, 2012, p. 25)

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Moraes e Silva (2019) dizem que a ideia de neutralidade jornalística está diretamente ligada à racionalidade moderna, preconizada no iluminismo e pelo positivismo. Ademais, as autoras acrescentam que essa racionalidade contribui para uma noção de verdade e credibilidade que reforça “uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno” (Moraes e Silva, 2019, p.2). A partir de Grosfoguel (2016), entende-se que essa lógica acaba sendo base do “racismo/machismo epistêmico” oriundo do processo de colonização que aconteceu no ocidente.

Porto (2002, p. 1) explica que a mídia, “para bem servir a democracia, segundo este enfoque tradicional, deve transmitir informações de forma objetiva e imparcial para a audiência”. E é a partir desse contexto que a crítica do papel político da mídia se restringe geralmente a ressaltar a falta de objetividade ou a imparcialidade das mensagens.

> Implícita neste paradigma está a visão de que ao tratar de temas políticos a mídia deve impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos "fatos" (a noção de objetividade) ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato (a

> noção de imparcialidade). Na análise da cobertura das eleições, por exemplo, pesquisadores frequentemente medem o espaço dado a cada candidato ou a valência das matérias (positiva ou negativa) para explicar qual teria sido o papel a mídia. (Porto, 2002, p. 1-2)

Henriques (2018) diz que não se pode negar que a atividade jornalística considera que existem maneiras mais ou menos "adequadas" de se traduzir tudo aquilo que acontece. Por isso, a existência dos manuais de redação que são utilizados como importantes fontes de referência para a prática do jornalismo contemporâneo: "De maneira que, na verdade, o jornalista vê o que vê, e não outros fatos e acontecimentos, e da forma como vê, desde um interesse específico: o interesse jornalístico" (Henriques 2018, p. 264).

Biroli e Miguel (2012, p. 26) definem a imparcialidade como "uma sorte de universalismo", pois o jornalismo de modo geral a pratica da maneira mais discreta possível. Nesse sentido, o jornalismo age de forma a determinar o que deve ser discutido ou não socialmente e em quais momentos isso deve acontecer: "A capacidade de tomar tais decisões "objetivamente" implica em se colocar num ponto de vista que sobrevoa os interesses parciais em conflito". A imparcialidade, para os autores, é um elemento que ocupa o mais abrangente universo, enquanto a busca por uma neutralidade jornalística não seria, de modo geral, uma ausência de valores, mas sim uma forma de naturalizar um padrão de julgamento dos fatos reais.

A base da objetividade seriam estes dois ideais, que sustentam as diretas escolhas dos fatos a serem noticiados de forma a almejar uma narrativa isente e factual. Quando esses valores estão bem determinados, há uma "respeitabilidade dos órgãos e dos profissionais de imprensa, interna ao campo, e a credibilidade de suas informações, externa a ele" (Biroli; Miguel, 2012, p. 26). Para os autores, o tamanho da contribuição do jornalismo para a democracia é medido pela aproximação com o ideal da objetividade, isto é, "pelo desvio ou cumprimento de uma norma compartilhada que pressupõe que o bom jornalismo corresponde à difusão de informações verdadeiras" (Biroli; Miguel, p. 28). Nesse contexto se distingue o jornalismo factual e jornalismo opinativo, a partir da suposta compreensão de que se pode ter uma objetividade completamente desvinculadas às opiniões dos jornalistas.

> Os valores que estão na base da seleção e compreensão dos fatos seriam os valores *do público*. E não seriam, portanto, objeto de conflito ou disputa. A objetividade é, portanto, efeito de duas ficções simultâneas: a suspensão do jornalista como indivíduo socialmente posicionado e a transformação do público em coletivo moral homogêneo. (Biroli; Miguel, 2012, p. 31)

Biroli e Miguel (2012, p. 33) afirmam que, considerando existir *um* discurso hegemônico "estável e estruturado de maneira permanente, o trabalho cotidiano dos jornalistas é o de lapidar consensos". Para eles, essa clivagem pode resultar em uma neutralização ou acomodação dos conflitos sociais; assim, o jornalismo acaba por ser um grande colaborador dos valores hegemônicos presentes na sociedade.

> E o jornalismo pode, também, e concomitantemente, assumir o papel de árbitro nas disputas entre as elites políticas. Nesse caso, o trabalho consistiria em atribuir significados ao comportamento dos atores e ao funcionamento das instituições, colando a eles julgamentos que exibem, diante do público, seu grau de adequação às práticas que seriam incontestavelmente adequadas e aos valores tidos como universais. (Biroli; Miguel, 2012, p. 33)

Se o discurso pode reproduzir ou transformar a sociedade, é preciso voltarmos o olhar para as formas de construções narrativas. Martino (2018) ressalta que é preciso se atentar para o apagamento de algumas narrativas:

> Em termos mais amplos, o silêncio imposto sobre grupos sociais ou sobre temas é um efeito de violência simbólica: temas eliminados das narrativas, em termos sociais, são vistos como "menos importantes" – a questão é que o problema não desaparece; sua *visibilidade narrativa* é diminuída e as chances de mudança se tornam menores (Martino, 2018, p. 169).

A partir de tais discursos, como se configuraria uma narrativa jornalística? Motta (2013) explica que esta se configura em uma reportagem ou notícia que tenha elementos que se assemelhem ao conto. Em gêneros de reportagem como o *soft news*, os repórteres exploram textos que esbarram em características literárias. "O repórter se desvencilha então dos rigores da linguagem enxuta e objetivada, do compromisso de se manter próximo ao referente empírico, e ganha liberdade para imaginar, criar e sugerir no texto efeitos estéticos de sentido" (Motta, 2013, p. 95). Ele também reforça que em alguns casos, as narrativas podem até vir em primeira pessoa.

> O texto desse gênero de reportagem afasta-se do jornalismo duro do dia a dia, adquire maior dramaticidade, uma estrutura semelhante à do conto, e pode ser estudado conforme qualquer outra narrativa de ficção, porque sua intenção é menos produzir efeitos de veracidade que efeitos estéticos próprios da ficção. Este tipo de narrativa jornalística apresenta problemas próximos aos da análise literária, e não traz desafios operacionais diferentes dela. Seus procedimentos serão semelhantes aos da análise das narrativas da ficção, embora eu os tenha analisado anteriormente como uma paradoxal co-construção da realidade. (Motta, 2013, p. 95).

Motta (2013) complementa ao dizer que ao consumir tais narrativas os leitores constroem cognitivamente um imaginário a partir dos elementos textuais, mas também pelo contexto e suas próprias vivências, memória e cultura. O autor se baseia na fenomenologia de Edmund Husserl, sobre o pólo subjetivo e pólo objetivo da realidade e

o fenômeno da experiência humana como resultado do encontro entre sujeito e objeto, sem pré-determinações (Mondin, 1983). Nesse sentido, Motta argumenta que "há graus distintos de vivências. Assim, temos o grau primário de perceber algo e um grau secundário, mais complexo, o próprio ato reflexivo: uma consciência de segundo grau levada a efeito pelo impulso de conhecer" (Motta, 2013, p. 125). Motta (2013) propõe a metodologia de Análise Pragmática da Narrativa, para orientar o estudo dos contextos, essências e vivências presentes nas formas discursivas. Utilizaremos essa linha metodológica como complemento para a análise deste presente estudo.

3.4 CIBERQUILOMBISMO E IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA

A resistência da população negra em diáspora, se faz urgente até os dias atuais. Compreender as formas de enfrentamento ao sistema colonizatório durante a história se faz necessário para mapear os movimentos antirracistas e fortalecimento dessa comunidade no ambiente virtual. Assim, trazemos um breve retorno ao conceito de quilombismo de Abdias Nascimento (1989), dentro de sua concepção de que o modelo quilombista tenta contrapor os ideais sociais dominantes que reprimem sua identidade afro-brasileira. Ele complementa dizendo que tanto Portugal (enquanto ainda colonizador), quanto o Estado Brasileiro, simbolizam para os africanos escravizados bem como para os afrodescendentes, um local de terror. Todo este constante estado de terror reflete em uma busca racional por nos autodefinirmos.

> Durante séculos temos carregado o peso dos crimes e dos erros do eurocentrismo «científicos, os seus dogmas impostos em nossa carne como marcas ígneas da verdade definitiva. Agora devolvemos ao obstinado segmento «brancos da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu, à lavagem cerebral que pretendia tirar a nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista. (Nascimento, 1989, p. 262)

De acordo com Nascimento (1989, p. 262), Quilombo quer dizer "reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial" e representa para a sociedade quilombola um progresso humano e sócio-político no que se refere a um igualitarismo econômico. O sistema quilombista, funciona de forma deferente ao capitalismo. As relações de produções não visam o lucro a qualquer custo e nem tem relações produtivas exploratórias. O quilombismo se constitui como um mecanismo operativo, correlacionando as diversos formas de viver na coletividade, bem como as realizações individuais. "Nem propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros

elementos da natureza Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo", (Nascimento 1989, p. 264). A partir da visão de Santos (2023), podemos entender que os quilombos sempre foram um projeto de resistências coletiva que se perpetua e se adapta até os dias atuais.

> Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afro-confluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Santos, 2023, p. 27)

Continuando as ideias trazidas por Nascimento (1989), uma sociedade que funciona de tal forma enxerga o trabalho como uma libertação humana, onde o trabalhador pode desfrutar plenamente de seus direitos. Assim, sem o domínio capitalista colonizatório, os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVII e XIX nos deixaram como herança os ensinamento de como ter uma prática quilombista. E, se perpetuando e ampliando a prática nos dias atuais, manteremos a resistência ao genocídio e de afirmação de nossas verdades. Portanto, a partir de uma "compreensão e definição de uma experiência concreta, o quilombismo expressa a ciência do sangue escravo, do suor que este derramou enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país" (Nascimento, 1989, p. 264).

Franco (2023) recorre a Abdias do Nascimento (2002) para reforçar que a resistência negra no ambiente virtual, está diretamente ligada ao que ele chama de Quilombismo (*que será conceituado logo abaixo*).

> Abdias (2002) define o quilombismo como um instrumento de luta antirracista, mas para além disso, também uma proposta de organização político-social do país, construída com base em nossa própria experiência histórica que pode oferecer aos afrodescendentes de todas as Américas um instrumento de conscientização e organização. (Franco 2023, p. 52)

Como princípios do quilombismo, Franco (2023) elenca os que são citados por Nascimento (2002), são eles: imperialismo e o anti-neocolonialismo; a economia comunitário-cooperativista, a terra como propriedade de uso coletivo; preocupação prioritária com a criança negra; currículo escolar em todos os níveis de ensino que contemple a história e cultura da África; as artes como elemento importante na composição dos sistemas educativos; tratamento igual a todas religiões e respeito a seus

cultos; a destinação (por imperativo constitucional) de metade dos cargos às mulheres, tanto do alto escalão quanto das instituições públicas; respeito e comprometimento com a preservação ambiental, com formas de melhoramento para assegurar uma vida saudável a "todas as manifestações da natureza". (Nascimento, 2002, p. 307)

Assim, Franco (2023) concebe que quando toda essa organização político social parte para o meio virtual, é dado o nome de Ciberquilombismo. Ademais, temos como já explicado acima uma produção midiática/ jornalística que vai propiciar uma escrita de si e de sua história, tornando essa mídia educadora e decolonial. (Franco, 2023, p. 54), nos lembra que mesmo atualmente, tanto populações negras quanto indígenas não possui representatividade e quantidade significante "nos diferentes espaços de poder, sociais e econômicos e na sociedade brasileira. À população negra e indígena é obstaculizada a mobilidade social".

Complementando o Ciberquilombismo, Franco (2023, p. 54) ressalta que ter o enfrentamento do racismo nos meios digitais é importante para se alcançar uma sociedade mais igualitária, "onde a democracia racial não seja apenas um mito".

> Identifico, nos ciberquilombos locais de preservação da memória negra, assim como a pesquisadora Jéssica Mara Raul (2019) descreve na atuação das ciberativistas negras, como o ciberespaço se presta ao papel de "ferramenta antirracista e canal de produção e reprodução de memórias negras, que se configuram em práticas educativas racializadas nas redes sociais". (Franco, 2023, p. 57)

No que tange à comercialização do produto jornalístico, as concepções de neutralidade buscadas pelos jornalismos ditos hegemônicos marcam ainda mais essa relação de oferta e procura. Moraes (2023) nos explica que a imprensa comercial ainda é muito poupada de termos estigmatizadores como militância, engajamento e ativismo, ainda que essas mesmas redes e jornais tenham posicionamentos classistas, xenófobas, racistas e voltados preferencialmente ao mercado Moraes (2022 apud Moraes, 2023).

> Mas estas questões, também mapeadas academicamente, foram vistas muitas vezes como menos políticas (mais contemporaneamente, meramente "identitárias") ou técnicas. Nesse bojo, há uma clara demarcação e valoração entre objetivo/ subjetivo e outras binaridades hierarquizantes, como razão/emoção; masculino/feminino; branco/negro. (Moraes, 2023, n.p.)

Moraes (2023) dialoga com outros autores como Biroli e Miguel (2010) para reforçar que a imparcialidade, neutralidade e objetividade permanecem como "valores-guia" que constroem uma autoimagem, onde o seu trabalho passa a ser valorizado assim como a defesa de todo um campo jornalístico.

> A imparcialidade não é, portanto, a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar como ocupando a posição do universal. E a neutralidade não é a ausência de valores, mas a naturalização de um padrão de valores que se transmuta de julgamento em fato. Na qualidade de vinculação da narrativa ao mundo real, a objetividade é balizada por estes dois ideais complementares, que sustentam as pretensões de escolha não-enviesada dos fatos a serem reportados e de narrativa isenta e factual. O grau de adesão a esse conjunto de ideais determina a respeitabilidade dos órgãos e dos profissionais de imprensa, interna ao campo, e a credibilidade de suas informações, externa a ele. (Biroli; Miguel, 2010, p. 26)

A imparcialidade (Moraes, 2023) não impediu que jornalistas e veículos seguissem alinhados com projetos empresariais ou políticos específicos ao longo da história do Brasil. Inclusive, Moraes (2023) pontua que a estratégia de embranquecimento da população brasileira foi um projeto financiado pelo Estado. A autora se baseia na obra "Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915", publicada em 2002, para demonstrar como a presença de pessoas negras, mesmo após a Lei Áurea, foi apagada de boa parte dos registros da época, incluindo a imprensa.

A partir do momento em que os jornais se tornam um produto rentável, foi iniciado um grande processo de outrização e desumanização destes (Carneiro, 2005). Um exemplo disso é que após a abolição da escravatura, os jornais abandonaram o termo "escravo" passaram a classificar a população negra colocando sempre em evidência a sua cor, mantendo a dicotomia entre branco e preto, tutor e tutelado, racional e irracional, sóbrio e emocionado. "Não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes" (Carneiro, 2005, p. 97).

Além disso, Moraes (2023) nos lembra que estas mesmas populações também foram proibidas legalmente pelo Estado, com o apoio da imprensa, a acessar terra e moradia, a exemplo da Lei de Terras instaurada em 1850. Gadelha (1989 apud Moraes 2023, n.p.). "Essa realidade perdura até os dias de hoje" (Moraes, 2023, n.p.).

> De maneira breve e com o intuito de sobrevoar alguns deslocamentos que redesenham estes contextos, aponto algumas questões de relevância ocorridas na sociedade brasileira nos últimos anos: a instauração e o avanço das políticas de cotas sociais e raciais; a popularização dos debates sobre raça, gênero, classe, territórios; a expansão do uso de aparelhos celulares e ainda das redes sociais digitais, intensamente usadas no país. Nesse contexto, críticas do público ao que é divulgado no noticiário crescem e pressionam empresas a reverem posições principalmente em questões pertinentes à população negra, à população pobre, às pessoas transgêneras e travestis, às mulheres, aos e às indígenas, às pessoas periféricas, etc. A pandemia da covid-19, que matou quase 15 milhões de pessoas ao redor do mundo, foi decisiva nesse aspecto, quando a própria noção do que é político, felizmente e finalmente, se maximizou no debate popular. (Moraes, 2023, n.p.)

Em se tratando dos jornalismos ditos ativistas presentes em nossa sociedade, é preciso tratarmos dos conceitos de militância e ativismo. De acordo com o Dicionário Online de Português (DICIO), a palavra "militância"[14] significa "característica da pessoa militante, de quem milita, defende uma causa", enquanto o termo "ativismo"[15] significa "efetivação dessa doutrina ou dessa argumentação, através da defesa de uma causa ou da transformação da sociedade por meio da ação e não da especulação; militância". Podemos ver que são termos considerados, em muitos casos, sinônimos.

Lacerda (2007) refere-se a militante e ativista como alguém que possui participação ativa em assuntos e circunstâncias de relevância política e social, passível de ocorrer por meio de manifestação intelectual pública, de natureza teórica, artística ou jornalística, ou em atividade prática no interior de grupos organizados, movimentos, partidos, etc. (Moraes, 2023, n.p.) acrescenta que se considera que "o engajado se manifeste intelectualmente ou na prática em ambientes como a arte, a academia e o jornalismo. Mas entendo que a ligação com ativismo/militância permanece, uma vez que essa atividade pode se dar em conexão com partidos e movimentos". E que, a solidariedade é uma importante base do ser-jornalista, uma vez que ela pode tensionar formas com as quais o jornalismo se relaciona com suas fontes/personagens, tantas vezes instrumentalizadas (Moraes, 2015).

Enquanto Andrade e Veloso (2021) propõem que as mídias hegemônicas retroalimentam as imagens de controle, Collins (2016) acrescenta que nas representações das mulheres pretas e pardas preponderam a negra empregada doméstica, submissa, hipersexualizada ou escravizada. Já no caso dos homens negros, Collins (2016) afirma que são reforçados os estereótipos do criminoso, do malandro, do sujeito perigoso ou objeto sexual. Andrade e Veloso (2021, p. 181) afirmam: "São ideias fixas que desumanizam pessoas negras e tentam reduzir suas existências". E Fanon (2008, p. 108) observa: "Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor".

Uma das formas de deslegitimar a população negra, segundo Andrade e Veloso (2021), é o genocídio, que, de acordo também com Abdias Nascimento (1978), pode ser concreto ou simbólico: vai da morte física em massa da população negra (pretos e pardos) até os apagamentos históricos e de memória. "É concreto quando há o massacre de corpos; é simbólico quando se nega o direito à autodefinição. Por essa razão, generalizar é uma

[14] https://www.dicio.com.br/militancia/
[15] https://www.dicio.com.br/ativismo/

das formas de destruição da identidade – e a mídia hegemônica pode ser um dos instrumentos dessas práticas" (Andrade; Veloso, p. 181).

Seguindo o pensamento das autoras, o termo "rede" está ligado à ideia de "entrelaçamento, conjunto, sistema". Portanto, na internet esse vínculo se daria através das plataformas digitais. Os quilombos, quando chegam no ambiente virtual, assim como no plano físico, promovem ligação, partilha e união de pessoas negras. A origem dessa conexão se dá a partir de uma ação político-social coletiva que vai reinventar conexões contemporâneas. Nessas mídias negras, Andrade e Veloso (2021) observaram que se no aquilombamento histórico (físico) as redes eram construídas por pessoas, no aquilombamento virtual se tornam variadas expressões que se entrelaçam digitalmente. Assim, as lutas antirracistas visam produzir ações político-sociais que respondam as demandas do povo negro.

Em se tratando das experiências jornalísticas reunidas nas mídias negras, as autoras vão reforçar que estas fazem parte de um projeto social democrático, o aquilombamento virtual midiático, que tem como objetivo ser utilizado como ferramenta para a ressignificação histórica e sociocultural do povo negro e as diferentes camadas em que o apagamento histórico atingiu. Andrade e Veloso (2021, p. 182) explicam que as mídias negras no Brasil "atuam em um movimento definido como um conjunto de iniciativas auto-organizadas por pessoas negras que (co)move outras na construção de uma narrativa antirracista e não colonial sobre o povo negro".

> As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem repassar essa dignidade despedaçada. (Adichie, 2019, p. 32)

Experiências individuais dentro de uma coletividade negra podem convergir para atitudes afins e, se as considerarmos como jornalísticas, podemos entendê-las como práticas sociais que têm como objetivo engajar a luta contra o racismo, o sexismo, a história única, a dominação, a hegemonia da mídia corporativa em relação à agenda, a exclusão, a invisibilidade e as injustiças sociais e cognitivas do mundo (Andrade; Veloso, 2021).

Neste capítulo, nos aprofundamos em conceitos que vão embasar os percursos metodológicos para entender o lugar do APJ, como a ideia da construção de raça no Brasil, a perspectiva histórica do jornalismo negro, o conceito de *escrevivência*, objeto de fronteira e ciberquilombismo.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS E ANÁLISES DE *O QUILOMBO* NO ECOSSISTEMA DIGITAL DO JORNALISMO ALTERNATIVO

Neste capítulo serão apresentadas as metodologias empregados nesta pesquisa, assim como o objeto de estudo, os recortes metodológicos e as justificativas dessas escolhas. Todos esses elementos são essenciais para compreender os processos e sistematizar a análise e seus resultados.

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA E *CORPUS* DE ANÁLISE

A construção metodológica passou por diversos tensionamentos para chegarmos a um processo de tomada de decisões que compõem e organizam a investigação. Adotamos, como ponto de partida, a análise de conteúdo (AC), de Bardin (2011, p. 40), que a define como o "conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". Passos e Johnson (2022, p. 257) afirmam que a AC, na prática, "desdobra as mensagens em suas partes constitutivas basilares, através da classificação em categorias, buscando construir indicadores que permitam a produção de inferências sustentadas em evidências extraídas do *corpus* analisado".

A AC, de acordo com Bardin (2011), se organiza em fases cronológicas: 1) a pré-análise, quando é feita a coleta inicial dos materiais a serem utilizados durante a análise; 2) a exploração do material, quando recolhe-se o material de forma manual ou com a utilizando de *softwares*; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, quando são apresentados os resultados de todo o estudo. A autora explica que a metodologia consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, podendo se entender às mais variadas formas de conteúdos comunicacionais. "É um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo" (Bardin, 2011, p. 36).

Nesta pesquisa, na fase de pré-análise, fizemos uma "leitura flutuante" de todo o portal Alma Preta Jornalismo (APJ), para compreender seu funcionamento, as características de cada editoria, os textos que as compõem e quem os escreve. Após esta fase, decidimos como estratégia metodológica focar na editoria *O Quilombo*, pelas possibilidades de estudá-la dentro da hipótese de trabalho de configuração de "objeto de fronteira" no jornalismo alternativo. Em seguida, partimos para a fase 2 de coleta de

dados, utilizando os instrumentos de busca do próprio APJ para a pesquisa documental, dentro do recorte temporal de 1º de maio de 2023 a 30 de junho de 2024.

Este recorte se deve a dois fatores. O primeiro, por ser um período pós-governo do presidente da República de extrema-direita Jair Bolsonaro (2019-2022) e início do 3º mandato não consecutivo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), de centro-esquerda, tendo como pano de fundo uma campanha eleitoral acirrada e polarizada no Brasil. O outro fator diz respeito a abarcar datas relevantes para a comunidade negra como o 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura) e o 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra). Não colocamos dentro do corpus os meses iniciais do mandato de Lula, para já dar enfoque inicial ao mês de maio, que possui uma das datas citadas acima. Nesta fase 2, após as coletas, utilizamos o software *Instant Data Scraper* para gerar tabelas com links e títulos dos artigos selecionados para o *corpus* de análise.

Bardin (2011) explica que as técnicas da AC são aplicáveis a qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por estas formas de análise. Para Bardin, esse tipo de análise seria uma espécie de "vigilância crítica": exigindo o desvio metodológico e o emprego de "técnicas de ruptura". Ela observa que, de forma geral, os métodos para analisar fenômenos precisam de tratamentos sutis como, por exemplo, a "superação da incerteza", ou seja, quando o investigador se questiona sobre sua própria visão diante da mensagem. Bardin (2011) também ressalta um segundo ponto, que é o enriquecimento da leitura:

> Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não possuíamos a compreensão. (Bardin, 2011, p. 34)

Ainda de acordo com a autora, uma das formas de AC é a descrição analítica, que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

> A análise de conteúdo pode ser uma análise dos "significados" (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos "significantes" (análise lexical, análise dos procedimentos). Por outro lado, o tratamento descritivo constitui uma primeira fase do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que se debruçam sobre a linguagem ou sobre a informação também são descritivas: a linguística, a semântica, a documentação. No que diz respeito às características sistemática e objetiva, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam sendo

> suficientemente importantes para que se insista nelas. (Bardin, 2011, p. 41)

Complementando as conceituações sobre a análise de conteúdo, Bauer (2008) afirma que a análise de conteúdo pode ser aplicada no entendimento de qualquer texto já escrito, juntando uma percepção qualitativa e quantitativa.

> A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos "tipos", "qualidades", e "distinções" no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sabre virtudes e métodos. (Bauer, 2008, p. 190).

Utilizamos também para análise do veículo em questão, a seguinte subcategoria de Inferência, conforme descrita por Bardin (2011): Polos da análise. Aqui damos um enfoque maior nos subitens Emissor, Mensagem e A Significação, bem como Inferências Gerais. A autora descreve o *emissor* como sendo um elemento da análise capaz de levantar a "hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor" (Bardin, 2011, p. 134). Intrínseca no processo de análise de conteúdo está a *mensagem* com dois níveis de observação: o código e a significação. Aqui, centramos maior enfoque no subitem *significação*, que consiste em uma análise a partir do significado que cada mensagem carrega em si.

As *inferências gerais* são outras variáveis citadas por Bardin (2011, p. 138), que vão levar em conta fatores como "a inteligência, a facilidade de comunicação, a origem racial, a ansiedade, a agressividade, a estrutura associativa, as atitudes e valores, os mobiles, os hábitos linguísticos do emissor (ou, eventualmente, do receptor)".

A partir da coleta inicial de dados, com o auxílio do software *Instant Data Scraper,* foram localizados 82 textos (41 escritos por homens e 41 escritos por mulheres) na coluna *O Quilombo*. Partimos para a fase de exploração do material, com o propósito de identificar possíveis ruídos no *corpus* que prejudicassem ou interferissem em nossos exames e interpretações. No processo, descartamos 3 (três) unidades da coleta de 41 textos produzidos por homens, após identificarmos que não se tratavam de produção original de *O Quilombo*, mas reproduções da seção "Negrx", do jornal argentino *Pagina/12*, que tem uma parceria com o portal APJ. Assim, nosso *corpus* analítico final foi constituído por um total de 79 textos – 41 produzidos por mulheres e 38 por homens.

Durante o período de análise de conteúdo observamos a utilização de fontes nos textos. Percebemos que são utilizadas somente fontes primárias, como será demonstrado ao longo desta dissertação. Tomamos como parâmetro a ideia que Schmitz (2011) traz, baseado em Lage (2001, p. 65-66), ao dizer que a fonte primária é aquela que fornece diretamente "o essencial de uma matéria... fatos, versões e números", portanto estaria próxima ou na origem da informação, diretamente envolvida com os fatos.

Na fase 3, como veremos no desenvolvimento deste capítulo, decidimos combinar a análise de conteúdo de Bardin (2011) com a análise pragmática da narrativa de Motta (2013) para examinar qualitativamente os textos publicados na coluna *O Quilombo*, inicialmente os separando por unidades produzidas por mulheres e, depois, por homens, uma vez que os arquivos encontrados tratam da realidade de um povo, com vieses opinativos e de visões de mundo.

Na perspectiva de Motta (2013), a análise narrativa de um material jornalístico é um caminho entre a narrativa literária e histórica, levando em conta os contextos, vivências e de onde partem os discursos construídos.

> Apesar de seu caráter imanentista, a teoria literária (análise da narrativa ficcional) tem já um longo caminho percorrido e pode oferecer conceitos e procedimentos metodológicos produtivos. A aplicação de conceitos como ação, encadeamento, sequência, encaixe, analepse (flashback), prolepse (flashforward), conflito, intriga, episódio, ritmo, suspense, desfecho e outros oriundos da narratologia literária pode ser útil para revelar aspectos antes nebulosos: quem é o narrador jornalístico, como ele organizou sua estratégia narrativa noticiosa em função de efeitos de sentido pretendidos (efeitos de veracidade ou efeitos estéticos), por exemplo. O caráter argumentativo da narrativa jornalística, a disputa pelo poder discursivo, os jogos de linguagem e outros aspectos saltarão aos olhos e a configuração da história do presente ganhará coloridos ideológicos novos. (Motta, 2013, p. 101)

Para Motta (2013), não é possível analisar uma narrativa desconsiderando as intenções do autor/narrador sejam elas conscientes ou inconscientes. Além disso é preciso pensar que tais narrações culminam em significações sociais e são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, demonstrando crenças, valores, ideologias, política, cultura, dentre tantos outros reflexos sociais. Durante a análise iremos nos ater às contextualizações das narrativas, de onde partem essas narrações e suas subjetividades.

Como complementação a Motta (2013), trouxemos também Martino (2018). Este autor destaca que ao analisarmos um texto é preciso seguir três pontos principais: (a) Qual é a narrativa? (b) Ficção ou realidade? e (c) Ponto de vista. Iremos nos ater a esses passos durante a análise do objeto em questão.

> Qual é a narrativa? - Um primeiro passo é identificar do que a narrativa está falando. Qual é a história narrada? Quais os principais momentos e

> movimentos da trama? Esse passo é uma descrição do material da narrativa. Quem são os protagonistas, antagonistas, o cenário? Essas questões auxiliam a chegar ao segundo ponto. (b) Ficção ou realidade? A pergunta não é se a narrativa é "verdade" ou "ficção", mas observar, em primeiro lugar, como a narrativa se apresenta e quais recursos são utilizados para sustentar essa ideia. Uma reportagem, por exemplo, se apresenta como uma narrativa da realidade. Essa noção de "realidade" é construída por vários fatores. Em primeiro lugar, a ausência declarada de ficção, mas também as credenciais de quem escreve, o local de publicação, a linguagem utilizada, a apuração e as fontes. (C) Ponto de vista - Diante de uma narrativa, o ponto de vista nem sempre é óbvio. Quando uma história é contada em primeira pessoa, pode ficar um pouco mais fácil definir quem é o narrador e a partir de qual ponto de vista ele ou ela contam a história. No entanto, quando a narrativa é contada de maneira "objetiva", como se pretende no jornalismo, ou a partir de um narrador onisciente, o ponto de vista não é explícito, e a análise procura encontrar os elementos para identificar isso. (Martino, 2018, p. 169)

Como já exposto durante a revisão de literatura, a *escrevivência* trata de uma prática literária que diz respeito a colocar na escrita as experiências de vida enquanto mulher negra, a partir também de um olhar afrocentrado e que honra a coletividade. Este conceito, explicado por Evaristo (2022), traz como base uma escrita a partir dos mitos afro-brasileiros, ao pensar na coletividade refletida pelo espelho de Iemanjá que acolhe a coletividade e o espelho de Oxum que revela sua própria beleza. Portanto, a prática de escrevivência só poderia vir de um olhar feminino negro. Assim, pensando que os artigos aqui selecionados foram escritos por comunicadores negros, nos propusemos a analisar demarcadores deste conceito nos textos assinados por mulheres na coluna *O Quilombo* do APJ.

4.2 A AGÊNCIA ALMA PRETA JORNALISMO: PRINCÍPIOS, VALORES E PADRÕES EDITORIAIS

O portal Alma Preta Jornalismo é associado e segue as diretrizes da AJOR (Associação do Jornalismo Digital). Fundada em 2021, a AJOR é um conjunto de organizações da sociedade civil que apoia iniciativas de jornalismo digital com o intuito de “fomentar o campo jornalístico, fortalecendo suas associadas e defendendo uma imprensa mais livre, diversa e plural” (AJOR, 2021, para.1). As atividades desempenhadas pela Associação são divididas em três pilares: fomento ao empreendedorismo, defesa do jornalismo e da democracia, foco na diversidade. Os principais objetivos AJOR são:

> Promover o jornalismo de qualidade e de interesse público, a liberdade de expressão e de imprensa e a valorização da atividade jornalística digital; Servir

> como centro de discussão e debates para promover o fortalecimento institucional e financeiro das associadas, a colaboração entre elas, o aprimoramento profissional e a inovação nas formas de produção, circulação e captação de recursos no jornalismo; Prestar apoios às associadas quanto à segurança jurídica e digital; Promover a visibilidade das suas associadas garantindo condições propícias ao exercício de suas funções jornalísticas, de acordo com as especificidades de cada uma; Representar as associadas e seus interesses junto aos poderes públicos. (AJOR, 2021, para. 8)

O APJ se autoposiciona em seu site como uma agência de jornalismo fundada em 2015, em São Paulo, por um coletivo de universitários e comunicadores negros. A agência se propõe a fazer um jornalismo independente, especializado em trazer temáticas sob uma perspectiva racial e, assim, produzir pautas antirracistas. A forma do website (Figura 1) se manter economicamente é através de campanhas por assinaturas e publicidades vinculadas ao website.

Figura 1 – Aba "Quem Somos" do website Alma Preta Jornalismo

Fonte: Captura de tela do APJ

No menu do website, o APJ apresenta aba para sete editorias: 1) Cotidiano, 2) O quilombo, 3) Cultura, 4) África & Diáspora, 5) Alma Pretinha, 6) Saúde, e 7) Editorial. Identificamos que as editorias Cotidiano, Cultura, África & Diáspora e Alma Pretinha tratam de jornalismo informativo. A editoria *O Quilombo*, que será analisada nessa pesquisa, traz o jornalismo opinativo do portal. Os menus Saúde e Editorial são recentes no website e, até o término desta pesquisa, não havia conteúdo publicado.

Na **Figura 2**, mostramos a página inicial do nosso objeto de estudo, a editoria *O Quilombo*, que publica artigos de opinião escritos por homens e mulheres negros, sendo apresentado, no Manual de Redação dado APJ (2023), como:

> Espaço de opinião do povo negro dentro da Alma Preta, esta editoria publica textos de relevância social sobre diferentes temas. Há uma diversidade política imensa dentro do movimento negro e existem especialistas e intelectuais negras das mais diferentes áreas do conhecimento. A Alma Preta deve dar conta dessa diversidade, sem aceitar textos que contrariem a linha editorial da Agência. Os artigos enviados são sempre analisados pela equipe; porém, nem sempre refletem por completo a opinião do grupo. (Manual de Redação..., 2023, p. 11)

Figura 2: Página inicial da Editoria *O Quilombo*

Fonte: Captura de tela do APJ

Em 10 de agosto de 2023, a agência lançou o "Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta", disponível de forma gratuita no site. Este foi desenvolvido para "suprir duas demandas compartilhadas por gerações de jornalistas e comunicadoras negras: o desejo de reunir os aprendizados da população negra ao longo da história da imprensa e a criação de paradigmas para servir de norte para as práticas da mídia negra" (Alma Preta Jornalismo, 2023, p.5). A orientação do Manual foi feita pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, professora da Universidade de Brasília (UnB), do jornalista Juarez Tadeu de Paula Xavier, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e do jornalista Pedro Borges, cofundador e editor-chefe da Alma Preta. A construção do material também contou com a participação dos pesquisadores Fernanda Rosário, Giovanne Ramos, Jéssica Cristina Rosa, Marcelo

Vinicius de Oliveira Santos, Natália Maria Faria Santos e Victor Oliveira Moura. O material traz pontos como: a linha editorial do veículo; referências históricas da imprensa negra; ética jornalística e de direitos humanos; coberturas editoriais.

> O posicionamento editorial, como de qualquer outro grupo de mídia, é a prova da impossibilidade da neutralidade ou imparcialidade na imprensa. A Alma Preta não reverbera esses paradigmas falaciosos e tenta construir uma relação de transparência com o público acerca do posicionamento editorial da redação. (Manual de Redação..., 2023, p. 8)

Figura 3: Manual de Redação do portal APJ

Fonte: Captura de tela do APJ

Além do website, o APJ também está presente nas plataformas de mídias sociais. A última atualização desses números foi feita em janeiro de 2025. No Facebook (Figura 4), o APJ conta com 122 mil seguidores**.**

Figura 4: Facebook APJ

. **Fonte:** Captura de tela do Facebook do APJ

Na conta do APJ no Instagram, conforme a Figura 5, há 713 mil seguidores.

Figura 5: Instagram APJ

Fonte: Captura de tela do Instagram do APJ

No YouTube, o veículo (Figura 6) conta com 28 mil inscritos.

Figura 6: canal do YouTube APJ

Fonte: Captura de tela do Youtube do APJ

Na plataforma X, conforme a Figura 7, o APJ tem 100,8 mil seguidores**.**

Figura 7: X do APJ

Fonte: Captura de tela do X do APJ

O APJ no TikTok, na Figura 8, possui 9.813 seguidores.

Figura 8- TikTok APJ.

Fonte: Captura de tela do X do APJ

Além das plataformas sociais, o APJ também está no Spotify com os podcasts Papo Preto e Memórias de batuque.

Figura 9: Podcasts APJ

Fonte: Alma Preta Jornalismo

4.3 OS PRIMEIROS ACHADOS

Com o auxílio da ferramenta *Instant Data Scrapper* construímos planilhas enumeradas baseadas em artigos escritos por mulheres e por homens, separadamente, com números das unidades jornalísticas, datas, títulos, linhas finas (quando houve), seus respectivos hiperlinks. Analisamos também a utilização das fontes nos artigos, com o

intuito de entender escolhas narrativas, bem como as formas que os autores e autoras usam para respaldar seus argumentos. As unidades analíticas de artigos escritos por mulheres (Quadro 3) totalizam 41 textos.

Quadro 3: Artigos escritos por mulheres no período 2023-2024 em *O Quilombo*

Número	Data	Título	Fontes
1	22/06/2024	Como o aborto ilegal criminaliza crianças negras, maiores vítimas de estupro	Utilização somente de fontes primárias
2	16/06/2024	Escolas privadas também precisam assumir compromisso com educação antirracista	Utilização somente de fontes primárias
3	10/06/2024	Um inédito e pequeno passo para a decolonização de Belo Horizonte	Não utilizou fonte
4	09/06/2024	Jovens negras e mercado de trabalho: uma análise sobre os desafios do cenário atual	Utilização somente de fonte primária
5	08/06/2024	Crise climática potencializa racismo ambiental	Utilização somente de fonte primária
6	01/06/2024	A morte de Marielle Franco e a democracia calada a balas	Utilização somente de fonte primária
7	30/05/2024	Reparação: direitos quilombolas precisam caber no orçament	Utilização somente de fonte primária
8	19/05/2024	Uma política de Estado para igualdade racial é possível?	Utilização somente de fonte primária
9	29/04/2024	Pelo fim do braço armado de manutenção do racismo	Utilização somente de fonte primária
10	27/04/2024	O Brasil precisa garantir direitos humanos para pessoas negras, afrodescendentes e indígenas	Utilização somente de fonte primária
11	07/03/2024	Carta de uma mãe para a reflexão de toda a sociedade brasileira	Não utilizou fonte

12	22/02/2024	Emprego formal, empreendedorismo e sobrevivência das pessoas negras	Utilização somente de fonte primária
13	14/02/2024	Carnaval 2024 deixa como legado educação e resistência negra	Não utilizou fonte
14	08/02/2024	Peça sobre Lima Barreto mostra que dá para ser militante sem abrir mão da arte	Não utilizou fonte
15	05/02/2024	Sancionada há 21 anos, lei 10.639 oferece novas oportunidades de conhecimento	Utilização somente de fonte primária
16	29/01/2024	Visibilidade Trans e o direito fundamental: ser quem se é	Utilização somente de fonte primária
17	23/01/2024	Se não proteger povo Pataxó, governador da Bahia será cúmplice de genocídio indígena	Não utilizou fonte
18	04/01/2024	A solidão atrás do olhar de mulheres negras	Não utilizou fonte
19	03/01/2024	Brasil precisa de aliados à causa negra no judiciário	Não utilizou fonte
20	26/12/2023	A sobrecarga invisível: mulheres resolutivas e a carga desproporcional de tarefas	Utilização somente de fonte primária
21	18/12/2023	Masculinidades negras: rompendo estereótipos e enfrentando desafios	Utilização somente de fonte primária
22	28/11/2023	FLIP e a falsa inclusão negra em território colonial	Utilização somente de fonte primária
23	22/11/2023	Inclusão e educação para superar desafios das mulheres na tecnologia	Utilização somente de fonte primária
24	14/11/2023	A que preço? Governo da Bahia se alia a programas policialescos para justificar o injustificável	Utilização somente de fonte primária

25	19/10/2023	Palestina mostra que não se pode confundir a reação do oprimido com violência do opressor	Utilização somente de fonte primária
26	16/10/2023	Algoritmização da vida: Implementação de IAs na segurança pública e seus impactos	Utilização somente de fonte primária
27	09/10/2023	‘As Tartarugas Ninja: Caos Mutante’ traz nova heroína para o cinema	Não utilizou fonte
28	04/10/2023	Por que é urgente a presença de uma ministra negra no STF?	Não utilizou fonte
29	28/09/2023	Legalização do aborto é pauta das mulheres negras	Utilização somente de fonte primária
30	25/09/2023	O ensino nas faculdades e a propagação do racismo na saúde	Utilização somente de fonte primária
31	17/08/2023	Desmilitarizar a polícia é a saída para frear violência contra corpos negros	Não utilizou fonte
32	11/08/2023	Racismo é sobre dominação e poder, logo o negro não tem como ser racista	Não utilizou fonte
33	25/07/2023	25 de julho: Falar de mulher negra no Brasil é falar sobre apagamento e resistência	Utilização somente de fonte primária
34	30/06/2023	Falta de demarcação de terras mostra que racismo ambiental está longe de acabar	Não utilizou fonte
35	28/06/2023	O futuro da cidade é branco? O Plano Diretor de São Paulo diz que sim	Utilização somente de fonte primária
36	21/06/2023	Jornadas de junho, seletividade penal e a injustiça com Rafael Braga	Não utilizou fonte

37	22/06/2023	Cortar um baobá é desrespeitar a natureza ancestral	Não utilizou fonte
38	20/06/2023	Movimento Negro Unificado: 45 anos não são 45 dias	Não utilizou fonte
39	07/06/2023	Precisamos articular estratégias globais contra supremacia branca	Utilização somente de fonte primária
40	31/05/2023	É urgente proteger as mulheres negras da violência de homens brancos e negros	Utilização somente de fonte primária
41	23/05/2023	Racismo tira das pessoas negras o direito de envelhecer bem	Utilização somente de fonte primária

Fonte: Autoria própria

Após recolhimento de todos os artigos e separação por gênero, observamos pontos em comuns nas temáticas abordadas (Tabela 2). Assim, separamos os textos por eixos temáticos. As divisões para os artigos escritos pelas mulheres, que será nosso maior enfoque neste estudo, foram: Política, LGBTQIA+, Cultura, Letramento, Segurança Pública e Feminismo Negro.

Tabela 2: Eixos temáticos – Artigos mulheres

Eixos temáticos	**Nº de Artigos**
Política	14
LGBTQIA+	1
Cultura	4
Letramento	6
Segurança Pública	10
Feminismo negro	6

Fonte: autoria própria

Já as divisões temáticas para os textos escritos por homens foram: Política, LGBTQIA+, Cultura, Letramento e Segurança Pública.

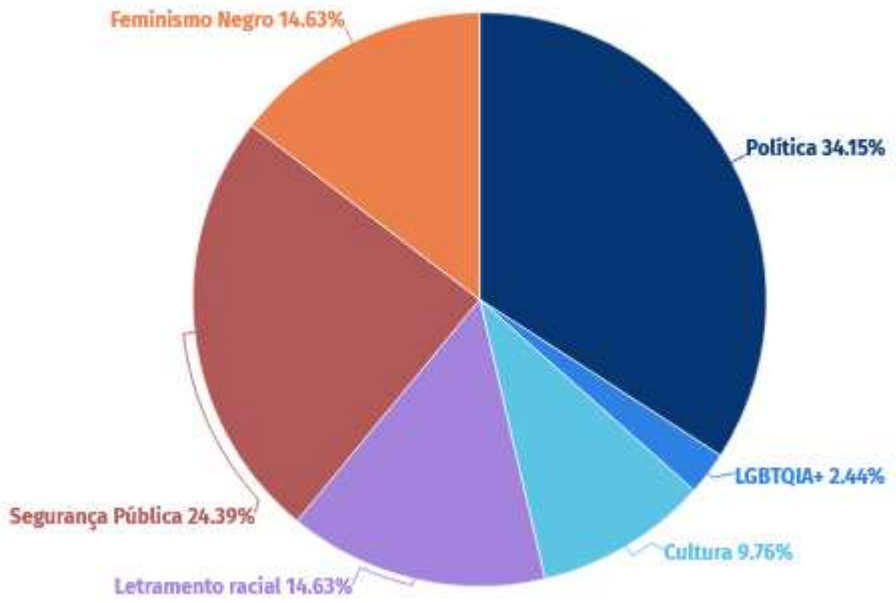
Tabela 3: Eixos temáticos – Artigos homens

Eixos temáticos	Nº de Artigos
Política	7
LGBTQIA+	2
Cultura	8
Letramento	18
Segurança Pública	3

Fonte: autoria própria

Quando trazemos esses dados temáticos para visualização percentual (Gráfico 1), percebemos que as mulheres abordam mais tópicos relacionados à Política (34,15%), seguido por Segurança Pública (24,39%), Feminismo Negro e Letramento Racial empatados com 14,63%, Cultura (9,76%) e LGBTQIA+ (2,44%).

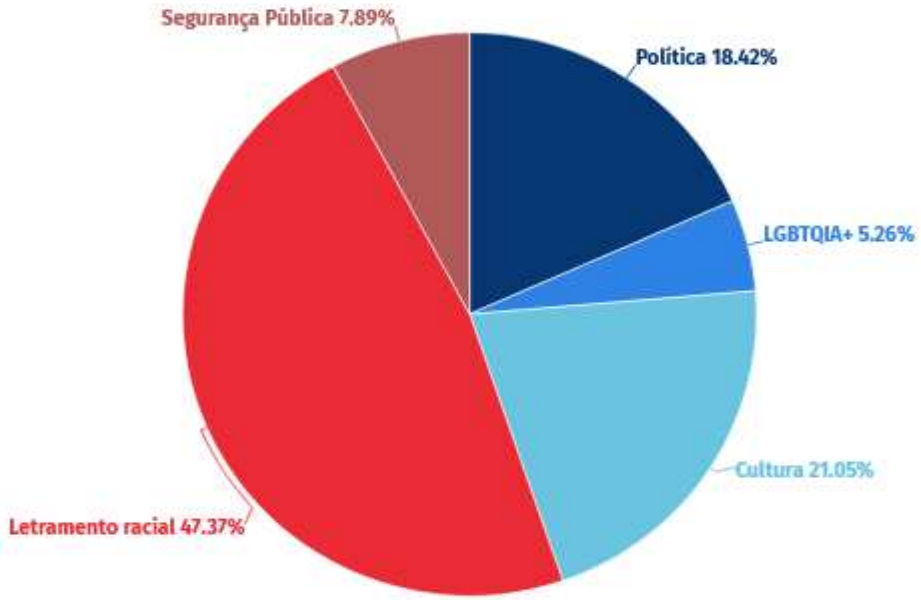
Gráfico 1: Eixos temáticos mulheres



Fonte: Autoria própria realizada com o auxílio da ferramenta Infogram.

Em comparação aos dados mostrados no **Gráfico 2**, os homens abordam mais as questões que envolvem um Letramento Racial de forma mais objetiva (47,37%), seguido por Cultura (21,05%), Política (18,42%), Segurança Pública (7,89%) e LGBTQIA+.

Gráfico 2: Eixos temáticos- homens



Fonte: Autoria própria realizada com o auxílio da ferramenta Infogram.

4.3.1 Análise de conteúdo

Aplicando a análise de conteúdo de Bardin, tivemos enfoque no Emissor, Mensagem e significação, além das inferências gerais. Em um estudo onde queremos também identificar marcas de escrevivência, aquilombamento (ciberquilombismo), bem como demais demarcadores identitários, demos foco em um primeiro momento no Emissor: os autores negros que escreveram cada artigo. Portanto, ao identificarmos de onde partem tais conteúdos produzidos, percebemos que existe ali uma representatividade, pois a mensagem reflete o próprio emissor.

Seguimos então com o enfoque sobre a mensagem de cada objeto, que será destrinchada nos subitens sequentes. Foi possível perceber a Significação nos artigos trazidos aqui, ao entender que todos abordam temáticas inerentes a população negra. Principalmente com a evidência de que todo material foi produzido por comunicadores negros, que afetam individualmente e coletivamente. Tudo isso faz parte das inferências gerais que nos levou a observar elementos como origem racial, gênero, estilo de comunicação e a conexão com o receptor.

4.3.2 Achados sobre *escrevivência* nos artigos de mulheres

Aqui, começaremos a destacar trechos que, por meio da análise de conteúdo e da narrativa pragmática, evidenciam elementos da escrevivência nos artigos escritos pelas mulheres. Ressaltamos, novamente, que tomamos como ponto de partida o conceito de escrevivência, que é uma prática literária originada a partir de um olhar individual feminino e negro, mas que também honra toda uma coletividade. Durante a leitura dos artigos, encontramos elementos que dividiram os textos em subcategorias são elas: Chamamento para aquilombar-se, Dororidade e consciência afrodiaspórica. Esses elementos serão explicados ao longo da análise.

Na fase de leitura flutuante, antes mesmo de adentrarmos as subjetividades do conteúdo, observamos demarcadores jornalísticos, como o uso ou não de fontes em cada texto **(Quadro 3).** Foi possível então perceber que os artigos utilizam somente fontes primárias ou nenhuma fonte. Quando estas são utilizadas são sempre com o intuito de contextualizar o assunto a ser abordado ou de dar embasamento aos dados. Como exemplo dessas fontes temos o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Supremo Tribunal Federal, Núcleo de Justiça Racial e Direito (FGV Direito - SP).

> **Artigo 1[16]:** Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022 foram registrados 74.930 casos de estupro. A maioria das vítimas (61,4%) de tais casos tinha até 13 anos. O estudo indica ainda que as crianças e adolescentes negros são as principais vítimas da maior parte dos estupros, representando 60% do total.
>
> - [...] Portaria 2.561/2020 do Ministério da Saúde exige a notificação dos estupros às autoridades policiais e a preservação de material para fins periciais, além de exigir que a vítima deve ser informada sobre a possibilidade de visualizar o feto por meio de ultrassonografia antes de decidir pelo aborto, o que pode ser uma forma de revitimização.
>
> - Ainda, em maio de 2024 o Supremo Tribunal Federal concedeu decisão liminar para suspensão de resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM), que buscava proibir a utilização de uma técnica clínica para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro

Os trechos citados acima, são de um artigo que aborda a criminalização do aborto de forma a trazer uma reflexão sobre saúde pública. Neste caso, as fontes primárias foram

[16] Artigo escrito pelas autoras Barbara Martins Alves dos Santos e Izabella de Menezes Passos Barbosa. Intitulado: “Como o aborto ilegal criminaliza crianças negras, maiores vítimas de estupro”.

utilizadas para embasar que as principais vítimas de estupros são as crianças e adolescentes negras. E são estas que morrem ao fazerem abortos ilegais.

Inferimos que a representatividade negra é um ponto importante a ser levado em conta, pois o emissor pode se valer de suas vivências, bem como de um olhar que honra a coletividade, ao escrever sobre assuntos inerentes a este grupo, tão marginalizado pela mídia hegemônica. Neste ponto, retomamos a metodologia da análise pragmática da narrativa de Motta (2013), que entende as vivências como passando por um grau primário ou mais complexo de percepção dos seus contextos. Infere-se que, a partir das características das emissoras, poderia estar sendo acessado o ato da escrevivência, independentemente de o texto ser colocado em primeira pessoa ou não, pois isso não é uma característica obrigatória para que a prática literária seja considerada legítima. Abaixo, alguns exemplos que ilustram isso em primeira pessoa e em terceira pessoa:

> **Artigo 3:** [17]Nesse processo de idealização e construção das estátuas fiquei pensando no quanto somos treinados e treinadas dia sim outro também para idolatrar, amar e admirar pessoas brancas sem distinção incluindo todas que seguem nos violentando desde o período escravocrata em que nossos ascendentes foram sequestrados e tragos à força para cá.
>
> **Artigo 4**[18]: A não expectativa de que haja uma melhoria nas condições de trabalho ou de que novas oportunidades sejam criadas para esses grupos explica o fenômeno do desalento. E mais uma vez, as jovens mulheres negras prevalecem nos indicadores do público que mais perdeu a esperança em encontrar trabalho
>
> **Artigo 5**: [19]Como consequência da exclusão social, nós, povo preto, somos os mais atingidos pelos impactos dos eventos climáticos e os menos atendidos na fila por socorro. Isso é racismo ambiental.
>
> **Artigo 9**: [20]Aí nós negros nos pomos a pensar que não acabou, tem que acabar, queremos o fim da Polícia Militar, esse braço armado de manutenção do estado racista.

[17] Artigo escrito por Etiene Martins e intitulado como "Um inédito e pequeno passo para a decolonização de Belo Horizonte".
[18] Artigo escrito por Fernanda Nascimento e intitulado como "Jovens negras e mercado de trabalho: uma análise sobre os desafios do cenário atual".
[19] Artigo escrito pela Deputada estadual Andréia de Jesus e intitulado como "Crise climática potencializa racismo ambiental".
[20] Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como "Pelo fim do braço armado de manutenção do racismo".

O artigo 3 aborda o processo de decolonização do pensamento da nossa sociedade principalmente quando deixamos de homenagear os colonizadores e passamos a reverenciar figuras negras como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus. No artigo 4, temos a exposição argumentativa sobre jovens negras dentro do mercado de trabalho e os desafios de conseguir uma colocação a partir dos desafios trazidos pelo racismo. O artigo 5 é escrito pela deputada estadual e presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia legislativa de Minas Gerais, Andreia de Jesus. Denotando além de um olhar feminino negro, uma subjetividade de mulher que entende a coletividade negra dentro do fazer político diário. Neste texto são trazidas as consequências do racismo ambiental para a população. O artigo 9 traz uma discussão bastante importante sobre o fim do militarismo no brasil. Visto que a policia Militar se coloca como instrumento de uma necropolítica que mata corpos pretos diariamente.

Se analisarmos as *mensagens* dos textos acima, considerando os *emissores* de onde partem estes discursos, nota-se um posicionamento sociopolítico bastante demarcado e uma consciência afro-diaspórica que deixa evidente questões sociais muitas vezes não trazidas pela mídia hegemônica. Notamos que não necessariamente o texto precisa estar em primeira pessoa para que emissor e mensagem se conectarem. O texto seguinte também foi escrito pela deputada estadual Andreia de Jesus, trazendo esse olha negro, feminino e institucional.

> **Artigo 10[21]:** As correntes do passado escravagista continuam se arrastando. Em pleno 2024, ainda temos sem-terra, sem pão e sem dignidade. [...] As políticas de exclusão social, editadas historicamente por vários governos, nos levaram à marginalização.
>
> - Vamos juntos! Vamos precisar de todo mundo para que a discriminação social, o preconceito e o racismo sejam exterminados.

É possível perceber, no decorrer dos 41 artigos, o que demos o nome aqui de "chamamento para aquilombar- se". Ou seja, quando o autor chama, seja de forma direta ou indireta, a comunidade negra para agir e resistir. Relembramos aqui uma das definições de aquilombamento: "Aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade" (Souto, 2020, p. 141). Inferimos também que essa chamada para se

[21] Artigo escrito pela Deputada estadual Andréia de Jesus e intitulado como "O Brasil precisa garantir direitos humanos para pessoas negras, afrodescendentes e indígenas".

aquilombar, pode estar inerente ao ato de escrevivência. A autora traz esse chamamento no artigo 10, quando convoca a população negra e indígena a reivindicar direitos básicos. No trecho do artigo 20, as mulheres são chamadas a saírem de uma postura submissa diante da sociedade. No texto de número 25, equipara o sofrimento dos palestinos com a população negra, subjugada por um processo colonizatório.

> **Artigo 10:** O Brasil não é para amadores. É daqueles que querem lutar contra este quadro desolador e transformar o país. E este papel político é nosso.

> **Artigo 20[22]:** À medida que nós, mulheres resolutivas, nos libertamos do ciclo de submissão e redefinimos nosso papel nas relações, criamos um ambiente mais sustentável e saudável para nós mesmas, e nos tornamos exemplo inspirador de resistência e autenticidade para aquelas que virão depois de nós.

> **Artigo 25:** [23][...] nós população negra e pobre brasileira sofremos a mesma brutalidade da colonização que os palestinos sofrem há décadas, por isso é tão importante a solidariedade entre os povos oprimidos e colonizados no mundo todo, contra o racismo e a xenofobia, contra a ação do imperialismo em todo o mundo.

Um outro conceito que inferimos estar bastante ligado à escrevivência, e pode ser percebida dentro do material analisado, é o de Dororidade. Pois, quando Piedade (2020) explica que a dor da mulher negra é vivida e compartilhada apenas por suas semelhantes, dialoga com uma vivência individual e coletiva a partir da dor. Esta dororidade pode ser percebida tanto em trechos escritos em primeira pessoa, quanto a partir de evidências trazidas pelas fontes primárias. Os exemplos destacados abaixo indicam de forma mais incisiva esta narrativa da dor.

> **Artigo 4:** A não expectativa de que haja uma melhoria nas condições de trabalho ou de que novas oportunidades sejam criadas para esses grupos explica o fenômeno do desalento. **E mais uma vez, as jovens mulheres negras prevalecem nos indicadores do público que mais perdeu a esperança em encontrar trabalho.** Desempregadas, elas se tornam mais propícias a assumir o trabalho doméstico não remunerado e os cuidados com pessoas – uma dinâmica reforçada por normas sociais que limitam ainda mais suas oportunidades econômicas.

---

[22] Artigo escrito por Livia Teodoro e intitulado "A sobrecarga invisível: mulheres resolutivas e a carga desproporcional de tarefas".
[23] Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como "Palestina mostra que não se pode confundir a reação do oprimido com violência do opressor".

> **Artigo 18**: [24]Nestes dias de festas me percebi tão reflexiva acerca da solidão da mulher negra. Estive com um número enorme de mulheres negras na última quinzena de dezembro e o que meus olhos viram foram inúmeras mulheres sós, com o olhar triste, sem brilho, apesar do sorriso no rosto. **Estes olhares me levaram a pensar como o racismo é muito mais perverso, muito mais pesado pra mulher negra.**
>
> **Artigo 20:** O estudo ainda evidencia que 90% das mulheres que se tornaram mães solos entre 2012 e 2022 são pretas ou pardas. Aproximadamente 15% dos domicílios brasileiros têm como chefes mães que enfrentam a jornada solo. Essa proporção é mais expressiva nas regiões Norte e Nordeste do país. **E esses dados se tornam ainda mais preocupantes quando chegamos à informação de que 72,4% dessas mães residem apenas com seus filhos, sem contar com qualquer rede de apoio próxima.**

É possível perceber essa consciência de diáspora a partir dos trechos abaixo. Neles destacamos os termos decolonizar, sistema colonial, num tempo que a voz do feminismo era completamente branca, cosmovisão africana, escravização e ancestralidade**.** O que infere a ideia de uma visão ampla e afrocentrada sobre a situação da população negra no Brasil, bem como as suas individualidades.

> **Artigo 3:** Tudo isso constrói um senso comum de inferioridade coletiva e que negros e negras que fogem a essa dita regra são exceções. Eu só consegui perceber isso quando aprendi a **decolonizar** o meu olhar. E entender que a branquitude nos condiciona a uma cegueira inexorável. Foi um olhar carinhoso pelo meu pai, minha mãe, avó, meus tios e tias que me deu essa compreensão. São todos lindos, inteligentes, batalhadores e, portanto, não condiz em nada com esse estereótipo de pessoas negras produzido e perpetuado ao longo dos anos.
>
> **Artigo 3-** Vi que querem que acreditemos erroneamente que são exceções para podar na raiz a possibilidade de acreditarmos que é possível mudar esse **sistema colonial.**
>
> **Artigo 38[25]:** Ao longo dessas mais de quatro décadas, o MNU foi pioneiro na discussão do feminismo negro. Lélia Gonzalez, Neuza Maria Pereira, Vera Mara Teixeira e depois Luiza de Bairros, Angela Gomes e tantas outras colocaram em discussão as

[24] Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como "A solidão atrás do olhar de mulheres negras".
[25] Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como "Movimento Negro Unificado: 45 anos não são 45 dias".

> especificidades da vida das mulheres negras elaborando sobre a tríplice exploração que sofriam como trabalhadora, mulher e negra. **Num tempo que a voz do feminismo era completamente branca.**

> **Artigo 37**: [26]Aqui vai um ensinamento da **cosmovisão africana:** quando morre um ancião, uma biblioteca inteira se vai e quando morre uma árvore é como se perdêssemos uma floresta.

> **Artigo 37**- A resistência negra no Brasil, população que passou pela **escravização** e todas as violências e adversidades que isso causa até hoje, só se explica pela força da **ancestralidade** na vida desse povo, representada pelo baobá.

Na mesma linha de análise, apresentamos trechos representativos de um olhar coletivo, mas com marcas interseccionais mais evidentes quando traz a causa indígena, trans, violência de gênero, machismo e etarismo. Destacamos os termos Povo Yanomami, Cissexismo, a complicada relação entre masculinidades negras, racismo e machismo, mulheres negras violentadas e envelhecimento da população negra.

> **Artigo 13:** [27]A Salgueiro levou para a avenida o enredo "Hutukara", que fala e nos ensina sobre a riqueza da cultura do **povo Yanomami**. Enquanto a Vila Isabel reeditou o enredo "Gbalá – Viagem ao Templo da Criação", história fictícia baseada na cultura yorubá de que as crianças e sua pureza são a salvação da humanidade.

> **Artigo 16**[28]: Aqui falo do que sinto, da raiva ao ver tanta desonestidade para impedir o direito mais simples, o mais autêntico: o de existir em sua verdade. A forma como pessoas trans e travestis são privadas de reconhecimento social e direitos básicos de cidadania, fruto de um **cissexismo** – o neologismo usado para condensar duas ideias colonizadoras, em que uma opera enquanto norma governamental (cisgeneridade) e a segunda atua enquanto caráter de dominação, hierarquização e inclusão de diferença (sexismo). Estes dois conceitos vão agir sobre processos de exclusão sobre o corpo que escapa da crença de que o gênero de pessoas cisgêneras é, de alguma forma, mais legítimo que aquele de pessoas transgêneras.

[26] Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como" Cortar um baobá é desrespeitar a natureza ancestral".
[27] Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como "Carnaval 2024 deixa como legado educação e resistência negra".
[28] Artigo escrito por Neon Cunha e intitulado como "Visibilidade Trans e o direito fundamental: ser quem se é".

> **Artigo 21**[29]: No turbilhão das redes sociais, no dia 13 de dezembro, Jef Delgado, fotógrafo paulistano, se defendeu das acusações de agressão feitas por sua ex-companheira, Madu, estilista e assessora comercial. **A complicada relação entre masculinidades negras, racismo e machismo** emerge como o centro desse polêmico debate, ultrapassando fronteiras virtuais e exigindo uma reflexão da comunidade negra.

> **Artigo 40**[30]**:** Volta e meia damos de cara com mulheres negras tendo suas vidas assoladas por esta interação mais do que perversa do machismo e do racismo, mas não só. [...] Em alguns casos nos deparamos com **mulheres negras violentadas**, humilhadas e torturadas por homens negros em suas relações afetivas e familiares. E nós não podemos nos furtar de encarar esta questão, não podemos deixar para lá porque se trata de homens negros. [...] Nós temos que buscar, enquanto movimento negro e de mulheres negras, uma forma de contribuirmos para desmanchar este não caminho nas nossas relações.

A seguir, pontuaremos diferenças entre as formas de abordagens masculinas negras acerca de uma coletividade.

4.3.3 Comparativo entre as formas de abordagens masculinas e femininas

Continuaremos nossa análise trazendo algumas pontuações sobre os artigos escritos pelos homens, com o intuito de verificar as diferenças temáticas e de abordagens entre os gêneros. Porém, ressaltamos que não nos propusemos a verificar escrevivência nestes textos, visto que o conceito só pode ser praticado por mulheres negras. No entanto, nos debruçamos a verificar demarcadores étnicos identitários como aquilombamento, quilombismo, além de verificação de fontes e formas narrativas.

[29] Artigo escrito por Lívia Teodoro e intitulado como "Masculinidades negras: rompendo estereótipos e enfrentando desafios".
[30]Artigo escrito por Regina Lúcia dos Santos e intitulado como "É urgente proteger as mulheres negras da violência de homens brancos e negros".

Quadro 1: Artigos escritos por homens

Número	Data	Título	Fontes
1	30/06/2024	Conheça o babalorixá Thales, religioso que usa a internet para educar sobre respeito às crenças	Utilização somente de fontes primárias
2	29/06/2024	Descriminalização da maconha não é suficiente para dar fim a desigualdade racial	Não utilizou fonte
3	23/06/2024	Fraudes em autodeclaração racial nas universidades afrontam luta contra o racismo	Utilização somente de fonte primária
4	15/06/2024	Equiparar aborto a homicídio é ignorar a realidade das mulheres mais vulneráveis	Utilização somente de fontes primárias
5	09/06/2024	A crise invisível: saúde mental e morte de homens negros no Brasil	Utilização somente de fontes primárias
6	08/06/2024	Blackface em streaming argentino é denunciado por grupo antirracista no país	Utilização somente de fontes primárias
7	04/06/2024	Imagina se legaliza?: extrema-direita se beneficia do crime e da criminalização em nome da 'família'	Utilização somente de fontes primárias
8	02/06/2024	Racismo no Movimento LGBT+: a luta contra discriminação não pode excluir ninguém	Não utilizou fonte
9	31/05/2024	O desmonte da cultura: desafios enfrentados por um ator negro e na terceira idade	Utilização somente de fonte primária
10	26/05/2024	Racismo religioso e o embranquecimento dos Orixás: uma reflexão sobre questões raciais	Não utilizou fonte
11	12/05/2024	Como pais brancos podem abordar questões raciais com filhos negros desde a infância	Não utilizou fonte

12	**05/05/2024**	**Ideia de racismo reverso não se sustenta estruturalmente**	**Não utilizou fonte**
13	**28/04/2024**	**Vidas Negras e LGBTQAPN+: muito além de objetos sexuais e estatísticas de violência**	**Não utilizou fonte**
14	**21/04/2024**	**Abordagens aleatórias em aeroportos: o corpo preto não é suspeito**	**Não utilizou fonte**
15	**07/04/2024**	**A conta do clima chegou para a favela**	**Utilização somente de fonte primária**
16	**07/04/2024**	**A importância da representatividade negra em espaços de gestão**	**Não utilizou fonte**
17	**09/03/2024**	**Comissões de heteroidentificação são fundamentais para assegurar políticas de igualdade racial**	**Utilização somente de fonte primária**
18	**16/02/2024**	**A ascensão de empreendedores pretos e líderes de alto escalão**	**Não utilizou fonte**
19	**09/02/2024**	**Racismo elitista na Operação Verão do Rio de Janeiro**	**Não utilizou fonte**
20	**29/01/2024**	**São Paulo e a – não – comemoração dos 94 anos do Vai Vai**	**Não utilizou fonte**
21	**21/01/2024**	**Da Injustiça à consciência: o estigma que ronda os negros como suspeitos**	**Não utilizou fonte**
22	**20/01/2024**	**Pessoas pretas e a expectativa de saber sambar**	**Não utilizou fonte**
23	**11/01/2024**	**Desconstruindo o 'negging': empatia e relações sadias para corpos pretos**	**Não utilizou fonte**
24	**28/12/2023**	**Desafios na busca por relacionamentos afrocentrados: reflexões sobre a representatividade**	**Não utilizou fonte**
25	**27/12/2023**	**Kwanzaa: celebrar a herança e fortalecer laços na comunidade negra**	**Não utilizou fonte**

26	**22/12/2023**	**Beyoncé e a Economia do Brasil**	**Não utilizou fonte**
27	**20/12/2023**	**Negritude e autoestima: as sensações de anulação nas relações do homem negro**	**Não utilizou fonte**
28	**19/12/2023**	**Cores da identidade: desafios e complexidades do colorismo**	**Não utilizou fonte**
29	**15/12/2023**	**Desvelando as camadas: o combate à hipersexualização e a reconstrução da autoestima do homem preto**	**Não utilizou fonte**
30	**14/12/2023**	**A responsabilidade dos brancos no combate ao racismo**	**Não utilizou fonte**
31	**13/12/2023**	**Justiça por meios próprios: uma ameaça aos direitos e às vidas negras**	**Utilização somente de fonte primária**
32	**09/12/2023**	**Tranças e a expressão da identidade: um manifesto contra equívocos culturais**	**Não utilizou fonte**
33	**24/11/2023**	**O racismo em um carnaval de contradições**	**Utilização somente de fonte primária**
34	**20/11/2023**	**Antirracismo e a lógica do mercado**	**Não utilizou fonte**
35	**18/10/2023**	**Oito mulheres negras no palco cantando é um ato revolucionário**	**Não utilizou fonte**
36	**09/10/2023**	**O arquivo como utopia: podcast gargalheira estreia terceira temporada**	**Não utilizou fonte**
37	**27/09/2023**	**Para a assessora preta, nenhuma chance ao erro**	**Não utilizou fonte**
38	**19/05/2023**	**Que aliado é esse, Porchat?**	**Utilização somente de fonte primária**

Fonte: Autoria própria.

Durante a verificação dos artigos escritos pelos homens, percebemos a variabilidade de autores menor em comparação com as mulheres. De 38 textos, 26 foram

escritos pelo menos por um autor. Isso denota uma menor variabilidade de olhares para os tópicos inerentes da população negra. No entanto, a abordagem temática é bastante variada, sendo possível perceber em subjetividade demarcadores étnicos e algumas interseccionalidades. Um exemplo disso é abordagem sobre o racismo religioso e o embranquecimento de entidades de religiões de matriz africana.

> **Artigo 1**[31]**:** A intolerância religiosa não apenas ameaça a harmonia social, mas também priva a sociedade das riquezas culturais e espirituais que cada fé tem a oferecer. Lidar com a **intolerância religiosa** requer um esforço conjunto de líderes religiosos, educadores, e membros da comunidade. Thales acredita que a educação é uma ferramenta poderosa para combater o ódio e a ignorância.
>
> **Artigo 12**:[32] O **racismo religioso** e o embranquecimento dos orixás são fenômenos profundamente enraizados na sociedade brasileira, refletindo um legado colonial que perpetua a marginalização das religiões de matriz africana e de seus seguidores.

Os textos, assim como os das mulheres, trazem questões sociopolíticas, assim como demandas coletivas que instigam o leitor a reflexões mais subjetivas da realidade brasileira. Há temáticas como descriminalização da maconha, cotas raciais e violência policial contra negros.

> **Artigo 2**: [33]A descriminalização da maconha pode ser vista como um passo inicial para aliviar a superlotação do sistema penitenciário brasileiro, que atualmente aprisiona milhares de pessoas por delitos relacionados a pequenas quantidades de drogas. No entanto, a descriminalização por si só não resolve a questão da aplicação desigual das leis. Estudos mostram que, apesar de os brancos serem maioria entre os usuários de drogas no Brasil, os negros são desproporcionalmente alvo de prisões e violência policial. Isso se deve a uma combinação de fatores históricos, sociais e raciais que perpetuam o racismo estrutural.
>
> **Artigo 4**[34]**:** Para combater esse problema, é crucial que instituições educacionais e órgãos governamentais adotem medidas rigorosas para checar a veracidade das autodeclarações étnico-raciais. Isso

[31] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como "Conheça o babalorixá Thales, religioso que usa a internet para educar sobre respeito às crenças".
[32] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como" Ideia de racismo reverso não se sustenta estruturalmente".
[33] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como "Descriminalização da maconha não é suficiente para dar fim a desigualdade racial".
[34] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como "Equiparar aborto a homicídio é ignorar a realidade das mulheres mais vulneráveis".

> inclui auditorias periódicas, cruzamento de dados e a implementação de políticas que desencorajem e punam fraudes. Além disso, **é fundamental promover um debate aberto sobre identidade racial e privilégio, aumentando a conscientização sobre os impactos negativos das falsas declarações.**
>
> **Artigo 7**[35]**:** Na outra ponta, requentar a criminalização da pessoa que faz uso de substâncias tornadas ilícitas é não deixar apagar a **guerra racial brasileira.** As medidas serão, como as que já existem o são, inócuas para afetar o consumo protegido de drogas — um benefício gozado apenas por grande parte das pessoas brancas que vivem nas cidades. Mesmo o comércio movimentado por essas pessoas é protegido, não armado, altamente rentável, dando-lhes oportunidade até de processar, embalar e vender altas quantidades de drogas. Este é, sim, mais um capítulo do massacre racial. Quem as forças de segurança alcançarão quando aplicarem esta medida?

São pontuadas questões interseccionais como gênero e sexualidade, também tratando de pontos de discussões e de violências que surgem entre os indivíduos plurais da comunidade negra. Seguem trechos e termos destacados:

> **Artigo 4:**[36] As mudanças propostas ignoram a realidade vivida por essas mulheres e meninas. O Brasil já enfrenta uma alta taxa de gravidez na adolescência e a restrição do direito ao **aborto seguro** pode aumentar ainda mais essa estatística, afetando particularmente meninas negras que são desproporcionalmente vítimas de violência sexual.
>
> **Artigo 8**[37]: Dentro do movimento LGBT+, a luta pela igualdade e aceitação é uma batalha constante. No entanto, há uma realidade desconfortável que precisa ser abordada: **o racismo dentro da própria comunidade LGBT+**. Muitas vezes, indivíduos que combatem a LGBTfobia acabam perpetuando o racismo, demonstrando como o preconceito pode ser multifacetado e interligado. A presença e a contribuição de pessoas negras são fundamentais para combater o racismo e promover uma verdadeira inclusão.

[35] Artigo escrito por Dudu Ribeiro e intitulado como "Imagina se legaliza? extrema-direita se beneficia do crime e da criminalização em nome da 'família'".
[36] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como "Equiparar aborto a homicídio é ignorar a realidade das mulheres mais vulneráveis".
[37] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como "Racismo no Movimento LGBT+: a luta contra discriminação não pode excluir ninguém".

> **Artigo 13**[38]: **Homens negros e LGBTQIAPN+ frequentemente se encontram em uma encruzilhada de discriminação**, enfrentando o peso do preconceito racial e da homofobia em uma sociedade que muitas vezes os marginaliza duplamente. E em São Paulo, essa realidade é ainda mais evidente.

Assim como já exposto acima, percebemos que os textos escritos por homens seguem um padrão próximo ao das mulheres, quando apresenta narrativas ora em primeira pessoa e ora em terceira pessoa, a partir de um ponto de vista negro. Abaixo exemplos em primeira pessoa:

> **Artigo 15**[39]**:** A pelada nas ladeiras íngremes, o jogo de bolas de gude nos becos estreitos e o pomar do outro lado do muro, onde pegávamos frutas como carambola, amora e pitanga. As brincadeiras nos quintais com espaços, árvores e muitas plantas. Essa é a primeira lembrança da minha favela, ainda na década de 1970. A infância ingênua, tranquila e cheia de molecagem no Morro do Alemão, hoje bairro Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro.

> **Artigo 20**[40]: Quase um século de história de samba e resistência do povo preto na região central de São Paulo e uma série de questões ligadas ao evento, como o local e os órgãos gestores, vinha me atormentando a cabeça. Ao mesmo tempo, eu estava feliz vendo as pessoas andando pelo entorno do Vale com camisetas e bonés da nossa escola, o Vai Vai do Bixiga, a escola do povo.

> **Artigo 26:** [41]Mas aqui vemos que é NÓS POR NÓS! Como sempre foi, os pretos que têm consciência e letramento racial quando progridem financeiramente e enriquecem, não fazem isso só para uma grandeza pessoal, fazem pelo coletivo

Os trechos acima trazem um toque de relato pessoal, com demarcadores sentimentais, unindo-se a uma abertura de discussões sobre problemáticas que afetam a coletividade negra.

---

[38] Artigo escrito por Felipe Ruffino e intitulado como "Vidas Negras e LGBTQAPN+: muito além de objetos sexuais e estatísticas de violência".
[39] Artigo escrito por Alan Brum Pinheiro e intitulado como "A conta do clima chegou para a favela".
[40] Artigo escrito por Max B.O. e intitulado como "São Paulo e a – não – comemoração dos 94 anos do Vai Vai".
[41] Artigo escrito por Átila Lima e intitulado como "Beyoncé e a Economia do Brasil".

4.3.4 Discussão dos achados

É possível notar que, entre homens e mulheres, a preocupação com questões sociopolíticas que afetam a população negra é genuína. Um olhar para tais temáticas cumpre também um papel contra-hegemônico, além de promover o letramento racial para o leitor. É importante destacar que, apesar de desempenhar esse papel, o Alma Preta Jornalismo é um veículo sediado em São Paulo (SP) e, portanto, os recortes temáticos são majoritariamente sudestinos.

Também é possível inferir um “chamamento para o aquilombamento” em todas as subjetividades textuais dos autores. Nesse caso, por se tratar de um material produzido em um ambiente virtual (website), o aquilombamento observado durante a análise também pode ser chamado de aquilombamento virtual, quando convida o leitor a refletir sobre uma conjuntura política, relacionada ao ciberquilombismo.

Nosso objeto de estudo se encaixa nas classificações de estrutura comum e capacidade de adaptação, pois se conecta em pontos em comum, principalmente em contextos raciais, mas também se desdobra em questões de gênero, sexualidade e classe. A escrita contra-hegemônica é adaptada ao meio em que está inserida, mantendo sua identidade de jornalismo negro/antirracista.

A pergunta principal que norteou este estudo foi: "Quais aspectos do Alma Preta Jornalismo configuram (ou não) o veículo como trabalho de fronteira e a editoria *O Quilombo* como objeto de fronteira em expansão?". A partir de nossos achados, podemos responder que sim: o veículo APJ se demonstra preocupado com questões socioculturais inerentes à população negra, tornando-se um diferencial contra-hegemônico ao abrir espaço, na editoria *O Quilombo*, para que comunicadores negros possam expor seus pensamentos, o que demonstra a materialidade do trabalho de fronteira por meio do objeto de fronteira. Também existe uma preocupação em atingir uma subjetividade nos temas, para que o leitor possa refletir e/ou se identificar com suas próprias vivências. Levando em conta todos esses pontos, veículo e editoria tensionam os limites entre objetividade e subjetividade jornalística, abrindo espaço para vozes que muitas vezes não são evidenciadas pela hegemonia jornalística.

Essa pergunta principal se desdobrou em outras três, são elas: "Quais evidências de inovação e controvérsia, à luz dos estudos tradicionais dos gêneros jornalísticos,

podem ser extraídas dos textos jornalísticos da editoria *O Quilombo*?", "Quais características, em forma e conteúdo, sugerem traços de escrevivência jornalística na editoria *O Quilombo*?" e "Como elementos raciais e identitários se apresentam no discurso textual de *O Quilombo*?". A partir de discussões teóricas sobre escrevivência, aquilombamento e quilombismo (ciberquilombismo), neste *corpus* analítico, podemos perceber que as narrativas presentes na editoria honram assuntos coletivos e individuais da população negra, sendo assim possível apontar e verificar nos textos destacados os elementos trazidos nas questões secundárias.

Um dos motivos para termos escolhido o recorte de tempo do *corpus* analítico 1º de maio de 2023 a 30 de junho de 2024 foi por abarcar datas consideradas importantes para a comunidade negra como o 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura), e o 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra). No entanto, percebemos ao longo do estudo que essas datas não foram trazidas no texto de forma objetiva, mas sempre de forma subjetiva em cada texto produzido durante todo o período escolhido.

Portanto, notamos que todos os textos tratam de um recorte da realidade, por serem textos com viés jornalístico opinativo, ora apresentados em primeira pessoa, ora em terceira pessoa, a partir de um ponto de vista negro. As narrativas apresentadas são sempre sobre questões específicas da comunidade negra, o que denota um ponto de vista com tendências decoloniais. Nesse sentido, também podem trazer questões interseccionais de gênero, sexualidade e demais grupos étnicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vontade de pesquisar sobre o jornalismo negro surge a partir da minha inquietação com a falta de visibilidade das nossas questões nas mídias tradicionais. Esse impulso se intensificou quando tive a oportunidade de trabalhar voluntariamente em uma mídia negra, o que me fez perceber a necessidade de vermos o mundo a partir das nossas próprias perspectivas. Nesse processo, vivenciando o cotidiano da produção jornalística, me deparei com as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo jornalismo negro em um contexto tão marcado pelo racismo: descredibilidade, falta de investimento, algoritmos que não entregam o conteúdo produzido, entre tantos outros obstáculos que dificultam a realização de um trabalho de qualidade. Mesmo assim, esses grupos midiáticos resistem e se posicionam nas trincheiras da informação decolonial.

Portanto, esta dissertação se debruçou em responder questões centrais e secundárias sobre o material produzido pelo portal Alma Preta Jornalismo, especificamente na editoria *O Quilombo*. O objetivo geral foi compreender de que maneira, e até que ponto, o conceito de fronteira — enquanto representação e identidade — se manifesta nos produtos jornalísticos do APJ, com ênfase na referida editoria, a partir do potencial teórico-conceitual dos estudos de trabalho e objeto de fronteiras. Em específico, buscamos analisar as práticas jornalísticas que se situam entre o jornalismo hegemônico e as abordagens contra-hegemônicas, especialmente no contexto do jornalismo digital. Considerando que o veículo se autodenomina antirracista e negro, o trabalho procurou identificar marcadores de escrevivências, aquilombamento (ou ciberquilombismo), além de explorar as subjetividades textuais presentes nos temas que envolvem a população negra, abordados em cada material produzido.

A partir da análise do *corpus*, é percebido que o website se coloca no limiar entre jornalismo tradicional e coletivo. Para começar a análise, separamos o nosso material em eixos temáticos. Os das mulheres ficaram: Política, LGBTQIA+, Cultura, Letramento, Segurança Pública e Feminismo negro. E os eixos dos homens foram: Política, LGBTQIA+, Cultura, Letramento, Segurança Pública. Essa separação foi essencial para percebemos que os assuntos mais abordados entre as mulheres foram sobre Política, no sentido institucional e os homens abordaram mais Letramento. Ambos os temas se intercruzam trazendo de forma mais variada os assuntos abordados por ambos os gêneros.

Retomamos então o nosso objetivo principal, que é entender se o mesmo desempenha um trabalho de fronteira e se a editoria seria considerada um objeto de

fronteira. Utilizamos tais conceitos com o intuito de trazer relevância e inovação para este estudo e, nesta fase final, apresentamos esta pesquisa como uma possibilidade aberta para estudos futuros sobre o tema.

O objeto analisado aqui demonstrou um aprofundamento das pautas, que pôde ser percebido com as escolhas narrativas, vivências e contextos do emissor. Mas também colocou luz às temáticas marginalizadas pelas mídias hegemônicas. Por exemplo, ao analisar a cobertura da editoria *O Quilombo* compreendemos que a escolha de pautas, como casos de violência policial e a legalização do aborto, não apenas documenta os fatos jornalisticamente, mas também abre debates e mobiliza práticas de letramento dentro da comunidade. Portanto, a partir desses debates foram surgindo nos textos outros demarcadores consequentes do racismo, são eles: o chamamento para aquilombar-se, Dororidade e consciência afrodiaspórica. Esses elementos identificados indicam que os artigos da editoria para além de estimularem conhecimento, ativam uma sensibilidade em quem está lendo.

A escrevivência, praticada por diversas mulheres negras além de Conceição Evaristo, revela, de forma sensível e forte, as nossas culturas, dores e saberes ancestrais. Nessa perspectiva, o resultado deste estudo indica que a prática de escrevivência acontece nos textos escritos por mulheres, pois todos eles trouxeram narrativas que honram experiências coletivas e individuais acerca de um povo. As narrativas apresentam subjetividades textuais que somente pessoas negras poderiam vivenciar e compreender, tornando o jornalismo negro um espaço de diálogo e resistência. Estes espaços de fala, confrontam o fazer jornalístico hegemônico sem perder o caráter informacional que o jornalismo precisa buscar. Além disso, este tipo de narrativa mostra que investir nestes espaços é utilizar o jornalismo negro como ferramenta de construção da consciência diaspórica de uma comunidade.

Ademais, se pensarmos que o jornalismo antirracista feito pelo APJ é composto por comunicadores negros e a editoria *O Quilombo* traz como proposta disponibilizar um espaço de reflexão sobre temáticas atuais, não seria essa uma forma de aquilombar-se? Com este estudo, confirmamos que sim. E foi possível compreender que o jornalismo negro adentra nas subjetividades dos assuntos com o potencial de acessar suas próprias vivências nesses momentos. É então que a escrevivência literária se aplicaria dentro desse contexto, rompendo com o ideal de objetividade jornalística.

Pudemos concluir que o jornalismo negro feito na web se estrutura sob elementos decoloniais, contribuindo assim em confrontar a imparcialidade jornalística e a

objetividade tradicional. Por conseguinte, tensiona os limites daquilo que se entende como prática legítima no campo jornalístico, desempenhando um trabalho de fronteira e sendo a editoria, um objeto de fronteira. O conceito de trabalho de fronteira mostrou-se uma ferramenta teórica fundamental para entender as disputas simbólicas e de narrativas representativas dentro das esferas midiáticas que nos propomos a estudar.

Nas discussões sobre imparcialidade e objetividade, refletimos sobre a necessidade do jornalismo, seja ele tradicional ou não, de se aprofundar nas pautas em que se dispõe a trazer. Outro ponto importante que percebemos foi a ausência de conteúdo direto sobre o 13 de maio e o 20 de novembro. Inferimos que, por se tratarem de datas construídas pelos brancos, houve uma decisão editorial de não concentrar temas que vivenciamos no cotidiano apenas nessas duas datas do ano.

O aprofundamento e variabilidade de assuntos só seria possível com uma redação jornalística mais plural, além de uma formação acadêmica racializada. É preciso decolonizar pensamentos desde a educação de base até o ensino superior que forma jornalistas para o mercado. Deve-se romper com essa objetividade, que, de acordo com Moraes (2024), exclui diversos grupos sociais. Portanto, um outro resultado encontrado durante a pesquisa é que a forma como estes materiais são produzidos geram uma conexão maior com a pessoa negra que lê. Assim, tem potencial de criar um ciclo de letramento, aquilombamento virtual e ciberquilombismo.

Este estudo não apenas analisa o papel do jornalismo negro, mas também oferece uma base empírica para futuras investigações que possam aprofundar as questões de escrevivência, aquilombamento e decolonização no jornalismo. No futuro, espera-se que novas pesquisas possam continuar a explorar essas fronteiras, dando espaço para vozes silenciadas e construindo, assim, uma mídia mais plural e inclusiva. Bem como seja expandido os estudos sobre tantos outros jornalismos negros sob as mais variadas perspectivas de análise.

Por fim, oferecemos este trabalho como contribuição para enriquecer a literatura acadêmica, oferecendo novas perspectivas que desafiem e ampliem as abordagens tradicionais sobre o jornalismo. E, para além disso, que esta pesquisa seja um ponto positivo de influência na formação de futuros jornalistas, incentivando-os a adotar um olhar mais inclusivo e menos eurocentrado, capaz de abraçar a diversidade de experiências e identidades presentes na sociedade. Para os comunicadores negros, este trabalho se coloca como uma centelha de esperança e resistência. Reforçando a importância de continuarmos a lutar por uma representação midiática que não reforce

estereótipos negativos que o racismo já nos coloca diariamente. Que na prática jornalística ou para além dela, possamos contar as nossas próprias histórias, criando nossos próprios espaços de potência. Assim contribuiremos para a construção de uma mídia mais plural, justa e consciente de seu papel transformador na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. N. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, v. 3, 2019.

AGÊNCIA BRASIL. Imprensa negra no Brasil. **Agência Brasil, 2023**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/tags/imprensa-negra-no-brasil>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ANDRADE, Alice; VELOSO, Maria. **Aquilombamento virtual midiático: Uma estratégia metodológica para o estudo das mídias negras**. Alceu, Rio de Janeiro, mai/ago 2021, p. 172-189. Disponível em https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/247. Acesso em: 11 nov. 2023

ARAUJO, Valmir. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Altejor**, São Paulo, v. 02, n. 20, p. 17, julho/dezembro 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190/154463. Acesso em: 24 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO de Jornalismo Digital. **Ajor**. Disponível em: <https://ajor.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2023.

BACCEGA, Maria A. Apresentação. In: BARROS FILHO, C. de. (Autor). **Ética na comunicação.** 6. ed. São Paulo: Summus. 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Gêneros de discurso e outros ensaios tardios**. Texas: University of Texas Press, 1986.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 ltda/ Almedina Brasil, 2011.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação.** 6 ed. São Paulo: Summus, 2008.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 189-217.

BENTO, Maria Aparecida Silva**. O pacto da branquitude**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Disponível em https://elivros.love/livro/baixar-livro-o-pacto-da-branquitude-cida-bento-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online. Acesso em: 10 ago. 2024.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. Orgulho e preconceito: a objetividade como mediadora entre o jornalismo e seu público**. Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 22-43, jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641396/8916. Acesso em: 3 mar. 2024.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BRAZ, Julio. **Griot – Histórias que ouvimos da África**. 1. ed. rev. Sao Paulo: Projeto Pedagógico, 2012.

CANAL RODA VIVA. **Conceição Evaristo explica o conceito de "escrevivência" e relação com mitos afrobrasileiros**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J-wfZGMV79A. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARLSON, Matt. Boundary work. **The International Encyclopedia of Journalism Studies.** VOS, Tim P.; HANUSCH, Folker (Eds.). JohnWiley & Sons, Inc., 2019, p. 1-5. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0035.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: [s.n.], 2005. Disponível em: https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2023.

CARNEIRO, Sueli**. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Organização de Márcio de Jagun. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARLSON, Matt. Boundary work. In: VOS, Tim P.; HANUSH, Folker (Eds.). **The International Encyclopedia of Journalism Studies.** New Jersey: 2019, p. 1-6. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0035.

CARLSON, Matt; LEWIS, Seth C. **Boundaries of journalim:** professionalism, practices and participation. Oxon, Oxford: Routledge, 2015.

CHABATURA, Gabriela Maria. A outridade subversiva: reflexões para uma categoria autóctone às negras brasileiras. **Extraprensa**, v. 15, n. esp, p. 551 – 565, mai. 2022.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COLLINS, Patrícia. H. Black feminist thought as oppositional knowledge. **Departures in Critical Qualitative Research**, v. 5, n. 3, p. 113-144, 2016. DOI: https://doi.org/10.1525/dcqr.2016.5.3.133.

DAVIS, Angela**. Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORE, Rosemary; SOUZA, Hebert G. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Caderno de Pesquisa**, v. 25, n. 3, jul./set. 2018, p. 243-260.

ELDRIDGE, S. A. **Online Journalism from the Periphery:** Interloper Media and the Journalistic Field. London: Routledge, 2018.

EVARISTO, C**.** Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento. In: Alexandre, M. A. **Representações Performáticas Brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007, p. 16-21. Disponível em: https://inegalagoas.org/wp-content/uploads/2020/05/texto-gena-2.pdf. Acesso em: 7 mai. 2024.

— Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, n. 25, v. 13, 2. sem., 2009a, p. 17-31. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6160270.pdf. Acesso em: 25 fev.2025

— Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo:** etnia, marginalidade, diáspora. João

Pessoa: Ideia: Editora Universitária - UFPB, 2005, p. 201-212. Disponível em: https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/mulheres-no-mundo-etnia-marginalidade-e-diaspora-2a-edicao/vol-05-mulheres-no-mundo-final.pdf. Acesso em: 25 fev.2025

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador. EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de janeiro: Graal, 199, 13ª ed.

FRANCO, Nelza. Ciberquilombismo: o quilombismo de Abdias Nascimento e sua atualização na cibercultura. In: BARROS, T. N.; SILVA, T. (Org.). **Griots e tecnologias digitais**. Brasília: IBPAD, 2023, p. 47-63. Disponível em: https://desvelar.org/griots-e-tecnologias-digitais. Acesso em: 10 fev. 2024.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GIERYN, Thomas F**. Boundary-work and the demarcation of science from non-science: strains and interests in professional ideologies of scientists**. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, 1983. p. 781-795.

GONZALEZ, Lélia**. Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020. Disponível em: https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/espistemícidios do logo seculo XVI. **Revista Sociedade e Estado**, n. 1, janeiro/abril 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt. Acesso em: 05 fev. 2024.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri e PUC RIO, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024

HALL, Stuart.; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: https://tonaniblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/03/tomaz-tadeu_identidade-e-diferenc3a7a.pdf. Acesso em: 3 fev 2024.

HARCUP, Tony**. What's the point of news?** A study in ethical journalism. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020.

HENRIQUES, Rafael. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 17, n. 1, p. 256-258. Disponível em: https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/796. Acesso em: 10 out. 2023.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques:** o que o jornal, revista, tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2012.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir:** A educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024

HOLT, Kristoffer; USTAD FIGENSCHOU,Tine; FRISCHLICH, Lena. Key Dimensions of Alternative News Media. **Digital Journalism**, v. 7, n. 7, p. 860–869, 2019. https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1625715

IJUIM, Jorge Kanehide**. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o jornalismo**. *Revista Pauta Geral*, v. 10. 2023 p. 76-93. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874. Acesso em out. 2024.

JESUS, Carolina Maria de**. O quarto de despejo: diário de uma favelada**. 23. ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2020

JOHNSON, Telma S. P.; AVELAR, Samara. S. A desconstrução da desinformação científica na comunicação pública transnacional: uma análise comparativa da BBC News

Brasil e DW Brasil. **Revista Paulus**, v. 7, n. 14, jul./dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.31657/qvsdmx91 .

KARAM, Francisco José. **A ética do jornalismo e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

LEURS, Koen**.** Data as boundary objects, datafication as boundary work. **Situating Data:** Inquiries in Algorithmic Culture. VAN ES, Karin; VERHOEFF, Nanna (Eds.). Amsterdam: Amsterdam University Press, 2023, p. 123-140.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 1992. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7723015/mod_resource/content/1/LIPPMANN%20Opini%C3%A3o%20publica.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade. Sociedade e Estado,** v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6080. Acesso em: 22 out. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento:** modernidade, império e colonialidade. 2008. Disponível em: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2021/05/Maldonado_Torres_Topologia_rccs-695.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

MANIFESTO da Mídia Negra Brasileira. **Fórum Permanente pela Igualdade Racial**, 2019. Disponível em: https://fopir.org.br/manifesto-da-midia-negra-brasileira/2748#. Acesso em: 20 jun. 2024.

MANUAL de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. 2023. **Alma Preta Jornalismo**. Disponível em: https://almapreta.com.br/. Acesso em: 10 ago. 2024.

MARTINO, Luís Mauro Sá**. Método de pesquisa em comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga**. Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MUNANGA, Kabengele**. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1996. Disponível em: file:///C:/Users/lopes/Downloads/docslide.com.br%20rediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabengele-munanga.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto a venda:** jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2ª. ed. São Paulo: Summus, v. 4, 1988.

MEDITSCH, Eduardo, **Jornalismo como forma de conhecimento**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 21, n. 1, 2012, p. 25-38.

MELO, José Marques de. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Caxias do Sul, 2 a 6 setembro 2010. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2215-1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos:** um modelo classificatório. Intercom - RBCC, São Paulo, jan/abr 2016. 39-56. Disponível em: https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/ Acesso em: 5 fev. 2024.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia** – Vol. 3. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

MORAES, Denis de. **Crítica da Mídia e Hegemonia Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MORAES, Fabiana. **Sobre que militantes engajados estão falando:** Um olhar sobre a imprensa comercial brasileira e o posicionamento como estratégia jornalística. Brazilian Journalism Research, dossiê Jornalismo Militante, Ativista e de combate, novembro 2023. p. 26. Disponível em https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1609. Acesso em: 30 jan. 2024.

MORAES, Fabiana; SILVA, Márcia. **Objetividade Jornalística tem raça e tem Gênero:** a subjetividade como estratégia descolonizadora. Anais... Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Rio Grande do Sul, 11 a 14 junho 2019. p. 1 a 21. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br. Acesso em: 4 fev. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/or Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual:** possibilidades nos dias da destruição. Organização de Alex Ratts e Flávia Rios. São Paulo: Perspectiva, 2018. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4934276/mod_resource/content/1/Untitled_29082019_194415.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. São Paulo: Raquel Gerber Produções Cinematográficas, 1989. Documentário. 88 min. Disponível em https://traduagindo.com/2022/03/10/ori-documentario-completo/. Acesso em: 10 out. 2024

PAIM, Luciane L. **Ancestralidade e memória nas escrevivências de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo:** o elo entre passado e presente nas narrativas. 2023. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29265. Acesso em: 27 jan. 2024.

PASSOS, Najla; JOHNSON, Telma S. P. Violência política de gênero e competência midiática: o caso da deputada estadual mineira Andréia de Jesus no Twitter. **Culturas Midiáticas**, v. 16, jan-dez/2022, p. 246-265. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/63933. Acesso em: 9 fev. 2025.

PIEDADE, Vilma**. Dororidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/508622277/Dororidade-Vilma-Piedade. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEIXOTO, Clarisse. Jornalismo, hegemonia e reações contra-hegemônicas. **Observatório da imprensa**, 6 out. 2020. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/jornalismo-hegemonia-e-reacoes-contra-hegemonicas/>. Acesso em: 6 out. 2020.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Pinsky, 2006.

PEREIRA, Edmilson.; GOMES, Núbia. **Ardis da Imagem**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, v. 1, 2018.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO 2021. **Universidade Federal de Santa Catarina** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP). Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PERUZZO, Cicília M. Krohling**. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. *Revista Galaxia*, São Paulo, n. 17, 2009. p. 131-146.

PINHEIRO, Jonas. **Alma Preta e afirmativa:** experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Jonas_MIDIAS_NEGRAS_ALMA_PRETA_E_AFIRMATIVA.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

PINHO, J. B. **Jornalismo na internet**. São Paulo: Summus, 2003.

PINTO, Ana Flávia. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. Brasília: [s.n.], 2006.

PODER360**. Perfil racial da imprensa brasileira**. Novembro 2021. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf. Acesso em: 27 set. 2024

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da Mídia e Política**. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 22 e 23 outubro 2002. p 1-26.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber**:

eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 116-142.

Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil? Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa), 2023. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/06/TD-Raca-e-Midia.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIESCH, Hauke. Theorizing boundary work as representation and identity. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 40, n. 4, 2010, p. 452-473.

ROCHA, Harison. Racismo e mídia. **Universitas Humanas**, v. 8, n. 1, 2011. DOI: https://doi.org/10.5102/univhum.v8i1.1392.

ROSA, Isabel. **Racismo em pauta:** a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000. Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/9353/1/2011_IsabelCristinaClavelindaRosa.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

SANTOS, Antonio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora. 2023

SILVA, Ana Flávia Marques da. **A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-16022021-201705/. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, Amanda. C. M. **Práticas e características do jornalismo alternativo e contra hegemônico de agência de informação:** Uma visão a partir da rotina produtiva da Adital.160f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2015. Disponível em :https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/20822/1/AmandaCinthiaMedeirosESilva_DISSERT.pdf. Acesso em: 1 ago. 2024

SILVA, Caroline Fernanda Santos da**.** Pensamento negro e giro decolonial: conexões Brasil e América Latina. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 8, n. 2, p. 70–91, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7530. Acesso em: nov. 2024.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis:** afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor:** uma radiografia do racismo nacional. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/metamorfose/article/view/34426. Acesso em: 26 nov. 2024.

STAR, Susan. This is not a boundary object: reflections on the origin of a concept. **Science, Technology & Human Values,** v. 35, n. 5, 2010, p. 601-617.

STAR, Susan L.; GRIESEMER, James R. **Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology**, 1907–39. **Social Studies of Science**, v. 19, n. 3, p. 387–420, 1989. Disponível em https://lchc.ucsd.edu/mca/Mail/xmcamail.2012_09.dir/pdfuaCxVBhVe5.pdf

TAVARES, Frederico; PORFÍRIO, Lucas. É preciso nomear Ricardo: Jornalismo, história de vida e escrevivência. **Novos Olhares**, v. 10, n.1, p. 27-41, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/169709. Acesso em: 16 mar. 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** A tribo jornalistica - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** Questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 1999, p. 74-90, 2ª. ed.

VAZ, Paulo Bernardo.; MENDONÇA, Ricardo. A representação visual do negro no jornal impresso. **Anais...** INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador, 1 a 5 setembro 2002. 18. Disponível em http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/519587b3f35aa257ef981e4528a31fa8.pdf. Acesso em: 18 fev. 2024.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1985.

ANEXOS

ANEXO A: CORPUS TEXTUAL DE ARTIGOS ESCRITOS POR MULHERES - (COLETA 1º DE MAIO DE 2023 A 30 DE JUNHO DE 2024)

Artigo 1- 22 de junho de 2024

Como o aborto ilegal criminaliza crianças negras, maiores vítimas de estupro

Pesquisadoras do Núcleo de Justiça Racial e Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) analisam os efeitos que o PL 1904/2024, em tramitação na Câmara dos Deputados, pode ter sob as mulheres e crianças negras, exploradas pelo mercado clandestino de aborto

Os dados mais recentes sobre estupro no Brasil indicam um aumento significativo de ocorrências no país. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022 foram registrados 74.930 casos de estupro. A maioria das vítimas (61,4%) de tais casos tinha até 13 anos. O estudo indica ainda que as crianças e adolescentes negros são as principais vítimas da maior parte dos estupros, representando 60% do total.

No primeiro semestre de 2023, foram registrados 34 mil casos de estupro, representando um aumento de 14,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estima-se que o número real de casos de estupro seja muito maior, alcançando aproximadamente 822 mil por ano, devido à subnotificação.

O aborto legal no Brasil é permitido hoje em três circunstâncias, independentemente do avanço da gestação: em casos de estupro, quando há risco à vida da gestante e em casos de anencefalia do feto. No entanto, a implementação dessas leis enfrenta várias dificuldades práticas e burocráticas. Por exemplo, a Portaria 2.561/2020 do Ministério da Saúde exige a notificação dos estupros às autoridades policiais e a preservação de material para fins periciais, além de exigir que a vítima deve ser informada sobre a possibilidade de visualizar o feto por meio de ultrassonografia antes de decidir pelo aborto, o que pode ser uma forma de revitimização.

Ainda, em maio de 2024 o Supremo Tribunal Federal concedeu decisão liminar para suspensão de resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM), que buscava proibir a utilização de uma técnica clínica para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. Essas e outras dificuldades muitas vezes levam as vítimas a buscarem alternativas clandestinas, aumentando os riscos para sua saúde e segurança.

A equiparação da pena de aborto após 22 semanas de gestação à de homicídio, proposta pelo Projeto de Lei 1904/2024, não apenas afeta diretamente a saúde e os direitos das mulheres, mas também pode intensificar a violência policial contra jovens negras. Este artigo utiliza estudos e publicações do Núcleo de Justiça Racial e Direito (FGV Direito SP) para analisar como a criminalização do aborto exacerba questões de segurança pública e violência racial, sobretudo considerando as maiores complexidades e vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres jovens, especialmente aquelas que são negras. Em síntese, argumenta-se que o Projeto de Lei em discussão, ao invés de proteger, acabará expondo tais jovens a maiores riscos e violações de seus direitos humanos.

Consequências da criminalização do aborto

Considerando que a maior parte das vítimas dos estupros no Brasil possuem menos de 13 anos e, em sua maioria, são vítimas de abuso sexual sofrido, muitas vezes, em casa, é preciso levar em consideração a demora que inevitavelmente existe para que as meninas descubram a gestação. A limitação da possibilidade de aborto até a 22ª semana de gestação, nesse sentido, desviará o foco do problema da proteção da vida dessas vítimas, e aumentará a recorrência de abortos clandestinos.

As mulheres que recorrem a abortos clandestinos frequentemente enfrentam exploração e violência, o que aumenta a carga sobre a segurança pública para proteger essas mulheres. A criminalização do aborto cria um mercado clandestino perigoso e não regulamentado, onde as mulheres, especialmente jovens negras, são exploradas financeira e fisicamente. A criminalização do aborto está diretamente ligada à violência institucional e à exploração de mulheres, especialmente de minorias e grupos vulneráveis.

A criminalização do aborto acima de 22 semanas pode aumentar a desconfiança nas autoridades policiais, especialmente entre jovens negras e outras comunidades marginalizadas.

Esta desconfiança dificulta a cooperação necessária para outras investigações criminais e reforça a percepção de que a polícia é uma ferramenta de repressão em vez de proteção. A percepção de que a polícia não protege adequadamente as comunidades marginalizadas é exacerbada pela aplicação agressiva de leis que criminalizam o comportamento de mulheres negras.

A criminalização do aborto no Brasil não só exacerba problemas preexistentes na segurança pública, como também cria novos desafios, as pesquisas do Núcleo e Justiça Racial e Direito sobre segurança pública da população negra brasileira e a letalidade de

jovens negros nos trazem a necessidade de repensar o funcionamento do sistema de justiça e a segurança pública no país.

Artigo 2- 16 de junho de 2024

Escolas privadas também precisam assumir compromisso com educação antirracista

A elaboração e a disseminação de medidas antirracistas em escolas privadas devem ser encaradas como parte importantíssima na construção de um país democrático de fato

Em 2024, completaram-se 21 anos da promulgação da Lei Federal 10.639, que, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determinou a revisão de currículos e práticas escolares, reconhecendo a importância de africanos e seus descendentes na construção do país. Resultado, sobretudo, das ações do Movimento Negro, essa legislação representa um dos maiores avanços da história do Brasil no que diz respeito ao combate e ao enfrentamento do racismo.

Passadas duas décadas de sua sanção, é evidente que muitos são os desafios para a efetivação dessa lei fundamental para a promoção da equidade racial. Alcançar o sucesso demanda comprometimento de faculdades e universidades com a formação inicial de professores. São necessárias políticas públicas de valorização e formação continuada de professores. É preciso o entendimento de que a escola, como parte da sociedade brasileira, produz e reproduz em seu seio práticas discriminatórias contra os sujeitos negros, sendo urgente erradicá-las.

Quando se pensa na ação desta legislação, as discussões sempre giram em torno da escola pública. E as escolas privadas? Qual o lugar delas nesse debate? Pouco refletimos sobre isso, embora essas instituições sejam submetidas às diretrizes do Ministério da Educação (MEC), tendo também o dever legal e moral de inserir em seu cotidiano atitudes que colaborem com a promoção da justiça racial.

Em meio a esse silêncio, relatos de pais e estudantes mostram que a discriminação se faz presente nesses espaços, dificultando a permanência de alunos negros, como também alimentando nos não negros um ideal de superioridade. Exemplo disso são os casos recentes de violência racial que vieram a público, cujos alvos foram uma das filhas da atriz Samara Felippo e a filha mais velha do cantor Arlindinho, ambas matriculadas em escolas particulares da cidade de São Paulo.

Situações como as vividas pelas filhas desses artistas evidenciam a necessidade de criar nesses espaços uma comunidade escolar antirracista, como também discutir as consequências perversas da ideologia racista que estrutura o país, potencializada pelo desconhecimento do legado e das contribuições histórico-culturais da população negra para o Brasil e para o mundo.

É preciso ter o entendimento de que as desigualdades educacionais potencializadas pela discriminação racial favorecem, sobremaneira, a perpetuação da sociedade injusta e violenta em que vivemos. A elaboração e a disseminação de medidas antirracistas em escolas privadas devem ser encaradas como parte importantíssima na construção de um país democrático de fato. Promover uma educação antirracista é um compromisso que deve ser assumido pelas instituições privadas de ensino urgentemente.

Artigo 3 - 10 de junho de 2024

Um inédito e pequeno passo para a decolonização de Belo Horizonte

Etiene Martins, jornalista, militante do movimento negro e doutoranda e mestre em Comunicação e Cultura, analisa a importância de reverenciar figuras negras em uma sociedade que nos ensina a admirar somente a branquitude. A comunicadora é idealizadora de um projeto que vai inaugurar estátuas de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus na capital de Minas Gerais

Essa foto foi tirada bem em frente ao Teatro Francisco Nunes, dentro do parque municipal no centro de Belo Horizonte, o local que escolhi para ser o endereço das duas primeiras estátuas de pessoas negras da cidade. Para essa homenagem escolhi as mineiras Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus. Quem conhece essas duas mulheres sabe que essa homenagem é muito pouca para a grandiosidade de ambas, para quem não conhece é melhor correr porque tem muito o que aprender.

Nesse processo de idealização e construção das estátuas fiquei pensando no quanto somos treinados e treinadas dia sim outro também para idolatrar, amar e admirar pessoas brancas sem distinção incluindo todas que seguem nos violentando desde o período escravocrata em que nossos ascendentes foram sequestrados e tragos à força para cá.

Esse treinamento no meu caso se deu quase que concomitante ao processo de alfabetização. Foi na escola que aprendi que meus antepassados eram escravos. Isso mesmo, a escola me ensinou que sou descendente de escravos, não de africanos. Lá

também aprendi que deveria ser grata à princesa Isabel que teoricamente libertou o meu povo e só por isso sou livre. Não contextualizaram em nenhum momento o fato de que antes de nos libertar, ela e todos que pareciam com ela nos escravizaram.

Mas muito se engana quem acredita que esse treinamento se dava apenas no ambiente escolar. Também utilizavam de estratégias lúdicas no meu momento de lazer ao inserirem no meu cotidiano bonecas brancas. Ao brincar eu cuidava, oferecia carinho e atenção a uma réplica de um bebê branco, muito possivelmente um treinamento para que eu fosse uma versão moderna da mãe preta ou com que no tempo certo eu ambicionasse ter um filho ou uma filha com aqueles traços. Fazer da própria vida uma obra estilo redenção de cã. Com o passar dos anos vieram outras influências que visavam me convencer que a beleza, a inteligência, o sucesso são atributos inerentes somente aos brancos.

Esse amor incondicional pela branquitude também visa nos convencer a negar, nos envergonhar e consequentemente rejeitar nossa negritude. Eu ainda hoje faço questão de observar a cara de desconfiança das pessoas quando eu digo que sou descendente de africanos. Olha que vivemos em um país que os descendentes de europeus encaram longos processos para conquistar suas cidadanias. Para eles, são símbolos de status serem descendentes de portugueses, espanhóis, italianos, poloneses. Eles ostentam sua ascendência europeia, mas vai a gente demonstrar orgulho de ser cria lá do continente africano. Eles encaram como uma afronta gravíssima. Nos chamam de identitários e afirmam que somos todos brasileiros e que isso é querer dividir o Brasil. Afinal o treinamento é para que o nosso objetivo seja querer ser branco e nunca, jamais em tempo algum amar nossa negritude.

Tudo isso constrói um senso comum de inferioridade coletiva e que negros e negras que fogem a essa dita regra são exceções. Eu só consegui perceber isso quando aprendi a decolonizar o meu olhar. E entender que a branquitude nos condiciona a uma cegueira inexorável. Foi um olhar carinhoso pelo meu pai, minha mãe, avó, meus tios e tias que me deu essa compreensão. São todos lindos, inteligentes, batalhadores e portanto não condiz em nada com esse estereótipo de pessoas negras produzido e perpetuado ao longo dos anos.

Quando tive a oportunidade de sair da minha bolha familiar, tive a oportunidade de conhecer outras pessoas negras tão lindas quanto as da minha família e que exploraram outras profissões desafiando a ordem que hierarquiza as relações e nos coloca no degrau da subalternidade. Vi que querem que acreditemos erroneamente que são exceções para podar na raiz a possibilidade de acreditarmos que é possível mudar esse sistema colonial.

Quando eu penso em um projeto que decoloniza a minha cidade me parece tão ousado que me pergunto: será que é muita prepotência acreditar e trabalhar para que esse sistema mude? Mas por onde começar? O que eu posso contribuir?

Aos poucos fui me dando conta que amar a negritude é um projeto decolonial. Só podemos amar aquilo que conhecemos porque amar é verbo, é uma construção. Quanto mais eu pesquiso, estudo, me interesso pela negritude mais eu amo. Mais eu descubro referências fantásticas das mais diversas áreas.

Idealizar e propor as estátuas de Lélia e Carolina é a minha contribuição para um pequeno e inédito passo para decolonizar a cidade que eu nasci. É colocar em evidência duas intelectuais pretas fantásticas para que nossas crianças e adolescentes possam usufruir de uma cidade em que não só brancos e brancas sejam dignos de memória e homenagens como até então as estátuas presentes na capital mineira demonstram.

A inauguração das estátuas está agendada para o dia 30 de junho deste ano de 2024 e eu só consigo pensar naquela frase: “se palmares não existe mais, faremos palmares de novo”.

Artigo 4 - 09 de junho de 2024

Jovens negras e mercado de trabalho: uma análise sobre os desafios do cenário atual

Muito além de um reflexo da conjuntura econômica, as jovens negras sofrem os efeitos do racismo e sexismo profundamente enraizados na sociedade, o que perpetua a desigualdade.

O Brasil tem enfrentado persistentes desigualdades raciais e de gênero em sua economia, que se refletem não apenas nos padrões de emprego e desemprego, mas também nas condições de trabalho e nas oportunidades educacionais. Embora tenha havido uma melhora nos recentes índices de emprego, a distância entre as realidades de homens e mulheres, sobretudo entre pessoas brancas e negras, ainda são significativas e demandam políticas públicas pelo setor público e monitoramento ao setor privado, além de o setor privado assumir compromissos efetivos com esse público.

As jovens negras, em particular, enfrentam desafios severos, recebendo rendimentos quase três vezes inferiores em relação a homens brancos e também menores na comparação com mulheres brancas. Essa condição se soma à informalidade e à subutilização da força de trabalho, muitas vezes disfarçado de uma atividade empreendedora que as privam de direitos essenciais de um trabalho digno.

Muito além de um reflexo da conjuntura econômica, as jovens negras sofrem os efeitos do racismo e sexismo profundamente enraizados na sociedade, o que perpetua a desigualdade. A marginalização chega ao mercado de trabalho sob forma de filtros nos processos utilizados desde a seleção dos candidatos sem a preocupação com a diversidade até a ausência de pessoas negras nos cargos de recursos humanos e chefias das empresas. Por outro lado, a educação, que poderia ser um grande equalizador, ainda é outra arena de desigualdade. Jovens homens e mulheres negras enfrentam barreiras significativas para acessar e completar a educação superior. Elas são vistas desde a decisão de aumentar as taxas para a inscrição do Enem, como na falta ou descontinuidade de políticas públicas para facilitar a vida de quem precisa conciliar estudo e trabalho. O resultado é a tão falada baixa representatividade e apoio dentro do sistema educacional.

A não expectativa de que haja uma melhoria nas condições de trabalho ou de que novas oportunidades sejam criadas para esses grupos explica o fenômeno do desalento. E mais uma vez, as jovens mulheres negras prevalecem nos indicadores do público que mais perdeu a esperança em encontrar trabalho. Desempregadas, elas se tornam mais propícias a assumir o trabalho doméstico não remunerado e os cuidados com pessoas – uma dinâmica reforçada por normas sociais que limitam ainda mais suas oportunidades econômicas.

Neste cenário, vê-se ainda a subutilização da força de trabalho, com muitas jovens mulheres negras em empregos que não fazem pleno uso de suas habilidades ou dedicando-se menos horas por dia, numa realidade igualmente produzida pela discriminação racial e de gênero.

O relatório “Mude com Elas”, elaborado pela Ação Educativa em parceria com o Ceert, Terre Des Hommes Alemanha e Ministério para Cooperação Desenvolvimento da Alemanha, lança luz sobre essas questões. Ao pesquisar as condições de trabalho de jovens mulheres negras, de 14 a 29 anos, cruzando dados por raça, gênero e idade, o documento mostra a urgente necessidade de enfrentar as desigualdades com abordagens multidimensionais.

Uma das iniciativas é o próprio programa desenvolvido pela organização que convida as jovens mulheres negras a se apropriem dessa realidade, oferecendo o suporte necessário para que o ativismo feminino tenha espaço para o diálogo. Isso resulta na produção de conhecimento que, uma vez disseminado, gera a construção de saídas para essas desigualdades. O enfrentamento ao racismo e sexismo no ambiente de trabalho passa pela criação de agendas específicas para esse tema, estratégias de incidência política,

municipal e nacional, sempre considerando a voz das jovens, que têm um protagonismo da juventude negra.

Sem dúvida, a jornada para a igualdade de gênero e racial no Brasil é longa e cheia de desafios. No entanto, sem compreender sua profundidade e complexidade, nem o governo nem o setor privado encontrarão soluções assertivas para a promoção da justiça social e igualdade econômica que tanto sonhamos para o Brasil.

Artigo 5 - 01 de junho de 2024

Crise climática potencializa racismo ambiental

Não haverá planeta Terra e vida humana se a nossa consciência e posição política não avançarem no sentido da preservação ambiental

Todos nós temos direito a um clima saudável. No entanto, o calor, o frio e os temporais estão cada vez mais extremos. Os efeitos da crise climática já são sentidos por todos, mas principalmente pelas comunidades mais pobres e periféricas, onde a maioria da população é negra e sofre com a falta de infraestrutura, saneamento básico, planejamento ambiental e urbano. Como consequência da exclusão social, nós, povo preto, somos os mais atingidos pelos impactos dos eventos climáticos e os menos atendidos na fila por socorro. Isso é racismo ambiental.

Como deputada estadual venho discutindo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a importância de estarmos preparados para uma emergência climática. A assembleia promove atualmente uma importante iniciativa de debate, por meio de um seminário, percorrendo várias regiões do estado. O objetivo é buscar soluções para lidarmos com as mudanças climáticas a longo prazo. A última etapa será realizada em Belo Horizonte, no mês de agosto.

Em Minas Gerais, nos últimos anos, temos experimentado temperaturas cada vez mais altas. A crise climática do Rio Grande do Sul trouxe à tona a urgência de planos e ações para mitigar as consequências de eventos climáticos extremos, mostrando que além de perder suas casas, lojas e as crianças estarem foras das escolas, as pessoas também perderam documentos, fotos e memórias afetivas que jamais serão resgatadas.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (SGB), a última década registrou um aumento significativo em recordes de enchentes e secas. De 2014 a 2023, houve 314 enchentes e 406 secas, comparado a 182 enchentes e 92 secas na década anterior. Não há como negar

os fatos e os dados, a crise climática é resultado da ação do homem. As emissões de gases de efeito estufa que alteram a temperatura da atmosfera vem do uso dos combustíveis fósseis, atividades pecuárias, agrícolas, industriais e do desflorestamento.

Em todas as áreas devastadas por eventos climáticos é comum o desmatamento e a ocupação desordenada do solo, sem nenhuma preocupação com a natureza: o curso dos rios, a vegetação, o solo e o clima. O grande capital não se interessa em cuidar do meio ambiente. A prática é de exploração da terra, retirando suas riquezas, como os minérios, sem dar valor a vida humana e a sobrevivência no planeta.

A extrema-direita aliada às fake news ajudam a espalhar o negacionismo climático. Mas é cada vez mais evidente os danos que podemos sofrer se não houver uma ação clara e consciente dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para estabelecer limites à ganância do setor produtivo. Há muitos meios de gerar riquezas, emprego e bons produtos, trabalhando com novas e antigas tecnologias de cultivo e manejo na agricultura e na pecuária.

No estado de Minas Gerais, o nosso mandato tem atuado com ações efetivas para preservação do meio ambiente, fomentando por meio de emendas parlamentares a titulação dos territórios e o trabalho no campo das comunidades tradicionais quilombolas, povos de terreiro e indígenas. Estes povos guardiões da terra fazem uso de práticas agrícolas sustentáveis, que respeitam e não destroem a natureza, ajudando a manter a nossa biodiversidade e a regular o clima.

Cada cidadão também precisa compreender o seu papel nesta luta. Somos a maioria deste país e os mais atingidos pela crise climática. Os arquimilionários, banqueiros e grandes empresários, além de desmatar e poluir, ainda querem privatizar as nossas praias como o jogador Neymar.

Não haverá planeta Terra e vida humana se a nossa consciência e posição política não avançarem no sentido da preservação ambiental. É preciso lutarmos por uma justiça climática. Marte só é opção para o Elon Musk.

Artigo 6 - 01 de junho de 2024

A morte de Marielle Franco e a democracia calada a balas

A advogada Amarílis Costa analisa os recentes acontecimentos que levaram à prisão dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, executada ao lado do motorista Anderson Gomes, em 2018, no Rio de Janeiro

Passados seis anos do crime, a Polícia Federal finalmente prendeu os suspeitos de serem os mandantes do assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. No dia 10 de abril, o Plenário da Câmara conseguiu 277 votos para manter a prisão preventiva do deputado Chiquinho Brazão, mas o placar apertado – foram apenas 20 votos a mais do que os 257 necessários — deixou explícito o desejo de grande parte dos parlamentares de livrar Brazão da cadeia. Os 129 votos a favor da soltura, as 28 abstenções e 78 ausências formam um retrato triste do corporativismo e da polarização política dos deputados brasileiros, capazes de assumir posição favorável ao possível mandante de um assassinato.

Marielle iniciou sua trajetória política em 2006, na equipe de campanha do então deputado Marcelo Freixo, também do PSOL, e esteve ao lado dele, em 2008, durante a CPI das Milícias, que investigou a relação de grupos milicianos com o poder público no Rio de Janeiro. Sua morte se tornou um símbolo da atuação do crime organizado no Rio de Janeiro, mas também um alerta importante sobre a erosão da democracia no Brasil.

Uma mulher negra, periférica, no exercício de seu mandato, é morta a tiros. Os suspeitos de serem os mandantes do crime são Chiquinho Brazão, deputado federal pelo União Brasil, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e o delegado da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, que era chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro na ocasião do crime.

Todos foram presos depois das delações dos autores confessos do assassinato, os ex-policiais militares Ronnie Lessa, que efetuou os disparos, e Élcio Queiroz, que dirigiu o veículo utilizado naquela noite. De acordo com os delatores, Marielle foi morta por atrapalhar com sua atuação política os interesses dos irmãos Brazão, que tentavam regularizar empreendimentos imobiliários ilegais em áreas dominadas pela milícia no Rio de Janeiro.

Está evidente a mistura nefasta entre o poder público e a criminalidade em várias esferas. O Governo Federal fez pouco pela elucidação do caso e vale lembrar que, em 2018, o Rio de Janeiro estava sob intervenção federal, e a nomeação de Rivaldo Barbosa foi assinada pelo general Braga Netto, que chefiava a operação durante o governo Temer e foi ministro da Defesa do governo Bolsonaro. Apenas em 2023, após nova eleição presidencial, a Polícia Federal pode entrar efetivamente no caso, expondo inúmeras falhas no processo investigativo.

Quando ocupantes de cargos eletivos e institucionais fazem uso de suas posições políticas para defender interesses de grupos criminosos, forma-se um verdadeiro estado-paralelo, capaz de estender seus tentáculos por todas as esferas de poder, do Judiciário ao Legislativo, do Executivo às forças de segurança.

A questão mais importante é como parar esta engrenagem criminosa que usa as instituições republicanas para defender agendas privadas e para esmagar pautas sociais legítimas. A Rede Liberdade propôs este debate no livro "Letalidade policial e seletividade penal: reflexões produzidas por corpos matáveis".

Em "UPP – Redução da Favela a Três Letras", sua dissertação de mestrado em administração pública pela Universidade Federal Fluminense, Marielle escreveu sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, criado em 2008, que implantou núcleos policiais em comunidades cariocas.

Ela criticou fortemente as UPPs e as descreveu não como um programa de combate à violência ou às facções criminosas, mas sim como uma forma de controle dos corpos favelados e negros habitantes das comunidades selecionadas, que garantia uma espécie de higienização de espaços urbanos e turísticos, como o Centro e a Zona Sul.

Na tese, Marielle defende que as favelas, assim como os presídios, são vistas pelas políticas de segurança pública como lugares de controle social e de retirada de direitos de uma parcela da população que vê seu território ser totalmente controlado pela polícia e passa a viver em um espaço de reclusão.

Depois de uma crítica tão aberta e veemente a uma atuação policial que era apresentada como a grande promessa contra a violência, Marielle foi ela mesma vítima de um assassinato violento, só que os disparos foram feitos pela própria polícia.

Os 13 tiros que mataram Marielle Franco e Anderson Gomes foram desferidos não apenas contra eles, mas também contra a noção mais fundamental da democracia, a de que se possa expressar e defender com liberdade as opiniões e vontades políticas dentro das regras do jogo e das letras da lei.

Artigo 7 - 30 de maio de 2024

Reparação: direitos quilombolas precisam caber no orçamento

A garantia de terra e território é uma política reparatória e precisa ser priorizada pelo governo, já que o mesmo pretende disputar valores civilizatórios no contexto de aprofundamento da violência e polarização política

O governo de Jair Bolsonaro retirou as comunidades quilombolas do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em um flagrante ato de racismo institucional. A exclusão dos quilombolas do PPA teve consequências, pois deixou de existir o planejamento para a implementação de tais políticas públicas. As poucas ações orçamentárias que foram mantidas, como distribuição de cestas básicas e saneamento rural, não foram efetivas.

Em 2022, por exemplo, foi autorizada a quantia ínfima de R$ 558,9 mil para a regularização fundiária dos territórios quilombolas, o padrão de desfinanciamento dos quatro anos do governo Bolsonaro. O Projeto de Lei Orçamentária 2023 previa um recurso igualmente irrisório: de R$ 423,7 mil. Houve um pequeno aporte orçamentário no novo governo, que atribuiu à ação recursos autorizados de R$ 2,4 milhões, uma quantia igualmente insuficiente para a implementação dessa política pública, que necessita de investimentos robustos para se concretizar.

O novo PPA 2024-2027, elaborado em 2023, trouxe de volta os quilombolas ao planejamento da gestão pública federal. Além dos programas finalísticos, a temática está presente nas agendas prioritárias e transversais. Porém, ainda há áreas nas quais os quilombolas aparecem como público-alvo, mas sem metas e indicadores de monitoramento ou sem alocação de recursos. Existem ações não orçamentárias no PPA, todavia, considerando-se a urgência de promover os direitos quilombolas previstos na Constituição Federal de 1988, bem como a dívida histórica do País com o referido público (dívida que se aprofundou com o governo Bolsonaro), é necessário investimento.

As comunidades quilombolas são reconhecidamente ativas no que concerne à preservação da biodiversidade de todos os biomas brasileiros, além de conservarem modos de vida e expressões culturais diversas. Para fortalecer esses territórios, é necessária uma política pública intersetorial. É o que pretende o Programa Aquilomba Brasil que conta com quatro eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania.

Além disso, por meio do decreto nº 11.786/23, foi criada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), que será coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A política

é estruturada em cinco eixos: integridade territorial, usos, manejo e conservação ambiental; produção sustentável, geração de renda, soberania alimentar e segurança nutricional; ancestralidade, identidade e patrimônio cultural; educação e formação voltadas à gestão territorial e ambiental; e organização social para a gestão territorial e ambiental.

Ao longo de 2023, iniciou-se um processo de reconstrução da política de regularização fundiária. Após oito anos sem titulações, foram entregues 11 titularidades a sete comunidades quilombolas e editadas 51 portarias de reconhecimento pelo INCRA.

Para 2024, uma boa notícia: o valor autorizado é de R$ 144,3 milhões. A meta constante no PPA 2023-2027, para o ano de 2024, é de 12 mil hectares titulados e o governo precisa estar comprometido em atingi-la, já que os recursos aumentaram expressivamente. Permanece, ainda, a necessidade de aumentar o orçamento para o fomento ao desenvolvimento local sustentável, visando a soberania alimentar e a autonomia das comunidades.

Reparação é o mínimo

As comunidades quilombolas passaram a ter seus direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelece: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes títulos respectivos”. A garantia de terra e território é uma política reparatória e precisa ser priorizada pelo governo, já que o mesmo pretende disputar valores civilizatórios no contexto de aprofundamento da violência e polarização política.

Ao lado do MIR e do MDA, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem um papel fundamental na garantia dos direitos territoriais dos quilombolas. As comunidades têm sido afetadas por empreendimentos financiados pelo Estado, seja com recursos orçamentários, seja com incentivos fiscais, além de estarem mais vulneráveis aos eventos climáticos devido ao racismo ambiental. É o que ocorre neste momento no contexto das enchentes no estado do Rio Grande do Sul, com centenas de famílias quilombolas atingidas e com baixo acesso a medidas emergenciais.

O governo federal precisa, ainda, criar mecanismos de participação social para que as próprias comunidades possam opinar sobre as soluções para os seus problemas locais e como o orçamento poderá promover seus direitos e não violá-los. São elas, afinal, as guardiãs da sabedoria de ser e resistir neste Brasil tão desigual, cuja abolição inacabada só será efetiva com políticas reparatórias por parte do Estado brasileiro.

Artigo 8 - 19 de maio de 2024

Uma política de Estado para igualdade racial é possível?

Uma política pública sistêmica e estruturada em âmbito federal, estadual e municipal pode ser o caminho para que o Brasil finalmente possa ter uma política de Estado - e não somente de governos - para o enfrentamento ao racismo

A política de promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo foi completamente desmontada na gestão de Jair Bolsonaro. Já no Plano Plurianual (PPA) 2019-2023, o governo deixou bem nítido seu viés racista, ao excluir as pessoas negras do documento, bem como as comunidades quilombolas. A eliminação desses públicos do PPA teve consequências, pois extinguiu o planejamento para a implementação das políticas públicas e dos programas orçamentários específicos para a promoção dos direitos da população negra e quilombola.

Para 2023, a dotação inicial para a promoção da igualdade racial foi **zero**, pois o governo Jair Bolsonaro não previu recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023 para tal agenda e o Congresso Nacional não aportou recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse cenário, felizmente, foi revertido pelo novo governo que alocou R$ 70,8 milhões, dos quais foram pagos R$ 30,5 milhões (43%). É preciso destacar que houve um esforço por parte do Ministério da Igualdade Racial para o empenho das verbas, que chegou a R$ 68,8 milhões, ou seja, 97% do total.

Com a criação do Ministério da Igualdade Racial (MIR), liderado por Anielle Franco, iniciou-se o caminho para a retomada programática do orçamento sensível à questão racial. Os movimentos sociais negros participaram ativamente no processo de transição para que o órgão fosse erguido novamente. No dia 21 de março de 2023, Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, o governo lançou sete medidas de enfrentamento do racismo, envolvendo diversos órgãos e buscando criar grupos de trabalho para elaborar as novas políticas públicas.

No novo PPA 2024-2027, a igualdade racial voltou a ter uma programação específica, estando presente nas agendas finalísticas, nas transversais e também entre as prioridades do plano. No entanto, ainda estamos muito distantes de uma política pública de Estado. Por exemplo, a Lei nº 10.639/2003, que já conta com 20 anos de existência e visa educar a população para o antirracismo desde a escola, nunca teve um programa no Ministério

da Educação (MEC) para efetivar sua implementação, e agora não é diferente. O Programa 5111 – Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade não prevê objetivos, indicadores e metas com o recorte de raça/cor, nem menciona a implementação da Lei nº 10.639/2003.

Em 2023 foi lançado o Plano Aquilomba Brasil, e a regularização fundiária, responsabilidade do Incra sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), foi retomada, mas o aporte financeiro em 2023 foi mínimo, de apenas R$ 2,4 milhões, reflexo do desmonte do governo anterior. Para 2024, uma boa sinalização, serão R$ 144,3 milhões e é urgente que sejam executados todos estes recursos – a cifra parece grande, considerando a alocação zero dos anos Bolsonaro, mas por se tratar de uma política que envolve indenizações a ocupantes irregulares das terras quilombolas, necessita investimento para se efetivar.

O Programa Juventude Negra Viva, que envolve 18 ministérios, terá o desafio de se materializar e oferecer resultados em um país que acumula óbitos de jovens negros ano a ano – estamos falando de cerca de 250 mil jovens em 10 anos. Isso significa que, além dos R$ 12,3 milhões do MIR para coordenar e monitorar o programa, será necessário que estes outros órgãos realizem o detalhamento dos recursos destinados ao alcance das metas previstas.

O grande trunfo para uma transição entre ações pulverizadas e com orçamento tímido pode ser o investimento no Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), que precisa aumentar a sua abrangência nacional e se consolidar, comprometendo todos os entes federados com a superação do racismo no Brasil. Há cerca de R$ 76 milhões para esse fim em 2024 sob responsabilidade do MIR. Uma política pública sistêmica e estruturada em âmbito federal, estadual e municipal pode ser o caminho para que o Brasil finalmente possa ter uma política de Estado – e não somente de governos – para o enfrentamento ao racismo.

Artigo 9 – 29 de abril de 2024

Pelo fim do braço armado de manutenção do racismo

Em coluna de opinião, Regina Lúcia dos Santos, do Movimento Negro Unificado (MNU), explica as razões de defender o fim do policiamento militar

Num primeiro momento somos levados a ler esta frase só como palavras de ordem da esquerda, mas não se trata disso. É na verdade uma luta urgente de combate ao racismo.

A concepção do militarismo em defesa e segurança é da existência de um inimigo a ser combatido, a ser eliminado. A Polícia Militar nos diversos estados brasileiros entende como inimigo a população negra, principalmente o homem negro e jovem.

Desde sempre, do período escravagista aos dias de hoje, a segurança pública patrimonialista sempre se baseou na contenção dos corpos negros escravizados e posteriormente libertos.

Segundo estudo da Rede de Observatórios de Segurança, 87,35% dos mortos por intervenção policial em 2022 eram negros e desses 52,9% tinham entre 12 e 24 anos.

Temos o registro de casos extremamente revoltantes, como a chacina de Costa Barros (RJ), a Chacina do Cabula (BA), a Chacina do Curió (CE), o caso de Douglas Martins Rodrigues, 17 anos (SP), de Edneia Fernandes, 31 anos, na Baixada Santista, o de Claudia Silva Ferreira, 38 anos, no Rio de Janeiro, além de outros no estado fluminense como o de Eduardo de Jesus Ferreira, 10 anos, Kathleen Romeu, 24 anos, e João Pedro Matos Pinto, 14 anos. Exemplos de tantos outros corpos negros e de crianças mortas em ações policiais não faltam Brasil a dentro.

Este estado de coisas tem a ver com o racismo que anda as largas no Brasil, onde não só os corpos negros, mas também os territórios majoritariamente negros parecem que estão lá para ser violados pela PM e agora também pelas GCMs. Onde se atira primeiro, para se verificar e investigar depois. Onde se pode chegar metendo o pé na porta sem mandato já que ali, no território e naquele corpo, está o inimigo a ser contido.

Emblemático também é o caso do policial que foi atender a uma ocorrência de violência doméstica num condomínio de luxo da Grande São Paulo e foi recebido por um homem branco com xingamentos e ameaças e o policial nada fez. Também a ação policial contra o político Roberto Jefferson, que recebeu os policiais com tiros de fuzil e granadas. Ambos estão vivos, afinal brancos e ricos, e os policiais não usaram de violência para contê-los. E isso coloca a questão de que no seu âmago a polícia opera com racismo. **Aí nós negros nos pomos a pensar que não acabou, tem que acabar, queremos o fim da Polícia Militar, esse braço armado de manutenção do estado racista.**

A saída é com certeza uma segurança cidadã regulada pelo policiamento com conhecimento da comunidade, não como as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras), violência policial institucionalizada no território, mas como as Kobans japonesas ou as polícias comunitárias de alguns países europeus e que a sua chegada seja precedida de

serviços e políticas públicas que proporcione o bem viver pra população negra em seus territórios.

Artigo 10 - 27 de abril de 2024

O Brasil precisa garantir direitos humanos para pessoas negras, afrodescendentes e indígenas

A deputada estadual de Minas Gerais Andreia de Jesus (PT) escreve coluna de opinião sobre a ampliação do acesso a direitos no Brasil e o enfrentamento ao racismo

As correntes do passado escravagista continuam se arrastando. Em pleno 2024, ainda temos sem-terra, sem pão e sem dignidade. O país registrou 3,4 milhões de possíveis violações de direitos humanos em 2023, segundo o relatório da Anistia Internacional. A situação brasileira foi descrita como preocupante, com altos níveis de violência e impunidade. Aqui também temos um dos índices mais altos de desigualdade do mundo, que atinge principalmente a população negra. A discriminação social e o racismo dificultam a conquista de direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e civis.

O Brasil não é para amadores. É daqueles que querem lutar contra este quadro desolador e transformar o país. E este papel político é nosso. Somos cerca de 200 milhões de pessoas afrodescendentes vivendo nas Américas. Nós, povo negro, precisamos nos unir, só a luta consciente pode aprofundar ainda mais as ações e projetos direcionados a inclusão social, construindo políticas públicas eficazes e consistentes.

Como deputada estadual e presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) tenho trabalhado para levar mais qualidade de vida para os povos tradicionais quilombolas e indígenas no estado de Minas Gerais. Neste segundo mandato, foram mais de R$ 3 milhões de reais destinados, por meio de emendas parlamentares, para projetos nas áreas de educação, saúde, geração de renda e emprego, moradia e segurança. A Comissão de Direitos Humanos atendeu, somente em 2023, mais de 400 casos de violações de direitos humanos, acolhendo e direcionando as pessoas, e realizou um total de 64 atividades, entre audiências públicas, reuniões ordinárias e extraordinárias.

Embora estejamos avançando em muitas direções, como o aumento de pessoas negras nas universidades, na política, na publicidade e nos meios de comunicação, o colonialismo

brasileiro ainda se perpetua. Não há como concentrar riqueza sem a exploração do outro. Para chegarmos aqui, muitos dos nossos foram brutalmente escravizados. Os portugueses se foram. Na Europa, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo, já reconheceu a culpa do Estado Português na escravidão. Mas a elite brasileira segue firme no seu regime de exclusão.

Migalhas e desculpas não resolvem o nosso problema. São mais de 500 anos de história e apenas pouco mais de 100 anos de abolição da escravatura. Uma geração e meia se foi e ainda estamos lutando por direitos básicos, como direito à terra, a moradia, ao trabalho e salário digno. Precisamos é de reparação histórica real e concreta das elites portuguesa e brasileira.

Na nossa pele, a gente nem precisa de estudos e pesquisas de várias instituições para comprovar as mazelas geradas como herança do colonialismo e da escravidão. As políticas de exclusão social, editadas historicamente por vários governos, nos levaram à marginalização.

Que tal aproveitarmos que 2024 é o último ano da Década Afrodescendente, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para fazer novos direitos valerem. Estes 10 anos seriam para reconhecer os povos afrodescendentes como um grupo que precisa ter os direitos humanos garantidos e efetivados.

Vamos juntos! Vamos precisar de todo mundo para que a discriminação social, o preconceito e o racismo sejam exterminados. Para que a justiça seja justa. Para que a participação política das pessoas pobres e negras aumente. Para que idade, sexo, idioma, religião, opinião política, classe social ou origem, não nos impeça de lutar e de realizar os nossos sonhos.

Artigo 11 - 7 de março de 2024

Carta de uma mãe para a reflexão de toda a sociedade brasileira

Ana Paula Oliveira, mãe do jovem negro Johnatha de Oliveira, escreve sobre o resultado do julgamento do policial militar Alessandro Marcelino de Souza, que matou seu filho em 2014. O PM deixou o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em liberdade após dois dias de julgamento (5 e 6 de março). O júri popular decidiu que houve homicídio culposo — quando não há intenção de matar — e o caso vai para a Justiça Militar. A carta foi recebida pela Alma Preta, que teve permissão para divulgá-la.

Desde a 1ª audiência do caso do meu filho, em 2015, saí daquele lugar (Tribunal de Justiça) com a sensação de que quem está julgando não consegue se ver na gente. Nesses dois dias de julgamento, 5 e 6 de março, devido à grande mobilização, a provas de acusação testemunhais e periciais tão contundentes, e ao trabalho sério e comprometido do Ministério Público, representado pela Dra. promotora Bianca Chaves, e dos defensores públicos Daniel Lozoya e Luís Henrique Zouein, em mostrar a verdade dos fatos, eu mergulhei na ilusão de acreditar que a Justiça pudesse honrar seu nome e se fazer justiça. Por acreditar nisso, me decepcionei e saí do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro destroçada mais uma vez, me sentindo impotente por, apesar desses 10 anos de luta, não ter sido capaz de conseguir justiça para a barbárie que o Estado brasileiro fez com o meu filho, matando-o e criminalizando-o durante 10 anos.

Para além disso, ontem, como várias outras vezes já presenciei ali naquele mesmo lugar, testemunhas de acusação de casos de homicídios cometidos por policiais tiveram seus testemunhos contestados por morar na favela. Em alguns lugares, como no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por morarmos na favela, o que falamos como verdade NÃO tem crédito, mesmo que não tenhamos nenhuma ficha criminal, nem qualquer outro fato que desabone a nossa conduta. A criminalização da pobreza e o racismo que permeiam o sistema de Justiça fazem com que a palavra de policiais, mesmo que já tenham sido presos, mesmo que já tenha sido expulso da corporação por práticas criminosas, tenha mais validade para um grupo de jurados, representantes da sociedade que nos julgam e nos condenam pela cor da pele e pela classe social.

Ontem, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro mostrou o que eu já vinha percebendo ao longo desses 10 anos, que O SISTEMA DE JUSTIÇA NO BRASIL NÃO É IGUAL PARA TODOS, NÃO É JUSTO, E SEGUE SENDO RESPONSÁVEL POR TANTAS MORTES COMETIDAS POR POLICIAIS DENTRO DAS FAVELAS!!

A todas as testemunhas de acusação, que foram corajosas para caramba, motivadas, assim como eu, pela sede de justiça nesses 10 anos, eu agradeço de coração, assim como agradeço a minha família, a cada mãe e familiar de vítima da violência causada pelo Estado. Agradeço também a cada organização e movimento que se mobilizou, me apoiou e me abraçou. Agradeço a todos os companheiros e companheiras dessa luta contra a Letalidade Policial, contra o Racismo existente na nossa sociedade.

“TUDO O QUE NÓS TEM É NÓS!!”

Ao Meu Amado Filho Johnatha, eu queria pedir desculpas por não ter conseguido ontem justiça pelo que fizeram com ele. Mas que ele tenha certeza de que me levantarei novamente, sendo a voz dele nesse mundo de tantas desigualdades e injustiças porque o que me move é muito maior e mais forte que tudo isso. Sou movida pela DOR E PELO AMOR que carrego por ele. **TE AMO MUITO MEU FILHO, VOCÊ É O SENTIDO DA MINHA CAMINHADA NESSE MUNDO. OBRIGADA POR SER O MEU FILHO, JOHNATHA. TE CARREGO EM MIM!!**

Artigo 12 - 22 de fevereiro de 2024

Emprego formal, empreendedorismo e sobrevivência das pessoas negras

Pessoas negras que possuem seus pequenos negócios não são empreendedoras. Pelo contrário, estão expostas à vulnerabilidades da informalidade, pois muitas vezes sequer possuem formalização de CNPJ

Os direitos trabalhistas expressam as reivindicações sociais e políticas a ponto de serem um direito fundamental social, conforme estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal. Desse modo, todas as pessoas possuem titularidade para o exercício desse direito, sem qualquer tipo de discriminação.

Contudo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o número de pessoas com trabalho informal aumentou em 2020 de 38,2% para 40,1% em 2021, caindo para 39,6% em 2022. Da mesma forma, o percentual de pessoas negras com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é inferior ao de pessoas brancas, assim como a taxa de desocupação (taxa de desemprego) e a subutilização (pessoas com potencial para trabalhar).

Segundo o IBGE, em 2021, a taxa de desocupação foi de 11,3% para pessoas brancas, contra 16,5% para pessoas pretas e 16,2% para pessoas pardas. Em relação à taxa de subutilização, as pessoas brancas registraram 22,5%, contra 32,0% para pretas e 33,4% para pardas. As taxas de desocupação e de subutilização foram maiores entre as pessoas pretas ou pardas independentemente do nível de instrução considerado.

Na perspectiva de gênero, dados do IBGE de 2021 apontaram que as mulheres representam 13,9% da taxa de desocupação, enquanto os homens representam 9%, sendo que, durante a pandemia da Covid-19, o índice ficou ainda maior. A Agência Brasil afirma que, em 2023, a taxa de desemprego foi maior entre mulheres e negros, sendo que a taxa de desemprego entre mulheres ficou em 10,8%, ao mesmo tempo que a dos homens foi de 7,2%, evidenciando um padrão estrutural do Brasil.

Ter vínculo empregatício significa acesso aos direitos previdenciários, segurança social e econômica, estabilidade empregatícia em caso de gestação ou acidente de trabalho, bem como ter uma jornada de trabalho com salário fixo, o que permite acesso ao crédito, financiamento de móvel ou imóvel e melhores condições de vida. Conforme apontado por Florestan Fernandes em sua obra "A integração do Negro na Sociedade de Classes", o vínculo empregatício pode promover a mobilidade social, pois dá condições para que a próxima geração tenha mais acesso à educação e a demais direitos fundamentais.

Por outro lado, pessoas sem vínculo empregatício estão expostas às violências e arbitrariedade, especialmente se são pessoas negras, visto que a ausência do vínculo afasta sua condição de trabalhador. O vínculo afasta o estigma construído pela lei que prevê a vadiagem, ou ato de se entregar habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, segundo o qual o negro não seria afeto ao trabalho, mas à criminalidade. Cria-se o imaginário de que as pessoas negras que não possuem vínculo empregatício estão sobrevivendo com trabalho ilícito.

Importante destacar que parte da sociedade aderiu à ideia de que ser empreendedor é melhor do que ser empregado, motivo pelo qual o índice de empreendedores aumentou significativamente. Porém, é sabido que nem todos serão empreendedores com alto faturamento, pois é necessário a existência de um plano de negócio e gestão, para que a empresa cumpra os requisitos de formalização e tenha faturamento. Além disso, necessitam de recursos para investimento no negócio. Apenas é empreendedor de fato aquele que pode arcar com o insucesso do negócio: quando se empreende para sobreviver, não há empreendedorismo de fato.

Pessoas negras que possuem seus pequenos negócios não são empreendedoras. Pelo contrário, estão expostas à vulnerabilidades da informalidade, pois muitas vezes sequer possuem formalização de CNPJ. A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, que limita o acesso aos direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e o direito à aposentadoria, conforme apontado pelo IPEA.

Após a fase crítica da pandemia da Covid-19, dados do IBGE de 2021 apontaram que 43% das pessoas pretas estavam em ocupações informais, 47% das pessoas pardas e 32,7% das pessoas brancas, evidenciando a situação desigual da população negra. Dos cerca de 8% de brasileiros que vivem em favelas, quase 70% são pessoas negras, número bem acima da média nacional, de 55%. Estudos recentes demonstram que 50% dos moradores de favelas têm seu próprio negócio, sendo que as favelas brasileiras geram R$

202 bilhões em renda própria, segundo dados do Data Favela. Em 2023, foram movimentados mais de R$ 10 bilhões em caixas eletrônicos, volume 17% acima da média nacional, de acordo com o Banco24Horas.

O Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o trabalho é um direito das pessoas negras. No mesmo caminho, o Brasil adotou os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 17 objetivos, sendo o ODS número 8 o trabalho decente, exercido com registo na CTPS, assegurando-se os demais direitos constitucionais. É com o trabalho que as pessoas negras sobrevivem para arcar com os custos dos direitos sociais como alimentação, educação e moradia, ao mesmo tempo que é com ele que novas perspectivas de sonhos são construídas. O compromisso com políticas em favor das garantias trabalhistas, especialmente do vínculo empregatício, é fundamental para a melhoria paulatina do cenário atual.

Artigo 13- 14 de fevereiro de 2024

Carnaval 2024 deixa como legado educação e resistência negra

O Carnaval é educador, por isso às vezes penso que poderíamos ter alguns carnavais por ano

Carnaval é uma festa pagã, que não é originária do Brasil, mas é neste país, nos séculos XX e XXI que o Carnaval deixa de ser só uma festa e passa a ser escola, educação, uma forma grande de resistência, de resiliência das comunidades, da população negra, pobre e periférica. É também o sustento de muitas famílias, o local de encontro, da descoberta do pertencimento, das parcerias, onde se encontra apoio pras horas difíceis. É subverter a individualidade exacerbada nos nossos dias para se voltar a um sentimento coletivo.

Vou falar do aspecto da educação que o samba enredo assume. Aqui faço um parênteses, para contar uma história que faz parte da minha formação como mulher negra militante. Em 1978, ao ouvir o samba enredo da Beija Flor de Nilópolis, composto por Neguinho da Beija Flor, Gilson Dr e Mazinho, eu me encantei com a descoberta da existência de três princesas africanas e o relato da criação do mundo segundo a tradição iorubá e vou com a curiosidade que o samba me despertou ter o primeiro contato com o candomblé, e ainda vou saber através de outros samba enredos de tantas outras coisas da cultura da população negra e indígena num país que a única história que toda a educação formal ensina é a da Europa.

Eu poderia fazer um passeio pelos sambas enredo de São Paulo e do Rio de Janeiro no século passado e agora no século XXI apontando magistrais aulas da nossa história, mas vou me ater aos sambas enredo deste ano.

Só em 2024, tivemos em São Paulo sambas enredo como o da Acadêmicos do Tucuruvi, "Ifá" que fala da religiosidade e filosofia nascida em Ilê Ifé, Nigéria, portanto de matriz africana, que encontrou milhares de seguidores aqui e fala de respeito a todas as religiões. Vimos também a Camisa Verde e Branco, com o enredo "Adenla – O imperador nas terras do rei", que apresentou o rei Oxossi e homenageou Adriano Imperador.

Dragões da Real veio com o enredo: "África – Uma constelação de reis e rainhas", que apresentou vários reinos africanos e reis e rainhas que os lideraram. Já a Independente Tricolor teve como enredo "Agojie, a Lamina da Liberdade" que nos mostra a história de um exército de guerreiras que defenderam o Reino do Daomé.

Enquanto a Mocidade Alegre, campeã do Carnaval 2024 em São Paulo, mostrou as viagens de Mario de Andrade, um escritor negro, com o enredo Brasiléia Desvairada. Por fim, a Vai- Vai com "Capítulo 4, Versículo 3 – da Rua e do Povo, o Hip Hop: um Manifesto Paulistano" homenageou os 50 anos do Hip Hop, tão importante para a formação da juventude negra.

No Rio de Janeiro, tivemos a Mangueira, que homenageou Alcione, nossa eterna Marrom e toda a cultura maranhense, que é eminentemente negra. A Paraíso do Tuiuti veio com Glória ao Almirante Negro, contando a história de resistência a escravidão na Marinha Brasileira sob o comando de João Cândido na Revolta da Chibata. A Portela apresentou o enredo "Um defeito de cor", baseado no livro homônimo de Ana Maria Gonçalves que aborda de forma ficcional a história de Luisa Mahin, importante líder da Revolta dos Malês.

A Salgueiro levou para a avenida o enredo "Hutukara", que fala e nos ensina sobre a riqueza da cultura do povo Yanomami. Enquanto a Vila Isabel reeditou o enredo "Gbalá – Viagem ao Templo da Criação", história fictícia baseada na cultura yorubá de que as crianças e sua pureza são a salvação da humanidade.

E por fim a Viradouro, campeã do Carnaval no Rio, apresentou o enredo "Arroboboi, Dangbé", que falou do culto ao Vodun Serpente e mostrou toda a riqueza da religiosidade de matriz africana e a sua importância para a preservação da história negra no Brasil.

Me detive nas escolas do Grupo Especial, mas teríamos tantos outros ensinamentos nas escolas dos Grupos de Acesso. O Carnaval é educador, por isso às vezes penso que poderíamos ter alguns carnavais por ano.

Artigo 14 - 08 de fevereiro de 2024

Peça sobre Lima Barreto mostra que dá para ser militante sem abrir mão da arte

Monólogo interpretado por Sidney Santiago Kuanza retrata a vida do escritor negro, que morreu sem ter tido o devido reconhecimento para a literatura

No início de 2024, fui a pré-estreia de "A Solidão do Feio", em cartaz no Sesc Pinheiros até 9 de fevereiro, onde o ator Sidney Santiago Kuanza retrata a vida de Lima Barreto (1881-1922). O escritor negro morreu sem a sociedade brasileira dar a devida importância a sua genialidade, sem o merecido reconhecimento para a literatura brasileira.

A peça é magnífica porque retrata o racismo e as mazelas da vida de Lima Barreto de uma forma perspicaz, sendo cômica, dramática, engraçada, leve, pesada, vibrante, tudo ao mesmo tempo.

O ator Sidney Santiago Kuanza está magistral. A interpretação está impecável, nem Lima Barreto desempenharia melhor o seu papel. São as nossas negrices sendo entregues a todo o público de forma a fazê-los querer conhecer mais Lima Barreto, querer entender as mazelas do racismo e da pobreza que aflige tantos brasileiros e brasileiras.

A arte pode ser militante sem abrir mão, um centímetro sequer, de ser arte, das mais nobres, do melhor que houver. Como disse o Sidney: a peça é um ato do movimento negro e como todo ato do movimento negro é também festa e beleza.

Agradeço ao Sidney Santiago Kuanza e a toda equipe, a Cia Os Crespos, por tamanha entrega.

Artigo 15- 05 de fevereiro de 2024

Sancionada há 21 anos, lei 10.639 oferece novas oportunidades de conhecimento

Promulgação da lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira completou 21 anos em janeiro de 2024; são pouco mais de duas décadas para se contrapor a 400 anos de uma educação de mão única

Neste Início de ano é impossível não pensar nas aulas, nas escolas, na educação brasileira e entender que o ambiente escolar é um local de reprodução do racismo, por isso é vital refletirmos sobre a lei 10.639, de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, de 1996, para incluir no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade de abordagem da História e Cultura Afro-brasileira.

A lei 10.639 é uma proposta de discussão das relações étnico raciais na educação e na sociedade brasileira. A legislação oferece outras possibilidades de conhecimento. O que tínhamos antes dessa lei era o ensino da história da ciência ocidental como se fosse a história de toda humanidade. Quem em 2003 conhecia a história africana a não ser o movimento negro, não previa a sua implementação com o acompanhamento do movimento negro brasileiro, daí torna-se importante conhecer os instrumentos que regulamentam a lei.

O Parecer 3/2004 e a Resolução 1/2004 do Conselho Nacional de Educação é muito mais abrangente do que podemos supor ao termos contato com a lei. Eles instrumentalizaram os educadores para toda a discussão das relações étnico raciais.

A lei 10.639 completou 21 anos em janeiro. Nós podemos achar que nada ou pouco foi feito, mas isso não é verdade. Ao longo desses anos muito foi produzido, já temos livros a respeito, bem como professores e gestores têm corrido atrás para dominar o assunto. São pouco mais de duas décadas para se contrapor a 400 anos de uma educação de mão única, pensada para ocidentalizar e manter a supremacia branca em toda a educação e cultura deste país, ocultando todos os outros elementos constitutivos dessa cultura.

Hoje a luta do movimento negro colocou o racismo e as relações raciais pautando a política brasileira, atingindo um patamar onde podemos oferecer letramento racial e subsidiar toda a discussão posta para a implementação da lei 10639/ e o desvelamento da contribuição da população negra para a construção do Brasil e a participação no processo civilizatório aqui e no mundo todo.

Artigo 16 - 29 de janeiro de 2024

Visibilidade Trans e o direito fundamental: ser quem se é

Se somarmos a transfobia produzida pelo cissexismo a outra estrutura tão perversa de exclusão denominada racismo, temos outra dimensão do ódio

Desde que travei um processo penal pela alteração de nome e gênero, ainda sigo fazendo a retificação de alguns documentos. Os mais importantes para uma carreira profissional, os diplomas de mais de 50 cursos extra-curriculares, serão perdidos. Sigo pagando pela retificação dos documentos, assim como custeei todo o processo, já que o Brasil não tem

uma Lei de Identidade de Gênero que promova e permita a dignidade plena das pessoas divergentes da cisgeneridade.

No final de 2016, saiu a sentença favorável de um processo que pede inclusive o direito à morte digna caso o Estado Brasileiro me negasse o direito de existir na condição da mulher que sou. Uma sentença inédita, onde o auto reconhecimento é considerado, e usando, pela primeira vez na Constituição, os Princípios de Yogyakarta (uma legislação internacional de Direitos humanos em relação Internacional e Identidade de Gênero, produzida em 2006). E acima de tudo: obtive o reconhecimento da não necessidade de submissão à cirurgia de redesignação genital e todo um processo patologizador.

O fato é que a cada passo dado nesta longa jornada pela legitimidade concedida por outro me faz pensar, reconhecer e me envolver na dor e na distância de quem sequer pode acessar o sistema. E não são poucas as pessoas que são violadas por esta burocracia que nos oprime e determina condições inferiores ou total negação de humanidade. Não consigo celebrar de forma plena uma vida, ainda que a minha, enquanto outras tantas são negociadas, e não deixo de reconhecer e felicitar quem assim o faz.

Aqui falo do que sinto, da raiva ao ver tanta desonestidade para impedir o direito mais simples, o mais autêntico: o de existir em sua verdade. A forma como pessoas trans e travestis são privadas de reconhecimento social e direitos básicos de cidadania, fruto de um cissexismo – o neologismo usado para condensar duas idéias colonizadoras, em que uma opera enquanto norma governamental (cisgeneridade) e a segunda atua enquanto caráter de dominação, hierarquização e inclusão de diferença (sexismo). Estes dois conceitos vão agir sobre processos de exclusão sobre o corpo que escapa da crença de que o gênero de pessoas cisgêneras é, de alguma forma, mais legítimo que aquele de pessoas transgêneras.

Se somarmos a transfobia produzida pelo cissexismo a outra estrutura tão perversa de exclusão denominada racismo, temos outra dimensão do ódio, como muito bem apontado nos dados da Antra (Associação Nacional de Travestis e Trasexuais), que revelam que 82% das vítimas de transfemininicídio são mulheres trans e travestis negras com uma média de vida menor do que 29 anos. Essa mesma ampliação do ódio não poupou Luana Barbosa, que viveu 4 anos como Luan Vitor e foi executada por se “parecer” como homem na palavra dos agentes do estado, deu visibilidade à discussão de transmasculinidades negras muitas vezes invisibilizadas assim como contribui para reflexão de que o gênero não é imutável.

Simone de Beauvoir ensina: Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre. Somente o caminho da liberdade, somente ele pode eliminar a sujeição. Sem dúvida, esta é a maior contribuição das pessoas trans para esta humanidade que segue em transição: o direito de ser quem se é.

Artigo 17 – 23 de janeiro de 2024

Se não proteger povo Pataxó, governador da Bahia será cúmplice de genocídio indígena

A ativista Regina Lucia dos Santos, do MNU, recorda marcha histórica e encontro que teve com o cacique Nailton Pataxó, que foi baleado e perdeu a irmã, a Pajé Nega Pataxó, assassinada por pistoleiros na Bahia

No ano de 2000, o Movimento Negro Unificado (MNU) participou ativamente da construção do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil Outros 500, que culminou em uma marcha histórica em 22 de abril daquele ano na praia da Coroa Vermelha, em Ilhéus (BA).

Pelo MNU, participaram eu e Milton Barbosa, de São Paulo; Sueli Souza Santos, Luiz Alberto, Ivonei Pires, Eliane Rainha e Edmilton Cerqueira, da Bahia. A manifestação pacífica foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar num acerto entre o governo local, do então governador César Borges, e o governo federal, com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

No início do dia 22, às 6 da manhã, os manifestantes do Movimento Negro, do Movimento Sem Terra e de outros segmentos sociais saíram em passeata ao encontro do Movimento Indígena para caminhar juntos. Ao entrar na estrada que levava a praia da Coroa Vermelha, fomos recebidos com bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral, cassetetes e muita brutalidade, que obrigou a dispersão da caminhada.

Parte dos manifestantes ficaram isolados pela polícia, cerca de 140 foram presos e mais tarde liberados, parte se embrenhou na mata e, a grande maioria, inclusive eu, Milton Barbosa e Sueli Souza Santos, adentramos um centro de convivência e arte indígena, onde inicialmente fomos rechaçados pela liderança local, que era cooptada pelo governo federal, que queria nos expulsar do local praticamente nos entregando para polícia.

Naquele momento chegou o Cacique Nailton Pataxó, então presidente do Conselho Indígena e liderança à frente do Brasil Outros 500, que disse: “eles permanecerão aqui porque são nossos irmãos na luta”. E permanecemos no local até que as tratativas

permitiram a continuidade da caminhada, que depois foi interrompida outra vez e impedida de chegar onde estavam FHC e sua comitiva.

A história não mudou, mas tem que mudar. Cacique Nailton Pataxó, que em 21 de janeiro de 2024 foi baleado e perdeu a irmã, a Pajé Nega Pataxó, assassinada em um ataque brutal e que feriu outros indígenas. A ação foi comandada por pistoleiros, com a anuência e cumplicidade da PM da Bahia.

O governador do estado, Jerônimo Rodrigues (PT), tem que tomar urgentes providências sobre o ocorrido. A meu ver é necessária a troca imediata do comando da PM para que se restabeleça o respeito aos direitos indígenas à terra e a todos os direitos humanos no estado, sob pena de ser apontado como cúmplice se não o fizer.

Artigo 18 – 04 de janeiro de 2024

A solidão atrás do olhar de mulheres negras

São muitos os fatores incrustados no racismo que provocam isso. Ser a base da pirâmide econômica talvez seja o principal deles, mas não único

Nestes dias de festas me percebi tão reflexiva acerca da solidão da mulher negra. Estive com um número enorme de mulheres negras na última quinzena de dezembro e o que meus olhos viram foram inúmeras mulheres sós, com o olhar triste, sem brilho, apesar do sorriso no rosto. Estes olhares me levaram a pensar como o racismo é muito mais perverso, muito mais pesado pra mulher negra.

São muitos os fatores incrustados no racismo que provocam isso. Ser a base da pirâmide econômica talvez seja o principal deles, mas não único. O empobrecimento e o fato de chefiar grande parte das famílias negras, mães solo, filhas cuidadoras, é um fardo que faz com que nós mulheres negras deixemos de ser exigentes com os amores. Faz com que, muitas vezes, não percebamos os relacionamentos abusivos, com que aceitemos pouca ou qualquer atenção, como se só pudéssemos ter isso.

A cultura do padrão de beleza branco, que rebaixa a nossa autoestima, contribui enormemente para que o sentimento de inferioridade que ele provoca nos faça baixar a expectativa em relação aos afetos, por isso é vital para a saúde mental do povo negro descortinar o nosso olhar sobre nós, trabalhar o quão lindas e sofisticadas somos, o quanto nossa afetividade não cabe nas caixinhas que a branquitude nos reserva, o quanto o afeto, o carinho, o amor negro, descolonizado, sem as amarras da branquitude, nos protege, engrandece e salva.

Daí chego à conclusão que é vital, para a população negra em geral, toda a discussão, a movimentação política que o movimento de mulheres negras faz no Brasil e no mundo porque a luta contra o patriarcado vem colado com a luta contra o racismo nas relações de gênero.

Precisamos falar, discutir, problematizar nossos amores, afetos, relacionamentos para que eles se tornem a cura para as dores que o racismo nos causou e para que não seja mais motivo de adoecimento.

Artigo 19 - 03 de janeiro de 2024

Brasil precisa de aliados à causa negra no judiciário

Queremos um ministro da Justiça que tenha capacidade pra pensar na população negra como parte importante deste país

Toda a militância negra neste país tem que estar preparada para lidar com frustrações na política, mesmo em governos da esquerda branca. Imagina em um governo de frente, com um congresso majoritariamente de direita e extremamente venal como é o brasileiro.

Tivemos que engolir as duas indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF) do terceiro governo Lula, dois homens brancos sem nenhuma sensibilidade e vivência com as questões raciais, porém é legítimo lutarmos e termos expectativas de enegrecer os três poderes do Estado brasileiro. Dito isso me ponho a pensar que o poder judiciário brasileiro é o mais pautado pela branquitude, pela formação acadêmica eurocêntrica e isto tem um custo extremamente alto para a população negra no país.

Leis penais que punem com maior rigor nosso povo, resultando nos dados estampados em todas as mídias: encarceramento em massa onde negros e negras são esmagadora maioria, casos de pessoas negras presas e condenadas mesmo sendo flagrante sua inocência, como é o caso da togolesa Falilatou Sarouna, política de punição severa em delitos provocados pelas duras condições de vida da população negra, impunidade nos casos de negros mortos por agentes do Estado.

É enorme o número de questões postas para o povo negro e pobre brasileiro em relação à justiça. Por isso, a esperança de ter, minimamente, como indicação para o Ministério da Justiça uma pessoa que seja sensível, que esteja alerta, que paute o povo negro no seu fazer, na sua personalidade política. Esperancemos que as negociatas, que as pressões político partidárias não deem a tônica da indicação do presidente. Queremos um ministro que tenha capacidade pra pensar nos como parte importante deste país.

Pautada por todas as questões postas acima, eu acredito que **Marco Aurélio de Carvalho** cumpre todos os requisitos para estar à frente do Ministério da Justiça, além do grande jurista que é, sempre esteve lado a lado com o movimento negro nos momentos mais difíceis, inclusive na luta pela indicação de uma mulher negra para o STF na tentativa de enegrecer esta instituição tão branca e masculina. Marco Aurélio de Carvalho sempre foi nosso parceiro de primeira hora na tentativa de mudar o retrato deste país no legislativo, no executivo e no judiciário.

Artigo 20 - 26 de dezembro de 2024

A sobrecarga invisível: mulheres resolutivas e a carga desproporcional de tarefas

Uma análise da sobrecarga feminina no Brasil, onde as mulheres resolutivas são sobrecarregadas com tarefas invisíveis, historicamente relegadas a nós, por uma sociedade que ainda reafirma estereótipos de gênero

Mulheres resolutivas enfrentam uma sobrecarga de tarefas que, muitas vezes, passa despercebida. A carga desproporcional de responsabilidades, historicamente atribuída a nós, torna-se um fardo invisível que afeta diretamente nossa saúde física e mental.

Mulheres estão exaustas devido à sobrecarga constante de tarefas, uma consequência direta da estrutura machista que relega a nós a função primordial de cuidar. Esta designação, muitas vezes, ultrapassa as barreiras do lar, estendendo-se a agendas familiares, cuidados com os filhos e tarefas burocráticas do cotidiano. A sociedade, moldada por estereótipos de gênero, impõe às mulheres uma carga adicional que não só é invisibilizada, mas também desvalorizada.

As mulheres rotuladas como “resolutivas” frequentemente acumulam tarefas de outras pessoas, tornando-as alvo de uma sobrecarga ainda mais pesada. Tarefas domésticas, embora essenciais, são frequentemente desconsideradas como trabalho.

A criação de filhos, muitas vezes desempenhada por mães solos, é uma jornada árdua e frequentemente não reconhecida. Além disso, a organização da agenda da família e a gestão da alimentação, por exemplo, são responsabilidades que recaem desproporcionalmente sobre nós.

Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Economia, vinculado à Fundação Getúlio Vargas, revelou que mais de 11 milhões de mães no Brasil assumem a criação de seus filhos de forma independente. Nos últimos dez anos, o país testemunhou um

acréscimo de 1,7 milhão de mães que assumiram a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos, sem a colaboração dos pais.

O estudo ainda evidencia que 90% das mulheres que se tornaram mães solos entre 2012 e 2022 são pretas ou pardas. **Aproximadamente 15% dos domicílios brasileiros têm como chefes mães que enfrentam a jornada solo**. Essa proporção é mais expressiva nas regiões Norte e Nordeste do país. E esses dados se tornam ainda mais preocupantes quando chegamos à informação de que **72,4% dessas mães residem apenas com seus filhos, sem contar com qualquer rede de apoio próxima**.

Mães e donas de casa: o desafio invisível de manter o mundo girando

A sobrecarga de tarefas domésticas, embora crucial para o funcionamento da sociedade, permanece invisível e subestimada. Cuidar de uma casa é uma responsabilidade árdua, mas a sociedade muitas vezes relega esse trabalho a nós, tratando-o quase como uma obrigação feminina. O grande esforço de milhares de mulheres ao manterem lares funcionais é frequentemente esquecido, contribuindo para a invisibilidade do nosso trabalho e agravando a sobrecarga.

O fardo das mães ao cuidarem dos filhos também é substancial, seja para aquelas que se dedicam exclusivamente à maternidade ou para aquelas que enfrentam múltiplas jornadas para garantir uma criação responsável. Esse cenário torna a tarefa ainda mais desafiadora, enquanto a sociedade, na maioria das vezes, silencia sobre o peso dessa responsabilidade, contribuindo para a sobrecarga física e emocional.

Ainda há a gestão da agenda familiar que recai frequentemente sobre os ombros das mulheres. São vários exemplos: a marcação de visitas médicas para diversos membros da família, a organização de encontros, cardápios e a coordenação das tarefas necessárias para que esses eventos aconteçam. Esse papel de organizadora muitas vezes passa despercebido, tornando-se parte do cotidiano invisível e intenso vivenciado pelas mulheres.

Da mesma forma, a responsabilidade pela alimentação da família vai além do preparo de refeições — que já é extremamente trabalhoso — exigindo cuidado e atenção constantes para gerenciar a despensa, a validade do gás ou ainda a elaboração de cardápios sem desperdício. Essas tarefas, embora fundamentais, são subestimadas, ampliando ainda mais a carga de responsabilidades que recaem sobre as mulheres.

Equilíbrio vital: reconhecendo nossos limites e promovendo saúde mental

Escapar da armadilha de ser uma mulher resolutiva é um processo essencial para preservar não apenas a saúde mental, mas também para promover um equilíbrio saudável entre as

demandas da vida cotidiana e o autocuidado. **Reconhecer que é impossível abraçar todas as responsabilidades é o primeiro passo para evitar o desgaste mental.**

A sobrecarga constante pode resultar em impactos negativos na saúde, tornando-se um obstáculo significativo para o gerenciamento da própria vida e das relações com família e amigos. Portanto, é super importante desafiar a noção de que ser imprescindível a todo momento é uma forma saudável de existir.

Além disso, é importante desconfiar das razões por detrás da compulsão de ser constantemente necessária na vida dos outros. Muitas vezes, a busca pela validação e a satisfação do ego podem alimentar essa necessidade de envolvimento em todas as demandas. É fundamental derrubar essa crença, reconhecendo que a verdadeira identidade não está vinculada à dependência dos outros. Soltar as amarras desse ciclo de submissão e assumir um papel mais equilibrado nas relações é essencial para um desenvolvimento pessoal saudável.

Também é importante citar o quanto é importante desenvolver **a habilidade de delegar tarefas, como uma ferramenta valiosa nesse processo**. Aprender a confiar em outros para realizar determinadas tarefas não apenas alivia a carga de responsabilidades, mas também permite uma otimização do tempo e cria um ambiente mais saudável para mulheres resolutivas.

Mulheres negras, ao longo da história, foram violentamente associadas ao papel de cuidadoras, realizadoras de tarefas domésticas e submissas à servidão. As cicatrizes da escravização continuam a ter efeitos em nossa sociedade. Para além do impacto do machismo, que reforça esses padrões, o racismo alimenta esse estigma, impondo às mulheres negras uma carga adicional de discriminação. **Desafiar e romper com esse ciclo torna-se um ato de resistência corajoso e necessário**, uma afirmação de identidade que rompe com essas limitações históricas e constrói um caminho de liberdade.

Nós, mulheres resolutivas em busca de equilíbrio, estamos em uma jornada eterna de autodescoberta e resiliência. Ao reconhecer que não podemos abraçar todas as responsabilidades, abrimos caminho para uma transformação pessoal que transcende os estereótipos de gênero. Essa busca não é apenas pela preservação da nossa saúde mental, mas também uma luta para promover um modo de vida que valoriza o autocuidado e o entendimento de que nosso sucesso enquanto seres humanos não está atrelado a alimentar a dependência dos outros.

À medida que nós, mulheres resolutivas, nos libertamos do ciclo de submissão e redefinimos nosso papel nas relações, criamos um ambiente mais sustentável e saudável

para nós mesmas, e nos tornamos exemplo inspirador de resistência e autenticidade para aquelas que virão depois de nós.

Artigo 21 - 18 de dezembro de 2023

Masculinidades negras: rompendo estereótipos e enfrentando desafios

O caso Jef Delgado evidencia a urgência de desmantelar estereótipos nas masculinidades negras, transcender debates virtuais e promover ações coletivas para enfrentar as opressões que nos atravessam

No turbilhão das redes sociais, no dia 13 de dezembro, Jef Delgado, fotógrafo paulistano, se defendeu das acusações de agressão feitas por sua ex-companheira, Madu, estilista e assessora comercial. A complicada relação entre masculinidades negras, racismo e machismo emerge como o centro desse polêmico debate, ultrapassando fronteiras virtuais e exigindo uma reflexão da comunidade negra.

Em seu pronunciamento, Jef disse: “Os relatos dela provocaram uma profunda reflexão sobre comportamentos meus que possam ter sido emocionalmente irresponsáveis. […] embora nosso relacionamento tivesse tido traços tóxicos em diversos aspectos, nunca, sob nenhuma circunstância, houve agressão física”.

Mostrando que, para ele, **as violências relatadas por Madu não são tão graves quanto à agressão física**. Isso fica mais problemático quando J.D. diz: “Rejeito veementemente a violência misógina e busco constantemente distanciar-me de pessoas que compactuam, atuam como um e aquelas que sustentam e alimentam o estereótipo do homem negro agressivo”.

Mas, vamos lá: ao chamar suas agressões de “irresponsabilidade emocional”, não de “violência misógina real” e arrematar com o estereótipo do homem preto raivoso, vai além de minimizar a seriedade das acusações, mas também compromete a luta antirracista ao reforçar estereótipos prejudiciais como a explicação para a repercussão negativa.

“Homens negros, são representados excessivamente nos noticiários como criminosos. Significa que são mostrados como criminosos de modo exagerado, mais do que o número real (…). Então, você educou um povo, deliberadamente, por anos, por décadas, para crer que homens negros, em especial, e pessoas negras, em geral, são criminosos. Quero ser clara. Não estou falando só de pessoas brancas. Pessoas negras também acreditam e morrem de medo de si mesmas.”

As palavras de Malkia Cyril, diretora-executiva da "Center for Media Justice", ao documentário "A 13ª Emenda", da Netflix, atestam essa nossa realidade. A construção midiática, historicamente carregada de desumanização, alimenta a representação distorcida e exagerada de homens negros como criminosos. **Apesar dessa realidade, não podemos usar esse estigma como escudo para minimizar acusações sérias de violência contra a mulher.**

Mulheres Negras: pilar da opressão

Mulheres negras estão na base da pirâmide social da opressão brasileira. Enfrentando salários abaixo da média, ocupando cargos subalternizados e frequentemente silenciadas, vivem numa encruzilhada entre o machismo e o racismo. E é importante destacar que não se trata de hierarquia de opressão; homens e mulheres negras são afetados negativamente pelo racismo.

Quando homens negros entram na discussão sobre as masculinidades negras na posição defensiva, usando o racismo como escudo, o debate perde a integridade intelectual. J.D., ao tratar sobre sua masculinidade, afirmando que dedicou seu tempo a refletir ao lado de "pessoas que respeito e admiro", revela uma propensão a ouvir somente seus pares, negando às vozes críticas de várias mulheres negras, negando-lhes a posição de observadoras válidas.

O verdadeiro debate precisa transcender as redes sociais e aparecer na vida cotidiana, incluindo vozes discordantes. Não se pode apenas marginalizar aqueles e aquelas que apontaram a violência relatada por Madu, os colocando na posição de meros reprodutores de estereótipos racistas.

Frantz Fanon destaca que meninos negros têm a figura paterna desautorizada pelo Estado, seja pela violência, abandono ou o assassinato, comprometendo o desenvolvimento do complexo de Édipo, e este é apenas um exemplo de como a construção da masculinidade para homens negros é marcada desde sempre pelo racismo.

Este fenômeno não pode desconsiderar o impacto do machismo na vida da mulher negra, conforme mostrado por Lélia Gonzalez em seu texto "Por um Feminismo Afro-latino-americano", onde ela diz: "É por aí que a gente entende por que dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada "Nega do cabelo duro" que mostra direitinho por que eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). […] Se bobear, a gente nem tem que se

defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato de a gente ser preta.” Racismo e machismo se atravessam.

Desafiando dualidades: homens negros na luta antirracista e contra o machismo

Homens negros precisam compreender que a luta antirracista não os exime do combate ao machismo. Mesmo sem usufruir de todos os privilégios patriarcais, eles continuam integrando o sistema opressor. Reconhecer essa dualidade é crucial para desconstruir estereótipos e enfrentar, como coletivo, as opressões que permeiam a sociedade.

Neste contexto desafiador, vemos que a interseccionalidade entre racismo e machismo é um terreno complexo a ser explorado. Ao confrontar as estruturas que perpetuam estereótipos prejudiciais, os homens negros não apenas desempenham um papel crucial na desconstrução desses padrões, mas também desafiam as limitações impostas pelo sistema opressor.

O exemplo citado aqui destaca a necessidade urgente de um diálogo mais amplo, que ultrapasse as barreiras virtuais e alcance a vida cotidiana. O nosso compromisso com a reflexão e a aprendizagem contínua é essencial para garantir que as vozes subalternizadas, como diria Spivak, sejam ouvidas e que as ações individuais contribuam para uma mudança coletiva.

Assim, quando enfrentamos as encruzilhadas da luta antirracista e antipatriarcal, quando homens negros assumem a sua responsabilidade neste problema e não apenas tentam se eximir de uma culpa cristão, pavimentamos o caminho para uma sociedade mais igualitária e justa.

O caso Jef Delgado pode ser considerado marcador importante no diálogo sobre masculinidades negras. Um belo exemplo de como não agir para violentar novamente uma mulher que já sofreu agressões. A desconstrução de estereótipos exige uma abordagem integrada, indo além das redes sociais e dando frutos na nossa realidade. O debate não deve ser apenas uma reflexão, mas uma ação coletiva, em busca da equidade e do fim das opressões que moldam nossa sociedade.

Artigo 22 – 28 de novembro de 2023

FLIP e a falsa inclusão negra em território colonial

Entre mesas compostas apenas por pessoas brancas e fantasiadas de colonizadores pelas ruas, escritores negros e independentes não têm espaço

A Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) acontece desde 2003 e todos os anos homenageia um escritor ou escritora com relevância no cenário da literatura. Há tempos a feira é alvo de manifestações por falta de diversidade, tanto de gênero como de etnia. Em 2023 não foi muito diferente, apesar de Pagu ter sido a homenageada, ainda faltam corpos pretos e vivos nos espaços.

A cidade de Paraty (RJ) foi fundada em 1667 e é considerada Patrimônio Histórico Nacional e, desde 2019, também Patrimônio Misto da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e parece se orgulhar em manter um cenário com resquícios de escravidão. O município chegou a ter 250 engenhos registrados em 1820.

A Estrada do Ouro, considerada um tesouro histórico de Paraty, foi construída por negros escravizados entre os séculos 17 e 19, era rota de envio de metais preciosos extraídos de Minas Gerais para Portugal e se tornou rota clandestina de tráfico de pessoas e escoamento da produção de café que se iniciava pela região.

Todos os comércios do centro histórico têm a mesma estética, as ruas são feitas de pedras gigantes e escorregadias que foram colocadas por pessoas pretas escravizadas, enquanto a burguesia andava de charrete que, inclusive, ainda é um meio de transporte da região, usada para passeios em rotas que foram de tráfico, além de pessoas vestidas como colonizadores da época. Me assustei, não posso negar.

Tive a impressão de ouvir as chicotadas, a sensação de já ter estado ali e num djavú, que nem sei explicar direito. Pude ver o sofrimento dos meus semelhantes em um filme que se passava na minha cabeça: pessoas pretas no mar na tentativa de se salvar da escravidão.

Mas falando do evento em si, preciso reforçar que Maria Firmino dos Reis foi a única mulher negra a ser homenageada, isso em 2022. O que me fez questionar se mulheres negras não escrevem textos relevantes o suficiente para serem reconhecidas em um ambiente colonial como é a cidade de Paraty? Parece que não para os curadores que organizam as mesas.

Passei por algumas e apenas mulheres brancas ocupavam as cadeiras. Na platéia, mulheres brancas e homens caucasianos assistiam, aplaudiam e entendiam as “dores” de quem estava ali. Essas devem ter vendido livros à beça.

Sou poeta e artista, escrevo textos que poderiam ser assunto de uma mesa e longe de mim querer me gabar, mas em comparação às pessoas que estavam lançando seus livros, cheio de histórias que não contam a realidade da maioria dos brasileiros, me revoltou um bocado.

Carla Akotirene, que esteve em uma das principais mesas do evento e levantou questões importantes para uma multidão de gente branca que assistia. Foi um dos momentos mais gratificantes que tive: uma mulher retinta, nordestina, falando com tanta autoridade e empoderamento sobre todo tipo de violência que assola o povo preto.

As escritoras pretas que conheço e que estavam ali não tiveram metade do reconhecimento, as mesas que ocuparam para debater textos e vivências pretas e periféricas não tinham um terço do engajamento.

A poeta e escritora Patricia Jimin frequenta a FLIP há anos e sempre teve que "manguear", ou seja, sair de boca em boca oferecendo um ou mais de seus oito livros publicados, para pessoas que nem sempre estavam dispostas a comprar… dela, já que viraram a esquina e entram em livrarias cheias de obras brancas, de escritores que nem estavam ali fisicamente.

Perguntei para as escritoras "quantas mesas você assistiu na FLIP?" e a maioria respondeu a mesma coisa: "eu estava ocupada tentando vender meu livro", "não assisti porque as histórias não me contemplam". E eu as entendo, estava fazendo o mesmo.

Uma artesã da Baixada Fluminense comentou sobre o descaso de espaços que são voltados para poéticas negras serem administrados por pessoas brancas que estão mais interessadas em receber os 20% da venda dos artistas independentes que estavam expondo, do que dar o mínimo de suporte e comodidade.

Choveu durante a semana e os espaços tiveram a estrutura comprometida por lama e falta de energia elétrica. Faltou também água para beber e para usar o banheiro.

Vi goteiras caírem no material de artistas que investiram forte para estarem ali e no fim saíram no prejuízo. Em espaços maiores, isso não aconteceu, mas também não tinham pessoas pretas ali.

Espero que ano que vem algo mude na FLIP. Quero ver pessoas parecidas comigo em painéis de debates que falem da minha realidade e a realidade da maioria dos que vivem no Brasil**.**

Artigo 23- 22 de novembro de 2024

Inclusão e educação para superar desafios das mulheres na tecnologia

Superar os desafios que as mulheres enfrentam no mercado de tecnologia requer uma abordagem abrangente que começa na educação, passa pela construção de redes de apoio e chega às empresas

No que se refere à carreira profissional, o setor de tecnologia não é tão democrático quanto deveria, principalmente no que se refere a inclusão do público feminino. Segundo um estudo do Google For Startups, realizado em 2023, 51% dos entrevistados concordam que existem grandes barreiras para mulheres nesse campo de atuação, e 57% veem o mercado atual como excludente para elas.

Além disso, 71% das startups concordam que nas escolas existem poucos exemplos de profissionais bem-sucedidos nesta área. Isso ocorre porque os modelos de sociedade tendem a replicar as mesmas referências de caminhos tradicionais, como direito, administração e pedagogia, fazendo com que as opções sejam engessadas e pouco democráticas.

Ainda de acordo com o estudo do Google for Startups, 78% dos entrevistados veem o afastamento do jovem brasileiro do setor tecnológico por falta de conhecimento básico. Neste sentido, as instituições de ensino desempenham um papel crucial na formação das mentalidades e aspirações dessas pessoas.

É essencial incentivar meninas a explorarem as disciplinas STEM (áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática) desde cedo, garantindo que tenham acesso a oportunidades e recursos iguais. Essa inclusão pode acontecer através de programas extracurriculares, palestras e materiais que destaquem as realizações das mulheres nessas áreas.

Além disso, é vital que escolas e universidades promovam ambientes de aprendizado inclusivos, onde todas as vozes sejam valorizadas, independentemente do gênero, raça ou classe social. Isso não apenas prepara as pessoas para carreiras tecnológicas, mas também ajuda a quebrar os estereótipos de gênero enraizados na sociedade.

Outro desafio que enfrentamos no mercado de tecnologia é a chamada “síndrome da impostora”, na qual as profissionais duvidam de suas habilidades e têm medo de serem expostas como incompetentes. Para superar esse obstáculo, é fundamental criar redes de apoio sólidas. Isso pode envolver a busca de mentoras na indústria, colegas que compartilhem experiências similares e grupos de networking voltados para esse público. Essa troca oferece não apenas orientação e suporte emocional, mas também a chance de compartilhar histórias de sucesso e enfrentar desafios juntas. À medida que as mulheres no campo da tecnologia continuam a se apoiar mutuamente, a confiança e a resiliência aumentam, ajudando-as a se destacarem em suas carreiras.

Diante de um cenário como este, é essencial que as empresas adotem políticas de igualdade de gênero, não apenas por uma questão de justiça, mas também porque a

diversidade é um fator-chave para a inovação. Dados e pesquisas já comprovaram que organizações que valorizam a inclusão de mulheres e minorias têm maior probabilidade de desenvolver soluções mais abrangentes e atender às necessidades de um público diversificado.

Além disso, podem implementar programas de treinamento e desenvolvimento para ajudá-las a avançar em suas carreiras, bem como estabelecer metas de contratação e promoção de mulheres em cargos de liderança. Uma pesquisa de 2020, realizada pela McKinsey, apontou que a diversidade na diretoria de uma empresa se traduz em mais receita em até 50%.

Em resumo, superar os desafios que as mulheres enfrentam no mercado de tecnologia requer uma abordagem abrangente que começa na educação, passa pela construção de redes de apoio e chega às empresas. Tenho certeza que à medida que desafiamos os estereótipos e promovemos inclusão e diversidade nas empresas, estaremos incentivando as próximas gerações e construindo um mercado mais igualitário, que beneficia a todos.

Artigo 24 - 14 de novembro de 2023

A que preço? Governo da Bahia se alia a programas policialescos para justificar o injustificável

Somente no mês de setembro foram mais de duas pessoas mortas pela polícia por dia. Enquanto isso, governador apela para o apoio midiático de conhecidos violadores de direitos

"Você liga a televisão e é o tempo todo pau na polícia. Só pau na polícia, pau na polícia (…) Não dá isso. Quantos marginais estão matando policiais e vocês não falam? Faz um levantamento sobre isso. Eu sou contra essa matança desenfreada que está aí, mas aí, só tem duas opções: ou recua, ou avança. E a nossa tropa tem que avançar. Então escreve aí [*no jornal*], faz um elogio à polícia (…). Graças a Deus faz 16 anos que eu vim pra essa televisão [*TV Itapoan, afiliada da RecordTV BA que vai ao ar diariamente de 11h50 às 15h30*] e tenho independência".

O trecho transcrito é uma fala de José Eduardo, conhecido como Bocão, um dos apresentadores do Balanço Geral Bahia, transmitido diariamente pela afiliada da RecordTV. O corte – em que o apresentador se dirige aos colegas da imprensa e faz um apelo contra o que ele considera uso político da cobertura da violência policial no estado

– circulou amplamente nas redes sociais após ser veiculado ao vivo na televisão aberta em 11 de agosto de 2023.

Naquele momento, a escalada de violência se acelerava rumo a um ápice bárbaro. Foram mais de 137 pessoas mortas por arma de fogo na Bahia apenas no mês de setembro. Segundo dados do Fogo Cruzado, Salvador e a Região Metropolitana contabilizaram 74 tiroteios em ações policiais, que resultaram na morte de 72 pessoas e deixaram 13 feridas. Entre os mortos, 31 foram atingidos nas cinco grandes operações policiais que ocorreram no período. Três policiais morreram.

Um olhar mais apurado para os dados de segurança pública e uma navegada no Portal da Transparência colocam em xeque o argumento de Bocão e a suposta "independência" dele e da emissora. A relação amigável entre o programa e o governo do Estado chama a atenção.

Dados do Portal da Transparência dão conta de quatro contratos de comunicação e propaganda em vigência de fevereiro de 2021 até fevereiro de 2024, firmados entre o governo do Estado por meio da Secretaria de Comunicação (Secom), na casa de R$ 355 milhões cada um. Os contratos foram assinados antes de Jerônimo Rodrigues (PT) assumir o posto de governador.

O quadro de despesas, mês a mês, disponibilizado após requisição via Lei de Acesso à Informação, revela que o valor global de contratos firmados com fins de publicidade institucional do Governo do Estado da Bahia em 2023 foi estimado em R$ 177.500.000,00 a ser efetivamente executado pelas quatro contratadas. Deste total, o valor gasto especificamente com publicidade da Secretaria da Segurança Pública – de janeiro a setembro de 2023 – foi de R$ 4.225.024,64.

Conforme observa-se, em setembro, os valores contratuais atingem o pico máximo com mais de 20 milhões investidos em publicidade. Desta soma, R$ 803.105,67 destinou-se a publicizar ações da Secretaria de Segurança Pública.

A alta de gastos com publicidade ocorre no mês em que Salvador e Região Metropolitana alcançaram o ranking nacional de mortes por ação violenta da polícia. Neste período, o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), concedeu pelo menos duas entrevistas ao vivo e exclusivas ao Balanço Geral (RecordTV), líder de audiência no horário.

Logo no início do mês, no dia 6 de setembro, o governador falou ao programa ao vivo por meia hora, em horário de grande audiência, ao meio-dia. Na ocasião, defendeu a ação "firme" da polícia contra o que, tanto ele quanto o apresentador do programa, definiram como uma "guerra contra o crime".

Nos estúdios da TV Itapoan, Jerônimo anunciou que vai publicar no Diário Oficial mais um incentivo financeiro para a Polícia Militar, parte de um plano de desempenho para a redução de crimes no estado e para a apreensão de armamentos. Durante a fala, vídeos institucionais de viaturas semiblindadas sendo entregues e de gabinetes e prédios policiais recém-inaugurados foram veiculadas.

O programa segue com espaço para ações do Governo do Estado nas áreas de urbanização, mobilidade urbana e educação. Em dado momento, ainda na agenda de segurança pública, o governador também destaca o investimento na instalação de câmeras de reconhecimento facial.

As câmeras integram o Consórcio Vídeo Polícia, contrato de maior valor mantido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Segundo dados d'O Panóptico, entre 2018 e 2022, o governo do estado investiu R$ 683 milhões para implementar tecnologias de reconhecimento facial (TRF) na Bahia. "Apesar da defesa do uso dessas câmeras como solução para a segurança pública, não foram constatados os efeitos prometidos na redução da violência", destaca o estudo O sertão vai virar mar – expansão do reconhecimento facial na Bahia.

Segundo o levantamento, além de ser uma tecnologia cara, o viés racial é marcante. Na primeira versão do termo de referência do projeto de interiorização do reconhecimento facial na Bahia, o "estilo de cabelo" e o "estilo inferior" foram listados como parâmetros de análise das TRFs. Segundo a campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira é necessário banir a utilização dessa tecnologia na segurança pública, porque é cara, ineficiente e contribui para o aprofundamento do racismo estrutural, além de acelerar o encarceramento em massa.

Merchandising ou informação?

Ao fim da participação no Balanço Geral Bahia no dia 6 de setembro, véspera de feriado da independência do Brasil, o governador arremata: "Segurança pública não é só polícia, mas eu também sei que polícia é importante. Ontem quando saiu a notícia 'tá tendo tiro na Federação' dá vontade sabe de quê, Zé *[se dirigindo ao apresentador]*? De ir lá junto com a Polícia (…) A PM sabe que pode contar com o governador. Minha ordem não é matar, minha ordem é direitos humanos. Minha ordem é preservar a vida para que a gente possa até, a partir do que nos prendemos, levantar a situação. Mas não dá. Um dos que nós prendemos ontem tem 19 passagens pela polícia. Entra e sai. Aquele baralho, lembra? Nós estamos perseguindo essas pessoas. Nós temos que fazer ações de direitos humanos,

mas a polícia tem que ser firme. Se é disputa de facções, faça fora daqui, a Bahia não comporta isso e não vai comportar", afirma Jerônimo.

Enquanto os dois se despedem calorosamente, Jerônimo manda um abraço para Carlos Alves (atual diretor da Record Bahia) e para "o bispo" (provavelmente referindo-se a Fábio Tucilho, que esteve à frente da afiliada baiana por nove anos e, no fim de 2022, transferiu-se para a chefia da emissora no Rio de Janeiro). Foi sob o comando de Tucilho que a emissora tirou do ar o popularesco "Se Liga Bocão" (2006-2014) e colocou José Eduardo Bocão como apresentador do Balanço Geral. A ideia era seguir na linha sensacionalista dos programas policialescos, porém com estética mais 'soft', com menos sangue exposto. Atualmente, o Balanço Geral vai ao ar em duas edições, nas manhãs e ao meio-dia, com duração diária de mais de quatro horas onde revezam-se coberturas de violência com "utilidade pública", como a denúncia de problemas em regiões empobrecidas e a resolução de conflitos entre vizinhos ou familiares.

Antes de despedir-se por completo, o governador aproveitou para mandar um abraço para a mãe do apresentador e anunciar – no que parece mais uma ação de *merchandising* – o pagamento de precatórios para os professores estaduais.

Em 22 de setembro, o chefe do executivo volta ao estúdio do Balanço Geral para outra longa entrevista ao vivo. A chamada "Governador da Bahia faz o maior investimento da história da segurança pública do estado" dá o tom do conteúdo da próxima meia hora. Novamente, a confusão entre conteúdo informativo e publicitário cria uma narrativa que torna difícil identificar onde começa o "valor-notícia" e onde se torna "valor-anúncio". Ao fim, vai sendo repetida a tese de que a letalidade por violência policial é uma espécie de mal necessário de uma guerra contra o crime organizado e de que há um investimento grande e estratégico para manter a "firmeza" do trabalho das polícias.

Jerônimo inicia se solidarizando com a morte de um policial e destaca sobre as forças policiais que "são pais e mães de família que vão em busca de resolutividade, de apreensão de armas e drogas (…) Não vão atrás de corpos". Na manhã daquela sexta-feira uma operação na região de Águas Claras, em Salvador, e em Feira de Santana, no interior do estado, culminou na morte de seis homens, totalizando 20 pessoas vitimadas somente na semana do dia 15 ao 22, a mais sangrenta do ano.

O governador também se solidariza com as famílias atingidas pela violência e lamenta os prejuízos das escolas fechadas. Volta a defender a "ação firme" da polícia para não permitir que as facções ou os comandos tomem conta de bairros ou cidades. Classifica a ação policial como "atos preventivos". "Não vamos esperar eles atacarem pra gente ficar

numa situação de refém", afirma Jerônimo. José Eduardo Bocão ratifica que ouviu elogios do "Zero-um do Bope do Rio de Janeiro", porque a polícia baiana foi para o enfrentamento logo cedo.

A entrevista segue com anúncio da chegada de blindados da Polícia Federal e com aumento do investimento nas polícias. Em dado momento, o governador agradece a "solidariedade" de José Eduardo Bocão e faz um apelo ao povo da Bahia: "é preciso essa rede de solidariedade para que a gente não ultrapasse o limite de divulgar que a Bahia tá insegura, que a Bahia é um caos. Todo mundo perde com isso", defende.

Em dado momento, Bocão celebra a audiência: "Nunca uma autoridade esteve aqui pra gente apresentar o que a gente tá apresentando em dados, em números… agradecer a você que tá em casa, você é o número um da Record *[refere-se aos telespectadores]*… é estúpida a nossa audiência, me parece que pela primeira vez nós chegamos a um patamar, com uma autoridade aqui ao meu lado, nesse número que nós estamos agora. É a força que tem essa emissora, dirigida pelo meu querido Carlos Alves. É a força que tem o programa ao lado do governador Jerônimo", comenta. Após isso, o apresentador anuncia e chama um VT de campanha institucional do governo do estado acerca da conscientização sobre o autismo. A campanha volta a ser repetida no intervalo do programa em diversos dias do mês de setembro.

Apesar de ter sido intensificada durante o mês de setembro, a presença do Governo do Estado da Bahia no Balanço Geral, seja em participações em entrevistas, seja em forma de anúncios publicitários, campanhas e merchandising, é uma estratégia recorrente. Em abril de 2023 já era possível identificar uma ação de merchandising dentro do programa. Questionada sobre o investimento publicitário especificamente no Balanço Geral e na TV Itapoan, a Secom/BA esclareceu que não contrata canais de TV. As agência contratadas é que firmam contrato com veículos de comunicação. "As agências (contratadas) apresentam a estratégia de mídia de acordo com o objetivo de cada campanha e os valores investidos são autorizados e executados por elas, licitadas para tanto", declarou a ouvidoria.

Além do investimento em propaganda, outras parcerias com os poderes públicos municipal e estadual também beneficiam o Balanço Geral Bahia. É o caso, por exemplo, do Balanço Geral nos bairros. A ação consiste na realização de espécie de showmício com transmissão ao vivo do Programa, atrações artísticas, prestação de serviços como vacinação e orientação sobre direitos do consumidor, dentre outros. Em 5 de agosto deste ano, o evento ocorreu em Cajazeiras – bairro de alta densidade populacional de Salvador

que já foi considerado o maior da América Latina – e contou com o patrocínio da Uninassau, Bahia Norte e Embasa. O Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador realizaram o apoio institucional.

Modelo de negócios e violações de direitos

Em 2015, o estudo "Violações de direitos na mídia brasileira" acompanhou 28 programas do gênero durante 30 dias, em dez estados brasileiros, e constatou mais de 4.500 violações de direitos, 8.232 infrações às leis brasileiras, 7.529 infrações a acordos internacionais e 1.962 desrespeitos a normas autorregulatórias nas matérias apresentadas.

Já em 2019, outro levantamento, feito pela Andi e pelo Instituto Alana com o apoio do Intervozes, monitorou 20 programas policialescos, em dez estados da federação, durante três semanas, e analisou em seguida as cotas de patrocínio, de merchandising e os anúncios veiculados nos intervalos comerciais. O estudo encontrou o apoio financeiro de instituições públicas e órgãos de estado a diversos programas. Governos e legislativos federais, estaduais e municipais também apoiam este tipo de programação, contrariando a recomendação feita pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em setembro de 2016.

Na ocasião, o CNDH indicou aos ministros de Estado, aos governadores, aos prefeitos e aos dirigentes de empresas estatais que fossem adotadas providências no sentido de vedar/cessar a veiculação de publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas de cunho "policialesco", seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising.

À época, o Governo do Estado da Bahia não apresentou resposta à recomendação, segundo o CNDH. Outros estados como o Ceará e o Rio de Janeiro sinalizaram a vedação expressa de veiculação publicitária nesse tipo de programa. Resta monitorar se a medida vem sendo cumprida.

Trampolim político

Também sustenta esse negócio sangrento e lucrativo o fato de os programas policialescos terem se consolidado como verdadeiros palanques e trampolins políticos. Conforme levantamento feito pelo Intervozes, nas eleições de 2022, o número de candidatos do segmento cresceu: foram mapeadas 43 candidaturas com o perfil policialesco – candidatos oriundos de programas policiais, popularescos ou que se beneficiam deles para a realização de campanhas políticas – em 14 estados brasileiros (BA, PB, PE, CE, PI, AM, PA, RR, MT, MG, ES, SP, RJ e PR) e no Distrito Federal.

Na Bahia, Jorge Araújo, apresentador do quadro "Bafáfá" do Balanço Geral BA, concorreu a Deputado Federal pelo PP e angariou 32.780 votos, ficando na suplência. Ainda em 2022, concorreu seu colega de carreira, Ubiratan Lucas Rocha Matos, o Lucas Bocão. Disputando uma vaga na Assembleia Legislativa do estado, pelo Solidariedade, Lucas chegou a angariar 4.346 votos e também alcançou a suplência. O candidato fez carreira no Programa do Bocão transmitido pela Rádio Eldorado FM, por onde também passou José Eduardo. Com longa carreira nos programas policialescos, Lucas Bocão foi vereador do município de Teixeira de Freitas de 2020 a 2022.

A carne mais barata

Enquanto sangue preto e pobre é derramado, a batalha de narrativas segue a toda prova. Por um lado, vem sendo utilizada a estratégia negacionista de desacreditar dados científicos que, inclusive, baseiam políticas públicas de segurança e saúde. Foi o caso de declaração recente do ministro da Casa Civil Rui Costa, questionando os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Tal prática é combinada à construção de uma narrativa de pretenso consenso em torno da necessidade de uma ação "firme" (e nesse caso, letal) das polícias. A ação violenta das polícias seria um mal necessário ou uma "ação preventiva" (nas palavras do governador Jerônimo Rodrigues, não custa lembrar) contra a tomada dos territórios por comandos e facções criminosas.

A narrativa da guerra às drogas (e ao crime organizado) já vem sendo questionada por especialistas há algum tempo. Em entrevista ao Grupo Metrópole, Dudu Ribeiro, da Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas, demonstra a diferenciação de ações policiais em bairros periféricos e bairros de classes A, B e C. Como explica Dudu Ribeiro, um levantamento feito pela Iniciativa há dois anos apontou os dez bairros com mais notícias sobre violência.

Na lista, a Pituba apareceu com um índice de apreensão de drogas maior que em bairros como o complexo do Nordeste de Amaralina. Apesar disso, a Pituba teve zero homicídios, enquanto no outro foram 58 registrados no ano analisado. "Não é uma guerra contra todas as pessoas que consomem e comercializam drogas", pontuou Dudu.

Nesta disputa de narrativas, as alianças político-midiáticas beneficiam programas e figuras públicas que lucram em verbas, cachês e anúncios e também com capital político. A que preço Jerônimo Rodrigues (e outros governantes) se alia a essas forças? Os custos sociais já vêm sendo contabilizados nas diversas vidas ceifadas e nas infâncias e adolescências marcadas pelo trauma da violência. Os custos aos cofres públicos, mais facilmente mensuráveis, também não são baixos conforme o apurado. Isso, atendo-se ao

gasto com publicidade, sem levantar os prejuízos à comunidade escolar, ao comércio formal e informal, ao sistema de saúde. Na conta, o maior custo recai sobre a população empobrecida e negra, enquanto, na TV, conta-se outra história.

Artigo 25 - 19 de outubro de 2023

Palestina mostra que não se pode confundir a reação do oprimido com violência do opressor

O povo palestino se tornou exilado em seu próprio território. Israel comete crimes contra a humanidade em nome de uma pretensa reação ao ataque do Hamas

A violência na Palestina é uma questão que remonta a criação do estado de Israel, em 1948, em um território ocupado pelo povo palestino secularmente. Para se estabelecer como estado, Israel iniciou um processo higienista de limpeza étnica na Palestina com diversos massacres desde a década de 1940 e que se tornaram mais conhecidos pelo mundo a partir dos anos 2000.

O povo palestino tornou-se exilado em seu próprio território, 2 milhões de pessoas vivem num espaço exíguo, que se tornou um verdadeiro campo de concentração, um cárcere a céu aberto já que Israel controla a entrada de ajuda humanitária, o fornecimento de água, luz, circulação das pessoas, numa completa alienação das condições de vida.

Estes foram os ingredientes que transformaram a região numa panela de pressão que eclodiu no ataque do último 7 de outubro pelo Hamas, grupo islâmico que governa a Faixa de Gaza desde 2007.

A partir de então Israel desencadeou uma ofensiva onde já jogou mais de 6 mil bombas sob a região, fechou a entrada por terra, ar e mar em Gaza e matou aproximadamente 2,6 mil palestinos. Ao todo, dos dois lados, mais de 4 mil pessoas já morreram no confronto, a maioria das vítimas são civis e crianças também estão entre os mortos.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de mortes em Gaza ultrapassou o da terceira guerra entre Israel e o Hamas, ocorrida em 2014, quando 2.251 palestinos, incluindo 1.462 civis, foram mortos.

Israel tem cometido crimes contra a humanidade em nome de uma pretensa reação ao ataque do Hamas. A mídia hegemônica no Brasil e no mundo tem sido conivente e cúmplice de Israel, contando uma história de única via nesta questão, colocando a opinião pública incondicionalmente ao lado de Israel e contra a Palestina.

E o que nós do movimento negro, a população negra e pobre do Brasil temos a ver com esta catástrofe? Infelizmente nós estamos, sem querer e sem opção, intimamente ligados a esta barbárie.

Israel é o estado, proporcionalmente, mais militarizado do mundo, fabricante de armamentos de grande porte, inclusive dos caveirões que circulam nas nossas periferias e matam nosso povo pela ação do Estado ou pela omissão. Além disso, nós população negra e pobre brasileira sofremos a mesma brutalidade da colonização que os palestinos sofrem há décadas, por isso é tão importante a solidariedade entre os povos oprimidos e colonizados no mundo todo, contra o racismo e a xenofobia, contra a ação do imperialismo em todo o mundo.

Artigo 26- 16 de outubro de 2023

Algoritmização da vida: Implementação de IAs na segurança pública e seus impactos

Docente da UFF analisa os movimentos sociais contra o uso de câmeras de reconhecimento facial pela polícia

É inegável que, em todas as áreas da vida, a Inteligência Artificial (IA) tem se mostrado cada vez mais presente e com mais funcionalidades, que facilitam nas tarefas do cotidiano. Entretanto, por apresentar sofisticação e otimização tecnológica, pode facilmente ser percebida como uma ferramenta que é destituída de erros, não apresenta preconceitos e estereótipos, características comumente atreladas ao ser humano. Ainda assim, cabe questionar: se vivemos numa sociedade na qual tudo que (re)produzimos é atravessado por um histórico, de natureza cultural e social, por que as IAs — criadas pelo homem — também não replicariam estigmas relacionados à classe, raça e gênero, por exemplo?

Esta é uma das perguntas sobre a qual o docente do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) Paulo Cruz Terra se debruça ao participar do projeto internacional "Governança algorítmica e culturas de policiamento: perspectivas comparativas da Noruega, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul" (AGOPOL).

O estudo desenvolve uma análise do impacto da governança algorítmica na sociedade e em policiais, desde as consequências não intencionais, injustiças algorítmicas e danos relacionados a esses novos modos de policiamento, até suas implicações na legitimidade e na confiança da sociedade. O professor, que traz a perspectiva da população brasileira,

explica que “a pesquisa busca analisar os aspectos culturais desse impacto da introdução da Inteligência Artificial no policiamento.

Uma questão importante que o projeto coloca é a “algoritmização da vida”, que está presente nas redes sociais e streamings, e tem ganhado espaço no policiamento. Ela influencia no policiamento preditivo — sistema computadorizado com base em banco de dados e análises estatísticas para prever um acontecimento criminoso futuro. Outro ponto fundamental sobre o qual ela age é no reconhecimento facial, recorte principal da minha pesquisa no Brasil.

“Muda-se a tecnologia, mas o racismo estrutural presente no policiamento continua o mesmo. Vemos que o uso da IA, na verdade, tira a responsabilidade da polícia, porque se houve erro foi culpa do algoritmo e não de quem programou.” – Paulo Cruz Terra, docente do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Nesse sentido, é possível destacar a mobilização pública quanto à implementação da plataforma de videomonitoramento “Smart Sampa”, em São Paulo, que tem previsão de integrar mais de 20 mil câmeras até 2024 na capital. As polêmicas acerca do projeto são muitas: questionamentos judiciais, um edital suspenso, muita resistência da sociedade e histórico de corrupção pela empresa responsável.

Dentre os movimentos que deram força no combate à plataforma, está a campanha “Tire Meu Rosto da Sua Mira”, feita por mais de 50 entidades da sociedade civil e que tem como objetivo solicitar o banimento do uso das câmeras para segurança pública. A campanha é, inclusive, objeto de pesquisa de Paulo, que nota historicamente uma recusa da população quanto a esse tipo de prática.

“A sociedade, em outros momentos, também se mobilizou contra a introdução da tecnologia pela polícia. Teve, por exemplo, uma greve de trabalhadores em 1900 contra a necessidade de serem fotografados pela polícia. Nessa época, isso era uma grande novidade, capaz de trazer objetividade pro serviço policial, considerado moderno, eficiente. É interessante perceber esse paralelo: por um lado, a tecnologia é colocada como solução, mas ao mesmo tempo a sociedade civil em diferentes momentos vai contestar isso”, destaca Terra.

“No caso das câmeras de reconhecimento facial, sabemos que a grande maioria, no caso de prisões injustas, são homens negros, geralmente pobres, o perfil se assemelha. Muda-se a tecnologia, mas o racismo estrutural presente no policiamento continua o mesmo. Vemos que o uso da IA, na verdade, tira a responsabilidade da polícia, porque se houve erro foi culpa do algoritmo e não de quem programou.”

Quanto às percepções e tendências mundiais que a AGOPOL conseguiu reunir no tema, percebe-se a atuação da sociedade civil pelo banimento do uso da tecnologia, e não pelo aperfeiçoamento. “Não só os governos mas a grande mídia em geral prega todos os benefícios que a IA pode trazer na segurança pública, e várias iniciativas têm procurado alertar a população dos riscos”, afirma o docente.

Além disso, suas pesquisas têm gerado frutos, como o seminário que aconteceu na UFF, em março deste ano, “Programa da Conferência: Policiamento na Sociedade Algorítmica” e a atual produção do documentário “Sorria, você está sendo filmado!”, dirigido e produzido por Maria Rita Nepomuceno, sobre a atuação civil em relação ao uso de câmeras de reconhecimento facial no Brasil. A previsão de lançamento é dezembro deste ano, na plataforma YouTube.

Artigo 27- 09 de outubro de 2023

‘As Tartarugas Ninja: Caos Mutante’ traz nova heroína para o cinema

Mulheres negras estão cansadas de se provar dentro da comunidade geek e a personagem April faz a gente se identificar com ela sem nenhum esforço

O novo filme “As Tartarugas Ninja: Caos Mutante”, nos cinemas brasileiros desde 31 de agosto, traz um visual estilizado e hipnotizante. O longa não se limita a só a um estilo e flerta com inspirações de “Homem Aranha no Aranhaverso” sem se apropriar, ajudando a tornar a experiência marcante dessa versão de origem dos personagens com a gosma.

Além do nosso quarteto favorito que é unânime que são adolescentes negros, April O’neil assume também o manto de protagonista, como uma mulher negra e jornalista. Mesmo introduzida na animação de uma forma um pouco clichê, a narrativa rompe rápido com esse arquétipo de personagens femininas que estamos acostumados a ver em filmes de heróis.

April faz a gente se identificar com ela sem nenhum esforço, eu vi o meu reflexo na tela em muitos momentos. As garotas sabem como sempre temos que nos provar dentro da comunidade geek, esse sentimento acompanha a personagem o tempo todo, só que isso não a impede de ter destaque na trama sem perder as suas camadas, assim como a gente.

A aceitação e bullying são pontos fortes tratados em todos os personagens, até mesmo no vilão com uma interpretação diferente que pode até ser um pouco convincente, mas só até a página dois. Pensando nesses pontos, O’neil como uma adolescente, negra e com um

faro jornalístico, apesar de todas as inseguranças inclusas nesse pacote, também vai ser uma heroína para muitas pessoas nesse retorno às origens na aparência da personagem. Por isso, com muito fanservice, referências, uma dublagem cheia de personalidade e um roteiro repleto de diálogos necessários, vá conhecer essa nova April junto das populares tartarugas nesse divertido Caos Mutante.

Artigo 28 - 04 de outubro 2023

Por que é urgente a presença de uma ministra negra no STF?

Ter uma ministra negra no Supremo Tribunal Federal é apenas um passo, mas significativo e importante, para barrar as falhas no sistema de justiça que afetam sobretudo a população negra brasileira

Quando falamos de racismo no Brasil são tantas as urgências. Tudo é urgente, tudo é pela vida, pela nossa vida.

É urgente provar a inocência da imigrante togolesa Falilatou Estelle Sarouna, vítima de um golpe e condenada a 11 anos de prisão por ter tido seu nome indevidamente usado para a abertura de contas onde foram realizados depósitos de dinheiro de origem ilícita. Seria tão fácil provar sua inocência.

Falilatou não sabe escrever, um exame grafotécnico comprovaria que ela não é a dona destas contas, mas um sistema judiciário que coloca pessoas negras sempre como culpadas, até que se prove o contrário, não se deu ao trabalho afinal ela é só uma mulher negra pobre.

É urgente buscar formas de barrar as execuções sumárias e os desaparecimentos forçados que as polícias de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e em todo o país praticam.

É urgente lutar para que o presidente Lula compreenda o absurdo que é o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda ser totalmente branco e majoritariamente masculino. É um despropósito, um descalabro num país de absoluta maioria negra e feminina. Ter que cotidianamente convencer as forças políticas que a desigualdade racial no Brasil não é natural, ao contrário, é desumana, brutal, perversa é tarefa sobre-humana que nos é imposta todos os dias.

Ter que lutar para que assassinatos como o da quilombola e ialorixá Mãe Bernadete e de seu filho Binho do Quilombo, de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, e tantos outras lideranças negras sejam devidamente apurados em vez de ficarem impunes

deveria ser luta de toda a sociedade. Esse compromisso precisa ser assumido por Lula e pelo judiciário.

Barrar falas racistas, misóginas e LGBTfóbicas de gestores públicos também e todos os dias e em todo território nacional.

O movimento negro e toda a população negra neste país têm que lutar todos os dias pra provar seu direito a viver uma vida com dignidade. Parte dessa luta se deve às falhas no sistema de justiça. A presença de uma ministra negra que compreenda essa realidade no STF é apenas um passo, mas significativo e importante, para a mudança.

Artigo 29 – 28 de setembro de 2023

Legalização do aborto é pauta das mulheres negras

Segundo Pesquisa Nacional sobre Aborto, mulheres negras têm 46% maior probabilidade de fazer um aborto e são as mais expostas a procedimentos inseguros

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a decidir sobre a descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação no Brasil. A ADPF 442, proposta pelo PSOL em 2017, está na pauta de teve voto favorável da relatora, a ministra Rosa Weber. Há muita expectativa do movimento feminista em torno do tema, mas a pergunta que sempre me fazem é: a descriminalização do aborto no Brasil é uma pauta das mulheres negras? E a resposta é que sim, a legalização do aborto é uma pauta importantíssima para as mulheres negras brasileiras.

No Brasil, a prática do aborto é proibida, sendo que há hipóteses em que a pena não é aplicada: risco comprovado de saúde à mãe ou ao feto, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal. Isso não significa, no entanto, que a prática do aborto em casos não previstos em lei não ocorra. Você pode até não saber, mas, provavelmente, conhece alguém que já passou por um aborto inseguro. Segundo a Pesquisa Nacional sobre Aborto, uma a cada sete mulheres de até 40 anos já passaram pelo procedimento. E são as mulheres negras as que apresentam maior probabilidade de fazer um aborto, em todas as idades.

Uma mulher negra tem 46% de chance de realizar um aborto, o que significa que, para cada 10 mulheres brancas que realizarem o procedimento, haverá 15 mulheres negras na mesma situação. Por isso, afirmamos que legalização do aborto é uma questão de saúde pública, de igualdade de gênero e racial. São as mulheres pobres e negras as maiores

vítimas desse sistema, que as obriga a realizarem abortos inseguros. Com isso, enfrentam as maiores taxas de mortalidade. A cada 2 dias, uma mulher morre por esta causa.

A criminalização do aborto não impede a existência deste. O que ocorre é que há mercados de clínicas com alto custo para realizar os procedimentos em todo o país. As mulheres que não podem pagar, em geral negras e mais pobres, desesperadas por interromper a gestação e pouco instruídas, apelam para métodos inseguros que põem em risco suas vidas. Nem presas e nem mortas. A descriminalização do aborto até 12 semanas não significará aumentar o número de abortos no país. Significa, apenas, que não criminalizaremos as mulheres que passaram pelo procedimento. Não nos queremos presas, nem mortas.

Na verdade, aborto legal, seguro e gratuito é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Estudos apontam que nos países em que o aborto é legalizado há uma redução não só na mortalidade de mulheres como também no número de abortos. Afinal, a legalização significa também abordar o assunto para que todas as pessoas que gestam tenham acesso à informação, métodos contraceptivos e direitos reprodutivos. Nos últimos anos, a América Latina foi tomada por uma onda verde e em países como Argentina, México, Colômbia e Uruguai o aborto foi descriminalizado.

Esperamos que o mesmo aconteça no Brasil. Será um passo na busca por políticas públicas que garantam o acesso à saúde e aos direitos reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam, em especial, de mulheres negras.

Artigo 30- 25 de setembro de 2023

O ensino nas faculdades e a propagação do racismo na saúde

Cuidado em saúde de qualidade não se faz sem antes olhar para si, olhar para a própria formação e aceitar que nossas bases assistiam felizes a completa aniquilação do povo não-branco no país

Ao falar sobre o ensino médico no Brasil, é preciso lembrar de como a eugenia e o "racismo científico" desenharam políticas públicas de saúde e, por consequência, os currículos médicos. Em 1911, durante o Primeiro Congresso Universal de Raças, em Londres (Inglaterra), o Brasil apresentava a tese de redução étnica. Reforçada e aceita por grandes nomes da ciência (medicina, principalmente) e políticas mundiais, a teoria propunha que, em pouco mais de um século, por meio da mestiçagem, tanto "mestiços quanto raça negra seriam completamente extintos" do território nacional.

Também apresentava a análise sobre a situação da população negra do País que, desde a abolição da escravatura (1888), estava exposta a todas as espécies de agentes de destruição e sem recursos mantendo-se periférica à sociedade. O que estava tendendo, logicamente, ao desaparecimento do território nacional.

A elite intelectual e política brasileira escreveu DIVERSAS VEZES que a população negra do país jamais teria influência nos rumos da nação brasileira. Em um Estado cuja representação política, social e intelectual, sabendo das condições de extrema precariedade da população negra escolheu observar e esperar o completo branqueamento e subsequente "limpeza" da população brasileira… é de se espantar que a medicina, que a saúde, enquanto instituição, não esteja a serviço desse grupo?

Por isso, eu questiono: qual o papel de profissionais que ainda tem seus currículos recheados de conteúdos, teorias e procedimentos que foram elaborados por e para a concretização de "ciências" eugênicas senão questionar e buscar fazer diferente? E mais, será que estamos fazendo isso tudo?

Cuidado em saúde de qualidade não se faz sem antes olhar para si, olhar para a própria formação e aceitar que nossas bases assistiam felizes a completa aniquilação do povo não-branco no país.

Artigo 31 - 17 de agosto de 2023

Desmilitarizar a polícia é a saída para frear violência contra corpos negros

As vidas negras não têm nenhum valor para a polícia, que mata sem nenhuma cerimônia, com requintes de crueldade, principalmente os nossos jovens

Falar em segurança pública pra quem é negro sempre é um problema, sempre é muito difícil. Porque parece que a segurança pública é pensada somente pra defesa patrimonial dos privilegiados, patrimônio material e também simbólico. Os territórios negros, pobres e periféricos sempre constam como lugares que devem ser contidos, que podem ser violados a arrepio da lei. As vidas destes territórios não têm nenhum valor para a polícia, que mata sem nenhuma cerimônia, com requintes de crueldade, homens adultos negros, mulheres negras, crianças negras e principalmente jovens negros. Os brancos mortos só o são porque pertencem a este território que tem a permissão do Estado para ser violado.

Aí me vem à cabeça um agressor de mulheres de um condomínio de luxo em São Paulo que desacatou, com palavras de baixo calão, com ameaça verbal, um agente policial, que

teve como reação um pedido de calma e chamou reforço policial, sem nem levantar a voz. Isso me indigna mais ainda porque dá a dimensão da seletividade da violência da polícia brasileira.

São tantas as vidas negras, pobres e periféricas ceifadas pela sanha assassina das diversas polícias do país. São tantas as dores, tantas famílias destruídas por esta política, sim porque é uma decisão política deliberada nos porões destas instituições, que nossos corações estão sempre sangrando e contando corpos no nosso ativismo cotidiano.

Só existe um caminho, que é desmilitarizar as polícias e construir um projeto de segurança pública cidadã federalizada, que possa ser aplicada em todos os estados do Brasil. O racismo nos torna corpos matáveis cotidianamente, os números da violência policial brasileira são números de guerra, guerra está decretada contra a população negra.

Se o Brasil não sofresse de uma doença moral, causada pela escravização, nós estaríamos aos milhões na rua, exigindo que governadores, secretários de segurança, superintendentes das polícias e das guardas municipais fossem responsabilizados pelo genocídio em curso, o movimento negro e demais movimentos sociais não seriam vozes solitárias nas ruas.

Artigo 32 – 11 de agosto de 2023

Racismo é sobre dominação e poder, logo o negro não tem como ser racista

O negro é no limite reprodutor da ideologia racista, por ter sido socializado neste país extremamente racista e ter internalizado o ideário racista com seus estereótipos e perseguir o mundo ideal imposto pela branquitude

Negro não é racista.

Eu vivo o combate ao racismo todos os dias, o dia todo. E andando de Uber nas diversas agendas por aí sempre converso sobre racismo e também sobre o MNU (Movimento Negro Unificado). Outro dia fui interpelada porque negros também eram racistas com seu próprio povo, preferindo ter parceiros brancos, especialmente quando ascendem socialmente.

O racismo é uma ideologia de dominação, só é racista quem tem poder. A classe dominante, o Estado brasileiro, os meios de comunicação, as instituições municipais, estaduais, federais, as igrejas, enfim, a branquitude, são os agentes da prática do racismo. A população negra — que não tem consciência do seu pertencimento racial — é no limite reprodutora da ideologia racista, por ter sido socializada em um país extremamente racista

e por ter internalizado o ideário racista com seus estereótipos e perseguir o mundo ideal imposto pela branquitude, e isso é um problema enorme para nossa luta, porque o ideário racista para sobreviver depende da sua reprodução cotidiana.

Para barrar a reprodução do racismo é necessário a implementação de uma educação antirracista em todos os níveis da educação formal, inclusive em todas as áreas do ensino superior e ir além, com a criação de um programa de letramento racial ao nível nacional para toda a população brasileira.

Para isso, é preciso um pacto social que permita que os meios de comunicação, as instituições e os governos (em todas as suas esferas) assumam o compromisso real de enfrentar efetivamente o racismo. É utopia? Não. É absolutamente possível e de certa forma isto está começando acontecer com as grandes empresas de comunicação abordando as questões postas pelo racismo, as grandes universidades percebendo a necessidade de dar respostas a estas questões.

Estamos caminhando para contar a história real desse país, resgatando a história da resistência negra, da contribuição na literatura, na música, na arquitetura, na medicina, na engenharia, na dança, nas mais variadas ciências e artes, nas diversas religiosidades, na construção da sociedade brasileira.

Artigo 33 – 25 de julho de 2023

25 de julho: Falar de mulher negra no Brasil é falar sobre apagamento e resistência

Muitas de nós deixamos de ter nossos nomes citados ou reconhecidos pela história, mas temos nossas marcas nas lutas pela construção desse Brasil

Falar de mulher negra no Brasil é muito difícil, são tantos os atravessamentos que se faz necessário falar dos apagamentos, das lutas, das dores, da nossa resistência.

Quantas Aqualtunes, Acotirenes, Dandaras, Esperanças Garcia, Adelinas Charuteira, Luizas Mahin, Terezas de Benguela ou de Quariterê, Marias Felipa, Marianas Criola, Zeferinas, Evas Maria de Bonsucesso, Marias Aranha, Nas Agontimé, Tias Simoa, Zacimbas Gaba, Marias Firmina do Reis, Antonietas de Barros, Enedinas Alves Marques, Carolinas Maria de Jesus, Laudelinas de Campos Melo, Virgínias Leone Bicudo, Beatriz Nascimento, Lélias Gonzalez, Luizas Bairros, Ruths de Souza, Tias Ciata, Clementinas de Jesus, Jovelinas Perola Negra, Ivones de Lara, Elzas Soares, Marlis Coragem e Marielles Franco deixaram de ter seus nomes citados e reconhecidos na história do Brasil? Mas com certeza deixaram suas marcas nas nossas lutas e na construção do país.

Nós somos a base da pirâmide econômica e ganhamos 46% do salário de um homem branco, segundo a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ainda assim chefiamos uma grande parte das famílias brasileiras. Criamos filhas, filhos, netas e netos. Depois de décadas de luta, ingressamos nas universidades, estamos fazendo mestrados e doutorados. Lutamos contra o trabalho escravo de muitas empregadas domésticas, contra a violência sexual que tem como alvo majoritário meninas e jovens negras, contra o feminicídio e seguimos resistindo comom sempre estivemos.

Lutamos contra o racismo e o machismo, que são responsáveis pela solidão da mulher negra. Lutamos por direito a saúde e acolhimento com dignidade para as mulheres negras que ainda, em pleno século 21, sofrem violência obstétrica, recebem menos anestesia no parto, fazem menos exames e recebem menos atenção médica durante a gravidez e após o parto e, por isso, a imensa maioria das mortes maternas são de mulheres negras, 60%, na sua grande maioria jovens, entre 14 e 29 anos, enquanto que as mulheres brancas representam 34% das mortes.

Dia 25 de Julho comemoramos o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela em reconhecimento à nossa luta por conta do Encontro de Mulheres Negras acontecido em 1992, neste mesmo dia em Santo Domingo, na República Dominicana. No Brasil, em 2015, nesta mesma data mulheres de todo o Brasil fizeram a Marcha das Mulheres à Brasília e desde 2016, em São Paulo, realizamos a Marcha das Mulheres Negras. Este ano a marcha continua em diversas cidades por todas nós e pelo bem viver.

Artigo 34 - 30 de junho de 2023

Falta de demarcação de terras mostra que racismo ambiental está longe de acabar

A ausência de demarcação de terras quilombolas e indígenas é um indicador de que não existe o menor compromisso político com estes territórios negros

Pode parecer nova a discussão sobre o racismo ambiental, mas não é. O movimento negro já fala há muito tempo a respeito ao questionar a falta de saneamento básico, coleta de lixo, acesso à água nos territórios periféricos (eminentemente negros) deste país, pois esta ausência é manifestação inequívoca do racismo institucional.

Os desmoronamentos de encostas, os rompimentos de barragens, os acidentes petroquímicos, que tantas mortes provocam, não são acidentes, são tragédias que só

acontecem por conta do total descaso e falta de investimento público em locais de esmagadora maioria negra.

Sobram exemplos, como o incêndio da Vila Socó (1984), o rompimento das barragens de Cataguases (2003), Bom Jesus (2007), Mariana (2015), Brumadinho (2019), os deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro (2011) e o mais recente no litoral norte de São Paulo (2022).

A ausência de demarcação de terras quilombolas e indígenas, povos que foram ao longo de séculos os protetores de rios, florestas, fauna e flora – e continuam a ser – é um indicador de que não existe o menor compromisso político com estes territórios negros e indígenas que salvaguardam parte importante do meio ambiente. Isso, sem falar das comunidades tradicionais pesqueiras, que por conta da poluição de rios e mares vêm tendo sua atividade econômica e sobrevivência absolutamente comprometidas sem que nenhuma atitude seja tomada para mudar esta realidade porque estas comunidades são negras e indígenas.

Até a gentrificação, colocado como fenômeno atual, se desenha desde a abolição da escravatura, quando negros expulsos das fazendas foram conformando os territórios urbanos com os ciclos de expulsão à medida que os territórios periféricos negros se valorizavam provocando o redesenho do urbano com expulsões, e a população negra é responsável, neste último século e meio, pela respectiva expansão da mancha urbana.

Criando comunidades, favelas sem a menor estrutura, sem os serviços que municípios, estados e a federação propiciam aos condomínios nobres e de classe média antes mesmo de começarem a ser erguidos. Nestas comunidades a luta das populações negras e pobre local traz a estrutura que valoriza a área e que acaba provocando a expulsão, a gentrificação.

Portanto o racismo ambiental, como nas demais frentes em que essa chaga moral se apresenta, faz parte do cotidiano da população negra desde sempre.

Artigo 35 – 28 de junho de 2024

O futuro da cidade é branco? O Plano Diretor de São Paulo diz que sim

Revisão do Plano Diretor abre caminho para mudanças perversas, com a transformação da habitação social em fonte de renda por meio da locação, beneficiando os investidores imobiliários - via de regra brancos

A aprovação da revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, na segunda-feira (26), deixou evidente que para o prefeito e vereadores interessam apenas planejar o futuro do mercado imobiliário da cidade, tornando tangíveis e seguros seus lucros.

Depois de uma minuta muito ruim apresentada pelo executivo, o documento substitutivo apresentado pelo vereador Rodrigo Goulart (PSD) e aprovado por 42 parlamentares na primeira votação, e 44 na segunda – incluindo cinco dos oito parlamentares do PT, que compõem a oposição da casa -, não representa melhoras efetivas.

O problema, vai muito além dos impactos na paisagem que prédios mais altos causarão ou do incômodo que mais moradores trariam para bairros hoje considerados tranquilos. Esse compromisso (ou dívida) com construtoras e incorporadoras agrava a crise ambiental, a desigualdade e o racismo que caracterizam a capital paulista.

O amplo incentivo à verticalização, com aumento da rentabilidade para os empreendedores que a revisão do plano propõe expandir, significa o agravamento da segregação racial da cidade. A aquisição de apartamentos empilha uma série de elementos que tornam essa mercadoria inacessível para consumidores negros, pobres e periféricos. O resultado é o aumento das áreas de exclusividade branca da cidade, sendo que em regiões como Higienópolis, Perdizes ou Jardim Paulista, essa população branca ultrapassa 95% do total de habitantes. Assumir a proposta aprovada como sendo a ideal para a cidade, portanto, é uma política racista.

O incentivo à verticalização, com concomitante barateamento dos custos de construir, aponta um conluio claro entre mercado e Estado. A destinação de fundos públicos e investimento privado para a política habitacional realmente popular, observando mecanismo de equidade racial no atendimento, seria, em tese, uma forma para enfrentar os efeitos racistas dessa forma de expansão.

Duas emendas que se propunham a uma perspectiva antirracista foram apresentadas pelo movimento negro e pela comunidade que tem discutido memória e permanência no bairro do Bixiga, mas nenhuma delas foi levada em consideração.

Mas a revisão do Plano Diretor, pelo contrário, abre caminho para mudanças perversas, com a transformação da habitação social em fonte de renda por meio da locação, beneficiando os investidores imobiliários – via de regra brancos – proprietários dessas unidades. E o que sobra desses recursos públicos, para provisão de habitação popular, raramente se reverte em moradias nas áreas com melhores condições de infraestrutura.

Dessa forma, o novo plano mantém o padrão de desigualdade e segregação racial. É bom lembrar que, desde a aprovação do atual Plano Diretor em 2014, há incentivos para

construir ao redor dos eixos de mobilidade – como estações de metrô e grandes corredores de ônibus -, e o que resultou disso foi a produção de micro apartamentos, com metro quadrado caríssimo ou apartamentos destinados para famílias de classe média alta.

Sem objetivos claros no Plano Diretor que pudessem propor um enfrentamento à desigualdade, a função de interesse social das habitações, que deveria atender a população de mais baixa renda, foi totalmente corrompida e manipulada pelo mercado e vereadores, que têm adotado esse rótulo apenas como um recurso de Social Washing.

Os impactos ambientais dos instrumentos que sustentam o Plano Diretor sequer são considerados. Quando são supostamente considerados, expulsas para cada vez mais longe são apenas, e novamente, as pessoas negras, pobres e periféricas, que pagam com suas vidas a partir de quem o Plano realmente vai amparar.

Portanto, em São Paulo, planejar a cidade virou sinônimo de intermediar a organização para a moradia branca de classe média e alta. Vertical ou horizontal, os vencedores – moradores ou investidores imobiliários – sempre foram brancos. Um plano antirracista deveria, ao menos, considerar o perfil racial da população e medir o sucesso ou fracasso de seus instrumentos em assegurar o acesso da população negra e periférica à moradia e a cidade.

A população negra e periférica reconhece muito bem como essa estrutura afeta sua vida cotidiana, apesar de os vereadores eleitos votarem indiferentes ao agravamento dessa segregação. Trata-se de um nó cego causado pela resistência em tratar do racismo na estruturação da cidade. Quem é antirracista precisa trabalhar para desatá-lo.

Artigo 36 - 21 de junho de 2023

Jornadas de junho, seletividade penal e a injustiça com Rafael Braga

Jornadas de junho completam 10 anos em 2023; Rafael Braga é caso exemplar do que é o papel da prisão para o estado brasileiro

As jornadas de junho completaram 10 anos este mês e penso que ainda levaremos um tempo para compreender todos os reflexos destas manifestações na vida política do Brasil. Ainda precisamos ampliar nossa visão para perceber se a direita foi beneficiária do legado das jornadas ou se a esquerda não compreendeu o que aconteceu em mais de 500 cidades e deixou escapar uma oportunidade de politizar as ações das massas nas ruas, mas uma certeza me acompanha desde 2013, a seletividade penal é um componente da jornada.

No dia 20 de junho daquele ano, uma grande manifestação colocou por volta de 300 mil pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, para protestar por melhorias na qualidade e no preço dos transportes e outras tantas outras reivindicações.

Houve um grande número de policiais destacados para a repressão do ato e teve enfrentamento entre manifestantes e policiais, mas o único preso, processado e condenado foi Rafael Braga, à época um jovem negro com 25 anos, catador de material reciclável, que ocasionalmente, durante a semana, dormia em diferentes lugares, por não ter dinheiro pra voltar pra casa.

Rafael Braga não estava e nem sabia da manifestação, mas circulava nas proximidades portando um desinfetante tipo Pinho e uma água sanitária. A partir somente do depoimento dos policiais que o abordaram, ele foi preso e condenado a onze anos de prisão e isso inclusive foi determinante para uma piora das condições da sua vida e da sua família, porque ele colaborava substancialmente, com a renda familiar.

A prisão do jovem negro impossibilitou o sustento da família, sem contar que colocou o componente polícia na sua vida. Ele foi preso novamente em 2016, com todos os indícios de prisão forjada, por tráfico e associação ao tráfico e ainda contraiu tuberculose na prisão.

Penso que o Rafael Braga é caso exemplar do que é o papel da prisão para o estado brasileiro, em especial segurança e o judiciário, o de controle dos corpos negros, dos corpos descartáveis, elimináveis. Na verdade, Rafael nem pode ser considerado o único preso, processado e condenado das jornadas de junho porque nem nas manifestações, da ele estava.

A justiça não levou em consideração nenhuma das evidências como a de que o material não era explosivo. Até o perito foi escorregadio no seu laudo ao relatar que o que o jovem portava tinha “potencial mínimo explosivo”. Não havia testemunhos para nenhuma das duas prisões, mas Rafael foi condenado e isso é o que ocorre com milhares de jovens negros, pobres e periféricos muito antes das jornadas de junho e continuou e continuará a acontecer, a menos que a justiça brasileira se dispa do seu racismo e deixe de ser componente importante no controle dos corpos negros.

Artigo 37 – 22 de junho de 2023

Cortar um baobá é desrespeitar a natureza ancestral

O baobá é considerado sagrado para muitos povos por ser a árvore da memória, é embaixo de sua sombra que as decisões são tomadas

Pensar no povo negro é sempre uma viagem. Eu sempre pensei sobre como a relação existente entre nós negros e a ancestralidade é uma coisa viva, como as mães, as avós, os avôs, são uma coisa forte e grandiosa na vida do nosso povo, na criação das crianças, no empréstimo de segurança na vida dos jovens, na forma como encaramos os velhos.

Na minha recente passagem pelo Harlem, Nova York, nos EUA, fui chamada de mommy (mãe) por diversas pessoas, homens e mulheres mais jovens, que eu não conhecia, e fui prontamente atendida, pelo simples fato de ser uma idosa negra.

Penso que isso tem a ver com a cosmovisão africana, onde a Aldeia é a família e onde se pensa e se resolve todas as questões de forma coletiva. Da religiosidade aos estudos, do enterro ao casamento, da enfermidade aos cuidados com a infância, a velhice.

E na cosmovisão africana o sagrado tem um lugar especial, e o sagrado não é tão somente o culto as orixás, como também o cuidado com o corpo, o território, com a natureza, os rios, o mar, as árvores, os animais e os alimentos.

Na sacralização das árvores o baobá tem um papel especial porque é considerada sagrada para muitos povos, porque é a árvore da memória, é embaixo de sua sombra que as decisões da Aldeia são tomadas, é a árvore que atravessa secas severas guardando água no seu interior, porque pode viver durante milênios em condições muito adversas.

Em Rio Claro, interior de São Paulo, uma muda de baobá foi cedida por uma militante do movimento negro da cidade para ser plantada num espaço público. Ela abdicou de ter o baobá plantado em seu quintal para que a coletividade pudesse ser beneficiada com a sombra de um baobá.

No dia 6 de novembro de 2021, em uma cerimônia pública alusiva à Consciência Negra, com a presença de autoridades municipais, aconteceu o plantio de uma muda de Baobá no Centro Cultural Roberto Palmari, trazida de Moçambique pelo multiartista TC, da Casa de Cultura Tainá.

Durante este tempo Tati, do Tambu, a militante que cederá a muda visitava o baobá e foi surpreendida quando em 9 de junho deste ano encontrou a muda cortada. Obviamente veio a decepção, a frustração de perder a ligação ancestral, mas não parou por aí, a prefeitura disse que não era necessário fazer drama, pois era só uma árvore que fora cortado e não uma floresta inteira.

Aqui vai um ensinamento da cosmovisão africana: quando morre um ancião, uma biblioteca inteira se vai e quando morre uma árvore é como se perdêssemos uma floresta.

A Secretaria de Cultura de Rio Claro e a Assessoria de Igualdade Racial devem ao menos um pedido de desculpas à população negra e para a militância negra em particular da cidade.

A resistência negra no Brasil, população que passou pela escravização e todas as violências e adversidades que isso causa até hoje, só se explica pela força da ancestralidade na vida desse povo, representada pelo baobá.

Artigo 38- 20 de junho de 2023

Movimento Negro Unificado: 45 anos não são 45 dias

O MNU não se furtou e não se furta a nenhuma das lutas necessárias à busca de um Brasil e um mundo menos desigual e mais justo

No dia 18 de junho o Movimento Negro Unificado (MNU) completou 45 anos de uma história de luta contra o racismo, de pioneirismo no enfrentamento a discriminação racial e todas as formas de opressão.

Ao longo dessas mais de quatro décadas, o MNU foi pioneiro na discussão do feminismo negro. Lélia Gonzalez, Neuza Maria Pereira, Vera Mara Teixeira e depois Luiza de Bairros, Angela Gomes e tantas outras colocaram em discussão as especificidades da vida das mulheres negras elaborando sobre a tríplice exploração que sofriam como trabalhadora, mulher e negra. Num tempo que a voz do feminismo era completamente branca.

Ainda no começo da caminhada as lideranças paulistas do Movimento Negro Unificado se juntaram aos componentes do Jornal Lampião e ao Grupo Somos para numa passeata enfrentar o caráter homofóbico e racista das incursões policiais sob o comando do delegado Wilson Richetti na boca do lixo, zona boemia de São Paulo à época.

O MNU também deu origem a várias outras organizações negras nos anos 1980, levou a discussão racial para os partidos de esquerda, lutou pela criação nos diferentes governos estaduais e municipais pela criação das secretarias de combate ao racismo e promoção desigualdade racial. Levou aos sindicatos pelo Brasil afora, como petroleiros na Bahia e no Rio de Janeiro, metroviários em São Paulo e no Rio de Janeiro, professores em várias regiões do Brasil e outras, a discussão racial.

O MNU, ainda em 1978, soltou um manifesto, no dia 4 de novembro, propondo que o 20 de novembro, que até então era comemorado desde 1971 no Rio Grande do Sul, pelo grupo Palmares, por sugestão do poeta Oliveira Silveira como um dia em memória de Zumbi, se transformasse no Dia Nacional da Consciência Negra. O que só vai virar lei

em 2003 com a Lei 10639/03, que também colocou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afro brasileiros, que também era uma luta do Movimento Negro Unificado desde sua fundação.

No Movimento Negro Unificado nasceu a discussão da necessidade da conjugação das lutas raciais, as lutas da classe trabalhadora, surgiu também a discussão da necessidade de estudo sobre os territórios negros. E também nos idos dos anos 1990 num congresso em Salvador, na Bahia, surgiram discussões sobre o racismo como estruturante do capitalismo.

Foi no MNU também que apareceu, com a enfermeira Margarida Barbosa em Campinas (SP), as primeiras discussões sobre anemia falciforme e as particularidades da saúde da população negra, afetada pelo racismo e as condições de vida delegadas a esta população.

Mas na sua história o MNU não se restringiu só as lutas do negro brasileiro e capitaneou no Brasil as lutas contra o apartheid na África do Sul, a solidariedade ao povo Palestino e pela libertação de Mumia Abu Jamal, ex-liderança dos Panteras Negras e preso político nos EUA.

Esteve na luta pelo ressurgimento do movimento sindical e estudantil brasileiro no pós-ditadura. Lutou e luta contra o encarceramento em massa, contra a tortura e não se furtou e não se furta a nenhuma das lutas necessárias à busca de um Brasil e um mundo menos desigual e mais justo.

Artigo 39- 07 de junho de 2023

Precisamos articular estratégias globais contra supremacia branca

Passados o pesadelo Bolsonaro e os momentos mais graves da pandemia, o movimento negro organizado voltou a demonstrar sua força no Fórum Permanente para as Pessoas Afrodescendentes da ONU

Os quatro anos de governo Bolsonaro impunham um perigo iminente: a desmobilização da sociedade civil negra. Abertamente racista, o governo representado pelo antigo presidente até que tentou levar a cabo um plano para o desmonte do terceiro setor, seja com uma comunicação constante ensejando ódio e descrédito, seja acabando com todo e qualquer tipo de apoio governamental ou acabando com os espaços de participação social.

Passados o pesadelo Bolsonaro e os momentos mais graves da pandemia, o movimento negro organizado voltou a demonstrar sua força no Fórum Permanente para as Pessoas

Afrodescendentes da ONU, ocorrido em Nova York, entre os dias 30 de maio e 2 de junho.

Organizações, movimentos e coletivos negros brasileiros mostraram, mais uma vez, sua enorme capacidade de articulação ao formar a maior delegação presente no Fórum, a despeito das dificuldades logísticas e financeiras com um dólar valendo cinco vezes mais do que o real. A composição de organizações históricas com décadas de contribuição, como Geledés, Ceert e Criola, e outras mais jovens, como a Articulação de Negras Jovens Feministas, a Mahin Consultoria Antirracista e nós, do Observatório da Branquitude, dão a certeza de que a memória da incidência internacional negra será preservada e os aprendizados serão levados para a frente.

O Fórum Permanente para as Pessoas Afrodescendentes da ONU é um mecanismo consultivo estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas "como plataforma para melhorar a segurança, qualidade de vida e meios de subsistência das pessoas de ascendência africana". Este fórum desempenha o papel de uma plataforma na qual pessoas afrodescendentes, ao redor do globo e representadas por órgãos governamentais, internacionais e organizações da sociedade civil, podem compartilhar suas perspectivas e desafios, visando promover a igualdade racial e combater a discriminação racial nos estados-nação, em diálogo com as estratégias transnacionais.

Durante os dias do Fórum, essas três esferas estabeleceram um diálogo construtivo, apresentaram suas agendas, destacaram questões particulares e enriqueceram o debate com o objetivo de oferecer recomendações aos tomadores de decisão na ONU. Essas recomendações visam principalmente orientar a formulação de políticas e o desenvolvimento de programas de ação nos países membros. O governo brasileiro, por sua vez, foi representado presencialmente por Anielle Franco, ministra de Igualdade Racial, que fez a fala de abertura e, por vídeo, pelo presidente Lula e pelo ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida.

Colocando em relevo a delegação brasileira, é importante destacar uma grande conquista. O próximo Fórum Permanente para Pessoas Afrodescendentes será sediado no Brasil, decisão essa que configura a relevância do nosso país para debater as discrepâncias aqui existentes ao que tange raça, bem como nos dá oportunidade para descortinar o mito da democracia racial em nível global. Para nós, do Observatório da Branquitude, trata-se de uma oportunidade única para ressaltar como a supremacia branca tem se articulado para manter o status quo em todas as esferas, incluindo os espaços de poder dentro da própria ONU.

Desde o início do evento, quando foi divulgada a agenda oficial da ONU, notamos que o debate sobre branquitude não estava sendo tratado de forma central em nenhum dos espaços de explanação (main session, side event ou special event). Ao longo dos dias, notamos que essa discussão aparecia como subtexto, nunca ocupando a posição de destaque que nós, do Observatório da Branquitude, consideramos fundamental para o debate e a compreensão plena do tema sobre equidade racial. Se somos o principal alvo da agenda supremacista, devemos estar articulados globalmente para freá-la.

Embarcamos para Nova York com esse compromisso e, em parceria com outras quatro organizações brasileiras (Geledés, Mahin Consultoria Antirracista, CEERT e Peregum) elaboramos um texto recomendando prioridade absoluta para essa temática, tanto aos Estados, como para as agências da ONU. A mensagem impactante sobre a agenda supremacista branca foi verbalizada em uma das plenárias do Fórum e incluída no documento final de recomendações — uma vitória das organizações brasileiras.

Além dos debates ocorridos na plenária principal da ONU, organizamos e participamos de uma série de debates ocorridos na Universidade Columbia. Esse evento foi construído com muitas mãos: além das organizações já mencionadas, também articularam o núcleo de justiça racial da FGV e o projeto Seta.

Três mesas de debate aconteceram em sequência, a primeira sobre perfilamento racial em que Thales Vieira (codiretor executivo do OdB) apresentou um texto contundente e emocionante sobre o papel da branquitude nas hierarquias do sistema de justiça. Uma segunda mesa teve a participação empolgante de Regina Santos, fundadora do MNU e Anna Venturinni, representando o MIR. Já Manuela Thamani (co-diretora executiva do OdB) mediou a mesa sobre Educação e Relações Raciais e instigou os participantes a refletirem sobre o papel da branquitude nesses assuntos cruciais.

A partir dessa experiência, nós, do Observatório da Branquitude, seguimos com o compromisso de continuar trabalhando para ampliar a conscientização sobre os impactos da branquitude e a sua relação com o racismo estrutural e cada vez mais articular estratégias globais de enfrentamento à supremacia branca.

Artigo 40 - 31 de maio de 2023

É urgente proteger as mulheres negras da violência de homens brancos e negros

Temos que criar nos territórios formas criativas de proteger nossas mulheres dessa interação perversa do machismo e do racismo

Volta e meia damos de cara com mulheres negras tendo suas vidas assoladas por esta interação mais do que perversa do machismo e do racismo, mas não só.

Em alguns casos nos deparamos com mulheres negras violentadas, humilhadas e torturadas por homens negros em suas relações afetivas e familiares. E nós não podemos nos furtar de encarar esta questão, não podemos deixar para lá porque se trata de homens negros.

Nós temos que buscar, enquanto movimento negro e de mulheres negras, uma forma de contribuirmos para desmanchar este não caminho nas nossas relações.

A comunidade negra e periférica tem que buscar formas de acolher, de dar segurança, física e emocional, de resgatar a mulher em meio aos destroços que uma relação abusiva deixa. E essas formas têm que ser muito cuidadosas, sem julgamentos, sem imposição de regras, sem colocar exigências de nenhuma ordem.

Nos sonhos de uma comunidade pautada pela cosmovisão africana, nós teríamos um conselho de anciãs que pudessem orientar de forma amorosa esse resgate, mas enquanto não podemos efetivar esta utopia, temos que criar nos territórios formas criativas de proteger nossas mulheres como a patrulha do apito da zona norte do Recife ou as Gulabi Gang da Índia para manter nossas mulheres vivas e buscar políticas públicas de atendimento jurídico, psicológico e social.

Aqui um parêntese: no Brasil, não é porque a mulher é negra e militante que ela está livre desta violência. Recentemente, tivemos inúmeros casos de mulheres militantes da área do samba, da educação e da cultura que foram vítimas do machismo de homens brancos e negros.

A boa notícia é que temos visto grupos de homens negros, em vários lugares do país, discutindo as diversas toxicidades da masculinidade.

Artigo 41 - 23 de maio de 2023

Racismo tira das pessoas negras o direito de envelhecer bem

Precisamos refletir sobre o envelhecimento da população negra, que tem esse processo natural da vida afetado pelas mazelas do racismo

Envelhecer é a mesma coisa para todo mundo? Evidente que não.

Esta semana me peguei quase feliz porque Harry Bellafonte, um homem negro, ator, cantor e ativista pelo direito dos negros afro-americanos morreu somente aos 96 anos.

Explico essa loucura: nos últimos tempos tivemos a morte de alguns militantes negros, homens e mulheres, e o que constato é que os nossos dificilmente têm ultrapassado a casa dos 70 anos. Por isso, nós precisamos refletir sobre o processo de envelhecer quando se é uma pessoa negra.

Estamos novamente ampliando a expectativa de vida da população brasileira, depois de um retrocesso que o ex-governo genocida impôs, também há este dado por descaso durante a pandemia e por piora nas condições de vida, mas as estatísticas para a população negra se mantêm em retrocesso, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Na pandemia de COVID, as mortes se deram em maior número entre os idosos, mas quem mais morreu foram homens idosos negros seguidos pelas mulheres idosas negras.

Além disso, as condições sociais da vida da população negra, com maior insegurança alimentar, piores condições de moradia e dificuldade no acesso à aposentadoria levam a um número muito maior de idosos negros que precisam trabalhar para ajudar no sustento familiar.

Somado a isso, a saúde mental fica abalada pelo racismo e traz problemas como alcoolismo e doenças psicoemocionais, que tiram do envelhecimento da população negra a aura romântica da melhor idade.

Hipertensão, diabetes diversas, problemas renais e fibromialgias, por exemplo, acompanham nosso envelhecimento e encurtam consideravelmente nossa expectativa de vida.

Deve ser uma pauta forte e séria do movimento negro nos próximos tempos a luta por direitos e políticas públicas para uma velhice segura para a população negra como um todo.

ANEXO B – CORPUS TEXTUAL DE ARTIGOS ESCRITOS POR HOMENS - (COLETA 1º DE MAIO DE 2023 A 30 DE JUNHO DE 2024)

Artigo 1 – 30 de junho de 2024

Conheça o babalorixá Thales, religioso que usa a internet para educar sobre respeito às crenças

Para a liderança do candomblé, respeito às crenças diversas é fundamental para uma sociedade justa

Em um mundo cada vez mais globalizado e diversificado, a intolerância religiosa permanece um desafio significativo que precisa ser enfrentado com urgência. A convivência pacífica e o respeito às diversas crenças são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Babá Thales, babalorixá e influenciador digital, destaca a importância de abordar e combater essa intolerância de maneira efetiva e consciente.

Thales, que nasceu em São Paulo e pertence à terceira geração de iniciados no Candomblé de sua família, compartilha a profundidade de seu compromisso com a religião. “Meu amor pelos Orixás foi um ensinamento de minha avó, Ekedji Nilde de Oxóssi. Aprendi desde cedo a importância de honrar e respeitar nossa ancestralidade e nossos deuses”, conta.

Ele é filho do Orixá Ayrá e foi iniciado por Pai Valter de Logun Edé, continuando sua jornada espiritual com a orientação de Iyá Agba Ana de Ogum.

Como babalorixá do Ile Oju Ayrá Ase Ogodo, localizado em Embu das Artes (SP), Thales lidera uma comunidade vibrante com mais de 300 filhos de santo. Com quase 65 mil seguidores no Instagram, ele se tornou um dos principais nomes do Candomblé paulista em sua geração, utilizando a plataforma para educar e inspirar outros sobre a importância da tolerância religiosa.

Em 2022, recebeu o título de Doutor Honoris Causa, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), e em 2023, o título de Alade Oju, na Câmara Municipal de Mairiporã.

“Precisamos promover o diálogo inter-religioso e combater o preconceito com educação e empatia. Cada religião possui sua beleza e sabedoria, e é fundamental que aprendamos a coexistir com respeito mútuo”, defende Thales.

A intolerância religiosa não apenas ameaça a harmonia social, mas também priva a sociedade das riquezas culturais e espirituais que cada fé tem a oferecer.

Lidar com a intolerância religiosa requer um esforço conjunto de líderes religiosos, educadores, e membros da comunidade. Thales acredita que a educação é uma ferramenta poderosa para combater o ódio e a ignorância.

"Ao ensinar nossas crianças sobre a diversidade religiosa desde cedo, estamos plantando as sementes para um futuro mais harmonioso", conclui.

Promover a compreensão e o respeito entre as diferentes tradições religiosas é essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Babá Thales continua a ser uma voz influente nesse movimento, utilizando sua posição para iluminar o caminho para a tolerância e a paz.

Artigo 2 – 29 de junho 2024

Descriminalização da maconha não é suficiente para dar fim a desigualdade racial

A discricionariedade na aplicação das leis pode levar a interpretações enviesadas por parte das autoridades, resultando em contínuas abordagens e detenções injustas de pessoas negras

A distinção entre descriminalização e legalização da maconha no Brasil é fundamental para entender as complexas implicações sociais, econômicas e legais dessa substância no país. Enquanto a descriminalização refere-se à remoção de sanções penais para o uso pessoal e posse de pequenas quantidades de maconha, a legalização implica na regulamentação total do cultivo, distribuição e venda da substância. Ambas as abordagens têm impactos distintos e devem ser analisadas sob a lente das desigualdades raciais existentes no Brasil.

A descriminalização da maconha pode ser vista como um passo inicial para aliviar a superlotação do sistema penitenciário brasileiro, que atualmente aprisiona milhares de pessoas por delitos relacionados a pequenas quantidades de drogas. No entanto, a descriminalização por si só não resolve a questão da aplicação desigual das leis. Estudos mostram que, apesar de os brancos serem maioria entre os usuários de drogas no Brasil, os negros são desproporcionalmente alvo de prisões e violência policial. Isso se deve a uma combinação de fatores históricos, sociais e raciais que perpetuam o racismo estrutural.

Mesmo com a descriminalização, as pessoas negras continuarão a ser vítimas do racismo institucional. A discricionariedade na aplicação das leis pode levar a interpretações enviesadas por parte das autoridades, resultando em contínuas abordagens e detenções injustas de pessoas negras. A experiência de países como os Estados Unidos, onde a descriminalização e até a legalização da maconha ocorreram, mostra que as disparidades raciais no sistema de justiça criminal persistem. Em muitos casos, os indivíduos negros continuam a ser presos por infrações menores enquanto seus equivalentes brancos são tratados de forma mais leniente.

A legalização, por outro lado, poderia estabelecer um mercado regulado que talvez oferecesse oportunidades econômicas e reduzisse o poder das organizações criminosas. No entanto, sem políticas específicas que abordem as desigualdades raciais, as pessoas negras poderiam continuar a ser marginalizadas. A legalização sem uma reforma ampla e inclusiva pode resultar na monopolização do mercado por grandes empresas, deixando de fora os pequenos produtores e vendedores, muitos dos quais são de comunidades negras e periféricas.

Para que a descriminalização ou legalização da maconha no Brasil seja eficaz e justa, é essencial implementar políticas que reconheçam e combatam o racismo estrutural. Isso inclui treinamento para as forças policiais, reformas no sistema de justiça, e o desenvolvimento de programas sociais e econômicos que promovam a inclusão de comunidades marginalizadas. Apenas com uma abordagem holística e inclusiva poderemos garantir que a transição para novas políticas sobre drogas beneficie a todos os brasileiros, independentemente de sua cor ou origem.

Em suma, embora a descriminalização da maconha possa aliviar alguns problemas imediatos relacionados ao encarceramento, ela não resolverá as profundas desigualdades raciais que persistem no Brasil. A luta pela justiça racial deve ser central em qualquer discussão sobre a reforma das políticas de drogas no país.

Artigo 3 – 23 de junho de 2024

Fraudes em autodeclaração racial nas universidades afrontam luta contra o racismo

Em um país onde a discriminação racial é uma realidade diária para muitos, a usurpação de políticas destinadas a promover a igualdade de oportunidades é profundamente prejudicial

Nos últimos anos, um fenômeno perturbador tem desafiado a eficácia das políticas de cotas raciais nas universidades brasileiras: as fraudes na autodeclaração de cor. Esse

problema não apenas distorce o propósito das medidas afirmativas como também prejudica aqueles para quem essas políticas foram originalmente concebidas: as pessoas negras (pretas e pardas), que historicamente enfrentam barreiras significativas no acesso à educação superior.

Dados do censo mais recente revelam um aumento no número de brasileiros que se identificam como negros, o que pode ser interpretado como um avanço na conscientização racial. No entanto, esse progresso é ameaçado por casos de indivíduos brancos que deliberadamente se autodeclaram como pertencentes a grupos étnico-raciais beneficiários das cotas, muitas vezes sem qualquer base na realidade de suas origens ou vivências.

Essas falsas declarações não são apenas um ato de fraude, elas representam uma afronta às lutas históricas contra a desigualdade racial. Em um país onde a discriminação racial é uma realidade diária para muitos, a usurpação de políticas destinadas a promover a igualdade de oportunidades é profundamente prejudicial. Pessoas negras continuam a enfrentar obstáculos estruturais significativos, desde acesso limitado à educação de qualidade até discriminação no mercado de trabalho, exacerbados por uma história de marginalização e exclusão.

Para combater esse problema, é crucial que instituições educacionais e órgãos governamentais adotem medidas rigorosas para checar a veracidade das autodeclarações étnico-raciais. Isso inclui auditorias periódicas, cruzamento de dados e a implementação de políticas que desencorajem e punam fraudes. Além disso, é fundamental promover um debate aberto sobre identidade racial e privilégio, aumentando a conscientização sobre os impactos negativos das falsas declarações.

Em última análise, a questão das falsas declarações de cor vai além da simples manipulação de políticas públicas; ela reflete um desrespeito profundo pelas experiências e lutas das comunidades negras. Para que as políticas de cotas universitárias cumpram seu objetivo de promover justiça social e inclusão, é essencial que sejam protegidas contra abusos, assegurando que os benefícios alcancem aqueles que verdadeiramente necessitam de apoio para superar desigualdades históricas e estruturais.

Artigo 4- 15 de junho 2024

Equiparar aborto a homicídio é ignorar a realidade das mulheres mais vulneráveis

A imposição de uma gravidez resultante de estupro a uma adolescente ou criança é não só uma violação de seus direitos humanos como também um agravante de desigualdades sociais e raciais

O Projeto de Lei (PL) que propõe equiparar aborto a homicídio simples, inclusive em casos de estupro, gerou intenso debate e preocupação entre especialistas e ativistas dos direitos humanos depois de ter o pedido de urgência na votação aprovado no plenário da Câmara dos Deputados.

O texto propõe alterar quatro artigos do Código Penal Brasileiro, que atualmente permite a realização do aborto em caso de gestação decorrente de estupro, risco à vida da pessoa gestante e anencefalia do feto. A alteração, que busca restringir ainda mais o acesso ao aborto seguro, é vista como um retrocesso inconstitucional que pode agravar significativamente os casos de gravidez em meninas e mulheres, especialmente entre as mais vulneráveis.

O Censo Populacional de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o maior grupo demográfico do Brasil, cruzando cor e gênero, é composto por mulheres negras (pardas e pretas), representando 54,5% da população. Este grupo, que já enfrenta barreiras substanciais no acesso à saúde e justiça, é o mais exposto à violência sexual, doméstica e outras formas de violência.

Dados do Ministério da Saúde indicam que, em 2022, 47,9% das vítimas de violência eram negras e 11,9% eram pretas, totalizando 59,8%. Em contraste, 38% das vítimas eram brancas.

As mudanças propostas ignoram a realidade vivida por essas mulheres e meninas. O Brasil já enfrenta uma alta taxa de gravidez na adolescência e a restrição do direito ao aborto seguro pode aumentar ainda mais essa estatística, afetando particularmente meninas negras que são desproporcionalmente vítimas de violência sexual.

A imposição de uma gravidez resultante de estupro a uma adolescente ou criança é não só uma violação de seus direitos humanos como também um agravante de desigualdades sociais e raciais.

Além de ser um retrocesso legal, a mudança é inconstitucional. A Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana e o direito à saúde. Forçar meninas e mulheres, especialmente as de grupos historicamente marginalizados, a levar adiante uma gravidez indesejada resultante de violência é uma clara violação desses princípios constitucionais.

Portanto, esse Projeto de Lei não só representa um retrocesso nos direitos reprodutivos como também reforça as desigualdades raciais e de gênero. É crucial que a sociedade e os legisladores reconheçam a gravidade desta mudança e trabalhem para garantir que todas as mulheres e meninas, especialmente as negras, tenham acesso pleno a seus direitos fundamentais.

Artigo 5 – 9 de junho de 2024

A crise invisível: saúde mental e morte de homens negros no Brasil

Muitos homens negros são desencorajados a expressar suas emoções ou a buscar ajuda psicológica, perpetuando um ciclo de sofrimento silencioso

A saúde mental dos homens negros no Brasil está em uma crise invisível que exige atenção imediata e ação urgente. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, aproximadamente 4.500 homens negros morreram por suicídio no último ano, representando cerca de 75% dos suicídios masculinos no país. Esse número alarmante reflete uma confluência de fatores raciais e sociais que afetam desproporcionalmente a saúde mental dessa população.

A história de opressão, discriminação e marginalização sofrida pela população negra brasileira tem consequências profundas e duradouras. O racismo estrutural não apenas limita as oportunidades econômicas e sociais, mas também deteriora a saúde mental. Homens negros frequentemente enfrentam microagressões, violência policial, discriminação no mercado de trabalho e estigmatização social. Esses fatores contribuem para um estado constante de estresse e ansiedade, que pode levar a depressão e, em casos extremos, ao suicídio.

Adicionalmente, o estigma em torno da saúde mental na comunidade negra é um obstáculo significativo. Muitos homens negros são desencorajados a expressar suas emoções ou a buscar ajuda psicológica, perpetuando um ciclo de sofrimento silencioso. A ideia de que “homem não chora” ou que deve ser “forte” e “resiliente” impede muitos de reconhecerem suas vulnerabilidades e de procurarem o apoio necessário.

Para combater essa crise, é crucial promover a conscientização sobre a importância da saúde mental na comunidade negra. Iniciativas de educação e suporte, incluindo programas comunitários de apoio psicológico e campanhas de sensibilização, são fundamentais. Além disso, é necessário abordar e desmantelar as estruturas racistas que perpetuam a desigualdade e o sofrimento.

A saúde mental dos homens negros é uma questão de sobrevivência e justiça social. Reconhecer e enfrentar as causas raciais que contribuem para a crise de saúde mental é um passo essencial para garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua cor, possam viver vidas plenas e saudáveis. É hora de quebrar o silêncio, enfrentar o estigma e fornecer o apoio necessário para aqueles que mais precisam.

Artigo 6- 8 de junho de 2024

Blackface em streaming argentino é denunciado por grupo antirracista no país

O programa "Sería increíble", do canal do YouTube OLGA, causou polêmica ao encenar um ato de blackface na véspera da Revolução de Maio, provocando o repúdio da organização antirracista Diáspora Africana da Argentina (DIAFAR), que o denunciou em um vídeo viral em suas redes. A resposta de defesa dos youtubers, a reclamação de direitos autorais e a subsequente censura contra a DIAFAR acentuaram a controvérsia. Em uma carta aberta, a organização antirracista pediu uma reflexão sobre o racismo na mídia e rejeitou o cancelamento em favor do diálogo e da reparação.

Na véspera da comemoração da Revolução de Maio — feriado nacional argentino celebrado em 25 de maio —, um ato de *blackface* foi encenado no programa "Sería increíble", que é transmitido pelo canal de streaming OLGA, apresentado por Nati Jota, Damián Betular, Eial Moldavsky e Homero Pettinatto. Após o evento, a organização antirracista Diáspora Africana da Argentina (DIAFAR) criticou o programa e denunciou a prática racista. O vídeo da organização afro-argentina teve uma recepção forte e favorável nas redes sociais; em poucas horas, obteve mais de 40.000 visualizações e centenas de mensagens de rejeição ao *blackface* e apoio à causa antirracista.

No dia seguinte à publicação do vídeo de repúdio, os apresentadores abriram o programa afirmando que haviam sofrido uma tentativa de cancelamento e rejeitaram as acusações da organização. A OLGA tomou a decisão de denunciar a publicação da DIAFAR, alegando violação de direitos autorais. Diante desse ato de censura, a DIAFAR publicou uma carta aberta explicando a situação e pedindo que o canal refletisse. Essa não é a primeira vez que tal ato ocorre em um meio de comunicação. O *blackface*, embora seja visto com menos frequência do que há alguns anos, geralmente aparece em alguns eventos escolares nessas semanas, em publicações infantis e em vários meios de comunicação. É uma forma de discriminação racial que tem suas origens no século 19, quando atores brancos se pintavam de preto para retratar a escravidão como uma instituição benigna e romântica e/ou para retratar pessoas de ascendência africana de forma ridícula. Um exemplo vergonhoso é o filme Amalia, o primeiro longa-metragem do cinema nacional argentino.

Por causa do ato de racismo, a OLGA decidiu censurar a DIAFAR. O texto publicado pela organização afro-argentina explica por que eles consideram importante se manifestar contra atos racistas na mídia:

“Denunciamos o racismo na mídia porque entendemos o potencial de dano que ela possui devido ao seu poder multiplicador. Produzimos vídeos e declarações repudiando o material e as ações de diferentes produtores, estações de rádio e/ou canais. Temos nos manifestado inclusive quando as partes envolvidas solicitam o diálogo pedagógico.

Além disso, eles se referem à defesa feita pelos apresentadores do programa da semana passada, em que eles afirmaram que se sentiam apontados como inimigos:

“Não estamos apontando-os como inimigos, o inimigo é o racismo (que, obviamente, não se esgota no *blackface*). Nossa organização está aberta para estender o diálogo, como um dos motoristas mencionou. Não pedimos o cancelamento, mas a retratação e a reparação”.

Dada a persistente denúncia do *blackface* por ativistas antirracistas ao longo dos anos, essa já não é mais uma prática sistemática nas escolas e na mídia. Entretanto, de tempos em tempos, tais atos ressurgem. A DIAFAR se manifestou publicamente em várias ocasiões sobre o papel da mídia na reprodução do racismo. A DIAFAR, como parte da Federação Nacional de Organizações Afro-Argentinas (FNOA), apresentou uma reclamação ao Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo (INADI) em 2020 sobre uma apresentação artística de blackface no programa de televisão “Cantando 2020”. O INADI interveio solicitando um espaço de diálogo entre a DIAFAR e a produtora La Flia Contenidos, responsável pelo programa. O processo se concentrou na busca de uma forma de reparação, que resultou em um compromisso da produtora de produzir material de conscientização sobre o *blackface*.

O Negrx entrou em contato com a produtora do OLGA, mas até o momento da publicação deste artigo ainda não havíamos recebido uma resposta.

Artigo 7 – 04 de junho de 2024

Imagina se legaliza?: extrema-direita se beneficia do crime e da criminalização em nome da ‘família’

A questão central é que este projeto nacional se beneficia do crime ao mesmo tempo em que se beneficia da criminalização

Com a aprovação, pelo Senado, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2023 (PEC 45), que criminaliza a posse de entorpecentes e similares em qualquer quantidade, percebemos que há um movimento articulado por parlamentares de extrema-direita no Brasil para recrudescer o tratamento ao tema de drogas no Brasil e assim fortalecer o crime organizado, pois é justamente disso que se trata e explico o porquê.

Nos últimos dois anos foram apresentados pelo PL, partido do ex-presidente Bolsonaro, assim também como pelos partidos NOVO, PP, União Brasil e Republicanos em diversas câmaras municipais, projetos que são praticamente um copia-e-cola: multa, criação de uma junta de julgamento com participação de polícias e guardas municipais, multiplicação do valor em caso de reincidência, possibilidade de tratamento compulsório e, em alguns casos, a legalização da propina para agentes públicos. Esta agenda está conectada ao avanço no Supremo Tribunal Federal (STF) da votação sobre a declaração de inconstitucionalidade do artigo 28 da chamada Lei de Drogas, nº11.343, de 2006, justamente a que trata do porte para consumo pessoal.

Do ponto de vista jurídico, as medidas são flagrantemente inconstitucionais, com um vício de origem incontornável: o porte de substâncias é um fato já regulado pela União, que, segundo a Constituição Federal, detém a exclusividade para decidir sobre o tema.

A questão central, para mim, é que este projeto nacional se beneficia do crime ao mesmo tempo em que se beneficia da criminalização. E está diretamente relacionado ao que ocorre nos dias de hoje no Congresso Nacional. Um dia após a aprovação da PEC 45, o Senado aprovou em comissão o aumento de salário de juízes e promotores. A conta fechou. Se vamos prender mais, a supremacia precisa ganhar melhor.

Outra face deste projeto busca fortalecer equipamentos violentos, anticientíficos, e que sequestram o orçamento público que deveria estar sendo investido para o real cuidado às pessoas que venham a fazer uso abusivo de drogas, no Sistema Único de Saúde (SUS), e investe em instituições privadas, violadoras de direitos humanos e que também impactam de forma decisiva nos projetos eleitorais, enchendo as casas legislativas de figuras ligadas a comunidades terapêuticas denunciadas por práticas criminosas.

Na outra ponta, requentar a criminalização da pessoa que faz uso de substâncias tornadas ilícitas é não deixar apagar a guerra racial brasileira. As medidas serão, como as que já existem o são, inócuas para afetar o consumo protegido de drogas — um benefício gozado apenas por grande parte das pessoas brancas que vivem nas cidades. Mesmo o comércio movimentado por essas pessoas é protegido, não armado, altamente rentável, dando-lhes oportunidade até de processar, embalar e vender altas quantidades de drogas. Este é, sim, mais um capítulo do massacre racial. Quem as forças de segurança alcançarão quando aplicarem esta medida?

Artigo 8 - 02 de junho de 2024

Racismo no Movimento LGBT+: a luta contra discriminação não pode excluir ninguém

Muitas vezes, indivíduos que combatem a LGBTfobia acabam perpetuando o racismo, demonstrando como o preconceito pode ser multifacetado e interligado

Dentro do movimento LGBT+, a luta pela igualdade e aceitação é uma batalha constante. No entanto, há uma realidade desconfortável que precisa ser abordada: o racismo dentro da própria comunidade LGBT+. Muitas vezes, indivíduos que combatem a LGBTfobia acabam perpetuando o racismo, demonstrando como o preconceito pode ser multifacetado e interligado. A presença e a contribuição de pessoas negras são fundamentais para combater o racismo e promover uma verdadeira inclusão.

Racismo no movimento LGBT+ manifesta-se de várias maneiras. Desde microagressões e exclusão social até a ausência de representatividade negra em posições de liderança e visibilidade. Em eventos importantes como a Parada do Orgulho LGBT, a visibilidade de pessoas negras é essencial para combater o racismo estrutural que permeia toda a sociedade, incluindo comunidades que deveriam ser exemplares em termos de inclusão e diversidade.

O racismo estrutural é uma forma de discriminação profundamente enraizada nas instituições e práticas sociais que favorecem pessoas brancas enquanto desfavorecem pessoas negras. No contexto do movimento LGBT+, isso se traduz em uma invisibilização das questões específicas enfrentadas por indivíduos negros LGBT+. Questões como a fetichização racial, estereótipos negativos e a violência policial são muitas vezes ignoradas ou minimizadas.

Pessoas negras dentro da comunidade LGBT+ frequentemente enfrentam a dupla discriminação de racismo e LGBTfobia. Enquanto lutam por aceitação de sua orientação sexual ou identidade de gênero, elas também têm que combater o preconceito racial. Essa interseccionalidade de opressões pode criar um ambiente de alienação e desânimo, onde as vozes negras são silenciadas ou desconsideradas.

Um exemplo claro de racismo dentro da comunidade LGBT+ é a fetichização dos corpos negros. Indivíduos negros são muitas vezes reduzidos a estereótipos hipersexualizados, desumanizando-os e ignorando sua individualidade. Além disso, em plataformas de encontros, é comum ver perfis que explicitamente excluem pessoas negras, refletindo uma preferência racista que perpetua a exclusão e o preconceito.

Para combater o racismo dentro do movimento LGBT+, é essencial reconhecer e valorizar a presença e contribuição de pessoas negras. Movimentos e eventos LGBT+ devem adotar

uma abordagem interseccional, onde as lutas contra a LGBTfobia e o racismo sejam integradas. Isso inclui garantir a representatividade negra em todas as esferas do movimento, promovendo lideranças negras e criando espaços onde questões raciais possam ser discutidas abertamente.

Educação e conscientização são passos fundamentais. Todos os membros da comunidade LGBT+ precisam ser educados sobre racismo e seus impactos. Isso pode ser feito através de workshops, debates e campanhas de sensibilização que destacam a importância da diversidade racial dentro do movimento.

A aliança de pessoas não-negras é crucial nessa luta. Indivíduos brancos dentro da comunidade LGBT+ devem usar seus privilégios para apoiar e amplificar as vozes negras, reconhecendo e confrontando seus próprios preconceitos. A solidariedade verdadeira só pode ser alcançada quando todas as formas de opressão são combatidas de maneira unificada.

O movimento LGBT+ tem o potencial de ser um farol de diversidade e inclusão. No entanto, para que isso aconteça, é vital que o racismo dentro da própria comunidade seja enfrentado de frente. A luta por igualdade deve ser abrangente e inclusiva, reconhecendo e valorizando todas as identidades. Somente assim poderemos construir uma comunidade onde todos, independentemente de sua cor de pele, possam sentir-se verdadeiramente aceitos e valorizados.

Artigo 9 - 31 de maio de 2024

O desmonte da cultura: desafios enfrentados por um ator negro e na terceira idade

Fazer cultura é um ato de resistência, desmontá-la é mais uma estratégia que contribui para dificultar o combate a problemas que persistem contra as minorias em nossa sociedade

A cultura brasileira vem sofrendo constantes ataques em detrimento de gestões conservadoras que atingem o poder há alguns anos. Um exemplo que confirma essa afirmação é o cancelamento do edital das oficinas culturais do estado de São Paulo, que significou o encerramento desse programa que atuava com êxito desde 1986.

Até então a cidade de São Paulo contava com três oficinas culturais: Maestro Juan Serrano, na Brasilândia; Alfredo Volpi, em Itaquera; e Oswald de Andrade, no bairro do Bom Retiro. Todas estas já estão em processo de reformulação para o novo programa CultSP, que acabará por dar o golpe derradeiro na cultura do estado ao tirar de foco a difusão e reduzir os equipamentos culturais a uma cadeia de empreendimentos.

Apesar desse problema chamar nossa atenção para um desmonte geral da cultura em São Paulo, ao olharmos para um plano mais amplo, podemos perceber que diversas regiões carecem de um aparato cultural público. Quanto mais distante de grandes centros urbanos, mais atrofiados são os sistemas de difusão da cultura. Podemos tomar como exemplo a região Norte do país, que apresenta uma linda diversidade cultural, mas carece de meios eficientes para difundir culturalmente o território em si.

Voltando para São Paulo, o fato de que nem os funcionários e nem mesmo a organização social poiesis, responsável pela gestão das oficinas, foram consultados sobre o destino que seria dado ao programa acentua a ideia de que o verdadeiro intuito dessa mudança é sim proporcionar um desmonte que ajuda a manter os valores pregados pela ideologia da extrema-direita, que não se preocupa em proporcionar um acesso mais amplo e equitativo aos espaços comuns.

Através de programas como os das oficinas, é proporcionada uma forma de expressão que pode e é utilizada para retratar problemas sociais vividos pelas comunidades e minorias, além de possibilitar o acesso amplo à cultura e às narrativas de diversos povos diferentes. Podemos tomar como exemplo o Coletivo Amazonizar, que utiliza os espaços da oficina Cultural Alfredo Volpi, na região da zona leste, para transmitir a cultura do povo quilombola do Amapá. Dessa forma, fica clara a necessidade de que se proporcione um acesso facilitado a esses programas, garantindo assim que a mensagem de vozes que são silenciadas em nossa sociedade possa ser amplificada.

O fechamento das oficinas evidencia o sério problema que o preconceito por parte da direita representa para a cultura. Ao substituí-las por um novo programa que tira o foco principal da divulgação de eventos culturais, corremos o risco de retroceder em relação aos trabalhos importantes desenvolvidos pelas oficinas tanto na cidade de São Paulo quanto no interior. Fazer cultura é um ato de resistência e esse desmonte é mais uma estratégia que contribui para dificultar o combate a problemas que persistem contra as minorias em nossa sociedade.

Artigo 10 - 26 de maio de 2024

Racismo religioso e o embranquecimento dos Orixás: uma reflexão sobre questões raciais

Esta distorção não só desvirtua a essência das religiões afro-brasileiras, mas também contribui para a manutenção de uma hierarquia racial onde o negro é inferiorizado e o branco, idealizado

O racismo religioso e o embranquecimento dos orixás são fenômenos profundamente enraizados na sociedade brasileira, refletindo um legado colonial que perpetua a marginalização das religiões de matriz africana e de seus seguidores.

As religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, têm sido historicamente alvo de discriminação e perseguição, tanto no âmbito social quanto institucional. Esse preconceito se manifesta não apenas na demonização dessas práticas, mas também na tentativa de adaptar suas divindades a um padrão estético europeu, em um processo conhecido como embranquecimento dos orixás.

O embranquecimento dos orixás é um sintoma de um problema maior: o racismo estrutural que permeia a sociedade. Esta prática envolve a representação dos deuses africanos com características físicas europeias, apagando sua verdadeira origem e desrespeitando a identidade cultural de seus adoradores. Esta distorção não só desvirtua a essência das religiões afro-brasileiras, mas também contribui para a manutenção de uma hierarquia racial onde o negro é inferiorizado e o branco, idealizado.

As questões raciais estão intimamente ligadas ao racismo religioso. O Brasil, um país de maioria negra e parda, ainda carrega os traumas da escravidão e a contínua luta por reconhecimento e igualdade. As religiões de matriz africana são, para muitos, um importante elemento de resistência cultural e identidade racial. Ao embranquecer os orixás, a sociedade tenta subverter essa resistência, impondo uma narrativa que favorece a supremacia branca.

Para combater o racismo religioso e o embranquecimento dos orixás, é essencial promover a educação e a conscientização sobre a riqueza e a importância das religiões afro-brasileiras. Valorizando e respeitando a diversidade cultural, podemos começar a desconstruir os preconceitos arraigados e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Reconhecer e celebrar a verdadeira identidade dos orixás é um passo importante para a valorização das culturas afro-brasileiras e para a promoção da igualdade racial.

Artigo 11 - 12 de maio de 2024

Como pais brancos podem abordar questões raciais com filhos negros desde a infância

Em coluna de opinião, Felipe Ruffino aponta os caminhos para pais brancos oferecerem uma educação diversa, inclusiva e respeitosa aos filhos negros

É inegável que o racismo é uma realidade presente em nossa sociedade e seu impacto pode ser sentido em todas as idades. No entanto, é na infância que muitas de nossas crenças e valores são formados e é nessa fase crucial que devemos começar a trabalhar ativamente para combater o preconceito racial. Para os pais brancos, especialmente aqueles que têm filhos negros, essa responsabilidade se torna ainda mais premente.

A importância de abordar o racismo desde cedo reside no fato de que as crianças absorvem informações e comportamentos do ambiente ao seu redor. Portanto, ao introduzir discussões sobre diversidade, igualdade e respeito desde cedo, os pais podem ajudar a construir uma base sólida de compreensão e empatia em seus filhos.

Uma das maneiras mais eficazes de ensinar sobre o racismo é através do exemplo. Os pais devem praticar o que pregam, promovendo relações igualitárias em seu círculo social e mostrando respeito e valorização por todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele.

Além disso, é fundamental proporcionar às crianças uma educação diversificada, que inclua a história e a cultura de diferentes grupos étnicos. Isso pode ser feito através da leitura de livros e contos infantis que apresentem personagens negros como protagonistas, assim como através de filmes, músicas e atividades que valorizem a diversidade.

Para os pais brancos que têm filhos negros, é importante reconhecer que sua experiência de vida pode ser diferente da de seus filhos. Portanto, é essencial ouvir e validar as experiências de discriminação e preconceito que seus filhos possam enfrentar, oferecendo apoio emocional e orientação sempre que necessário.

Além disso, os pais brancos devem estar dispostos a educar-se continuamente sobre questões raciais e a confrontar seus próprios preconceitos e privilégios. Isso significa estar aberto ao diálogo, reconhecer seus erros e aprender com as experiências de outras pessoas.

Em última análise, trabalhar o racismo desde a infância não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de construir um mundo mais inclusivo e igualitário para as gerações futuras. Ao assumir essa responsabilidade e agir de forma proativa, os pais brancos podem desempenhar um papel crucial na criação de um ambiente onde todas as crianças se sintam valorizadas e respeitadas, independentemente de sua cor de pele.

Artigo 12 - 5 de maio de 2024

Ideia de racismo reverso não se sustenta estruturalmente

Historicamente, o racismo tem sido perpetuado por instituições e estruturas sociais que beneficiam predominantemente os brancos em detrimento de pessoas de outras etnias

O termo "racismo reverso" tem sido utilizado erroneamente para descrever a discriminação ou preconceito percebido por pessoas brancas. No entanto, a ideia de que existe uma forma de racismo direcionado aos brancos é equivocada e não se sustenta quando examinamos a estrutura e a história do racismo.

O racismo é um sistema de opressão enraizado em relações de poder, no qual um grupo étnico detém privilégios e utiliza sua posição para marginalizar e discriminar outros grupos. Historicamente, o racismo tem sido perpetuado por instituições e estruturas sociais que beneficiam predominantemente os brancos em detrimento de pessoas de outras etnias.

Ao contrário do que alguns argumentam, não há um histórico de perseguição política ou cultural direcionada aos caucasianos como grupo étnico. Em vez disso, o racismo sistêmico tem sido uma realidade para comunidades racializadas em todo o mundo, que enfrentam discriminação em diversas esferas da vida, como habitação, emprego, justiça criminal e acesso à educação e serviços de saúde.

É importante reconhecer que o racismo não se limita a atos individuais de preconceito, mas está enraizado em estruturas e instituições sociais que perpetuam a desigualdade racial. Portanto, a ideia de "racismo reverso" desconsidera essa dinâmica de poder e tenta equiparar experiências individuais com sistemas de opressão sistêmica.

Para avançar na luta contra o racismo, é fundamental reconhecer e confrontar as disparidades raciais existentes em nossas sociedades.

Isso inclui a implementação de políticas e práticas que promovam a igualdade racial, bem como o empoderamento de comunidades marginalizadas para que possam desafiar e resistir ao racismo em todas as suas formas.

Em vez de desviar a atenção para um conceito fictício de "racismo reverso", devemos nos concentrar em abordar as causas profundas da desigualdade racial e trabalhar juntos para construir um mundo mais justo e inclusivo para todos.

Artigo 13 - 28 de abril de 2024

Vidas Negras e LGBTQAPN+: muito além de objetos sexuais e estatísticas de violência

Em coluna de opinião, Felipe Ruffino aborda as violências que atingem pessoas negras e da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil

São Paulo, uma metrópole de infinitas histórias, abriga em suas ruas uma realidade complexa para aqueles que são negros e LGBTQIAPN+. Enquanto o brilho dos holofotes muitas vezes os coloca apenas como objetos sexuais, a verdade é que suas vidas são frequentemente marcadas pela solidão, pela violência e pela falta de oportunidades.

Homens negros e LGBTQIAPN+ frequentemente se encontram em uma encruzilhada de discriminação, enfrentando o peso do preconceito racial e da homofobia em uma sociedade que muitas vezes os marginaliza duplamente. E em São Paulo, essa realidade é ainda mais evidente.

Muitos são vítimas de uma invisibilidade forçada, reduzidos a meros estereótipos ou fetiches. Suas lutas, seus sonhos, suas dores são frequentemente negligenciados, enquanto são relegados a papéis secundários na narrativa social. A sexualidade negra e LGBTQIAPN+ é frequentemente fetichizada, reduzida a uma mera fantasia sexual, sem consideração pela complexidade de suas identidades.

Além disso, a violência que assola São Paulo não poupa essas vidas. Homens negros e LGBTQIAPN+ enfrentam uma realidade brutal, com taxas alarmantes de violência, muitas vezes resultando em vidas ceifadas prematuramente. Suas mortes, frequentemente noticiadas sem o devido respeito e empatia, são mais do que estatísticas – são tragédias humanas que ecoam em suas comunidades.

A solidão do homem negro, em particular, é uma ferida aberta em nossa sociedade. Enquanto a masculinidade negra é frequentemente associada à força e à resiliência, poucos reconhecem as vulnerabilidades e os desafios emocionais que muitos enfrentam em silêncio. A pressão para corresponder a ideais inatingíveis de masculinidade, combinada com a falta de espaços seguros para expressar suas emoções, cria uma sensação de isolamento que é difícil de superar.

Diante dessas realidades, é crucial que reconheçamos a humanidade plena dessas vidas negras e LGBTQIAPN+. Devemos ir além dos estereótipos e das estatísticas de violência, e ouvir suas vozes, entender suas experiências e lutar por sua dignidade e igualdade. São Paulo, uma cidade vibrante e diversa, tem o potencial de ser um farol de inclusão e justiça, mas isso só será possível quando todas as suas vozes forem ouvidas e respeitadas.

Artigo 14 - 21 de abril de 2024

Abordagens aleatórias em aeroportos: o corpo preto não é suspeito

Em coluna de opinião, Felipe Ruffino aborda o racismo na dinâmica dos aeroportos no Brasil

Ao passar pelos procedimentos de abordagem aleatória em aeroportos, é difícil não notar um padrão consistente: a maioria dos relatos que testemunhamos são de pessoas negras. Esta observação não é apenas incidental, mas sim reveladora de uma mudança significativa na dinâmica de acesso a espaços que antes eram considerados predominantemente brancos.

É notável como pessoas negras estão agora ocupando espaços que historicamente foram percebidos como inacessíveis para nós. Essa presença nas estatísticas de abordagem aleatória nos aeroportos é um sinal visível dessa mudança. No entanto, essa mudança não deve ser vista apenas como uma questão de acesso físico, mas também como uma questão de direitos raciais fundamentais.

Durante muito tempo, as abordagens aleatórias em aeroportos e outros contextos públicos foram marcadas por um viés racial sistemático, resultando em uma desproporcionalidade significativa no tratamento dado às pessoas negras. No entanto, à medida que movimentos por justiça racial ganham força e mais atenção é direcionada para a discriminação sistêmica, é encorajador ver essa mudança nas estatísticas de abordagem.

Essa mudança não é apenas uma questão de representatividade estatística, mas também uma questão de justiça social e igualdade de direitos. Todos os cidadãos têm o direito inalienável de serem tratados de maneira justa e igualitária, independentemente de sua cor de pele. Portanto, a presença crescente de pessoas negras nas estatísticas de abordagem aleatória é um lembrete poderoso de que todos compartilhamos os mesmos direitos fundamentais.

No entanto, apesar dos progressos realizados, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. A persistência do viés racial em muitos aspectos da sociedade continua a ser uma realidade preocupante, e a luta por igualdade racial está longe de terminar.

Portanto, ao refletir sobre as abordagens aleatórias em aeroportos e a presença predominante de pessoas negras nessas estatísticas, é essencial reconhecer não apenas a mudança positiva que ocorreu, mas também o trabalho contínuo que precisa ser feito para garantir que todos os cidadãos sejam tratados com justiça e respeito, independentemente de sua origem étnica.

Artigo 15- 07 de abril de 2024

A conta do clima chegou para a favela

A pelada nas ladeiras íngremes, o jogo de bolas de gude nos becos estreitos e o pomar do outro lado do muro, onde pegávamos frutas como carambola, amora e pitanga. As brincadeiras nos quintais com espaços, árvores e muitas plantas. Essa é a primeira lembrança da minha favela, ainda na década de 1970. A infância ingênua, tranquila e cheia de molecagem no Morro do Alemão, hoje bairro Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro.

O tempo passou e os problemas das favelas só pioraram, e de forma cruel. Em uma metrópole com grande densidade populacional, as favelas ainda são os locais que mais sofrem com a violência de Estado e com os impactos ambientais agora agravados pela crise climática.

O poder público sempre viu as favelas como estruturas provisórias. Assim, nunca investiu em infraestrutura, sempre canalizada para locais privilegiados da cidade. A falta histórica de políticas públicas estruturantes nos nega o básico: saneamento, água, luz com qualidade e, principalmente, moradia decente. As favelas viraram um mar de habitações sobrepostas, quentes, insalubres e sem espaços de convivência, sejam públicos (praças e parques) ou privados (quintais). As poucas intervenções urbanas tardias sempre atenderam à lógica das empreiteiras, ou seja, maior lucratividade com muito cimento e pouco projeto urbano.

Os principais impactos da mudança climática sobre as favelas são deslizamentos, enchentes e ondas de calor. Eles são agravados por esse contexto e pelo assoreamento dos rios e canalização do esgoto para suas águas, a destruição das matas ciliares, o desmatamento contínuo, a impermeabilização do solo e a falta de um planejamento urbano integrado que possa reverter essa situação e priorizar as populações que ali vivem. Na cidade do Rio de Janeiro, segundo estudos da C40 (rede de megacidades mundiais que se autodeclaram comprometidas com ações relacionadas à mudança climática), a zona norte, principalmente os complexos de favelas do Alemão e da Maré, é a região com maior efeito de ondas de calor. Esse fenômeno climático provoca um aumento anormal da temperatura e foi agravado pelas alterações climáticas nos últimos 60 anos.

Considerando a aridez do ambiente, a falta de circulação de ar, o fornecimento precário de água e o perfil socioeconômico da população, as favelas sofrem os impactos climáticos de forma muito mais acentuada, aumentando problemas sérios de saúde, principalmente em crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, causando insolação, desidratação (consequentemente, alguns problemas renais), pressão baixa, além de aumentar o risco de acidentes vasculares cerebrais (AVC), podendo levar até à morte, em alguns casos.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), 15 milhões de pessoas morrem por ano no mundo por causa do calor extremo, sendo as populações mais vulneráveis socialmente a maioria dessas vítimas.

Isso é fruto de uma política governamental que assinou diversos tratados do clima mundo afora, mas que nunca traduziu esse entendimento em práticas consistentes em nossas cidades. Precisamos apontar os responsáveis e exigir mudanças estruturais que consigam reverter e adaptar os impactos climáticos negativos.

Um bom exemplo foi a manifestação na última semana na passarela na entrada da Rocinha, onde foi colocada uma faixa com a mensagem "Rio 60 graus – um oferecimento Petrobras".

Mais uma vez é a favela dizendo o que precisa ser feito. Por um lado, precisamos reafirmar as macro ações de políticas públicas para diminuir a emissão de gases de efeito estufa com planos mais efetivos, consistentes e o mais breve possível na mudança de nossa matriz energética, honrando o Acordo de Paris. E, por outro lado, reafirmar ações localizadas nas favelas com intervenções urbanas e políticas públicas integradas e intersetoriais com foco na proteção das pessoas e na redução das desigualdades. A urbanização de favelas precisa deixar de ser um projeto de obras apenas e passar a ser um urbanismo ambiental processual, focado nessas populações, suas histórias e memórias.

Como processo, pode e deve ter camadas que vão se sobrepondo num mosaico de políticas intersetoriais. Entregar obras de infraestruturas, mas com cinturões verdes, permeabilidade do solo, integração do saneamento às redes da cidade, hortas, pomares, melhorias habitacionais e outras soluções baseadas na natureza; e camadas sociais e humanas cuidando das pessoas, criando acessibilidades diversas aos direitos, à geração de renda e aos benefícios sociais, culturais e educacionais.

Sonho com um tempo em que as favelas serão vistas pelo que são: constituintes e construtoras diárias da cidade. Para isso, devemos reparar a dívida histórica do direito à cidade e ao ambiente saudável. Nós, favelados, não podemos ser, mais uma vez, as maiores vítimas das irresponsabilidades dos setores que ditam as políticas que devem ser implementadas, dos descasos sistêmicos de políticas de agressão ambiental e climática.

Artigo 16- 07 de abril de 2024

A importância da representatividade negra em espaços de gestão

Num mundo cada vez mais consciente da diversidade e inclusão, a presença de pessoas negras em cargos de liderança é essencial para promover uma cultura corporativa mais

igualitária e representativa. A diversidade étnica nas organizações não só reflete a realidade da sociedade, mas também enriquece a tomada de decisões e impulsiona a inovação.

A representatividade negra na gestão traz consigo perspectivas únicas e insights valiosos sobre questões raciais, que são fundamentais para combater o racismo estrutural e promover a igualdade de oportunidades dentro e fora do ambiente de trabalho. Além disso, ter líderes negros inspiradores e bem-sucedidos pode servir de modelo e incentivo para outras pessoas negras buscarem cargos de liderança.

Quando pessoas pretas ocupam posições de destaque, elas não apenas quebram barreiras e desafiam estereótipos, mas também abrem portas para que mais talentos negros possam ascender na carreira. Isso não só promove a equidade racial, mas também fortalece o capital humano das organizações, aumentando a diversidade de pensamento e impulsionando a inovação.

No entanto, é importante ressaltar que a representatividade negra na gestão não deve ser apenas uma questão de imagem, mas sim uma prática genuína de inclusão e promoção da diversidade. As organizações precisam adotar políticas e práticas que garantam igualdade de oportunidades para todos, independentemente da cor da pele, e criar um ambiente inclusivo onde todos se sintam valorizados e respeitados.

Em suma, a presença de pessoas negras em cargos de liderança não só é uma questão de justiça social, mas também é fundamental para o sucesso e sustentabilidade das organizações no mundo moderno. Promover a diversidade é não apenas fazer o que é certo, mas também é fazer o que é inteligente para os negócios.

Artigo 17- 9 de março de 2024

Comissões de heteroidentificação são fundamentais para assegurar políticas de igualdade racial

Estabelecer uma política de controle sobre quem são os sujeitos de direitos das cotas raciais é uma das formas de assegurar que os corpos negros ocupem de fato estes espaços, historicamente a eles negados

Uma análise da política de reserva de vagas para pessoas negras, presente em relatório produzido pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU) e apresentado em 30 de agosto de 2022, demonstra que somente sua implementação não foi suficiente para garantir a presença negra nas

instituições de ensino superior ou espaços de trabalho acessado por meio de concursos públicos

No caso das universidades a recorrente tentativa de pessoas socialmente brancas em ocupar de forma indevida as vagas destinadas a pessoas pretas e pardas (negras) fez com que a gestão das instituições, provocadas pelo movimento negro, pela comunidade acadêmica ou por instâncias jurídicas, estabelecessem mecanismos de coibição desta prática por meio de comissões de verificação da autodeclaração étnico-racial, o que chamaremos neste texto de comissões de heteroidentificação.

Considerando que a política de cotas raciais é importante estratégia de promoção a igualdade racial e combate ao racismo no Brasil, garantir a presença da população negra a partir do critério raça/cor é essencial para que se efetive tanto a igualdade material como simbólica a toda a população brasileira, considerando para isso, obstáculos históricos. Desta forma, estabelecer uma política de controle sobre quem são os sujeitos de direitos das cotas raciais é uma das formas de assegurar que os corpos negros ocupem de fato estes espaços, historicamente a eles negados.

As comissões de heteroidentificação representam uma estratégia fundamental para a construção da igualdade material e simbólica, uma vez que, espaços como as universidades são marcados por uma "assimetria de presença" ao considerarmos o critério étnico-racial, com uma expressão muito maior de pessoas brancas do que negras e indígenas nas graduações e nas pós-graduações das universidades. Esta gritante assimetria reflete diretamente no perfil étnico-racial de determinadas profissões, como aquelas consideradas de maior prestígio, status social e valorização salarial, como médicos/as, engenheiros/as, arquitetos/as, dentistas, ocupadas majoritariamente por pessoas brancas.

A inserção de pessoas negras nas universidades por meio das cotas raciais significa para os sujeitos de direitos desta política uma possibilidade real de alcançar uma diversidade de conhecimento e, além disso, de gozar de todas as possibilidades que o espaço acadêmico superior pode proporcionar. Com nível superior completo, as chances de admissão nos melhores postos no mercado de trabalho são muito maiores. Numa sociedade estratificada como a nossa, as chances de ter uma vida com melhores condições econômicas ou romper ciclos intergeracionais de pobreza passam pelas possibilidades e oportunidades de acessar a educação de nível superior.

Ao verificar, por meio das comissões heteroidentificação, se a pessoa que está se candidatando a reserva de vagas é realmente o sujeito da política, os gestores das ações

afirmativas, além de cumprir a lei, estão ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior ao serviço público dos grupos e historicamente discriminados por causa da sua raça/cor.

É importante entender que em nenhum momento, ao se instituir as comissões de heteroidentificação, está sendo descartada a autodeclaração do/a candidato/a, uma vez que dentre os aspectos positivos desse modo de identificação racial, destaca-se o seu papel no que tange à percepção do próprio indivíduo sobre a sua identidade. Porém, a investigação das ocupações indevidas das vagas e imposição de sanções são procedimentos importantes para garantir que a finalidade das focalizadas da população negra seja cumprida que é o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial em um país em que as oportunidades são menores dependendo da raça/cor da pessoa, visto que o racismo no Brasil tem as características de aparência (fenótipo) como elementos centrais.

Artigo 18 – 16 de fevereiro de 2024

A ascensão de empreendedores pretos e líderes de alto escalão

É crucial entender que a diversidade não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo comercial

Nos últimos anos, temos testemunhado uma mudança significativa no cenário empresarial e corporativo, com um número crescente de pessoas pretas emergindo como empreendedores de sucesso e ocupando cargos de liderança de alto escalão. Este fenômeno não apenas desafia as normas e expectativas tradicionais, mas também marca um ponto crucial na luta pela igualdade e diversidade nos negócios.

Historicamente, as pessoas pretas enfrentaram uma série de barreiras e desafios no mundo empresarial, desde o acesso limitado a recursos e oportunidades até o preconceito e discriminação institucionalizada. No entanto, à medida que a sociedade avança e a consciência sobre questões de justiça social e inclusão aumenta, estamos testemunhando uma mudança gradual, porém significativa, na paisagem empresarial.

É importante reconhecer que os tempos estão mudando e que as empresas estão cada vez mais valorizando a diversidade e a inclusão como parte integrante de suas estratégias de negócios. Nesse contexto, vemos um aumento no número de pessoas pretas assumindo papéis de liderança em organizações de todos os setores, desde tecnologia até finanças, e empreendendo seus próprios negócios de forma bem-sucedida.

Esta ascensão de empreendedores pretos e líderes de alto escalão é um testemunho do talento, determinação e resiliência dessa comunidade. São indivíduos que superaram obstáculos extraordinários e perseveraram, muitas vezes abrindo caminho para outros seguirem.

Além disso, a presença de pessoas pretas em posições de destaque não apenas promove a representatividade e a diversidade nos negócios, mas também traz perspectivas únicas e inovadoras para a mesa. A experiência de vida e as vivências desses líderes acrescentam uma dimensão valiosa ao processo de tomada de decisão e ao desenvolvimento de estratégias empresariais, contribuindo para um ambiente de trabalho mais inclusivo e dinâmico.

É crucial entender que a diversidade não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo comercial. Empresas e organizações que abraçam a diversidade em todas as suas formas estão melhor posicionadas para inovar, atrair talentos e se adaptar a um mercado global em constante mudança.

No entanto, apesar dos avanços significativos, ainda há muito a ser feito. A representatividade de pessoas pretas em cargos de liderança ainda é desproporcional em muitas indústrias e regiões do mundo. É fundamental que continuemos a pressionar por mudanças sistêmicas e políticas que promovam a igualdade de oportunidades para todos, independentemente da raça ou origem étnica.

Em resumo, a ascensão de empreendedores pretos e líderes de alto escalão representa um marco importante na história dos negócios e da sociedade como um todo. É um lembrete poderoso de que os tempos estão mudando e que sempre haverá espaço para pessoas pretas ocuparem posições de destaque onde antes predominava a homogeneidade branca. Este é um momento de celebração, mas também de reflexão e ação contínua para garantir que o progresso rumo à igualdade e inclusão continue avançando.

Artigo 19 – 09 de fevereiro de 2024

Racismo elitista na Operação Verão do Rio de Janeiro.

O cerne da questão reside na alegação da operação de que esses adolescentes, em sua maioria de pele negra ou parda, são suspeitos de serem infratores em potencial

O Rio de Janeiro, conhecido por sua beleza natural e diversidade, revela, mais uma vez, as entranhas de um problema social persistente: o racismo elitista. A Operação Verão, uma iniciativa do governo estadual, tem sido alvo de críticas intensas devido à detenção

de adolescentes de bairros periféricos sem qualquer flagrante próximo às praias de áreas mais abastadas da cidade.

O cerne da questão reside na alegação da operação de que esses adolescentes, em sua maioria de pele negra ou parda, são suspeitos de serem infratores em potencial. Essa abordagem, além de questionável, levanta sérias preocupações sobre a violação dos direitos civis e a perpetuação de estereótipos prejudiciais.

O título da operação sugere um propósito nobre: assegurar a segurança durante a temporada de verão. Contudo, ao analisar mais de perto, torna-se evidente que a abordagem seletiva está enraizada em preconceitos raciais. Adolescentes pertencentes a comunidades periféricas, em grande parte de origem negra ou parda, tornaram-se alvos frequentes.

O fato de não haver flagrante próximo às praias das áreas mais abastadas questiona a legitimidade das detenções. Essa disparidade geográfica ressalta a existência de uma mentalidade que associa, de maneira injusta, jovens negros ou pardos à criminalidade, baseada apenas em estereótipos raciais.

A operação, ao categorizar esses adolescentes como "suspeitos em potencial", perpetua um ciclo prejudicial. Não apenas é uma violação dos direitos individuais, mas também contribui para o estigma racial que há muito tempo afeta as comunidades de origem negra.

É crucial que a sociedade civil, os defensores dos direitos humanos e as autoridades questionem a legitimidade e a ética por trás da Operação Verão. O racismo elitista deve ser enfrentado de frente, e políticas públicas que promovem igualdade e equidade devem ser implementadas.

Além disso, é essencial promover a conscientização sobre a complexidade das dinâmicas raciais e desafiar os estereótipos que perpetuam a discriminação. A sociedade carioca, rica em diversidade, merece iniciativas governamentais que reflitam os valores de justiça, respeito e igualdade para todos os seus cidadãos.

Artigo 20- 29 de janeiro de 2024

São Paulo e a – não – comemoração dos 94 anos do Vai Vai

Quando o estado não queria "parceria" com as escolas de samba, quando o voto do sambista era pouco suficiente para eleger ou derrubar o candidato, o samba pouco importava e nesse período a gente era mais feliz

A escola é do povo, mas o Vale do Anhangabaú já não é mais.

Naquela noite de sábado, estava pela região do Largo do Paissandú, a poucos metros do Vale do Anhangabaú, onde o Vai Vai, uma das principais agremiações carnavalescas e minha escola do coração, ia comemorar seus 94 anos. Quase um século de história de samba e resistência do povo preto na região central de São Paulo e uma série de questões ligadas ao evento, como o local e os órgãos gestores, vinha me atormentando a cabeça. Ao mesmo tempo, eu estava feliz vendo as pessoas andando pelo entorno do Vale com camisetas e bonés da nossa escola, o Vai Vai do Bixiga, a escola do povo.

Mas acontece que a escola ainda é do povo, mas o Vale já não mais. E faz tempo.

Isso me levou a 1995. Quase 30 anos se passaram de quando e extinta MTV produzia shows de Rap no Vale do Anhangabaú e os artistas por cantarem a realidade das suas quebradas, consideradas "apologia" pela política da época, desciam do palco direto para o camburão e na delegacia que se resolvia o que era apologia e o que era liberdade de expressão. Nessa época eu comecei frequentar o Vai Vai e tudo era incrível, impecável e no lugar a festa do Chopp tinha até canecas de louça.

Quando o estado não queria "parceria" com as escolas de samba, quando o voto do sambista era pouco suficiente para eleger ou derrubar o candidato, o samba pouco importava e nesse período a gente era mais feliz.

As festas do Chopp eram realizadas em quadras ou espaços fechados e os problemas que poderiam haver eram praticamente bobagem. Às vezes o Chopp não estava gelado, outras vezes tinha fila para o banheiro químico, uma dificuldade pra entrar – que não permitia invasão – ou um show que às vezes se atrasava. Mas você tinha um lugar que podia considerar seguro até a hora do transporte voltar a funcionar e você ir para casa.

Certa vez, estávamos no "novo" Vale do Anhangabaú gravando um vídeo clipe e chegaram uns caras engravatados com pranchetas, pedindo para que o responsável pela produção assinasse um papel informando para qual finalidade eram aquelas gravações. Perguntei para um deles qual era a daquele documento e ele me disse: quem cuida do Vale agora é a W. Torre Entretenimento, então tudo que acontece aqui deve ser reportado para eles.

Foi aí que reparei que nem os históricos banheiros que ficavam na parte inferior do Vale foram preservados, está tudo pavimentado num único plano. E aí você percebe que o poder público é elitista com o "público" que pretende atender. Porque o show da Virada dá certo lá, o jogo da Copa e as Olimpíadas também dão certo lá.

Anos atrás, na “Virada Cultural dos Racionais” – pasmem, assim que foi chamada por anos – já tinha gente em cima da banca de jornal antes do show do maior grupo de Rap do país. Mas a bomba só explodiu na hora do show dos caras.

O progresso é tão “importante” que soterrou o Vale do Anhangabaú e toda a história que ali existia, assim como foi na tentativa de estação de metrô que despejou a quadra do Vai Vai da rua São Vicente. Demoliram uma história que tem muito mais história assentada metros abaixo e a obra está parada. Nem samba, nem metrô, apenas transtornos para moradores, comerciantes e frequentadores da região.

Isso me faz entender que esse formato de espaço público “privado” é coisa para elite, para festa do branco, para manter a cultura popular cada vez mais afastada. Até as bordas do Vale foram mudadas de lugar e os skatistas ficaram espremidos quase na boca do metrô São Bento, lá depois do prédio dos Correios. O problema não está em quem fez a festa, mas lamentável foi a brilhante ideia de pensar que aquele lugar ainda é nosso.

Foi igual quando um viaduto parou o samba na Barra Funda e Geraldo Filme eternizou a história em “Vou Sambar Noutro Lugar” , gravado no LP de Plínio Marcos “Em Prosa e Samba – Nas Quebradas do Mundaréu”.

Fiquei sem o terreiro da Escola
Já não posso mais sambar
Sambista sem o Largo da Banana
A Barra Funda vai parar
Surgiu um viaduto, é progresso
Eu não posso protestar
Adeus, berço do samba
Eu vou-me embora
Vou sambar noutro lugar

Artigo 21- 21 de janeiro de 2024

Da Injustiça à consciência: o estigma que ronda os negros como suspeitos

A cobertura sensacionalista que destaca crimes cometidos por pessoas negras contribui para a construção de uma narrativa perigosa e generalizada

Em pleno século XXI, um triste reflexo do racismo estrutural persiste na frequente confusão entre pessoas negras e suspeitos de atividades criminosas. Seja em abordagens policiais, revistas aleatórias em aeroportos, ou mesmo nas compras do dia a dia, a pele

negra muitas vezes é associada à criminalidade, perpetuando estigmas profundamente enraizados na sociedade.

Esse fenômeno não surge do nada; é uma consequência direta da história de discriminação racial. Desde tempos coloniais até o presente, a pele negra tem sido indevidamente vinculada à criminalidade, contribuindo para a formação de estereótipos prejudiciais. Essa carga histórica cria um terreno propício para a perpetuação do preconceito.

A prática de confundir pessoas pretas com suspeitos muitas vezes se manifesta em abordagens injustas. O chamado "perfil racial" torna-se uma realidade dolorosa para muitos, resultando em abordagens agressivas, constrangimento e, em casos extremos, violência injustificada. A falta de treinamento adequado, combinada com estereótipos, cria um ambiente onde as pessoas pretas são frequentemente vistas como ameaças.

Em aeroportos, lojas e espaços públicos, pessoas pretas enfrentam revistas aleatórias que, na maioria das vezes, não têm justificativa plausível. Essa prática não apenas viola a privacidade, mas também perpetua a ideia de que a pele negra é automaticamente associada a comportamentos ilícitos. A humilhação pública que decorre dessas revistas deixa cicatrizes emocionais profundas.

Os meios de comunicação desempenham um papel significativo na perpetuação desse estigma. A cobertura sensacionalista que destaca crimes cometidos por pessoas negras contribui para a construção de uma narrativa perigosa e generalizada. Isso não apenas distorce a realidade, mas também alimenta o medo e a desconfiança em relação à comunidade negra.

Combater essa injustiça exige uma abordagem multifacetada. A desconstrução dos estereótipos raciais, tanto individual quanto coletivamente, é essencial. Educação antirracista, tanto nas escolas quanto nos ambientes de trabalho, é crucial para desfazer os preconceitos arraigados.

A confusão recorrente entre pessoas pretas e suspeitos é um reflexo profundo do racismo sistêmico que permeia nossa sociedade. A mudança requer uma análise honesta desses padrões prejudiciais, juntamente com medidas concretas para desconstruir estereótipos e promover uma verdadeira igualdade. Somente assim poderemos caminhar em direção a uma sociedade onde a cor da pele não seja um fator determinante na forma como as pessoas são tratadas.

Artigo 22 - 20 de janeiro de 2024

Pessoas pretas e a expectativa de saber sambar

A expectativa de que todas as pessoas pretas devam saber sambar é simplista e desconsidera a riqueza das diferentes formas de expressão cultural que existem dentro da comunidade negra

Um dos períodos que os brasileiros mais amam é o carnaval, e com ele o samba vem colado. Em uma sociedade repleta de estereótipos, as pessoas pretas muitas vezes são submetidas a expectativas que vão além de suas individualidades. Um desses estigmas notáveis é a suposição de que todos os indivíduos negros possuem naturalmente a habilidade de sambar, um estereótipo que, além de ser redutivo, reforça noções prejudiciais e limitadas sobre a cultura negra.

É crucial compreender que a cultura negra é vasta e diversificada, indo muito além de uma única expressão artística. A expectativa de que todas as pessoas pretas devam saber sambar é simplista e desconsidera a riqueza das diferentes formas de expressão cultural que existem dentro da comunidade negra. É essencial lembrar que cada indivíduo é único, com suas próprias paixões, talentos e interesses, que não estão limitados a uma única atividade cultural.

A imposição do estigma de que as pessoas negras devem saber sambar contribui para a perpetuação de estereótipos raciais, reforçando uma visão monolítica da cultura afro-brasileira. Esse estigma também pode criar pressões psicológicas e sociais, levando as pessoas negras a sentirem que precisam se encaixar em determinados padrões culturais para serem aceitas.

Desconstruir esses estigmas exige diálogo aberto, educação e conscientização. É importante questionar as suposições automáticas e reconhecer a diversidade de expressões culturais dentro da comunidade negra. Além disso, promover espaços de discussão e reflexão pode contribuir para a conscientização sobre os preconceitos embutidos em tais expectativas.

Ao invés de restringir as pessoas negras a estereótipos culturais limitados, é fundamental celebrar a riqueza e diversidade de suas contribuições para a cultura brasileira e global. Todos merecem ser vistos como indivíduos com interesses variados, e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva começa com o reconhecimento e respeito pela pluralidade de expressões culturais.

Desmistificar o estigma de que todas as pessoas negras devem saber sambar é um passo significativo rumo a uma sociedade mais igualitária, onde cada indivíduo é valorizado por sua singularidade e não limitado por preconceitos culturais restritivos.

Artigo 23- 11 de janeiro de 2024

Desconstruindo o 'negging': empatia e relações sadias para corpos pretos

Em relações interraciais, esse comportamento pode estar associado a estereótipos racistas que buscam diminuir o valor do parceiro preto

Em um mundo onde o respeito e a empatia devem ser as bases de qualquer relacionamento, algumas práticas negativas, como o "negging", ainda persistem. Essa estratégia consiste em elogiar alguém ofendendo, desmerecendo suas conquistas ou ideias, muitas vezes desde o primeiro encontro. Infelizmente, alguns homens pretos adotam essa tática, o que reforça estereótipos prejudiciais e contribui para dinâmicas relacionais tóxicas.

O "negging" é uma forma sutil de manipulação, onde o uma pessoa procura minar a autoestima da vítima para mantê-la vulnerável. Em relações interraciais, esse comportamento pode estar associado a estereótipos racistas que buscam diminuir o valor do parceiro preto. Para evitar cair nessa cilada, é fundamental reconhecer os sinais desde o início.

Ao identificar comentários que parecem elogios, mas carregam uma carga negativa, é crucial manter a autoconfiança e não aceitar menos do que se merece. A desconstrução do "negging" começa com a valorização de suas próprias conquistas e reconhecimento do próprio valor, independentemente do que os outros possam dizer.

Aprofundando essa discussão, é importante destacar a relevância de uma comunidade preta unida, que apoie e empodere uns aos outros. A empatia por corpos pretos, independentemente de sua sexualidade, é um passo significativo na construção de relacionamentos saudáveis. Isso envolve compreender as complexidades das experiências raciais e ser solidário na luta contra estereótipos prejudiciais.

Relacionar-se com respeito e empatia é um direito que todos merecem. Desenvolver a habilidade de identificar e rejeitar o "negging" é crucial para construir relacionamentos genuínos e saudáveis. Ao priorizar o respeito mútuo, podemos criar uma comunidade preta que se apoia, se empodera e constrói relações duradouras baseadas na aceitação e no amor próprio.

Artigo 24- 28 de dezembro de 2023

Desafios na busca por relacionamentos afrocentrados: reflexões sobre a representatividade

Ao se afastar dos estereótipos e abraçar a autenticidade, os indivíduos podem construir relacionamentos que refletem suas próprias verdades e valores

Na jornada em busca de relacionamentos afrocentrados, muitos indivíduos encontram desafios significativos, moldados em grande parte pela prevalência de representações miscigenadas na sociedade contemporânea. Essa dificuldade de encontrar casais afrocentrados não apenas reflete a escassez de visibilidade, mas também destaca a importância da representatividade na construção de relacionamentos sólidos e enriquecedores.

A mídia e a cultura popular muitas vezes retratam predominantemente casais miscigenados, contribuindo para a percepção de que a diversidade nos relacionamentos está principalmente associada à miscigenação. Embora a representação de casais inter-raciais seja valiosa e significativa, a ausência de casais que valorizam e celebram a cultura afro nas narrativas culturais pode resultar na invisibilidade de experiências e relações específicas da comunidade negra.

A falta de representatividade pode gerar um senso de isolamento e desafio para aqueles que buscam relacionamentos pretos. A sensação de não encontrar exemplos de casais com experiências culturais semelhantes pode criar barreiras emocionais e, por vezes, levar à dúvida sobre a possibilidade de construir um relacionamento sólido dentro da própria comunidade.

É crucial reconhecer que a diversidade nos relacionamentos vai além da raça, mas a representatividade importa. Ver casais retintos não apenas valida a variedade de experiências, mas também inspira a criação de laços que compartilham uma base cultural comum. A representatividade não deve ser uma limitação, mas uma celebração da riqueza e da complexidade dessas relações.

Em resposta a esses desafios, a comunidade negra está cada vez mais engajada em iniciativas que promovem a visibilidade de casais afrocentrados. Plataformas online, mídias sociais e eventos com foco na cultura afro têm desempenhado um papel crucial na criação de espaços onde as histórias de relacionamentos pretos podem ser compartilhadas e celebradas.

Além disso, a autenticidade e a busca por conexões genuínas são fundamentais. A construção de relacionamentos afrocentrados requer o reconhecimento da diversidade

dentro da própria comunidade negra, abraçando diferentes identidades e experiências culturais. Ao se afastar dos estereótipos e abraçar a autenticidade, os indivíduos podem construir relacionamentos que refletem suas próprias verdades e valores.

Em última análise, a dificuldade de encontrar casais de pele retinta destaca a importância de uma representatividade mais ampla na mídia e na cultura. Celebrar a diversidade de relacionamentos dentro da comunidade negra fortalece os laços culturais, promovendo uma compreensão mais profunda e uma apreciação enriquecedora das experiências. Ao alçar voos além dos estereótipos, construímos relacionamentos sólidos e autênticos que refletem a riqueza da diáspora africana.

Artigo 25- 27 de dezembro de 2023

Kwanzaa: celebrar a herança e fortalecer laços na comunidade negra

A festividade não apenas ilumina a trajetória histórica, mas também lança luz sobre um futuro onde as tradições africanas são cultivadas e celebradas com orgulho

O Kwanzaa, uma festa significativa que se inicia em 26 de dezembro e se estende por sete dias, representa um elo vital entre a diáspora africana e suas ricas tradições. Essa celebração, que culmina em uma grande festa no dia 1º de janeiro, não é apenas um evento sazonal; é uma oportunidade para aproximar a comunidade negra e reconectar-se com as raízes culturais ancestrais.

Instituído em 1966 pelo Dr. Maulana Karenga nos Estados Unidos, o Kwanzaa é uma celebração que destaca sete princípios fundamentais, conhecidos como Nguzo Saba. Cada um desses princípios representa valores como unidade, autodeterminação, trabalho coletivo, responsabilidade, cooperação, propósito e criatividade. Através desses princípios, o Kwanzaa visa fortalecer os laços comunitários e promover uma reflexão sobre os valores fundamentais que sustentam a coletividade.

O Kwanzaa é mais do que uma simples festividade; é um ato de resistência cultural e uma expressão de orgulho nas raízes africanas. Ao longo dos sete dias, as comunidades negras se reúnem para acender as velas da Menorah Kinara, representando cada um dos sete princípios. Cada dia é dedicado a refletir sobre um desses princípios e a incorporá-lo nas práticas diárias.

A festa no dia 1º de janeiro marca não apenas o encerramento do Kwanzaa como também um momento de alegria, partilha e fortalecimento da comunidade. Essa festividade proporciona uma oportunidade para reunir amigos, familiares e membros da comunidade em um ambiente de celebração e apoio mútuo.

O Kwanzaa também é uma forma de preservar e revitalizar as tradições africanas que foram muitas vezes perdidas ou apagadas ao longo dos anos devido à diáspora. Ao incorporar elementos da cultura africana nas celebrações, o Kwanzaa serve como um meio de reconexão com a herança ancestral, oferecendo uma plataforma para a transmissão de conhecimentos e valores às gerações futuras.

Neste contexto, o Kwanzaa desempenha um papel crucial na construção de uma identidade coletiva e no fortalecimento da comunidade negra. Ao celebrar esses princípios, os participantes reafirmam seu compromisso com a solidariedade, o progresso e a preservação da cultura africana. A festividade não apenas ilumina a trajetória histórica, mas também lança luz sobre um futuro onde as tradições africanas são cultivadas e celebradas com orgulho.

Em última análise, o Kwanzaa é uma celebração que transcende o calendário, transformando-se em um catalisador para a união e a preservação da rica tapeçaria cultural da diáspora africana. Ao reconectar-se com as tradições ancestrais, a comunidade negra fortalece suas raízes e constrói um legado duradouro de resiliência, unidade e celebração. Que o Kwanzaa continue a iluminar nossos caminhos, guiando-nos rumo a um futuro de prosperidade compartilhada e respeito pelas nossas origens.

Artigo 26- 22 de dezembro de 2023

Beyoncé e a Economia do Brasil

O movimento da cantora afro-americana para a capital baiana atrai os olhares dos investidores, pois ela é conhecida mundialmente por ser fora da curva, lançar tendências e revolucionar o mundo com sua arte única

Em julho, Jay-Z, marido da Beyoncé, comprou boa parte da agência que gerencia carreira de músicos e agora também de atletas.

Bey e seu marido praticam o que chamamos de Black Money, que é produzir recursos financeiros e apoiar o afroempreendedorismo, seja por meio de doações ou consumo para fortalecer os negócios de pessoas pretas e fazer com que o dinheiro circule mais e permaneça mais tempo nas mãos de pessoas pretas. O afroempreendedorismo movimenta cerca de R$ 2 trilhões por ano no Brasil.

Isso é importante para amenizar as consequências dos anos de escravização que empobreceu fortemente a população negra ao redor do mundo com políticas públicas de segregação, não acesso à educação e a desapropriação de bens e terras para pessoas pretas,

condenando essas ao fracasso econômico por décadas! No Brasil, existiram a Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, e Lei de Terras, de 1850.

Beyoncé está atenta e sua equipe faz pesquisas sobre a viabilidade econômica na hora de promover eventos gigantescos e investir recursos. Isso atrai olhares dos investidores para a cidade de Salvador (BA), a mais negra fora da África.

Ela está atenta a como as mulheres pretas fazem no seu dia a dia para sobreviver e as dores que carregam para fazer seus empreendimentos crescerem. Bey está mostrando o quanto está disposta a ajudar a mudar essa realidade. Isso é profundo, é uma reparação histórica contra o racismo que as autoridades deveriam estar dispostas a fazer com políticas públicas e não fazem de maneira tão efetiva por conta do racismo estrutural.

A gente pela gente

Mas aqui vemos que é NÓS POR NÓS! Como sempre foi, os pretos que têm consciência e letramento racial quando progridem financeiramente e enriquecem, não fazem isso só para uma grandeza pessoal, fazem pelo coletivo.

Assim como fizeram Zumbi e Dandara e tantos outros líderes pretos que lutaram por nossa liberdade e para causar impacto coletivo e salvar seus semelhantes com poder e dinheiro. Pois poder e dinheiro COMPRARAM NOSSA LIBERDADE! Com dinheiro, a gente compra tempo, e compramos uma vida com mais dignidade e menos exploração dos nossos corpos e da nossa força de trabalho!

Esse movimento da Queen B para a capital baiana atrai os olhares dos investidores, pois ela é conhecida mundialmente por ser fora da curva, lançar tendências e revolucionar o mundo com sua arte única. Quantos investidores vão passar a olhar para o mercado brasileiro e de Salvador estando mais dispostos a investir dinheiro em nosso afroturismo e afroempreendedorismo? Ela lança e os outros seguem ela, entende?

Tudo isso no momento em que o governo federal reconhece o feriado nacional do Dia da Consciência Negra, logo após a aprovação de uma reforma tributária e da queda de juros no país. Esse cenário político traz segurança financeira para futuros investidores e a rainha Beyoncé assina com sua presença esse cenário confiável. Podemos esperar uma projeção otimista para economia da nossa Capital Afro em 2024!

O que posso dizer para os afroempreendedores é que, além de afiar seu inglês rsrsrs, fiquem atentos às oportunidades de editais de fomento e investimento em turismo e cultura a partir do ano que vem.

Fiquem atentos aos cursos e treinamentos que essas instituições podem ofertar. E, acima de tudo, se organizem financeiramente, aprendam a gerir seu dinheiro para que, caso

surjam oportunidade de receber grandes aportes financeiros, vocês estejam aptos e prontos para cuidar e gerenciar milhões em suas contas bancárias.

Temos de começar a aprender a lidar tranquilamente com grandes cifras! Agora é a hora, porque nós somos número um do mundo, disse nossa rainha Bey! Precisamos acreditar cada vez mais em nosso poder de realização.

Artigo 27- 20 de dezembro de 2023

Negritude e autoestima: as sensações de anulação nas relações do homem negro

Em um mundo onde os padrões estéticos eurocêntricos muitas vezes dominam, a construção da autoestima para homens negros pode ser um processo complexo

A autoestima é um elemento intrínseco à saúde emocional de qualquer indivíduo, moldando sua percepção de si mesmo e suas interações sociais. No entanto, para o homem negro, a construção e manutenção da autoestima muitas vezes estão atreladas a complexidades históricas e raciais que permeiam sua vivência diária. Este artigo propõe uma reflexão sobre as sensações de anulação que homens negros podem experimentar nas relações, contextualizando tais sentimentos em um cenário de questões étnicas e históricas.

A experiência do homem negro, sobretudo em contextos ocidentais, é frequentemente marcada por desafios únicos relacionados à sua identidade racial. Em um mundo onde os padrões estéticos eurocêntricos muitas vezes dominam, a construção da autoestima para homens negros pode ser um processo complexo. A mídia, por exemplo, muitas vezes perpetua estereótipos prejudiciais que impactam a percepção de beleza e valor próprio desses indivíduos.

Ao se deparar com sensações de anulação em relações interpessoais, o homem negro muitas vezes se vê confrontado com a questão de ser trocado por padrões sociais mais aceitos. Essa troca, seja ela real ou percebida, não apenas afeta a autoestima como também aciona um conjunto de emoções relacionadas à negação e à desvalorização da identidade negra.

O histórico de subjugação e marginalização da população negra, proveniente dos horrores da escravidão e da persistência de estruturas racistas, reverbera nas dinâmicas sociais contemporâneas. As relações inter-raciais muitas vezes carregam o peso desses antecedentes históricos, impactando a autoconfiança do homem negro, que se vê confrontado com a questão: “Eu sou o suficiente?”.

A busca por aceitação e pertencimento, em um mundo que muitas vezes promove ideais inatingíveis, pode gerar um fardo emocional significativo. A sensação de ser trocado ou subestimado em relações amorosas, amizades ou no ambiente profissional pode alimentar a ideia de que a negritude é um fator limitante, contribuindo para uma autoimagem prejudicada.

A resiliência do homem negro é, contudo, uma força transformadora. O diálogo sobre essas questões étnicas e históricas é crucial para desmantelar estereótipos e promover a aceitação da diversidade. A autoestima do homem negro não deve ser eclipsada por narrativas que perpetuam a inferiorização, mas sim fortalecida por narrativas que celebram a beleza e a complexidade da identidade negra.

Portanto, é imperativo reconhecer a necessidade de construir uma sociedade inclusiva, onde a autoestima do homem negro possa florescer sem as amarras de estereótipos raciais. É uma jornada coletiva, permeada por compreensão, respeito e valorização da riqueza que a diversidade étnica traz para a experiência humana.

Artigo 28- 19 de dezembro de 2023

Cores da identidade: desafios e complexidades do colorismo

Dentro dessa ampla paleta de tons de pele, indivíduos com coloração mais clara frequentemente enfrentam uma encruzilhada, onde são desconsiderados nos espectros racialmente definidos.

A complexidade da identidade racial ganha contornos distintos no cenário do colorismo, um fenômeno que desafia as tradicionais categorias de negros e brancos. Dentro dessa ampla paleta de tons de pele, indivíduos com coloração mais clara frequentemente enfrentam uma encruzilhada, onde são desconsiderados nos espectros racialmente definidos. Este artigo se propõe a explorar as nuances da miscigenação e do racismo que permeiam a experiência dessas pessoas.

Enquanto a sociedade muitas vezes busca enquadrar as pessoas em rígidas categorias raciais, a realidade é que a miscigenação resultou em uma diversidade extraordinária de tons de pele. Para aqueles com pigmentação mais clara, a experiência pode ser paradoxal, uma vez que não se encaixam plenamente nas categorias convencionais de negros ou brancos. Isso levanta questionamentos profundos sobre identidade e pertencimento.

A sociedade, em seu anseio por categorizações simplificadas, muitas vezes subestima a complexidade da miscigenação. Aqueles com tons de pele mais claros podem se sentir desconfortáveis em um mundo que insiste em rotulá-los de forma binária. Essa

ambiguidade racial pode resultar em uma sensação de alienação, enquanto enfrentam perguntas como: “Qual é a sua verdadeira identidade?” ou “De qual lado você está?”.

O colorismo não apenas revela a diversidade dentro da comunidade negra como também destaca a falácia das dicotomias raciais. O racismo que os indivíduos com pele mais clara enfrentam é muitas vezes diferente, mas não menos impactante. A invalidação de sua identidade e a pressão para se encaixar em moldes estreitos perpetuam estereótipos e desafiam a noção de que a experiência racial é uniforme.

À medida que a sociedade se esforça para desmantelar estruturas de racismo, é imperativo que reconheçamos as experiências daqueles que se encontram no espectro mais claro da diversidade racial. Desafiar as noções preconcebidas e desconstruir estereótipos é uma tarefa coletiva. Somente ao reconhecer e respeitar a complexidade do colorismo poderemos verdadeiramente aspirar a uma sociedade mais inclusiva e justa, onde a identidade seja celebrada em toda a sua riqueza e diversidade.

Artigo 29 – 15 de dezembro de 2023

Desvelando as camadas: o combate à hipersexualização e a reconstrução da autoestima do homem preto

A hipersexualização cria uma sensação de troca, onde a identidade do homem preto é frequentemente reduzida à sua expressão sexual

A sociedade contemporânea, apesar de seus avanços, ainda enfrenta desafios profundos quando se trata de representatividade e igualdade racial. O homem preto, em particular, carrega o peso de estereótipos prejudiciais que afetam sua autoestima, contribuindo para a perpetuação de preconceitos estruturais.

A hipersexualização, um fenômeno enraizado na história e na cultura, é uma das batalhas enfrentadas pelo homem negro. A objetificação da figura masculina preta muitas vezes obscurece as realizações individuais, relegando-o a um papel estereotipado e limitado.

Essa hipersexualização cria uma sensação de troca, onde a identidade do homem preto é frequentemente reduzida à sua expressão sexual. Essa troca é uma via de mão dupla, pois enquanto a sociedade explora e fetichiza a imagem do homem preto, ele, por vezes, sente que suas outras qualidades são subestimadas ou negligenciadas.

A sensação de anulidade, em meio a estereótipos prejudiciais, pode corroer a autoestima do homem negro. A pressão para se encaixar em padrões pré-determinados de masculinidade muitas vezes leva à internalização de ideias negativas sobre a própria identidade. Essa luta constante pela autoaceitação pode criar ciclos autodestrutivo

É imperativo contextualizar esses desafios dentro do quadro mais amplo do preconceito racial estrutural. A sociedade muitas vezes impõe expectativas baseadas na cor da pele, perpetuando a ideia de que a validade de um homem está vinculada à sua conformidade com padrões estereotipados.

Para combater esses problemas complexos, é crucial promover uma representação mais diversificada nas mídias e celebrar as diversas realizações do homem preto. O diálogo aberto sobre questões raciais, a promoção da igualdade e a desconstrução de estereótipos são passos fundamentais.

Além disso, programas educacionais devem abordar a história e a cultura negra de maneira holística, combatendo a ignorância que muitas vezes alimenta preconceitos. A criação de espaços seguros para discussões sobre identidade racial e masculinidade também é vital, proporcionando apoio emocional e promovendo a conscientização.

A autoestima do homem preto é um componente fundamental na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Enquanto desafiamos os estereótipos, devemos celebrar a singularidade de cada indivíduo e reconhecer que a identidade do homem preto vai muito além de rótulos preconcebidos. Este é um convite à reflexão, à empatia e ao compromisso com a desconstrução de preconceitos arraigados.

Artigo 30- 14 de dezembro de 2023

A responsabilidade dos brancos no combate ao racismo

Ao invés de continuar como observadores passivos, pessoas brancas precisam reconhecer a sua posição de privilégio e assumir a responsabilidade na luta contra o racismo

A luta contra o racismo é um dever que transcende a cor da pele. Enquanto os negros enfrentam diariamente as consequências nefastas desse sistema, os brancos não podem mais permanecer indiferentes. Este artigo explora a necessidade premente de uma mudança significativa na forma como os brancos falam e lidam com o racismo, reconhecendo que a responsabilidade não é apenas da comunidade negra, mas de toda a sociedade.

Para compreender a magnitude do problema, é essencial revisitar as raízes históricas do racismo. Desde a colonização até os dias atuais, o sistema racista perpetua estruturas desiguais, ampliando disparidades em acesso à educação, oportunidades de trabalho e justiça social. Essa herança se manifesta cotidianamente em microagressões, discriminação e violência racial.

A brancura, historicamente, foi construída como norma social. A desconstrução desse padrão é um passo vital no combate ao racismo. É preciso que os brancos entendam seu privilégio, conscientizando-se de que o mundo não as enxerga como ameaça automática. Esse entendimento deve estimular a empatia e o questionamento de estruturas que perpetuam a desigualdade.

É fundamental reconhecer que a luta antirracista não é uma carga que deve ser suportada apenas pelos oprimidos. Pessoas brancas precisam assumir um papel ativo, educando-se sobre questões raciais, questionando padrões discriminatórios e desafiando discursos racistas quando surgem. O silêncio, muitas vezes, é conivência.

Dados estatísticos refletem a urgência da mudança. Taxas de encarceramento, acesso desigual à saúde e disparidades salariais evidenciam a persistência do racismo estrutural. Essas estatísticas não são apenas números; são vidas afetadas por um sistema que precisa ser desmantelado.

A educação é uma ferramenta poderosa na desconstrução de preconceitos. Promover currículos mais inclusivos, que contemplem a história e as contribuições das comunidades negras, é essencial. O aprendizado contínuo sobre racismo sistêmico é uma responsabilidade que todos devem abraçar.

Ao invés de continuar como observadores passivos, os brancos precisam reconhecer a sua posição de privilégio e assumir a responsabilidade na luta contra o racismo. A mudança real começa quando todos se unem para desafiar e rejeitar sistemas discriminatórios. Essa é uma jornada coletiva, e a contribuição de cada indivíduo é essencial para a construção de um futuro mais igualitário e justo.

Artigo 31- 13 de dezembro 2023

Justiça por meios próprios: uma ameaça aos direitos e às vidas negras

Ao colocarmos nas mãos de indivíduos comuns o poder de fazer justiça, abrimos espaço para a subjetividade, os preconceitos e, por vezes, para a violência desnecessária

A crescente onda de "justiceiros" nas ruas do Rio de Janeiro, que tem como alvo suspeitos de roubos e furtos, exige uma reflexão crítica sobre os perigos dessa prática e suas implicações na sociedade brasileira. Este artigo busca abordar não apenas os aspectos legais, mas também as consequências desproporcionais dessa abordagem, especialmente quando analisadas à luz das questões raciais.

O artigo 5º da Constituição Federal do Brasil é claro ao afirmar que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Ao se

permitir que indivíduos ajam como juízes, júris e carrascos, estamos infringindo um dos princípios mais fundamentais do Estado de Direito.

A prática de justiça por meios próprios, infelizmente, também tem uma dimensão racial. Dados estatísticos e relatos apontam que as vítimas desses episódios frequentemente são pessoas negras, amplificando as desigualdades já existentes em nossa sociedade. Isso ressalta a importância de debater não apenas os aspectos legais, mas também o impacto desproporcional dessa prática em comunidades racialmente marginalizadas.

Ao colocarmos nas mãos de indivíduos comuns o poder de fazer justiça, abrimos espaço para a subjetividade, os preconceitos e, por vezes, para a violência desnecessária. A aplicação da lei deve ocorrer dentro dos limites e protocolos estabelecidos, sob pena de comprometermos a própria essência de nossa democracia.

A resposta adequada às crescentes preocupações com a segurança pública envolve o fortalecimento das instituições e o investimento em políticas públicas eficazes. O combate à criminalidade não pode ser travado nas ruas, mas sim nas salas de discussão, nas políticas de inclusão social e nas reformas estruturais.

Diante disso, é fundamental que a sociedade rejeite a ideia de justiça por meios próprios, reconhecendo-a como uma ameaça não apenas aos direitos civis, mas também como um vetor de desigualdades raciais. A preservação da integridade física e dos direitos de cada indivíduo, independentemente de sua cor de pele, deve ser uma prioridade, fortalecendo assim os valores fundamentais de nossa democracia.

Artigo 32- 9 de dezembro de 2023

Tranças e a expressão da identidade: um manifesto contra equívocos culturais

Recentemente, Gabriel Medina tornou-se o foco de discussões, não pelo esporte que pratica, mas por suas tranças.

No universo da diversidade e autenticidade, as escolhas individuais moldam a expressão de quem somos. Recentemente, o surfista Gabriel Medina tornou-se o foco de discussões, não pelo esporte que pratica, mas por suas tranças. Muitos levantaram a questão da apropriação cultural, questionando se uma pessoa branca pode, ou deve, adotar esse estilo. Neste artigo, buscamos desmistificar essa narrativa e destacar a importância da aceitação e celebração da diversidade.

A discussão sobre apropriação cultural muitas vezes se perde em nuances, esquecendo que a identidade vai muito além da pigmentação da pele. Gabriel Medina, sendo uma pessoa branca, escolheu usar tranças, um penteado profundamente enraizado na cultura

afro. Entretanto, essa escolha não deve ser vista como uma apropriação, mas sim como um exercício de liberdade individual.

É importante reconhecer que a prática de trançar cabelos tem profundas raízes culturais, especialmente nas comunidades negras. No entanto, rotular automaticamente a escolha de Gabriel Medina como apropriação cultural é reduzir a riqueza da expressão individual. Ao contrário, sua decisão pode ser encarada como uma forma de homenagem à diversidade que compõe o tecido da nossa sociedade.

É essencial destacar que a profissional responsável pelas tranças de Gabriel Medina é uma mulher negra, uma profissional que realiza seu trabalho com maestria. Esse detalhe é crucial, pois demonstra que a expressão cultural pode ser apreciada e praticada com respeito, colaboração e entendimento mútuo. A mesma não apenas contribui para a estética, mas também para a desmistificação de estereótipos e a valorização da identidade negra.

Ao abordar questões raciais, é crucial reconhecer que cada indivíduo tem sua jornada única. Gabriel Medina, ao escolher tranças, não está tentando se apropriar de uma cultura, mas sim expressar-se de uma maneira que ressoa com sua identidade. A universalidade das experiências humanas nos permite transcender barreiras e compartilhar elementos culturais de maneira respeitosa e empática.

Ao invés de focar na possibilidade de apropriação, este episódio pode servir como um convite para trançarmos histórias e construirmos pontes entre culturas. Celebrar as expressões individuais, independentemente da cor da pele, é um passo crucial para a verdadeira inclusão. As tranças do surfista podem representar não apenas uma escolha estética, mas um compromisso com a valorização das histórias e experiências das pessoas pretas.

Este é um momento para reforçar a importância de celebrar a existência e a cultura negra. Em um mundo onde o apagamento histórico ainda é uma triste realidade, cada gesto que amplia e enaltece as vozes das comunidades pretas é uma vitória. As tranças de Gabriel Medina não são apenas cabelos entrelaçados; são um símbolo de respeito, admiração e um convite para celebrarmos a riqueza da diversidade.

Artigo 33- 24 de novembro de 2023

O racismo em um carnaval de contradições

Dinâmicas de poder, percepção racial e representatividade no contexto cultural do Carnaval do Rio de Janeiro

Uma entrevista promovida por Jorge Perlingeiro, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA), com membros da escola de samba Portela desencadeou um intenso debate nas redes sociais. A controvérsia emergiu de um comentário feito por Perlingeiro, que, em um tom presumivelmente jocoso, questionou a identidade racial do carnavalesco Antônio Gonzaga: “Você é negro? Precisamos dar uma mão de tinta em você porque está muito clarinho”, seguido de “Você não está com essa negritude toda”. Esta declaração, que superficialmente poderia ser interpretada como uma tentativa de humor, na verdade, revela as complexas dinâmicas de poder, percepção racial e representatividade no contexto cultural do Carnaval do Rio de Janeiro.

Apenas algumas horas após o ocorrido, a Portela emitiu um comunicado oficial em suas redes sociais, expressando solidariedade aos seus carnavalescos e reafirmando seus princípios fundamentais. No comunicado, a agremiação enfatizou suas raízes históricas, destacando que a instituição foi estabelecida há mais de um século por “pretos, pobres e suburbanos”. A escola também reiterou seu compromisso contínuo na luta contra todas as formas de preconceito e na promoção da diversidade.

É irônico que justamente o enredo escolhido pela Portela para o Carnaval de 2024 seja “Um Defeito de Cor”, inspirado no aclamado romance homônimo de Ana Maria Gonçalves. Este romance épico, com mais de novecentas páginas, mergulha na vida de Kehinde, uma mulher africana do século XIX. Capturada ainda criança no Benin, a protagonista e narradora é vendida como escravizada e trazida ao Brasil. No romance, acompanhamos sua trajetória marcada por adversidades e violências inerentes à experiência da escravidão. A escolha deste enredo pela Portela não só presta homenagem à rica história africana e afro-brasileira, mas também ressalta a importância de reconhecer e refletir sobre as profundas cicatrizes deixadas pela escravidão na sociedade brasileira.

No romance, somos conduzidos pela jornada de Kehinde em busca de liberdade e da redescoberta de suas raízes e identidade africanas. A história desenrola-se através de suas vivências diversas, desde a dura realidade nas fazendas até a dinâmica das cidades brasileiras em expansão, incluindo sua participação nas movimentações abolicionistas, como a Revolta dos Malês, em 1835. O romance aborda também aspectos cruciais como maternidade e as complexas relações inter-raciais. Um aspecto notável que será enfatizado no enredo da Portela é o filho de Kehinde, Luiz Gama, que emerge como uma figura histórica de grande importância na luta pela abolição da escravatura no Brasil.

É significativo e revelador que os comentários do presidente da LIESA, Jorge Perlingeiro, tenham sido feitos precisamente durante uma entrevista que tinha, entre seus objetivos,

esclarecer ao público detalhes sobre o enredo da agremiação. O fato de tais observações ocorrerem em um contexto destinado a aprofundar o entendimento sobre um tema tão rico e histórico como "Um Defeito de Cor" ressalta uma desconexão preocupante entre a liderança da LIESA e a profundidade cultural e histórica que o Carnaval carioca pode representar.

No entanto, apesar de as afirmações dirigidas ao carnavalesco Antônio Gonzaga terem sido foco da polêmica em torno do racismo, é importante destacar que essas não foram as únicas questões relevantes na entrevista. Não deixa de ser notável, por exemplo, como uma figura central na instituição responsável pela organização do maior evento afro-brasileiro do país, e provavelmente a maior expressão cultural das diásporas africanas, parece não estar familiarizada sequer com o título do romance que inspirou o enredo da Portela, "Um Defeito de Cor".

Esta falta de conhecimento não é um mero detalhe, muito menos uma exigência acadêmica e elitista. O romance, considerado por muitos como a obra literária brasileira mais significativa dos últimos anos, desempenha um papel crucial hoje na reinterpretação da história do país sob uma perspectiva contra-hegemônica. Trata-se de uma obra fundamental para qualquer pessoa minimamente familiarizada com as lutas políticas dos povos subalternizados. O que evidentemente não é o caso do presidente da LIESA e entrevistador.

Em um momento crucial da entrevista, ao ser questionado sobre o significado do termo que dá título ao romance de Ana Maria Gonçalves, Jorge Perlingeiro recebe dos carnavalescos uma explicação detalhada. Eles esclarecem que "Defeito de Cor" é uma expressão historicamente vinculada ao contexto da escravidão e do racismo no Brasil, utilizada pejorativamente para descrever a pele negra ou a ascendência africana como uma "falha" ou "deficiência". Esta terminologia espelhava a visão racista que enxergava a cor da pele como uma barreira ou um estigma. Os carnavalescos destacaram que, em determinadas situações sociais, pessoas negras buscando cargos de prestígio ou posições de destaque na sociedade escravista eram frequentemente forçadas a se desculpar por este "defeito de cor".

A resposta subsequente de Perlingeiro, especialmente se referindo à rainha de bateria da Portela, Bianca Monteiro, uma mulher negra, revela muito. Aludindo às suas características físicas, mais uma vez em tom jocoso, ele sugere que a necessidade de desculpas pelo "defeito de cor" só foi necessária naquele contexto escravista porque os brancos não haviam conhecido Bianca. Apesar de Bianca enfatizar reiteradamente

durante a entrevista a necessidade de uma maior liberdade para que as mulheres exibam seu trabalho durante os desfiles, e não necessariamente seus corpos seminus, Perlingeiro, mantendo seu tom de brincadeira, sugere que em 2024 ela desfilaria apenas com duas peças: “óculos e tamanco”. Embora pareçam inofensivos, esses comentários carregam profundas implicações e ressaltam a persistência de estereótipos raciais e a superficialidade na compreensão das dinâmicas sociais no Brasil. Perspectivas que são justamente contrapostas pela obra base do enredo.

Sublinharia, no entanto, que esses comentários do presidente da LIESA não são meras peculiaridades individuais; elas refletem um ethos amplamente conhecido nos espaços das escolas de samba, uma zona cinzenta criada a partir de uma mescla de piada e sexismo, brincadeira e racismo que mascara, muitas vezes, um território de brutal violência. Trata-se, em última instância, do perfil emblemático de um grupo que, embora tenha facilitado aspectos fundamentais do evento carnavalesco devido à sua proximidade com o poder, representa hoje a mais flagrante contradição do Carnaval Carioca. É a manifestação mais clara do custo de um pacto fáustico que, como preço, exigiu paulatinamente um distanciamento entre as escolas, seu povo, sua negritude e, principalmente, sua dimensão política.

Utilizando uma metáfora conceitual, as escolas de samba podem ser comparadas a entidades que, em seus estágios iniciais de florescimento e desenvolvimento cultural, foram capturadas e, desde então, passaram grande parte de sua existência sob a influência de figuras dominantes que agora reivindicam a responsabilidade por seu crescimento e amadurecimento. Neste contexto, as escolas de samba, por sua vez, exibem traços de uma espécie de Síndrome de Estocolmo cultural. Esta comparação sugere que, apesar de uma história marcada pela manipulação e controle externo, as escolas desenvolveram uma relação complexa e, em certa medida, dependente com essas forças dominantes, um fenômeno que reflete a intricada dinâmica de poder e dependência cultural nesse universo.

O Carnaval carioca, enquanto permanecer nessa zona ambígua que oscila entre enredos contestatórios, aparentemente alinhados às lutas políticas de povos marginalizados, e a cumplicidade velada marcada pelo riso, convívio, admiração e, em última análise, pelo silêncio, continuará a ser o palco de uma das mais complexas dissimulações da cultura brasileira. E pelo que a história recente aponta, o futuro será ainda pior. Personagens como Kehindê (ou Luisa Mahin), mãe do advogado abolicionista Luiz Gama e figura central reimaginada no romance “Um Defeito de Cor” – que serve de inspiração para o enredo da Portela – simbolizam mais do que meros elementos históricos. Eles representam a

possibilidade de criação de uma nova mitologia, uma que se fundamente não em negociações políticas moldadas pelos termos da branquitude, do poder e do capital, que historicamente enfraqueceram as dimensões políticas das culturas diaspóricas ao reduzi-las a meras commodities, mas sim uma mitologia que exalte a força daqueles que determinam os próprios termos de sua existência e resistência. Nem que para isso seja necessário refundar o Quilombo, como fez o dissidente Candeia.

Artigo 34- 20 de novembro de 2023

Antirracismo e a lógica do mercado

O caso Carrefour, ou João Alberto Freitas, abriu um novo questionamento histórico para o movimento negro brasileiro. Qual o caminho para enfrentar o racismo?

Em 1978, militantes negros brasileiros, em particular da cidade de São Paulo, se indignaram com situações de racismo, sobretudo vindas do poder estatal. Naquele contexto, duas pessoas negras, Robson da Luz e Nilton Lourenço, foram mortas por policiais. As vidas ceifadas, que se somaram ao racismo sofrido por atletas negros no Clube Tietê, foram o estopim para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU).

A organização nasceu com um caráter contestatório, inaugurando o chamado movimento negro contemporâneo, e assumiu um papel fundamental na denúncia de casos de violência policial. Não havia, para aquele grupo, outra possibilidade que não a queixa acerca da ação truculenta do Estado, assim como não existia qualquer sinal de abertura de discussão com o mercado e grandes corporações. Enfrentar a ação do Estado era uma maneira de mobilizar os segmentos subalternos e, junto das organizações políticas de esquerda, insurgir-se contra o sistema, inspirando-se nos princípios marxistas.

O MNU também entendia essa estratégia de denunciar a violência policial como um caminho tático para romper com o chamado mito da democracia racial. Era preciso primeiro que a sociedade brasileira reconhecesse a existência do racismo para conseguir eliminá-lo.

A estratégia pareceu vitoriosa. O mito da democracia racial não existe no Brasil como no passado. Há uma maior discussão na sociedade brasileira sobre o racismo e a violência policial é um dos principais exemplos de seletividade racial. Casos de discriminação racial costumam repercutir via imprensa na sociedade como não ocorria há dez anos.

Entretanto, não foram apenas os cidadãos que se despertaram para a existência do racismo. O mercado entendeu ser necessário dialogar com essa agenda como forma de

vender mais. Em partes, o mercado conseguiu construir uma agenda de promoção da igualdade racial ou mesmo de diversidade como um produto.

O mercado, contudo, segue sua lógica, a partir do interesse de defesa da propriedade privada. O país registra, inclusive, um avanço significativo sobre a segurança privada, a ponto de existir no Brasil mais vigilantes e seguranças do que policiais. O controle da violência do Estado foi compartilhado com o capital.

É nesse cenário que em 19 de novembro de 2020 João Alberto Freitas foi espancado até a morte por seguranças da Vector, empresa de segurança privada contratada pelo Carrefour para fazer a proteção patrimonial do recinto. Uma morte, que infelizmente poderia apenas entrar para a estatística e parecer como as muitas outras produzidas no Brasil, ganhou um caráter particular.

A resposta ao assassinato de Beto, como era chamado, foi bastante incisiva por parte do movimento negro. Em cidades como São Paulo e Porto Alegre, acostumadas a organizar marchas de Consciência Negra no dia 20 de novembro, os manifestantes agiram com contundência e atacaram, de maneira física, unidades do Carrefour. O sentimento de revolta parecia estar inspirado na música Capítulo 4, Versículo 3, dos Racionais MC's, especialmente no trecho "A fúria negra ressuscita outra vez".

O mercado, todavia, movimentou-se também. Dias depois do assassinato, em 25 de novembro, o Carrefour construiu um Comitê Externo Independente, com personalidades representativas do debate racial no Brasil. Depois da resposta de marketing, necessária para acalmar os ânimos da sociedade civil, a rede de supermercados firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de R$ 115 milhões, o maior da história para crimes raciais, e passou a ser uma patrocinadora frequente em eventos e projetos de combate ao racismo.

O resultado foi um impacto sobre as concepções antirracistas dentro do movimento negro. A Coalizão Negra por Direitos passou a criticar os acordos feitos com o Carrefour e demandou ações mais radicais, como judicialização da empresa, retirada do Carrefour do local onde Beto foi assassinado, enquanto outras pessoas, inclusive as participantes do Comitê Externo Independente, acreditavam na necessidade de fazer a empresa sofrer com ônus financeiros diante do que ocorreu. A divergência gerou até um racha entre as organizações do movimento negro, com um afastamento da Coalizão Negra por Direitos com demais instituições do campo.

O caso Carrefour, ou João Alberto Freitas, abriu um novo questionamento histórico para o movimento negro brasileiro. Qual o caminho para enfrentar o racismo? Diante da

violência, a geração do MNU de 1978 acreditou em um projeto marxista e revolucionário, sem qualquer possibilidade de diálogo com o mercado e com uma visão de transformação radical do Estado. Era uma geração influenciada pelo período histórico, diante de processos de independência no continente africano, Panteras Negras nos EUA, lutas armadas em países da América Latina.

As respostas atuais foram outras, à luz de um contexto histórico diferente, de outro estágio do capitalismo. Paira para muitos a dimensão de fim da história, de impossibilidade das utopias, de uma vitória *ad eternum* do capital, mesmo para grupos historicamente marginalizados e que já sonharam com outras saídas para o problema.

O fato posto é de que o mercado passará a ser cada vez mais presente nas chamadas relações raciais no Brasil. Cabe ao movimento e a à sociedade debater se há o desejo de se relacionar com o mercado, de que maneira, e qual o projeto de nação arquitetado pelas organizações antirracistas no país. Mais do que isso, fica a questão do que é ser antirracista.

Artigo 35- 18 de outubro de 2023

Oito mulheres negras no palco cantando é um ato revolucionário

Carla Lopes, Dona Margarida, Lara de Jesus, Marlei Madalena, Majestade Sol, Rainha Neuza, Sandrinha do Rosário, Wilma Ayó formam o grupo Pastoras do Rosário

Como não se emocionar vendo oito mulheres negras, na sua maioria sexagenárias, subindo ao palco e fazendo um belíssimo coro, cantando a alegria, contando as nossas histórias, rompendo estigmas e a invisibilidade, mostrando que o lugar delas, ou de qualquer mulher, é onde elas quiserem.

Carla Lopes, Dona Margarida, Lara de Jesus, Marlei Madalena, Majestade Sol, Rainha Neuza, Sandrinha do Rosário, Wilma Ayó formam o grupo Pastoras do Rosário. Elas brilharam no palco do Sesc Vila Mariana, nos últimos dias 14 e 15 de outubro, no lançamento do seu primeiro álbum “Da Nebulosa ao Brilho” que faz um mergulho sonoro que mistura música caipira, samba de roda, jongo, umbigadas, canções que acompanham os festejos profanos e religiosos afrô/indígenas dos interiores do Brasil.

As Pastoras do Rosário nasceram na Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, território tombado como Patrimônio Histórico do Estado e do Município de São Paulo, localizado no bairro da Penha, na zona leste da capital paulista.

O espetáculo abre com a projeção no telão de trechos de fala de Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Erika Hilton e imagens de Angela Davis, Lélia González, entre

outras mulheres negras. Durante a execução da música “Que pano é esse”, que traz a tradição dos panos africanos “capulanas”, é feita uma linda homenagem com um tecido com a imagem de Marielle Franco.

A estreia contou com as participações especiais de Ellen Oléria, Izzy Gordon, Carlos Casemiro, Tita Reis e Jongo de Guaianas e o álbum conta também com as participações de Luedji Luna, Lia de Itamaracá, Fabiana Cozza e Sérgio Pererê. O trabalho foi gravado pelo Selo Sesc com direção artística de Renato Gama e produção musical de Ronaldo Gama e Renato Gama.

Um dos pontos altos da apresentação sem dúvida foi a execução da música “Com cerveja”, onde todo mundo foi convidado a se levantar e celebrar junto com as Pastoras do Rosário. A música traz um refrão forte e emancipador: “Até quebramos pedras, até levamos área, mas hoje eu vou sair e é pra tomar cerveja, eeê conversar é com cerveja!”, colocando essas mulheres como protagonistas do seu próprio destino, rompendo barreiras e preconceitos.

O espetáculo é executado por uma super banda liderada por Renato Gama no violão, Ronaldo Gama no contrabaixo, Camila Silva no cavaquinho, Léo Carvalho na Bateria e na percussão Jhony Guima, Si Sá Medeiros e Giba Jet.

A consagração final ficou por conta da apresentação da música “Zé do Caroço”, canção consagrada na voz de Leci Brandão que dá o tom apoteótico, sem perder a dimensão política dessa celebração. O que a Sá Menina Plataforma de Artes nos provoca ao conceber esse álbum e este espetáculo protagonizados pelas Pastoras do Rosário é que a sociedade que sonhamos deve ser construída agora, o futuro também é o presente.

Artigo 36- 9 de outubro de 2023

O arquivo como utopia: podcast gargalheira estreia terceira temporada

Projeto reúne vozes afro-brasileiras do passado e presente nas artes visuais

Estreia este mês a terceira temporada do podcast *@gargalheira*, desta vez, em parceria com a agência **Alma Preta Jornalismo**. O projeto, que realiza um conjunto de entrevistas com artistas afro-brasileiros, como muitos outros do gênero, teve início durante a pandemia de covid-19. Naquele momento, como professores universitários, estávamos perplexos com a capilaridade dos discursos negacionistas orquestrados pela extrema direita instalada no poder, a partir do mandato de Jair Bolsonaro (2018-2022).A recusa ao diálogo pacífico e persuasivo de ideias e a negação do método científico se expressaram na rejeição às vacinas contra a Covid-19, de forma letal e absurda.

Neste sentido, a insistência no diálogo aberto e franco com os artistas e seu registro público era uma aposta na criatividade, nas possibilidades de transformação crítica do olhar para o mundo, no potencial da vida mesmo enquanto o fascismo empilhava corpos e mais corpos à nossa volta. Era preciso deixar o testemunho de pessoas que usando o corpo, tinta, papel, fotografia, bronze, plantas, areia, ferro, nanquim, búzios, panos, madeira, papelão, teciam uma outra memória da experiência afro-diaspórica. Tudo isso para construir um novo território para os nossos sentidos. Um lugar onde a liberdade é cultivada apesar de tudo.

A ideia de *@gargalheira* surgiu desse ímpeto de construir uma espécie de arquivo que nos parecia urgente: a formação de um acervo capaz de registrar as vozes de artistas visuais afro-brasileirxs. De modo que seja possível descobrir suas ideias e opiniões a respeito de suas produções, mas também acerca do mundo da arte. O nome do podcast é uma homenagem a Sidney Amaral (1973-2017) cuja obra, *Gargalheira ou Quem falará por nós?*, interroga sobre quais condições a gente negra pode ou não constituir uma voz no mundo público. Questão que evoca imediatamente a história de silenciamento e invisibilidade que marca a trajetória social de diversos artistas negros e a violência simbólica implícita nos critérios eurocêntricos de classificação e canonização artísticas. Tais padrões são visíveis no uso abusivo e generalista de termos como "*naify*" ou "primitivo" para categorizar as obras de artistas negrxs. Enquadramentos racistas que, além de simplificar a potência expressiva dessas formas, também as rebaixam enquanto "arte menor".

Por outro lado, o próprio conceito de "arte afro-brasileira", por exemplo, foi e continua sendo disputado por historiadores, sociólogos, críticos, museus, galerias, o mercado de arte ou ainda pelxs próprixs artistas. Se hoje tal conceito parece indicar mais um projeto político em prol da maior representatividade de artistas e curadores no mundo da arte, do que propriamente uma agenda estética comum e unificada, trata-se de mais um sintoma dessas lutas que envolvem classificação, reconhecimento e consagração. Essa questão é das mais espinhosas em um contexto que o sistema de arte brasileiro, tradicionalmente controlado por mãos brancas, parece estar em cheque. Dos grandes museus, instituições culturais e galerias à Bienal de São Paulo, agentes que tradicionalmente ignoravam/subalternizavam esses sujeitos têm reestruturado seus discursos, sua maneira de lidar com seus corpos e as narrativas que produzem.

Para a assessora preta, nenhuma chance ao erro

Marcelle Decothé foi exonerada do Ministério da Igualdade Racial depois de comentários inadequados sobre torcida do SPFC durante missão oficial; Quantas pessoas brancas lidam com o erro e a possibilidade da segunda chance?

O início da conversa sobre o assunto deve ser categórico: Marcelle Decothé, chefe da Assessoria Especial do Ministério da Igualdade Racial (MIR), se posicionou de maneira inadequada durante a final da Copa do Brasil entre São Paulo x Flamengo. Independente de estar certa ou errada, a assessora ali estava para acompanhar a ministra Anielle Franco em uma agenda oficial do governo. Ela, como estudiosa do tema, conhece o debate racial no Brasil e sabe das delicadezas do mito da democracia racial e da fragilidade branca do país. A pressão sobre o MIR e o governo federal tornaram insustentável a sua permanência no cargo. Uma pena.

É necessário frisar, contudo, que Marcelle Decothé não cometeu "racismo", afinal, não existe possibilidade de ser racista contra pessoas brancas em uma sociedade como a brasileira. De acordo com os conceitos de preconceito, discriminação e racismo, Marcelle pode ter agido de maneira discriminatória, mas em hipótese alguma racista. As palavras usadas pela assessora não têm a possibilidade e o poder de causar a morte de uma pessoa branca ou ferir a honra como o racismo antinegro tem no Brasil. Não há, também, chance de ser xenófobo contra paulistas, por razões históricas óbvias.

O caso de Marcelle ocorre de maneira paralela a uma série de outros, com a participação destacada de homens brancos. O resultado, contudo, foi bastante diferente, com manutenção de cargos, estudo, respaldo jurídico, sem ataques de caráter gordofóbico e sem exposição do rosto.

Quinze estudantes da faculdade de medicina da Unisa organizaram uma masturbação coletiva durante uma partida de vôlei feminino e outros estudantes da Universidade São Camilo mostraram a bunda durante outra partida, isso tudo no mesmo encontro. No primeiro caso, os homens foram afastados da universidade e depois, por decisão judicial, reintegrados ao curso. No segundo, a universidade proibiu os estudantes de participarem de jogos e pediu "cautela" para apurar a situação e não se precipitar com uma injusta expulsão. O mundo pede cuidado ao julgar homens brancos.

O rosto desses rapazes não foi exposto a esmo como o da assessora. Eles não ficaram famosos, não tiveram seus perfis atacados, pelo menos não na mesma intensidade que Marcelle Decothé. Esses homens, e assim devem ser tratados, como adultos, tiveram, ao máximo, suas nádegas ou genitálias com repercussão nacional.

Os estudos seguirão e eles provavelmente estarão, em alguns anos, atendendo normalmente a população brasileira, sem qualquer "mancha" no seu passado ou trajetória. Isso será motivo de riso, não de trauma, em um futuro breve.

Para Marcelle Decothé, apesar da rede de apoio, esse caso deve ser tornar traumático, com possíveis implicações para a sua vida profissional e política. O mundo não perdoa o erro de mulheres negras.

A situação da assessora exonerada ocorre no mesmo período em que o movimento negro luta pela indicação de uma mulher negra para a vaga do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar dos muitos acertos históricos, da população negra ter votado em peso no atual presidente Lula, ao que tudo indica, mais um homem branco deve ser indicado ao cargo.

O Brasil, em pouco tempo, mostra com eficiência como é fácil derrubar uma mulher negra, acabar com a sua reputação, na mesma medida em como é possível poupar a trajetória de homens brancos, e como é quase impossível promover uma mulher negra aos principais postos de poder do país.

Que Marcelle seja acolhida neste momento e que o Brasil avance na agenda de raça e gênero. É preciso construir um cotidiano mais saudável para elas, o que representaria um ambiente mais justo para todos nós.

Artigo 38- 19 de maio de 2023

Que aliado é esse, Porchat?

Fábio Porchat alega ser aliado à luta antirracista (auto título) e se apega aos limites legais para defender a liberdade de opressão

Em defesa do humorista Leo Lins, Fábio Porchat alega ser aliado à luta antirracista (auto título) e se apega aos limites legais para defender a liberdade de opressão.

Politicamente, dois homens em lados opostos. Socialmente, dois homens aliados na manutenção de seus privilégios.

Porchat afirma que dentro da lei pode-se fazer piada com tudo. Antes de entrar no mérito de tal afirmação, a Lei 7.716/89, responsável por definir os crimes resultantes de preconceito racial, preceitua em seu artigo 20-A, a punição pelo racismo recreativo.

Ressalta-se que o racismo recreativo, que historicamente atravessa negativamente a população negra, tornou-se conduta ilícita apenas neste ano.

Se seguirmos a lógica de Fábio Porchat, poderíamos praticar racismo com intuito de diversão até 2022 e tudo bem.

Quem dera o ordenamento jurídico resolvesse todas as mazelas e resguardasse todos os direitos. Lei e moral regulam nossa sociedade.

Muitas vezes, nem tudo o que está na lei é moral e nem tudo que é moral está na lei. Salienta-se que a moralidade abordada neste texto não se confunde com moralismo, longe de se aproximar a qualquer ideia conservadora. Moral, neste texto, remete-se a condutas norteadoras das relações sociais.

Racismo recreativo não estava na lei, por esse motivo era passível de ser praticado? Era moralmente aceito praticar racismo pelo simples motivo de descontração até o começo do ano? Sabemos que não, inclusive Porchat sabe que não.

Cabe ressaltar que o ordenamento jurídico, apesar de mutável, não acompanha na mesma velocidade as mudanças e debates sociais. A lei, por si só, não abarca os limites de uma sociedade.

Escravidão foi permitida por lei.

Jim Crow foi um personagem permitido por lei.

Blackface, prática racista e comum até hoje, segue como uma brecha na lei.

A lei não deve ser acessório argumentativo para a defesa da propagação de preconceito. Muito menos de acessório daquele que se coloca como aliado antirracista.